



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MARIA DO SOCORRO MORATO LOPES

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA FRONTEIRA ENTRE A
ACADEMIA, A MÍDIA E O MERCADO**

BELÉM – PARÁ

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MARIA DO SOCORRO MORATO LOPES

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA FRONTEIRA ENTRE A
ACADEMIA, A MÍDIA E O MERCADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Letras/Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Cristina
Pessoa

BELÉM – PARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M831f MORATO LOPES, MARIA DO SOCORRO
A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA
FRONTEIRA ENTRE A ACADEMIA, A MÍDIA E O
MERCADO / MARIA DO SOCORRO MORATO LOPES. — 2019.
209 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Fátima Cristina Costa Pessoa
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras,
Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. Prática Discursiva, Revistas Especializadas, Trabalho
Docente. I. Título.

CDD 410

MARIA DO SOCORRO MORATO LOPES

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA FRONTEIRA ENTRE A
ACADEMIA, A MÍDIA E O MERCADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará – Doutorado acadêmico em Letras – Estudos Linguísticos, como requisito para obtenção do título de Doutora em Letras/Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Cristina Pessoa

Data da defesa: 21/10/2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Cristina Pessoa

Membro Externo: Prof.^a Dr.^a Maria Del Carmen Fatima Gonzalez Daher

Membro Externo: Prof.^a Dr.^a Danila Gentil Rodriguez Cal Lage

Membro Externo Suplente: Prof.^a Dr.^a Luciana Salazar Salgado

Membro Interno: Prof.^a Dr.^a Eunice Braga Pereira

Membro Interno: Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild

Membro Interno Suplente: Prof.^a Dr.^a Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas filhas, Vitória e Isabella e à minha mãe Lucinha. Agradeço a Deus por tê-las sempre ao meu lado durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Um percurso para chegar ao título de doutora não se faz sozinha, não se caminha sozinha em caminhos tão agitados e ser grata é uma dádiva que me felicito em poder desfrutar. Nesse momento em que vejo o final desse percurso se aproximar, lembro com muita gratidão de todos aqueles que fizeram parte dessa história trilhada não sem percalços, mas com a certeza de que os meus sempre estariam comigo (e estiveram!).

Em primeiro lugar, meu agradecimento a Deus, que possibilitou todos os outros agradecimentos que aparecerão nesse momento: à minha família, àquela de onde sou fruto, da qual o primeiro nome a quem dedico meus agradecimentos é à minha mãe Lucinha, a quem devo todo o amor e a dedicação para que eu pudesse chegar até aqui, pois ela sempre foi o braço forte que me amparou com firmeza e o acolhimento necessário quando precisei. Para a minha mãe, toda a minha admiração por ela ser quem é: o esteio de nossa família, exemplo que ainda preciso amadurecer muito para seguir, por enquanto, sigo admirando e agradecendo por tê-la. Agradeço também ao meu pai, uma presença que sempre me impulsionou a seguir, por confiar tanto na minha capacidade e por ser sempre um colo solícito. Meus irmãos Teno, Tina e Dick são um capítulo a parte nessa história, por serem amigos fieis e confiantes na minha vitória. Eles, por vezes, acreditaram mais em mim que eu mesma e seguraram minha mão, sempre, em todas as ocasiões que precisei, a eles todo meu amor e a minha gratidão.

Para as minhas filhas Vitória e Isabella dedico o cumprimento dessa etapa da minha vida acadêmica e rendo graças a Deus por tê-las, elas foram meu porto-seguro, meu motivo de continuar todas as vezes que pensei em desistir. Por elas e para elas sigo forte, com a certeza de que elas estão comigo e representam o amor mais genuíno que sentimos, o amor que se torna incondicional porque nós decidimos que assim seja, um amor forjado no cotidiano de dificuldades e alegrias e que, nesse período de doutorado, se fortaleceu a cada dificuldade enfrentada, na certeza de que temos umas às outras sempre. Aos amores da minha vida, meu muito obrigada.

Aos meus amigos reservo um espaço especial, pois eles me ampararam e me motivaram de maneira fundamental para que eu acreditasse que era possível concluir, terminar, cumprir essa etapa. Graças a Deus são muitos os amigos que me deram a mão, quase incontáveis as pessoas que, de alguma maneira, ajudaram meu percurso a ser concluído. Em especial, agradeço nominalmente à Leiloca, Fabiana e Cacilda, amigas que, em momentos distintos, me ouviram e me disseram o que eu precisava ouvir. Pela escuta, pelas palavras de

carinho e incentivo, agradeço de coração a vocês, minhas amigas, pessoas tão importantes para mim e que têm um lugar reservado em meu coração e em minhas orações.

No percurso acadêmico, agradeço à professora Danila Gentil e ao professor Thomas Fairchild, que participaram do Exame de Qualificação da tese e contribuíram de maneira efetiva para os resultados apresentados na pesquisa empreendida. Além deles, um agradecimento especial à Fátima, minha orientadora que foi sempre sinônimo de fortaleza e competência nesse percurso pelo qual caminhamos juntas. Fátima me ensinou que as competências acadêmicas são muito importantes, mas que o olhar sensível e humano é fator fundamental para que possamos cumprir aquilo a que nos propomos. Muito obrigada, Cris!

Por fim, agradeço a Deus o fato de ter tantas pessoas a agradecer, o sentimento de gratidão nos torna mais humanos, nos faz perceber que não vamos a lugar nenhum sozinhos e poder agradecer aos meus me faz compreender que não estive só, em momento algum. Percebo, dessa maneira, que o caminho pode ser árduo, mas quem escolhe caminhar conosco importa mais que qualquer dificuldade imposta. Sou grata e feliz por poder agradecer.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de edições das revistas (por ano)	38
Tabela 2 – Ano de lançamento e tiragem atual das revistas pesquisadas	112
Tabela 3 – Apresentação das revistas (feita pelas próprias publicações)	118
Tabela 4 – Capas das quatro publicações pesquisadas	148
Tabela 5 – Chamadas das capas das revistas (títulos e subtítulos em destaque)	166

RESUMO

Investigar a constituição discursiva do trabalho do profissional docente em revistas especializadas que têm o professor como público-alvo é o objetivo principal desse trabalho de pesquisa, partindo-se da hipótese que essas publicações se propõem a ser instância de formação para esse profissional. Nesse sentido, discussões interdisciplinares foram necessárias para compreender como os discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação contribuem para a constituição e legitimação de imagens dos profissionais docentes e de sua profissão. Para realizar essa investigação, foram discutidos conceitos que vêm de diversas áreas do conhecimento e que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa: de maneira central, o conceito de prática discursiva, com base nos postulados teóricos de Foucault (1987) e Maingueneau (1997, 2008a), e o conceito de trabalho, com base nos estudos de Certeau (1982, 1998) direcionaram a pesquisa. Com a finalidade de empreender o estudo, os discursos que circulam nas revistas especializadas serviram para compor o *corpus* da pesquisa, por se mostrar pertinente para discutir a constituição do trabalho docente, já que essas publicações têm um espaço legitimado na mídia e no mercado, o que demonstra sua inserção social e sua legitimação como produto de consumo para os professores. No escopo da pesquisa, compreende-se que as revistas são mídiuns (MAINGUENEAU, 2013) pelos quais efeitos de sentidos são mobilizados e (re)produzidos. Os gêneros escolhidos para o trabalho de análise foram os editoriais, as capas das revistas e os artigos assinados por professores ou entrevistas com professores, para uma compreensão das relações que se estabelecem para que a prática discursiva de fronteira seja colocada em funcionamento. Com o objetivo de enriquecer as discussões, as noções de cena de enunciação (MAINGUENEAU, 2005) e de dêixis discursiva (MAINGUENEAU, 1997) foram discutidas no capítulo de análise. A análise da prática discursiva mobilizada nas revistas permite compreender como essas publicações colocam em funcionamento discursos de uma fronteira híbrida, na qual convergem discursos da academia, da mídia e do mercado. Considera-se, assim, que esses periódicos colocam em funcionamento uma prática discursiva, que mobiliza sujeitos e identidades, ao mesmo tempo em que a legitimação dos lugares daqueles que escrevem na cena midiática, sejam jornalistas, editores, professores, se realiza pelos efeitos de sentido que os textos veiculados produzem. As discussões empreendidas permitiram compreender como os discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação aparecem nessas publicações especializadas e (re)produzem imagens que formam profissionais e verdades sobre a profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Discursiva, Revistas Especializadas, Trabalho Docente.

ABSTRACT

Investigating discursive constitution of teaching professional's work within specialized magazines in which ones the teacher figures as its target audience constitutes the principal aim of this researching work, starting from the hypothesis that such publications propose themselves to be instances to formation for this professional. In this perspective, interdisciplinary discussions were necessary to comprehend how the discourses about the work of teachers as well about their formation contribute to constitution and legitimation of images of the teaching professionals and their profession. To accomplish this research, some concepts from different areas of knowledge were discussed. They formed the basis to development of this research: centrally, the concept of discursive practice, based on theoretical postulates of Foucault (1987) and Maingueneau (1997, 2008a), and the concept of work, based on the studies by Certeau (1982, 1998) guided the research. In order to undertake the study, the discourses that circulate in specialized magazines served to compose the *corpus* of the research because they showed their relevance to discuss the constitution of teaching, since these publications have a legitimate space in media and in market, which demonstrates its social insertion and legitimation as a consumer product for teachers. Inside the scope of the research, it is understandable that specialized magazines are media (MAINGUENEAU, 2013) by which sense effects are mobilized and (re) produced. The genres chosen for the analysis work were editorials, magazine covers and articles signed by teachers or interviews with teachers, to comprehend the relationships that are established so that the frontier discursive practice is put in functionment. To enrich the discussions, the notions of enunciation scene (MAINGUENEAU, 2005) and discursive deixis (MAINGUENEAU, 1997) were discussed into analysis chapter. The analysis of the discursive practice mobilized in the magazines allows us to understand how such publications lay in functionment discourses from a hybrid frontier, in which discourses from academia, the media and the market converge. Therefore, these magazines are considered to operate a discursive practice that mobilizes subjects and identities, while the legitimation of the places of those who writes in the media scene, if they are journalists, editors, teachers, so on is realized by the effects of sense that the texts conveyed produce. The discussions enable us to comprehend how the discourses about the teacher's work and his formation appear within these specialized publications and (re) produce images which ones form professionals and truths about the profession.

KEYWORDS: Discursive Practice, Specialized Magazines, Teaching Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	19
1.1 Discutindo o objeto de estudo: paradigma indiciário discursivo.....	20
1.2 Trabalho docente e revistas especializadas: discussões interdisciplinares.....	23
1.3 Revistas especializadas para professores: uma abordagem discursiva.....	27
1.3.1 Revista Nova Escola.....	28
1.3.2 Revista Educação.....	35
1.3.3 Revista do Professor.....	37
1.3.4 Revista Presença Pedagógica.....	38
1.4 Análise do Discurso: conceitos e diálogo interdisciplinar.....	41
1.4.1 Conceitos-chave mobilizados e sua relação com o objeto de estudo.....	43
2 PRÁTICA DISCURSIVA EM REVISTAS ESPECIALIZADAS: INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO DOCENTE.....	49
2.1 Prática Discursiva: uma noção fundante.....	50
2.2 Prática Discursiva: a indissociabilidade entre as dimensões social e textual dos discursos....	60
2.3 Prática Discursiva: uma visada sobre as relações de trabalho.....	71
3 REVISTAS PARA PROFESSORES: VOZES DE UMA PRÁTICA DISCURSIVA.....	78
3.1 Revistas especializadas: a que servem?.....	79
3.2 Adentrando um terreno de fronteira: academia, mídia e mercado.....	87
3.2.1 O campo acadêmico: as vozes das ciências.....	88
3.2.2 O campo midiático-jornalístico: as vozes das “verdades”.....	99
3.2.3 O campo mercadológico: as vozes para o consumo.....	112
4 EDITORIAIS, CAPAS DE REVISTA, ENTREVISTAS E ARTIGOS DE PROFESSORES: VOZES DE UMA PRÁTICA DE FRONTEIRA EM ANÁLISE.....	123
4.1 Editoriais das revistas especializadas: uma análise discursiva.....	124
4.2 Imagens, palavras, discursos: a constituição do trabalho docente nas capas de revista.....	145
4.3 Com a palavra, os professores?.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	203

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa objetiva investigar como se constitui discursivamente o trabalho do profissional docente na cena midiática e de que modo os discursos que circulam em publicações especializadas pretendem se instituir como instância de formação para o professor. Os textos que servirão como dados¹ para esta pesquisa são aqueles veiculados em revistas especializadas e que (re)produzem representações sobre a profissão e sobre o profissional docente, fazendo emergir a constituição do trabalho do professor e de sua formação. Parte-se da hipótese de que os discursos que circulam na cena midiática afetam a construção discursiva de uma memória dos profissionais docentes e impactam também em suas práticas, já que boa parte dos problemas apontados na área da educação escolar são expostos nos meios de comunicação e neles se constroem não apenas opiniões, mas também crenças sobre “o que é ser um bom (ou mau) professor”, “como dar uma boa (ou má) aula” etc.

As revistas escolhidas para enriquecer a discussão e servir de dados para a pesquisa serão: **Revista Nova Escola**, publicação que se apresenta como a “maior revista de educação do país” e tem como objetivo principal “contribuir para a melhoria do trabalho do professor”, sua escolha é justificada pela visibilidade que a própria publicação reproduz diante do público docente; **Revista Educação**, que, segundo descrição disponível na própria publicação, é uma revista “destinada a mantenedores, educadores e interessados em educação”, o que indica o público a ser alcançado pela revista. A pertinência na escolha da revista está em se considerar que as discussões sobre temas transversais nas instituições escolares sempre preveem o trabalho docente, seja para colocá-lo como objeto de crítica, seja para apresentar modelos de “como fazer”; **Revista Presença Pedagógica** e **Revista do Professor**, em que a pertinência de sua escolha está na possibilidade de escritura de artigos para visitantes do site e leitores das revistas, o que pode nos oferecer importantes indícios de dispersão das formações discursivas construídas sobre o trabalho docente. Todas as revistas foram analisadas em formato virtual, sendo a Revista Nova Escola e a Revista Educação consultadas em suas edições online e a Revista do Professor, bem como a Presença Pedagógica consultadas em formato digital, disponível no site. Para as quatro revistas foram feitas assinaturas que permitiam o acesso por

¹ Para esta tese, o termo *dado* será utilizado para determinar os recorte realizados *nocorpus* da pesquisa e que servirão de base para as análises empreendidas.

meio de seus sites, não houve consulta aos exemplares em formato impresso de nenhuma das revistas.

Além da escolha das revistas, é importante esclarecer sobre o recorte temporal, que foi definido com base em critérios objetivos, levando-se em consideração a exequibilidade da pesquisa. Dessa maneira, as edições das revistas dos anos de 2016 e 2017 serviram de recorte temporal para o trabalho de análise, por serem anos que estão dentro do período do curso de doutorado, o que garante a atualidade da pesquisa, embora seja sabido que as relações discursivas se constituem de maneira histórica. A Revista do Professor teve recorte diverso (anos de 2015 e 2016) por ter sido descontinuada no último ano do recorte. Importante ressaltar que o período respeita o cronograma da tese, no qual se estabelece esses dois anos para a pesquisa dos dados.

Os discursos que circulam nas revistas especializadas representam uma fonte de pesquisa pertinente para discutir a constituição do trabalho docente no cenário atual, porque, nos últimos tempos, tornaram-se um suporte de circulação de práticas discursivas bastante complexo, no qual grande diversidade de sujeitos (re)produz discursos, (re)constrói identidades, ao mesmo tempo em que a legitimação dos lugares daqueles que escrevem nesse ambiente midiático se realiza pelos efeitos de sentido que os textos veiculados produzem.

As revistas publicam planos de aula, projetos de atividades, metodologias, depoimentos, tudo direcionado ao professor, exemplos de como o trabalho do professor pode aparecer nas páginas das revistas. Essas revistas fazem circular discursos prescritos por profissionais de diversas áreas que assinam as matérias veiculadas, assim como o próprio professor é representado por meio de modelos que apresentam modos de agir, práticas que “dão certo” e, portanto, (re)produz discursos que implicam os profissionais docentes, exemplos de bons (quando seguem as prescrições das revistas) e de maus (quando não seguem as prescrições) profissionais.

Para este trabalho de pesquisa, considera-se que a produção, a circulação e a recepção das revistas especializadas constituem uma prática discursiva situada em um lugar híbrido, pois estão na fronteira entre três campos discursivos (MAINGUENEAU, 2008): o acadêmico, o midiático e o mercadológico. Nesse lugar, articulam-se os discursos que, supõe-se, buscam legitimar essas publicações como espaço de formação para os professores, principalmente por meio da prescrição de como agir em suas salas de aula, veiculada de maneira exaustiva nas páginas dessas revistas.

Essa prática fronteira desperta interesse justamente por sua natureza, pela percepção de que essas publicações têm ganhado cada vez mais espaço no mercado e serem consideradas como material de consumo para os professores. Dessa maneira, interessa reconhecer como a cena midiática tem se consolidado como um lugar de consumo para o profissional docente e avaliar como essa cena tem se proposto a ocupar espaço na formação profissional para o professor. Esses dois objetivos direcionam o interesse por essa fonte como legítima para analisar discursos sobre o trabalho do professor.

A investigação sobre as relações discursivas que se constroem na interface linguagem e trabalho permite discutir a constituição dos profissionais em relações que se realizam na e pela linguagem, por meio da materialidade discursiva que é veiculada nas revistas, destacando-se de que maneira os discursos sobre o trabalho do professor aparecem nos textos midiáticos e como esse aparecimento pode impactar nas práticas cotidianas do seu fazer profissional, em especial, pela veiculação de modelos que dizem aos professores como agir.

Entende-se que a formação do profissional docente é multifacetada e constituída por diversos lugares: a academia, que oferece a certificação institucionalizada para o exercício da função²; a prática cotidiana, por meio de conhecimentos empíricos que são construídos diariamente e possibilitam o desenvolvimento de habilidades para exercer a profissão; os espaços variados por onde circulam discursos que constroem imagens de profissionais docentes e que colaboram para a formação de um profissional que se aproxima ou se distancia dessa imagem constituída. Assim, é possível perceber que o profissional docente percorre um caminho acadêmico para ser habilitado a exercer a profissão, mas convive com outros lugares de formação que são constituídos fora do ambiente acadêmico. A percepção de que a formação do professor se realiza em diferentes instâncias pode legitimar publicações como as revistas especializadas a se proporem como uma dessas instâncias e os discursos veiculados por essas revistas especializadas interpelam o docente de um certo lugar ideológico, com a criação de imagens de profissionais “nota 10”³, o que tem íntima conexão com sua dimensão subjetiva, já que o sujeito professor é instado a (re)produzir os discursos que circulam socialmente pela força que essa (re)produção discursiva assume ao circular na cena midiática.

²O artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

³A terminologia utilizada faz referência ao prêmio Educador Nota 10, realizado pela Fundação Victor Civita, promovido pela Revista Nova Escola.

Para analisar a atividade de trabalho dos professores na cena midiática, precisa-se considerar que, nos dias atuais, vê-se a constituição de uma sociedade de consumo na área da educação e, em especial, com o foco voltado para a prescrição das atividades docentes. Várias são as maneiras que aqueles que pretendem vender seus produtos encontram para interpelar o sujeito a se tornar consumidor. Nesse contexto, as revistas especializadas direcionadas a professores se consolidam como material de consumo “ideal” para os professores que são deslocados para a posição de consumidor, com receitas, métodos, exemplos de como fazer, etc.

Quando analisam-se os discursos sobre o trabalho docente, veiculados na mídia, encontra-se aquilo que pode-se chamar de ponto de estranhamento, velado pelos recursos que a⁴ mídia dispõe. Esse ponto de estranhamento está relacionado ao fato de a mídia não ser um suporte institucionalizado de formação para o professor, no entanto, a análise de como ela tem se legitimado nessa posição de formadora do profissional docente gera uma inquietação que fomenta o interesse pela constituição do trabalho do professor nessa cena. Essa cena faz emergir alguns lugares ocupados pelo professor: por um lado, são consumidores de produtos oferecidos e direcionados à sua classe, por outro, o professor é quem “vende” seu trabalho na cena midiática, legitimando a autoridade que as publicações especializadas lhe “permitem” exercer.

Essa bipartição foi notada em estudo feito anteriormente, em pesquisa no mestrado⁵, no qual investigou-se a construção de imagens do professor na cena midiática, de maneira mais ampla, em diversos ambientes de comunicação, como blogs, sites diversos, entre outros. Assim, parte-se da hipótese de que um produto que se propõe a ensinar ao professor como fazer seu trabalho ancora-se no discurso prescritivo e esse lugar das revistas especializadas pode ser justificado pela construção da imagem bipartida do professor.

Esses dois lugares ocupados pelo profissional docente (consumidor e produtor) nessa cena fomentam o discurso de necessidade de estar em constante formação, por meio do incentivo ao consumo das revistas, que têm tiragens regulares ao longo do ano, construindo, assim, um ciclo que faz com que o professor, ao adquirir a publicação, tenha a sensação de estar atualizado das metodologias, discussões sobre a profissão, etc. Por meio da compra da revista, que veicula matérias e produtos, bem como destina lugares específicos (depoimentos,

⁴ Ressalta-se que, embora seja utilizada nesta tese a terminologia *mídia* determinada pelo artigo definido, reconhece-se a heterogeneidade que emerge e que circula nesse ambiente, considerando a mídia como um lugar multifacetado e diverso, um sistema de construção e (re)produção de sentidos.

⁵MORATO, Maria do Socorro. *A construção da identidade do professor de língua portuguesa na imprensa: uma abordagem discursiva*. Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado, 2012.

entrevistas, artigos) para que o professor tenha espaço para falar de seu trabalho, o docente encontra um lugar no qual ele possa atender sua demanda profissional de estar em constante formação.

A mídia, por ser um lugar capaz de estabelecer e alimentar relações de poder, pode levar o professor a, ao assumir a palavra publicamente, forjar seu lugar pela aderência aos discursos sobre seu trabalho que já circulam em publicações anteriores. Assim, é importante mostrar como o professor tem construído sua identidade profissional em um espaço movediço, no qual a formação recebida nas instituições de ensino (graduação, pós-graduação, cursos e outras ações de secretarias de educação etc.) concorre com ações que emanam de outros lugares, entre os quais a mídia se destaca.

Dessa maneira, considera-se pertinente refletir sobre a constituição do discurso sobre o trabalho do professor na cena midiática, por avaliar-se que essa cena tem assumido a função de mostrar exemplos daquilo que seria desejável (e também o indesejável) – ao se propor também a ser uma instância de formação para os professores, com a crescente comercialização de revistas especializadas que visam à “profissionalização” docente. É possível, portanto, que esses discursos sobre o trabalho do professor impactem em sua formação, não apenas de maneira pedagógica, mas por meio da legitimação de imagens e crenças sobre como deve ser seu trabalho e como esse profissional deve agir.

Analisar esses discursos pode apontar para reflexões sobre trabalho, sobre formação do professor, sobre a relação linguagem e trabalho e, especialmente, sobre a interface discurso, mídia e trabalho docente. Para empreender a discussão proposta, o trabalho apresentará a estrutura que segue. No primeiro capítulo serão apresentados os aspectos teórico-metodológicos da tese, aporte teórico e os procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento da pesquisa, as categorias de análise que serão mobilizadas, bem como será descrito o objeto da pesquisa, de maneira detalhada. No segundo capítulo será discutido o conceito central desta tese, de prática discursiva, com base nos postulados teóricos de Michel Foucault, que fundou esse conceito, e Dominique Maingueneau, que promove um deslocamento, em especial, por lançar o olhar sobre a constituição de comunidades discursivas, que mobilizam as formações discursivas e colocam a prática em funcionamento. O conceito de trabalho também será discutido nesse capítulo, com base nos postulados teóricos de Michel de Certeau. No terceiro capítulo far-se-á uma discussão sobre as revistas especializadas para o público docente, bem como serão abordados aspectos que fomentarão a discussão sobre essas publicações, com olhar lançado sobre a fronteira híbrida que se

considera como constitutiva da prática discursiva nas revistas, enfatizando os campos acadêmico, midiático e mercadológico. No quarto capítulo, será realizada a análise dos dados da pesquisa, com a análise de editoriais, capas das revistas e dos artigos assinados por professores ou entrevistas concedidas por docentes às publicações pesquisadas. Esper-se compreender, com base na pesquisa e na análise dos dados, o funcionamento da prática discursiva mobilizada nas revistas, buscando refletir sobre a maneira como o trabalho do professor é constituído na fronteira que essa prática.

CAPÍTULO I

PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para o delineamento e a constituição do objeto de pesquisa desta tese, o presente capítulo objetiva discutir como os discursos sobre o trabalho e sobre a formação do professor interessam como objeto de estudo, sempre considerando que sua emergência leva à constatação de sua permanente (re)elaboração, já que os discursos são caracterizados por sua fluidez e suas fronteiras são cindidas. Dessa maneira, considera-se que o objeto de pesquisa aqui apresentado permitirá discussões sobre o trabalho docente e sobre sua formação pelos discursos que as revistas especializadas para esse público fazem circular. Além disso, um breve estado da arte será apresentado, para demonstrar como as revistas especializadas têm servido de fonte de pesquisa para teses de doutorado. A descrição e o detalhamento sobre dados das revistas especializadas também são objetivos desse capítulo, com a finalidade de compreender como essa fonte de pesquisa é pertinente para discutir o trabalho do professor e sua formação no contexto atual. Também será realizada uma apresentação sobre os conceitos mobilizados nesta tese, que objetiva apresentar o aporte teórico que ampara o trabalho de pesquisa e anunciar os postulados que serão discutidos no próximo capítulo.

A definição de uma abordagem e o estabelecimento das publicações especializadas como fonte pertinente para discutir o trabalho docente por um viés discursivo permitem perceber que outras discussões transversais se mostram produtivas para compreender **como se constitui o trabalho do profissional docente na cena midiática e de que modo os discursos que circulam em publicações midiáticas pretendem se instituir como instância de formação para o professor**, questionamentos que norteiam o presente trabalho de pesquisa. Entrecruzadas com outras possibilidades interpretativas e fomentadas por postulados teóricos interdisciplinares, a variedade de atores envolvidos e a multiplicidade de postulados teóricos, vindos de diferentes áreas do conhecimento oferecem o aporte necessário para que a discussão aqui empreendida seja realizada de maneira mais produtiva.

1.2 Discutindo o objeto de estudo: paradigma indiciário discursivo

Para construir o objeto de estudo desta tese, com base nos postulados da Análise do Discurso, far-se-á uma leitura interdisciplinar, trazendo para a discussão a noção de paradigma indiciário postulada por Carlo Ginzburg (1989), quando trata do método adotado por Morelli⁶ para descobrir autoria de quadros, realizado por meio de indícios que ofereciam a possibilidade de flagrar a autoria com base nas pistas deixadas pelos autores. Um estudo em Análise do Discurso não tem a finalidade primeira de descobrir autoria, mas analisar discursos é adentrar, por meio de indícios, em formações discursivas que possibilitem pensar em relações que se estabelecem socialmente e discursivamente. Segundo Ginzburg (1989),

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado. (GINZBURG, 1989, p. 151)

O percurso traçado pelo autor para descrever a trajetória do homem e sua relação com movimentos de caça permite pensar também o trabalho do analista do discurso, que precisa empreender um percurso que permita construir as relações por meio dos indícios que são deixados na materialidade lingüística e que também recuperam relações sociais observáveis, relações que se estabelecem na e pela linguagem. Por meio da descrição feita pelo autor acerca da prática da caça pelo homem, é possível estabelecer uma analogia com a análise de discursos e, por meio dessa analogia, pode-se depreender que, para discutir as relações mobilizadas com os discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação, é necessário também registrar, interpretar pistas que permitam encontrar feixes de relações

⁶ Segundo Ginzburg (1989, p. 144), “Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos frente a obra não assinadas, talvez mal pintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores negligenciáveis, e menos influenciados pelas características das escolas a que cada pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés”.

discursivas e sociais, inscritas nas revistas especializadas para o público docente, já que essas pistas podem indiciar as relações que são mobilizadas sobre a constituição do trabalho do professor.

Essas pistas podem ajudar na constituição dos efeitos de sentido que a materialidade linguística coloca em funcionamento, pois os discursos são mobilizados por meio desses efeitos de sentido e de pertencimento a uma formação discursiva, que emergem na materialidade, recuperados por meio de um feixe de relações que se constituem social e discursivamente a um jogo de posições subjetivas. Segundo Orlandi (2009)

A Análise do Discurso visa fazer compreender como objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. (ORLANDI, 2009, p. 26, grifo da autora)

A citação mostra que a pesquisa em Análise do Discurso tem um caráter interpretativo, mas também amplia as possibilidades de analisar objetos que podem levar a sentidos diversos, constituídos com base no *corpus* constituído pelo pesquisador. A construção de um dispositivo teórico e metodológico permite ao pesquisador diálogos com diversas áreas do conhecimento. Analisar discursos, dessa maneira, é empreender uma busca por relações e efeitos de sentido que os enunciados mobilizam, no contexto nos quais são (re)produzidos e circulam. Nesse sentido, considera-se pertinente lançar luz sobre os discursos sobre o trabalho docente e sobre sua formação, pois entende-se que essa investigação possibilitará perceber como o trabalho do professor se constitui também discursivamente, em especial, quando se considera a cena midiática, que se propõe a ser instância de formação, lugar de (re)produção de práticas diversas, como informar, fazer consumir, etc. Os efeitos de sentido mobilizados nessa cena só são gerados por existir uma comunidade que faz circular esses discursos e entram em uma ordem de formações discursivas sobre o trabalho do professor e de comunidades discursivas que os sustentam e os transformam. Sobre as práticas que os estudos com discurso mobilizam, Orlandi (1994) afirma que

O trabalho com o discurso leva a uma forma de conhecimento específico com um objeto que não é simplesmente o resultado da relação de um objeto de uma disciplina, com outro, de outra disciplina. A AD, nessa perspectiva, não é apenas aplicação da Linguística sobre o objeto das Ciências Sociais e nem o inverso, ou seja, aplicação das Ciências Sociais sobre o objeto da Linguística. Longe disso, a consideração do discurso leva a uma outra prática analítica seja sobre a linguagem, seja sobre a sociedade, seja sobre o sujeito. (ORLANDI, 1994, p.54).

Considerando-se as palavras de Orlandi (1994), acredita-se que será possível analisar discursos sobre o trabalho do professor, o que pode apontar para reflexões sobre o ensino (e como ele aparece na cena midiática), sobre formação do profissional docente, sobre a sociedade, que tem legitimado a cena midiática como um lugar de (re)produção de sentidos bastante significativa, seja pela produção e difusão de produtos específicos para o professor, como as revistas especializadas, seja pela validação de um mercado efervescente que se constitui nessa cena, por meio do deslocamento do professor para o lugar de consumidor.

A prática analítica apontada por Orlandi (1994) é o que se pretende desenvolver nesse trabalho de pesquisa, buscando analisar como os discursos sobre o trabalho docente e sobre sua formação ajudam na construção de representações sobre a profissão de professores, por meio dos indícios que emergem na materialidade linguística das revistas, objetivando construir um paradigma indiciário discursivo, que possibilite analisar discursos e compreender o funcionamento da prática discursiva que funciona nos periódicos especializados. Para tanto, será necessário empreender discussões que demonstrem as maneiras como esses discursos têm aparecido e circulado nas revistas especializadas, por meio de discursos de professores ou de outros profissionais que assumem o lugar para falar sobre trabalho e formação de professores.

Para o desenvolvimento do que está-se chamando de paradigma indiciário discursivo será necessário realizar um recorte metodológico, que direcionará a análise da prática discursiva nas revistas especializadas ao público docente. Considerando-se a vasta gama de gêneros que circulam nessas publicações, foi realizada uma escolha para direcionar o trabalho de análise. Os gêneros escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa foram: os editoriais, as capas das revistas e artigos escritos por professores e/ou entrevistas com esses profissionais. A escolha desses gêneros se justifica em razão de eles aparecerem em todas as publicações pesquisadas e por serem considerados produtivos para a demonstração do funcionamento da prática discursiva híbrida das revistas especializadas.

Os editoriais estão presentes em todos os tipos de revistas, é um gênero que veicula o olhar da revista sobre aquilo que está sendo publicado no número em questão, expressa o ponto de vista da publicação, levando em consideração também o público para o qual a revista é direcionada. As capas das revistas, outro gênero escolhido, representam o primeiro contato entre o consumidor e o produto a ser vendido, por meio de mecanismos que servem para atrair os professores a consumirem as publicações, tais como as manchetes, imagens e/ou disposição de elementos que despertem o interesse pela compra das revistas.

Além desses dois, as entrevistas com professores e/ou os artigos escritos por esses profissionais também interessam para este trabalho de pesquisa, pois esses dois gêneros podem oferecer a oportunidade de se alcançar um dos objetivos desta pesquisa, que é a investigação sobre as diversas vozes que aparecem para falar sobre o trabalho do professor, notando-se como esse profissional enuncia quando assume a palavra publicamente, embora não se esteja desconsiderando que os textos publicados passam por um processo de editoração e que aquilo que é publicado também passa por um processo de adaptação ao perfil da publicação.

A convergência entre o olhar da revista sobre o seu produto, representado nos editoriais, os indícios de discursos que remetem ao apelo mercadológico das capas, mas também a relação dessas capas com editoriais e com a palavra encenada pelos professores, por meio do aparecimento do profissional docente enunciando em entrevistas ou artigos, pode mostrar os campos discursivos acadêmico, midiático e mercadológico, na confluência de discursos que convergem para colocar em funcionamento a prática discursiva nessas revistas especializadas.

1.3 Trabalho docente e revistas especializadas: discussões interdisciplinares

A pesquisa para a tese tem como ancoragem teórica os estudos de algumas áreas de conhecimento, tais como estudos do Discurso, da Comunicação, da Educação, do Mercado, das Ciências Sociais, configurando um trabalho de pesquisa interdisciplinar, que permite o diálogo com essas áreas. Para iniciar o trabalho de pesquisa foi realizado um breve estudo exploratório com o objetivo de investigar o “estado da arte” dos estudos que têm como objeto de pesquisa o trabalho docente em revistas especializadas.

Esse breve estudo pode ser classificado como exploratório, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Espera-se, por meio dele, demonstrar a importância dos estudos com periódicos em diversas áreas do conhecimento e, em especial, o campo que interessa a essa pesquisa: o trabalho docente. De caráter bibliográfico, pesquisas exploratórias trazem o desafio de mapear e de fazer uma breve discussão acerca de determinado tema. Nesse caso, a atenção será para as pesquisas que tenham como foco o trabalho do professor, buscando aspectos e dimensões que vêm sendo destacados em relação a essa temática. Importante perceber as épocas e os lugares em que têm

sido produzidas teses de doutorado que geram discussão sobre educação e, em especial, sobre o trabalho do professor.

O percurso realizado para essa breve pesquisa exploratória foi o seguinte: realizou-se a consulta na página virtual da CAPES⁷, com uma busca na palavra-chave “revista”, utilizando-se o filtro para os anos pesquisados (2015 a 2017) e restringindo a busca a teses. Os recortes se justificam por os anos serem coincidentes com o início do curso de doutorado (2015) e a coleta de dados para a pesquisa (2017). A palavra-chave escolhida para a busca no site foi a fonte de pesquisa, pois é aquilo de mais específico que pode oferecer dados que interessem a esse estado da arte, já que utilizar termos como “discurso” ou “trabalho docente”, provavelmente, conduziria a resultados muito amplos para o objetivo a ser alcançado. Em relação à restrição a teses, a escolha foi realizada com base na exequibilidade do estudo exploratório, pois inserindo dissertações, o número de trabalhos a serem consultados aumentaria de 378 para 1427, o que dificultaria o trabalho de análise dos dados. Considera-se pertinente realizar o recorte com teses, pois é representativo que os resultados ofereçam a possibilidade de refletir sobre as pesquisas nesse nível de pós-graduação.

Após a primeira busca, foi realizado um refinamento dos dados, mantendo-se as teses que tivessem como fonte de pesquisa as revistas especializadas, excluindo-se trabalhos que tivessem como fonte periódicos de variedades, semanais ou mensais, pois esse tipo de publicação não está relacionado ao mundo do trabalho. Após esse primeiro mapeamento, foram encontrados 25 trabalhos, de diversas áreas do conhecimento⁸. O passo seguinte foi analisar os resumos das teses e mapear qual objetivo dessas pesquisas e o resultado foi que 17 desses trabalhos tinham como finalidade analisar temas diversos que pudessem ter sido veiculados nas revistas; 1 desses trabalhos investigou o aparecimento de um escritor específico (Machado de Assis) em uma publicação literária; em outras 3 publicações, o foco era a própria revista, com investigação empreendida para compreender aspectos específicos da publicação; por fim, 4 trabalhos tinham revistas especializadas como fonte e analisavam o trabalho docente. O foco desse trabalho exploratório aqui realizado serão essas 4 teses, a saber:

- ✓ ZINGARELLI, Joice Eliete Boter. **A Revista Criança fala aos professores: imagens de criança e a educação pré-escolar**'. Doutorado em Educação Escolar. Universidade Est.

⁷ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁸ Administração (2 teses); História (2 teses); Educação (5 teses); Direito (2 teses); Design (1 tese); Letras (5 teses); Ciências da Terra (1 tese); Música (1 tese); Ciências da Informação (2 teses); Ciência Política (1 tese); Psicologia (1 tese); Agronomia (1 tese); Educação Científica e Tecnológica (1 tese)

Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara. Objetivo da tese: “apresentar e analisar uma seleção de 121 textos e de imagens de sugestões de atividades com o objetivo de observar que tipo de relação entre docente e criança era sugerida, a forma como a criança foi concebida e de que forma o professor é estimulado a vê-la através dos artigos selecionados da Revista Criança”.

- ✓ ZAMARIAN, Maria Jussara. **A revista Avisa Lá e a formação de professores no campo da leitura**. Doutorado em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba. Objetivo da tese: “depreender as orientações para o ensino da leitura para os alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentadas em textos da revista Avisa lá que visam os professores”.
- ✓ GODOY, Vanilda Lúcia Ferreira de Macedo. **Imagens da docência de música na educação básica: uma análise de textos da revista da ABEM (1992-2013)**. Doutorado em Música. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre. Objetivo da tese: “compreender as imagens da docência de música na educação básica que emergem da literatura da área de educação musical. [...] As imagens da docência de música na educação básica que emergem da literatura analisada parecem se constituir a partir dessa dualidade: de um lado, uma idealização da profissão; de outro lado, as ausências: o que a própria literatura parece não apresentar, na direção daquilo que ela mesma sugere”.
- ✓ BEVILAQUA, Raquel. **Popularização da ciência na revista Nova Escola: a comodificação do discurso sobre ensino de inglês**. Doutorado em Letras. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Objetivo da tese: “analisar o processo de popularização do discurso sobre ensino e aprendizagem de inglês na mídia por meio da análise das estratégias de reformulação. Para esta investigação, foram selecionados dois corpora: artigos acadêmicos sobre aprendizagem de línguas, publicados em periódicos brasileiros da área de Linguística Aplicada, cujo objetivo foi mapear as conversações contemporâneas (GEE, 2001) sobre a questão; e reportagens didáticas sobre ensino de inglês, publicadas na revista Nova Escola online”.

Os trabalhos analisados são produções vinculadas a doutorados do Sul e do Sudeste do país. Esse dado oferece um indício que pode apontar o fato de as pesquisas estarem localizadas em determinada região ou universidade, o que reitera a importância de haver discussões acerca do trabalho do professor em outras regiões e universidades, pois as reflexões realizadas possibilitam um enriquecimento sobre a educação, por meio da perspectiva que lança o olhar sobre o trabalho docente além dos muros da escola. As

pesquisas enfocam o trabalho docente sob alguns aspectos, seja para discussão de temas sobre a educação, seja para a discussão do agir docente nas revistas especializadas, seja ainda para a constituição e legitimação da imagem do professor na sociedade. Nos estudos realizados, o tema da formação dos professores está diluído na maioria dos dados coletados, enfocando-se o trabalho do professor por um viés da sua formação e sua atuação em sala de aula.

Nota-se, com base na breve descrição realizada, que essas pesquisas que têm como fonte as revistas especializadas deixam inscritas as discussões recentes sobre os saberes que são impostos, institucionalmente, para o profissional docente, o que recupera o caráter prescritivo dessas publicações, que se aproxima da prescrição inscrita nos documentos oficiais que regem a profissão. Importante ressaltar, no entanto, que, em alguns trabalhos, as revistas não são a única fonte pesquisa e outros instrumentos são utilizados, como entrevistas ou outras fontes documentais. A breve análise empreendida com base na descrição das teses que têm as revistas como fonte de pesquisa demonstra que existe um olhar lançado para a constituição do trabalho do professor fora do ambiente escolar, mas mostra também que os trabalhos que têm essa fonte de pesquisa representam apenas 1% das teses que estão dentro do recorte temporal aplicado e da palavra-chave que serviu de direcionamento para a busca, isso indica que as discussões com essa fonte de pesquisa ainda têm grande potencial para empreender discussões sobre o trabalho do professor.

Após esse breve estudo empreendido, foi possível perceber que as revistas especializadas podem oferecer discussões de diversas naturezas e estão legitimadas no campo acadêmico como fonte para pesquisas sobre o trabalho docente. Essa leitura possível das teses não deve ser considerada uma simples cadeia, uma catalogação pura e simples para a construção de uma lista, mas um estudo exploratório que oferece a possibilidade de se perceber como cada trabalho retoma discursos, valida posições e imagens. É possível dizer que esse estudo nos permite perceber a criação de uma rede que pontua como as revistas especializadas têm servido de fonte de pesquisa, justificando o interesse por essa fonte, com enfoque nos discursos sobre o trabalho docente e sobre formação, objeto de estudo da pesquisa aqui empreendida.

1.3 Revistas especializadas para professores: uma abordagem discursiva

São as relações discursivas construídas na cena midiática sobre o trabalho docente que interessam a essa pesquisa, que pode ser considerada documental e bibliográfica, considerando-se a definição de Prodanov e Freitas (2013):

A pesquisa documental, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (2008) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55)

A fonte da pesquisa são as revistas, publicadas em ambiente virtual, direcionadas ao público docente, que reúnem textos escritos por professores ou por outros profissionais, legitimados a tratar publicamente dos assuntos relacionados diretamente ao trabalho do professor em sala de aula, mas também a aspectos transversais, como questões relacionadas à gestão e à inserção do professor no ambiente de trabalho. O objetivo dessas publicações, de maneira geral, se desdobra em aspectos como o de prescrever métodos aos docentes, bem como o de direcionar como esse profissional deve se inserir no mercado de trabalho, com a finalidade de ensiná-lo a desenvolver sua atividade de trabalho e a construir sua identidade profissional.

A produção desse tipo de material midiático tem sido uma prática corrente, em razão de a educação ter se tornado também um mercado de consumo, por meio da competitividade desde o ingresso nas universidades até a inserção no mercado de trabalho. Dessa maneira, as revistas se consolidam no mercado pela construção socialmente legitimada de que os profissionais precisam estar em constante aperfeiçoamento para serem mais competitivos e garantirem seu lugar em um mercado no qual a permanência está relacionada à excelência e a excelência tem direta relação com a formação continuada do profissional docente. Assim, essas publicações constituem discursivamente a imagem de empresa que está atenta às necessidades dos sujeitos que atuam na educação, entre eles, os professores.

As revistas que compõem o *corpus* da pesquisa são: Revista Nova Escola, Revista Educação, Presença Pedagógica e Revista do Professor, sobre as quais far-se-á uma apresentação, considerando-se a heterogeneidade das publicações, tanto em relação ao material disponibilizado quanto em relação à abordagem proposta pelas revistas, além disso, uma descrição sobre as editoras que publicam os periódicos também será realizada, com a

finalidade de reunir informações que possibilitem compreender como funciona o mercado que faz circular essas publicações.

1.3.1 Revista Nova Escola

A revista Nova Escola é uma publicação que se apresenta, atualmente, como a “maior revista de educação do país” e define como seu objetivo principal “contribuir para a melhoria do trabalho do professor”. Além disso, é mantida atualmente pela Fundação Lemann, mantenedora da Associação Nova Escola e da revista de mesmo nome e, por meio da análise dessa Fundação, é possível perceber como existe um imbricamento entre as relações construídas na mídia, no mercado e no Estado. A organização é uma das lideranças quando se trata, por exemplo, das discussões e da apresentação dos pontos positivos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular⁹ (BNCC), o que permite refletir sobre como os discursos acerca trabalho do professor estão atravessados por relações que permitem pensar a fronteira híbrida na qual as revistas especializadas colocam em funcionamento sua prática discursiva.

Para compreender a história da revista, faz-se necessário retroceder alguns anos antes de sua primeira edição, levando-se em consideração que a Editora Abril, inaugurada em 1950 por Victor Civita, fez a sua primeira incursão na área educacional com um periódico chamado Escola, no ano de 1971, número que foi lançado no mês dos professores. No entanto, Revah (2013, p. 81) esclarece que “o primeiro periódico educacional da Editora Abril tem uma vida curta, pois deixa de ser publicado em abril de 1974, quando totaliza 27 números”.

Pouco depois de uma década de a revista ser descontinuada, a editora lançou um novo produto de consumo com a finalidade de alcançar o público docente: a revista Nova Escola, lançada em março de 1986, após o fim da ditadura militar (REVAH, 2013). A revista foi apresentada pela Fundação Victor Civita, criada em 1985 e pertencente ao grupo empresarial iniciado com a Editora Abril. Desde a época esse grupo já se apresentava de maneira bastante atuante no mercado de periódicos, o que nos dias atuais permanece sendo uma realidade.

⁹ Segundo a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular “deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas e públicas e privadas”, orientação que deve ser adotada por todas as escolas de educação infantil, ensino fundamental e/ou médio, em todo o território nacional. Percebe-se, dessa maneira, que a proposta da LDB é que a Base Nacional Comum Curricular defina um conjunto de progressões da aprendizagem e, para tanto, seria necessário o alcance de todos os alunos, em qualquer modalidade da educação básica.

O fracasso da revista Escola pode ser atribuído ao momento histórico pelo qual passava o país, a Ditadura Militar, em que havia pouco incentivo para que professores utilizassem algum material em sala de aula diferente daquele que o governo oferecia como objeto de ensino. Em um cenário sob a censura acirrada do regime de governo vigente, discussões sobre o ensino e sobre o trabalho do professor não deveriam ser incentivadas nem permitidas. A revista Nova Escola foi criada em um contexto diferente e o país sob o reestabelecimento da democracia, além disso, houve um acordo entre a Fundação Victor Civita e o governo federal, no qual exemplares da revista eram distribuídos para escolas. Essa distribuição favoreceu o conhecimento dos professores do material oferecido pela Fundação, bem como o fato de ser incentivado pelo governo fazia com que o material surgisse como um material “a ser utilizado” como fonte de (in)formação e apoio ao trabalho docente. Segundo o *site* da publicação, Victor Civita, no editorial da edição nº 1 da revista Nova Escola, informou os objetivos do periódico que começava a ser publicado:

Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau. (Disponível em <https://fvc.org.br/especiais/nossa-historia/>)

Nota-se que a perspectiva adotada e que a visão difundida era a de uma empresa que, na época, já se apresentava como preocupada (e, portanto, confiável) com as profissionais que estavam à frente das salas de aula do antigo 1º grau. Os verbos utilizados nos objetivos apresentados pela revista permitem refletir sobre a maneira como empresa apresentou seu produto e o tornava interessante ao público que queria atingir. Primeiro propondo-se a “fornecer” um material que ajudasse no desempenho do seu fazer profissional, depois com a proposta de “valorizar” e “resgatar” o prestígio para essa profissional, considerando-se o contexto de redemocratização política pelo qual o país passava, em que a necessidade desse resgate apontado pela revista remete a uma falta de prestígio da profissão durante os anos da ditadura, gerando-se um juízo de valor sobre a profissional docente e sobre sua carreira (deve-se lembrar que a publicação era direcionada, especificamente, às professoras).

Por fim, a empresa apresenta a revista como um possível canal de troca de experiências entre profissionais de diversos locais do país. Por meio dos objetivos, a revista (re)produz sentidos sobre a profissão, sobre a profissional que visava alcançar e sobre a própria publicação, como um lugar validado para propor discussões sobre a educação. O lançamento do periódico aconteceu em um momento no qual esse mercado ainda era pouco explorado e a revista surgiu com a proposta específica de alcançar as professoras do ensino

fundamental (antigo 1º grau). Com a finalidade de alcançar os professores também do ensino médio, em 1988 foi lançada a revista Sala de Aula, no entanto essa publicação não resistiu às crises econômicas enfrentadas durante o governo Collor e foi descontinuada em dezembro de 1990, o que demonstra como fatores sociais, em especial de ordem financeira, influenciaram (e continuam a influenciar) na venda e na permanência desse tipo de material no mercado e nas escolas. Isso justifica o fato de essas empresas investirem em novidades que incentivem uma fidelidade com seu público-alvo, para se manter no mercado.

Em março de 1998, foi lançada a versão digital da revista, seguindo os avanços da época, com a popularização da internet no Brasil e a informatização nas escolas, que começava a ser implementada. No *site* da revista, os professores passaram a ter acesso a todo o conteúdo que circulava no formato impresso. Essa ampliação para o mercado virtual fomentou ainda mais a venda das revistas e sua visibilidade no mercado de periódicos especializados. Nos dias atuais é um dos maiores suportes de divulgação da revista, com oferecimento de planos de aula, vídeos, jogos, testes, infográficos e todo tipo de conteúdo multimídia direcionado ao fazer do profissional docente.

A revista, nesse contexto, serve de instrumento para a veiculação e legitimação de discursos que validam a pertinência de uma política educacional, propondo-se a discutir os principais desafios que os profissionais da educação esperam sobre a base, criando efeitos de verdade sobre a implementação da política, por meio da pseudo-imparcialidade que os mídiuns¹⁰ possuem, (re)produzem discursos que silenciam interesses mercadológicos e neoliberais. De acordo com Ball (2014),

[...] em diferentes graus, em diferentes países, o setor privado ocupa agora uma gama de funções e de relações dentro do Estado e na educação pública em particular, como patrocinadores e benfeitores, assim como trabalham como contratantes, consultores, conselheiros, pesquisadores, fornecedores de serviços e assim por diante; *tanto* patrocinando inovações (por ação filantrópica) *quanto* vendendo soluções e serviços de políticas para o Estado, por vezes de formas relacionadas. Novas formas de influência política estão sendo habilitadas e alguns atores e agências locais estão sendo marginalizados, desprivilegiados ou burlados. (BALL, 2014, p. 181, grifos do autor).

¹⁰ Para este trabalho de pesquisa, será utilizada a noção de mídiun (MAINGUENEAU, 2013) com a finalidade de compreender o funcionamento discursivo que ocorre na comunicação midiaticizada. Segundo o autor, “a comunicação não é, com efeito, um processo linear: inicialmente, uma necessidade de se exprimir por parte do enunciador; a seguir, a concepção de um sentido; depois, a escolha de um suporte e de um gênero; posteriormente, a redação; a seguir a busca de um modo de difusão; finalmente, o hipotético encontro com um destinatário. Na realidade, é necessário partir de um *dispositivo comunicacional* que integre logo de saída o mídiun. O modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso.” (MAINGUENEAU, 2013, 82, grifo do autor).

A discussão empreendida pelo autor se coaduna com a reflexão sobre a inserção da Fundação Lemann no contexto educacional atual e essa relação permite compreender como a relação entre o Estado, a lógica de um mercado consumidor e a sociedade é colocada em funcionamento discursivamente por meio dos mídiuns, já que as empresas que fazem publicações especializadas circularmente promovem também discussões e direcionamentos acerca das diretrizes da educação nacional. Nesse contexto, a constituição de lugares de representação, os mídiuns como as publicações especializadas funcionam como instrumentos de reposicionamento das políticas públicas, o que possibilita a emergência de outras forças, interesses e poderes.

Nesse cenário, o Ministério da Educação (MEC) preconiza que o documento da BNCC é uma oportunidade ímpar que tem a finalidade de promover mudanças educacionais que o país precisa para ter um crescimento significativo. Além disso, o Ministério afirma que a base objetiva proporcionar a inclusão social e, portanto, determinar os propósitos de aprendizagem para a educação básica, ao passo que orientará a formação de professores e a produção de livros didáticos. Percebe-se, dessa maneira, que emergem discursos que legitimam a necessidade e pertinência da implementação da Base, ao passo que a inserção de empresas ou organizações como a Fundação Lemann em discussões dessa natureza indicam que os interesses não são apenas pedagógicos, mas que existe um mercado (como o do livro didático, por exemplo) que é aquecido com base na efetivação de uma política pública que atinja a totalidade das escolas do território nacional.

Dessa maneira, pensar nas formações discursivas que (re)produzem imagens do professor e na comunidade mobilizada que (re)produz essas formações discursivas é também refletir sobre uma lógica midiática, mercadológica e estatal. A Fundação Lemann, nesse sentido, demonstra como essas relações se configuram e como uma organização “sem fins lucrativos”¹¹ mobiliza interesses no mercado e nas relações de trabalho do profissional docente. Macedo (2016) destaca que,

[...] por seu protagonismo na rede em defesa da centralização curricular, a Fundação Lemann, criada em 2002, para “melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos brasileiros e formar uma rede de líderes transformadores”. A Fundação conta com a parceria de diversas outras fundações dentre as citadas no desenvolvimento programas na área educacional a maioria em parceria com Universidades americanas

¹¹Segundo descrição em seu *site*, “a Fundação Lemann é uma organização familiar e sem fins lucrativos que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país. Nós não vendemos nenhum produto educacional, não estamos associados a nenhuma organização privada e não apoiamos nenhum partido político, coligação ou campanha eleitoral”. Disponível em <https://fundacaolemann.org.br/materiais/tecnologia-e-bncc-boas-praticas-para-empresendedores>. Acesso em 04/04/2019.

[...]. Além de financiar diretamente a maioria dos seminários para discussão das bases comuns nacionais — inclusive seminários para os agentes públicos dos estados e municípios —, com a participação de acadêmicos internacionais, dentre os quais destaca-se os responsáveis pela elaboração e acompanhamento do Common Core americano. Em outra frente, a fundação tem financiado estudos cujas conclusões apontam tanto para a necessidade de bases comuns para o currículo (PREAL e Lemann, 2009) quanto para sua receptividade junto à sociedade, incluindo os professores da educação básica. (MACEDO, 2016, p. 14, grifos da autora)

As palavras da autora reforçam a relação existente entre políticas educacionais e interesses econômicos, quando demonstra como a Fundação está inserida em diversas frentes para interferir de maneira efetiva nos rumos da educação nacional. Quando se trata da implementação da BNCC, uma demanda necessária será a revisão da formação inicial e continuada dos professores, a fim de alinhá-la às diretrizes da Base, o que tem direta relação com a Fundação estar promovendo discussões sobre a Base, ao mesmo tempo que mantém um mídiom (revista Nova Escola) que pode veicular discursos que legitimem o perfil de profissional ideal para o modo operatório que está orientado no texto da Base, homologado em 2018. As imagens que seguem da revista Nova Escola (edição eletrônica), mostram que há uma aba específica denominada “BNCC na Prática”:

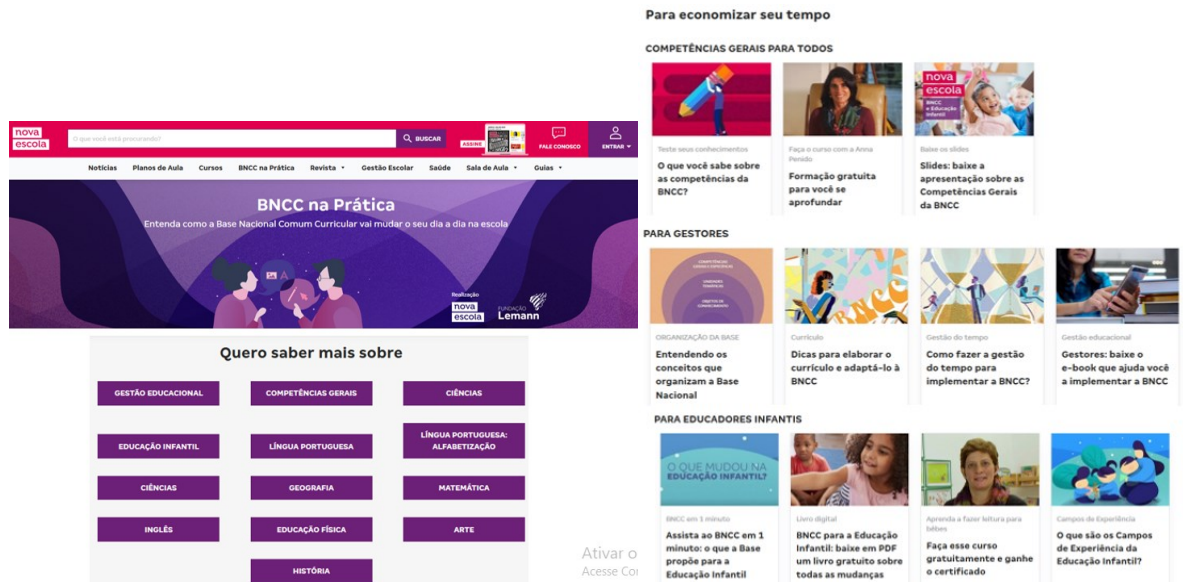


Imagem 1 – Site da revista Nova Escola, página BNCC na prática¹²

As imagens do *site* da revista aliadas à descrição feita pela publicação, em que demonstra seu objetivo como material de consumo e de importância para o fazer docente por meio, segundo a própria publicação, da valorização e da facilitação de seu trabalho, está também atravessada por interesses que vêm de outros lugares, como as decisões políticas e de Estado. Esse objetivo da revista importa para esta tese, pois permite compreender como esse

¹² Disponível em <https://bncc.novaescola.org.br/>. Acesso em 15/06/2019.

tipo de publicação inscreve seu lugar de instância de formação para o professor, por meio de materiais que veicula e discussões que empreende, como é possível ver na imagem 1, a prática oferecida no *site* da revista como maneira de facilitar o trabalho do professor que necessita se adequar às diretrizes impostas pela BNCC, uma política educacional implementada pelo Estado.

Percebe-se, portanto, que a Fundação Lemann se apresenta como uma organização sem fins lucrativos e sem interesses políticos, mas os indícios das relações contruídas visaapontam para outra direção: a mobilização de interesses econômicos, que se sobrepõem às demandas pedagógicas. O *site* da revista, que tem sido legitimado como lugar de (re)produção de imagens do profissional e da própria revista, é palco para a emergência de discursos e o silenciamento de outros, dessa maneira, o acesso fácil que o *site* possibilita, aliado à noção de que a mídia é o lugar da imparcialidade, gera efeito de que a revista (e toda a engrenagem que a coloca em circulação) está apenas a serviço de (in)formar ao professor temas sobre a sua profissão. Nesse ambiente, é possível também ver-se uma descrição acerca da Associação Nova Escola, responsável pela publicação da revista. Assim, na aba “Quem somos”, tem-se:

A Associação Nova Escola é uma start-up¹³ de educação mantida pela Fundação Lemann e a marca mais reconhecida por professores de Educação Básica no Brasil. Nossa missão é fortalecer o educador para transformar o Brasil. Para isso, desenvolvemos produtos e serviços de excelência que valorizam os professores, facilitam seu dia-a-dia e apoiam sua carreira. A associação publica as revistas e sites NOVA ESCOLA e GESTÃO ESCOLAR, as maiores e mais tradicionais publicações para educadores do país. Temos cerca de 2 milhões de visitantes únicos por mês na nossa plataforma e cerca de 1,5 milhão de fãs no Facebook, o que nos permite conhecer bem nosso público. Somos parceiros do Google, Facebook, secretarias de educação e outras organizações que nos ajudam nesse desafio. (Disponível em <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em 28/09/2018)

O texto oferecido pela própria revista permite perceber como essa publicação se coloca em um lugar de instância de formação para o profissional docente, por meio dos materiais que

¹³ Segundo o *site* do Sebrae, esse tipo de empresa se caracteriza por: 1 – modelo de negócios é como a startup gera valor – ou seja, como transforma seu trabalho em dinheiro. Por exemplo, um dos modelos de negócios do Google é cobrar por cada click nos anúncios mostrados nos resultados de busca – e esse modelo também é usado pelo Buscapé.com. Um outro exemplo seria o modelo de negócio de franquias: você paga royalties por uma marca, mas tem acesso a uma receita de sucesso com suporte do franqueador – e por isso aumenta suas chances de gerar lucro; 2 – ser repetível significa ser capaz de entregar o mesmo produto novamente em escala potencialmente ilimitada, sem muitas customizações ou adaptações para cada cliente. Isso pode ser feito tanto ao vender a mesma unidade do produto várias vezes, ou tendo-os sempre disponíveis independente da demanda; 3 – ser escalável é a chave de uma startup: significa crescer cada vez mais, sem que isso influencie no modelo de negócios. Crescer em receita, mas com custos crescendo bem mais lentamente. Isso fará com que a margem seja cada vez maior, acumulando lucros e gerando cada vez mais riqueza. (Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-uma-startup,616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 29/09/2018)

veicula e da maneira como se mantém no mercado de periódicos especializados. A definição sobre quem é a Associação Nova Escola também oferece a possibilidade de pensar na inserção do produto revista especializada no ambiente virtual, por meio das informações sobre os dados numéricos dessa inserção. Vale ressaltar que, embora seja um periódico para professores, o uso do termo “fãs”¹⁴ para denominar aqueles que acompanham a revista pelo Facebook gera um deslocamento desse profissional para o lugar daquele que consome um produto e, por isso, pode ser considerado fã da publicação. Esse movimento também desloca o professor para o lugar de admirador do serviço oferecido pela publicação e não somente um profissional que utiliza o material como objeto de ensino, fazendo emergir o atravessamento das representações sobre o professor, que tem na sua imagem refratada (de profissional, de público, de personagem, etc.) a sustentação para os discursos que circulam nas revistas sobre seu trabalho.

Recuperando o texto que remete ao lugar da marca Nova Escola, descrita como a “mais reconhecida por professores de Educação Básica no Brasil”, o periódico inscreve seu lugar no mercado, o que é validado pelos números de venda da revista e dos produtos que ela faz circular. Além disso, na descrição também há informações sobre missão e objetivos, tais como “transformar o Brasil” ou desenvolver “produtos e serviços de excelência que valorizam os professores, facilitam seu dia-a-dia e apoiam sua carreira”, sempre buscando demonstrar como seu produto se diferencia dos demais e é um material de consumo pertinente ao trabalho do professor.

O breve histórico da revista, que demonstra sua permanência no mercado há mais de 30 anos, a descrição sobre Fundação Lemann e a Associação Nova Escola demonstram o porquê de a publicação ser uma das escolhidas para compor o *corpus* dessa pesquisa, pela visibilidade que a revista adquiriu ao longo dos anos e sua proposição como instância de formação para os professores, conforme se observa na definição de seu objetivo principal. Essa visibilidade pode ser constatada nos números apresentados pela própria revista, que apresenta 60 mil exemplares de tiragem mensal, 45 mil assinantes na revista digital e 2 milhões de visitantes em seu *site*, mensalmente. Os números confirmam que a revista é um material de consumo legitimado, assim como o amplo espaço de divulgação da revista (os números da revista impressos e em ambiente virtual, *site*, *blogs*, redes sociais) demonstram o alcance da publicação em diversos setores nos quais estão públicos também diversos, como professores, mas também gestores, alunos de cursos de graduação e pós-graduação, além de

¹⁴ Reconhece-se, nesse caso, uma linguagem que remete ao ambiente de circulação no qual a revista está inserido, isto é, o Facebook, uma rede social bastante utilizada por muitas empresas na atualidade.

outros sujeitos. A análise da mantenedora também permite a reflexão sobre a relação entre mídia, mercado e Estado, o que ratifica como as publicações especializadas colocam uma prática discursiva híbrida em funcionamento.

1.3.2 Revista Educação

A Revista Educação foi criada em maio de 1997 pela Editora Segmento e seu lançamento, segundo o *site* da revista, objetivou alcançar profissionais da área educacional de ensino básico. A revista apresenta-se como fonte de informação para professores e outros profissionais da área, propondo-se a abordar questões relacionadas a políticas públicas, inovações no setor, economia, literatura, pedagogia e cultura. A publicação justifica sua importância no mercado para o público docente pela equipe de jornalistas que compõe sua produção, assim como procura demonstrar a excelência do trabalho oferecido por meio dos prêmios que ganhou ao longo dos anos de publicação, informações disponíveis no site do periódico.

Segundo descrição disponível na própria publicação, é “destinada a mantenedores, educadores e interessados em educação”, o que indica o público a ser alcançado pela revista. Embora a publicação não seja direcionada apenas a professores, os textos publicados podem oferecer possibilidades de analisar os discursos que circulam sobre o trabalho do professor e como o trabalho do professor se constitui em sociedade. A publicação é composta pela oferta de artigos e de matérias sobre o trabalho em sala de aula, bem como aborda temas transversais, que tratam de questões relacionadas à gestão escolar, discussões sobre identidade profissional e sobre legislação da educação nacional. Dessa maneira, nota-se que a publicação tem um caráter mais abrangente que a Nova Escola, já que seu público também é mais amplo. Sobre a editora Segmento, que publica a revista, há a seguinte descrição, em sua página virtual:

Nascida no ano de 1993 tendo como principais características a aposta no bom jornalismo, o senso empreendedor e uma fina percepção do mercado, a Editora Segmento é, hoje, uma das principais referências brasileiras na produção de conteúdos sobre educação e gestão de pessoas. De seu primeiro título (**Cidades**, 1994) ao mais recente lançamento (**EI – Educação Infantil**, 2012), a empresa tem buscado oferecer um olhar sempre inovador sobre os temas a que se dedica, ancorando-se num competente time de jornalistas e de profissionais das áreas de apoio. Assim, ainda na década de 90, em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) e com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), transformou duas publicações de nicho – as revistas **Melhor Gestão de Pessoas** e **Ensino Superior** – em referências nacionais para os respectivos setores. As

publicações da área educacional são outros exemplos de inovação. Antes inimagináveis em formato de periódicos jornalísticos, os conteúdos sobre língua portuguesa e matemática transformaram-se em modelo utilizado até mesmo pelo Ministério da Educação, que distribuiu os títulos **Língua Portuguesa** e **Cálculo** para mais de 120 mil escolas públicas do país. Além delas, as revistas **Educação** e **Escola Pública** ajudam milhares de mantenedores, diretores, professores, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino a refletir sobre suas práticas e a dividi-las com seus pares. Em tempos de alta conectividade e de informação digital instantânea, as revistas têm importante presença na internet, com conteúdos exclusivos para esse meio. A linha de guias, voltada aos estudantes que buscam atualização permanente, oferece, além de anuários setorializados (**EAD, Pós-Graduação & MBA, Vestibular e Carreira, Tecnólogos, Guia da Boa Escola para seu filho**), um dos mais inovadores portais de busca da internet brasileira, o **www.guiasdeeducacao.com.br**. Com conteúdo noticioso e um sofisticado sistema de busca, o portal permite ao estudante procurar o curso e a instituição mais adequados às suas necessidades, nas mesmas áreas dos guias impressos publicados pela Segmento. A editora produz, ainda, diversos títulos especiais sobre educação, língua portuguesa e matemática, alguns realizados em parceria com instituições e profissionais de referência no ensino superior brasileiro. Muitos deles são utilizados em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de pedagogia e licenciaturas. (Disponível em <http://www.editorasegmento.com.br/editora.php>. Acesso em 01/10/2018)

A descrição da editora demonstra seu caráter comercial, que não está relacionado apenas a produtos concernentes à educação, mas também à gestão de pessoas, o que reitera também o perfil da revista Educação, que tem como público não apenas professores, mas também gestores e mantenedores da educação básica. Além disso, a descrição direciona para o lugar de excelência que a editora atribui a si mesma, destacando as características positivas do seu trabalho, como inovação e pessoal competente, o que valida, para a editora, o lugar de destaque no mercado de produção de revistas para o público docente.

Outro aspecto importante a destacar é a relação que a editora faz questão de pontuar com instituições de ensino. Essa relação deixa patente que as revistas fazem parte de uma engrenagem que movimenta um mercado efervescente, além de deixar claro que essas publicações colocam em funcionamento a prática discursiva híbrida, com saberes que vêm do mercado, da mídia e da academia. Em um primeiro momento, pela exposição de que o material criado pela editora com conteúdos de língua portuguesa e matemática foram distribuídos a escolas públicas, por meio de parceria com o Ministério da Educação. Além da afirmação de que materiais produzidos pela editora em parceria com instituições de ensino também servem como material de apoio em cursos de graduação e pós-graduação em pedagogia e licenciaturas, fazendo emergir, mais uma vez, a fronteira do Estado.

A inserção da editora no ambiente virtual também serve de destaque na descrição feita pela própria empresa, reafirmando o seu caráter mercadológico, que destaca o momento de “alta conectividade” pelo qual as sociedades atuais passam, o que demonstra a preocupação da empresa em estar em espaços que se apresentem como ambientes propícios à venda do

produto produzido. Assim, a editora demonstra perceber que esse é um espaço de importância para que seus produtos circulem, com a criação, inclusive, de materiais específicos para esse ambiente.

Dessa maneira, com base nos dados sobre o histórico da revista e da editora que a publica, justifica-se sua pertinência como fonte para esta pesquisa, que está em considerar-se que as discussões propostas pela publicação, bem como a amplitude do público-alvo da revista podem oferecer indícios interessantes para discutir essa prática discursiva, pois a ampliação do público ao qual a revista direciona seu produto também oferece indícios de formações discursivas cindidas que vêm de diversos lugares sociais e que permitem perceber a comunidade discursiva também cindida, por meio da inserção de outros profissionais, como os gestores escolares, por exemplo. Assim, o trabalho do professor emerge como uma atividade laboral que está atrelada a uma engrenagem institucional com outros profissionais como agentes. Além disso, a abordagem de questões sobre gestão nas instituições escolares sempre prevê o trabalho docente, por meio dos discursos sobre o trabalho do professor e das representações que são (re)produzidas sobre o professor, seja considerando-se esse profissional como objeto de crítica, que precisa estar em constante atualização profissional, seja considerando-se esse profissional como modelo de “como fazer”, por meio de depoimentos ou entrevistas com professores que utilizam e compartilham metodologias consideradas excelentes a ponto de estampar as capas das revistas.

1.3.3 Revista do Professor

A Revista do Professor foi criada em 1985 no Rio Grande do Sul pela Editora CPOEC, e desde 2012, é produzida pela Editora do Professor. A revista foi descontinuada em 2016 e, segundo seu *site*, se propunha a “compartilhar reflexões, projetos, relatos e atividades para a sala de aula que estimulem o professor a realizar trabalhos significativos e inovadores”. Com base na descrição feita pela revista, é possível depreender como a revista se propõe a oferecer ao professor maneiras de fazer seu trabalho, por meio das discussões que empreende, propondo-se a oferecer inovação ao fazer do profissional docente.

A revista, como material de consumo, precisa apresentar um diferencial que, segundo seu *site*, é a promoção do “diálogo entre professores da educação básica no País, por meio da troca de experiências pedagógicas”, tendo como público-alvo professores e alunos do curso de pedagogia e de licenciaturas, isto é, a revista também é direcionada a professores em

formação, o que demonstra a preocupação de se tornar material de (in)formação nas licenciaturas. Na publicação, chama a atenção a possibilidade de escritura de artigos para visitantes do *site*, o que pode oferecer importantes indícios de dispersão das formações discursivas construídas sobre o trabalho docente, por meio da fala encenada por profissionais de diversas áreas da Educação. Há a recomendação da própria revista de que os textos publicados contribuam para a “formação, reflexão e prática do professor”, isso aponta para a prescrição que põe em funcionamento relações interdiscursivas que colocam o trabalho do professor em cena.

Outro aspecto interessante é a possibilidade de encontrar-se textos escritos por docentes, o que poderá oferecer elementos para perceber como os professores, ao enunciarem publicamente, se posicionam em relação ao seu próprio trabalho, (re)produzindo imagens e representações de seu lugar docente. Dessa maneira, os dados da pesquisa permitirão analisar as diferentes vozes que circulam na cena midiática sobre o trabalho do professor, por meio, da enunciação do próprio profissional. O espaço oferecido aos professores nessas publicações colabora para a manutenção e (re)produção de representações sobre o seu trabalho, legitimadas pelo mídiun em que é aberto espaço para o professor enunciar, sem perder de vista que a fala do professor nessas publicações é autorizada para estar nessa cena, pois não se pode deixar de considerar que aquilo que é publicado passa por um trabalho editorial e o que emerge na materialidade linguística são indícios discursivos e não pontos de vista pessoais.

1.3.4 Revista Presença Pedagógica

A Revista Presença Pedagógica teve sua primeira edição lançada em 1995 e, segundo descrição em seu *site*, tem o objetivo de “estimular o debate sobre os desafios da educação no mundo contemporâneo e promover o diálogo entre a universidade e a educação básica”. Outra característica exposta como uma maneira de tornar o produto confiável para ser validado como material de consumo é o conselho editorial que é descrito como “formado por educadores e pesquisadores de universidades de diversas regiões do país” e seu público-alvo são professores formados e alunos dos cursos de Pedagogia.

A publicação também apresenta suas crenças e seus valores, entre os quais pode-se citar: formação e trabalho docente; valorização dos diversos sujeitos envolvidos no processo educacional; promoção de leitura; interdisciplinaridade; educação pela arte; utilização de novas tecnologias da informação e da comunicação na educação; participação da comunidade

na educação; parceria família-escola; inclusão; educação de qualidade para os que moram e trabalham no campo. A lista de crenças e valores oferece a possibilidade de pensar a maneira como a revista se apresenta para seu público, com a finalidade de mostrar-se preocupada com questões de ensino, mas também com a transversalidade que o ensino atual demanda. Quando se fala, por exemplo, da parceria entre família e escola, coloca-se outros sujeitos da comunidade escolar na cena, o que demonstra um olhar sobre aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atual orienta sobre a constituição da comunidade escolar.

O fato de alunos de pedagogia também comporem o público-alvo da revista é significativo, pois demonstra que, assim como a revista do Professor, a Presença Pedagógica confirma uma preocupação em oferecer material de consumo para os profissionais em formação, objetivo que é reforçado pela finalidade da revista, que se propõe a estabelecer um diálogo entre universidades e a educação básica e isso ocorre não somente pela venda das revistas, mas também por meio de parcerias que as editoras estabelecem para alcançar seu objetivo, o que valida a revista como um material de consumo que é também concebido como instância de formação para professores e para gestores da educação.

As editoras das revistas também representam um dado importante, pois o perfil dessas editoras no mercado pode oferecer indícios de seu interesse por investir em um material de consumo para profissionais docentes, pelo caráter comercial ou pelo perfil mais voltado para trabalhos específicos com a educação, o que demonstra que discutir educação pode ser lucrativo e, para essas editoras, a rentabilidade de abordar temas relacionados à educação mantém seus investimentos nesse tipo de publicação. A Editora do Professor é quem publica, atualmente, a revista Presença Pedagógica e publicou, até sua última edição, a Revista do Professor. Em descrição no *site* da editora, há o breve comentário:

Criada com a missão de contribuir para a melhoria da educação brasileira, a **Editora do Professor** publica revistas em versões impressas e digitais, obras para a formação de professores e livros destinados ao público infantojuvenil. A Editora do Professor é sediada em Belo Horizonte, MG. (Disponível em <http://www.editoradoprofessor.com.br/conteudo.php?LISTA=menu&MENU=32>. Acesso em 01/10/2018)

Segundo a descrição, a editora veicula revistas especializadas em educação e a própria editora se apresenta como uma empresa que visa “contribuir para a melhoria da educação brasileira”, demonstrando o caráter da empresa, voltada especificamente para produção de materiais nessa área. Há também uma breve apresentação do tipo de material produzido (revistas, obras para a formação de professores), direcionado ao público docente, além de livros direcionados ao público infanto-juvenil. Importante notar como a própria editora

apresenta como parte do seu material as obras para formação de professores, o que legitima essas revistas especializadas como mídiuns que se propõem a ser instância de formação aos professores, por meio do material que investem para oferecer ao público docente.

O histórico das revistas e a descrição das editoras dessas publicações especializadas demonstram como o mercado desse tipo de periódicos é movimentado, pois mantém produtos no mercado há muitos anos, bem como existem empresas que investem nesse tipo de produto e se especializam também na produção de material para esse público específico. Vale também ressaltar que a inserção do Estado pode ser vista nas descrições realizadas, por meio das parcerias que se estabeleceram entre as empresas e instâncias estatais que acabaram por fomentar a divulgação e até a permanência desses periódicos no mercado. A exemplo disso, tem-se a Fundação Lemann que mantém uma das maiores publicações especializadas no mercado, ao mesmo tempo em que interfere de maneira efetiva em políticas educacionais, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular, por exemplo. De maneira semelhante, as revistas que se propõem a criar materiais para a formação dos professores estão, de certa forma, intervindo nas políticas educacionais para a profissão.

Além da escolha das revistas e sua pertinência para este trabalho de pesquisa, é importante esclarecer sobre o recorte temporal, que foi definido com base no número de edições anuais e levando-se em consideração a exequibilidade da pesquisa. Sobre a quantidade de edições anuais das revistas, tem-se: a Revista Nova Escola publica 10 edições por ano, pois nos meses de janeiro e julho não há publicação da revista; a Revista Educação publicou, em 2016, 11 edições e, em 2017, 10 edições; a Revista do Professor tem edições trimestrais, com um total de 4 revistas por ano e, por fim, a Presença Pedagógica publica a cada dois meses, perfazendo um total de 6 revistas por ano. O recorte temporal, considerando-se o número de edições, foi de 2 anos (2016 e 2017), que foi determinado pelos caminhos da pesquisa, considerando-se o cronograma para conclusão da tese. Apenas a Revista do Professor terá recorte temporal diverso (2015 e 2016), pois essa publicação foi descontinuada em maio do ano de 2016. A tabela a seguir esclarece os números que foram citados:

Tabela 1 – Número de edições das revistas (por ano)

REVISTA	ANO	NÚMERO DE EDIÇÕES
Nova Escola	2016	10
	2017	10
Revista Educação	2016	11
	2017	10
Presença Pedagógica	2016	6
	2017	6
Revista do Professor	2015	4
	2016	2
TOTAL: 59 REVISTAS		

Fonte: Dados sistematizados para a pesquisa.

Depois de selecionadas as revistas, realizar-se-á a análise da materialidade discursiva, fundamentada pelas noções teóricas que fundamentam as análises. Entende-se, desse modo, que, a partir da perspectiva teórico-metodológica adotada, será possível empreender um gesto de leitura que cumpra o objetivo de demonstrar como o trabalho do professor se constitui discursivamente em textos veiculados nos mídiuns e como esses discursos são (re)produzidos e legitimados socialmente, por meio dos indícios que a materialidade linguística permite perceber.

1.4 Análise do Discurso: conceitos e diálogo interdisciplinar

A Análise do Discurso é uma disciplina de interpretação que permite diálogo entre diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Psicanálise, a História, as Ciências Sociais. Da contribuição dessas diversas áreas, surge a cada pesquisa um olhar sobre os discursos, que permite pensar as relações que os discursos fazem emergir na sociedade, em interfaces entre a linguagem, mídia e trabalho, por exemplo, sobre as quais se faz necessário um olhar que contemple as relações interdiscursivas, mas também sociais dessas áreas de interação. Um dos autores que fundamenta as pesquisas em Análise do Discurso é Dominique Maingueneau, que postula conceitos como o de prática discursiva, para analisar os discursos sob o ponto de vista linguístico, mas também social. O autor afirma que

O interesse que governa a análise do discurso seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une

por intermédio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo pertence simultaneamente ao verbal e ao institucional: pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso. (MAINGUENEAU, 2007, p. 19)

Os estudos em Análise do Discurso consideram a materialidade linguística, embora ela não seja vista como única dimensão a analisar, pois também são pensados os lugares de enunciação. Para Maingueneau (2007), o linguístico está sempre em relação a um lugar social que é mobilizado no momento da enunciação. O autor aponta para o objetivo de uma pesquisa em Análise do Discurso, que não se restringe apenas à materialidade linguística, mas a relação que se estabelece entre a enunciação e sua dimensão social: formações discursivas e comunidades discursivas que compõem a prática discursiva. Assim, para analisar discursos, segundo o autor, é preciso que se conceba as duas dimensões, social e textual, para que se possa discutir os discursos em sua complexidade.

Justamente por considerar a dimensão social, a língua para a Análise do Discurso é considerada opaca e heterogênea. Essa opacidade da língua está relacionada aos efeitos de sentido, que são mobilizados no momento da enunciação. Segundo Possenti (2001, p.46), “a AD não pode aceitar que o efeito de sentido seja um efeito que se produza no instante mesmo da enunciação, com base numa certa relação entre significantes.”. Possenti (2001), nesse sentido, fomenta a discussão sobre o funcionamento discursivo, defendendo que no momento da enunciação há uma retomada de sentido construído anteriormente, o que não reduz a possibilidade do efeito que o sentido pode tomar, pois é na enunciação que esses efeitos se constroem, porém, retomando sentidos outros já enunciados. Dessa maneira, a noção estruturalista de significante é insuficiente na perspectiva discursiva, pois o sentido, considerado como efeito, é construído em relações que extrapolam o momento da enunciação. Para Possenti (2001, p. 50), “o sentido de uma palavra é um conjunto de outras palavras que mantêm com ela uma certa relação”.

Dessa forma, compreende-se que palavras e enunciados geram efeitos de sentido que estão relacionados a outras formulações, ou seja, a uma memória do dizer, que é retomada na enunciação, mas que também sofre reformulações. Os efeitos de sentido são, segundo o autor, efeitos de relações interdiscursivas e não devem ser considerados, em uma abordagem discursiva, de maneira restritiva, considerando-se somente os efeitos de significantes. Mostra-se, dessa maneira, que os efeitos de sentido demonstram a relação entre a memória do dizer e o novo, que ocorre na enunciação, e a discussão sobre esses efeitos mobilizados na

enunciação é um dos objetivos do analista do discurso, fomentando questões que digam respeito às relações estabelecidas discursivamente e socialmente.

1.4.1 Conceitos-chave mobilizados e sua relação com o objeto de estudo

A noção de discurso está diretamente relacionada aos efeitos de sentido que os enunciados assumem, dependendo das suas condições de produção. E a relação entre sujeitos, história e linguagem é que permite o surgimento dos discursos que se vê circular, no caso deste trabalho de pesquisa, na cena midiática, com um recorte nos discursos sobre o trabalho do profissional docente e os discursos sobre sua formação. A circulação dos discursos sobre o trabalho e sobre a formação, objeto de estudo dessa pesquisa, ajudam a compreender como o fazer do professor é constituído nessa cena.

Os enunciados se tornam discursos quando os efeitos de sentido gerados pela materialidade dos textos se inserem numa cadeia histórica na qual respondem a outros enunciados e, ao mesmo tempo, se relacionam a um jogo de posições subjetivas. Isso quer dizer que um sujeito, ao enunciar, (re)produz discursos por meio dos quais se posiciona como um sujeito social e histórico que ocupa um lugar de onde enuncia – enunciado este propenso a gerar efeitos de sentido por meio de sua interpretação por outros sujeitos. Segundo Foucault (1987, p. 144), “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”, compreendendo, assim, como os discursos sobre o trabalho do professor que circulam na cena midiática podem legitimar crenças sobre a profissão e imagens sobre o profissional, por meio da (re)produção de dizeres que significam em determinado tempo e espaço.

Com base em pesquisa empreendida no mestrado, notou-se que o lugar ocupado pelo professor, quando toma a palavra na cena midiática, é um lugar que procura alcançar a condição de direção intelectual e moral para dizer o que dizem, isto é, esses profissionais buscam legitimar seu lugar de autoridade no assunto para fundamentar o lugar requerido na cena midiática e os discursos que circulam nas revistas especializadas legitimam essa representação de autoridade, abrindo espaço para professores que servem de modelo aos demais profissionais, por meio de depoimentos baseados em práticas “inovadoras” ou “que dão certo”. Porém, não conseguem ocupar, nesse ambiente, a mesma visibilidade que os especialistas que assinam as matérias que noticiam os problemas da educação e, como pano de fundo, do trabalho do professor, já que a constituição da autoridade respeita uma demanda específica desse lugar no qual os mídiuns circulam.

Por isso, se não conseguem um consentimento majoritário em relação aos grupos a que se direcionam (sua própria classe), continuam buscando lugares de dominação, com o objetivo de colocar em funcionamento o poder que a palavra encenada publicamente assume. O espaço reservado aos professores pode ser considerado um desses espaços de dominação concedido ao professor, embora o lugar seja autorizado pela revista, ou seja, a fala que aparece nas publicações não é a de um professor, mas do professor que constitui a representação de carreira e de profissional que a revista (re)produz. Nesse contexto, esse profissional busca alcançar o mesmo destaque dos profissionais que estão na cena midiática (jornalistas, editores, etc.) e, para tanto, (re)produzem os discursos que circulam socialmente sobre o trabalho docente, corroborando o caráter prescritivo dos discursos que aparecem nesse lugar.

Assim, essas diversas vozes que aparecem nas revistas especializadas atuam no funcionamento da prática discursiva que caracteriza essas publicações e esse conceito se inscreve como fundamental para este trabalho de pesquisa, buscando-se analisar as relações que se estabelecem na interface discurso, trabalho e mídia, quando se trata do fazer profissional do professor, que aparece nessa cena. Nesse sentido, é importante discutir como os discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação constituem imagens desse profissional e essas representações do profissional legitimam discursos e posicionamentos, portanto, os discursos que circulam nas revistas, aqui considerados como constituintes da prática discursiva que essas publicações colocam em movimento, oferecem elementos para uma discussão que considere a materialidade linguística, assim como a construção social e discursiva sobre o trabalho do professor.

O conceito de prática discursiva foi postulado por Foucault (1987) e é discutido neste trabalho como uma noção fundante, que ancorou o trabalho de Maingueneau (1997) sobre o mesmo conceito. Este autor inseriu a noção de comunidade discursiva ao conceito, o que promoveu um deslocamento, já que essa noção pode ser compreendida como a um corpo social que (re)produz e faz os discursos circularem socialmente. Para o autor, “O espaço de enunciação, longe de ser um suporte, um quadro exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento de ‘portavozes’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 54). Percebe-se, dessa maneira, que para o autor, não existe relação de exterioridade entre o funcionamento da comunidade discursiva e da formação discursiva que essa comunidade faz circular.

Para discutir a prática discursiva, Foucault (1987) convoca a noção de posições subjetivas, sobre as quais afirma que este sujeito não deve ser considerado como indivíduo, por suas características individuais, como o sujeito consciente da Pragmática, mas como aquele que coloca em movimento os discursos e relações de poder, deixando emergir o funcionamento dos discursos e das regras anônimas sobre as quais o autor se refere. Para discutir a dispersão do sujeito do discurso (e da prática discursiva), o autor empreende um percurso sobre o discurso dos médicos, em que pontua os lugares ocupados por esse profissional.

Para ele, o discurso do médico, por exemplo, não é apenas de um indivíduo com diploma de medicina, mas de uma posição ocupada em um entrecruzamento de relações que dizem respeito à constituição do profissional em sociedade, a autoridade desse profissional para dizer o que diz, os documentos que são próprios da profissão, desde regulamentos até relatórios de pacientes, todo esse conjunto de regras anônimas, de sujeitos, de lugares institucionais, de saberes mobilizados determinam o funcionamento dos discursos, entendido como prática. Da mesma maneira, pode-se considerar que os discursos sobre o trabalho do professor não ficam restritos à classe docente, assim como o profissional que tem seu trabalho estampado nas páginas da revista não é a representação de um indivíduo, mas carrega discursos e representações sociais sobre a profissão e sobre o profissional, com a (re)produção de um professor idealizado e seu avesso, o professor que não segue o modelo e, por isso, é representado como mau profissional.

O sujeito, nessa perspectiva, não pode ser considerado como um indivíduo que ocupa lugares justapostos, mas deve ser pensado como posições assumidas e inseridas num feixe de relações que são condição para sua constituição subjetiva, que é mobilizada por meio dos discursos que esse posicionamento faz circular. Esse sujeito é, portanto, efeito e intermediário da reprodução de poderes determinadas pelas regras anônimas que determinam os saberes de uma formação discursiva e o fazem circular em tempo e espaço determinados.

Para Maingueneau (1997), aporte teórico central deste trabalho de pesquisa, é necessário que dois outros conceitos sejam considerados, para se pensar o discurso como prática: o de formação discursiva e o de comunidade discursiva. Segundo o autor, para que se considere o funcionamento de uma prática discursiva é preciso que esses dois outros conceitos estejam em relação. O autor define a prática discursiva descrevendo-a da seguinte forma:

A noção de “prática discursiva” integra, pois, dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamamos de comunidade discursiva, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva. A ‘comunidade discursiva’ não deve

ser entendida de forma excessivamente restritiva: ela não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida. [...] É preciso deixar bem claro que visamos aqui aos grupos que existem unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos, e não aos grupos que encontrariam sua razão de ser em outro lugar” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56, grifos do autor).

Ao postular o conceito de formações discursivas, Maingueneau (2008a) o faz considerando-as unidades não-tópicas, que ele diferencia das unidades tópicas (territoriais e transversas¹⁵). Assim, as formações discursivas terão suas fronteiras delimitadas pelo pesquisador, que pode lançar mão de *corpora* com diversidade de tipos e gêneros de discursos, bem como pode misturar *corpus* de arquivos e *corpus* construídos, com entrevistas, questionários, etc. (MAINGUENEAU, 2008b). Importante esclarecer que as fronteiras estabelecidas não restringem as formações discursivas a zonas insulares, mas permite fazer um recorte metodológico mais produtivo para analisar discursos, com base nos aportes teóricos que o pesquisador estabelecer para a sua pesquisa. Além do conceito de formação discursiva, Maingueneau (1997) discute a constituição da comunidade discursiva, para o funcionamento da prática discursiva. A respeito da constituição dessa comunidade, Maingueneau (1997) afirma que

(...) é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica. Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que *a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e a outra, a linguagem. A partir daí, *as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados*. (MAINGUENEAU, 1997, p. 55, grifos do autor)

As palavras do autor ajudam a construir a noção de prática discursiva, que está relacionada às duas instâncias do discurso: a textual, por meio das formações discursivas que são mobilizadas na prática discursiva; e a social, que permite emergir o funcionamento da comunidade discursiva que (re)produz a FD. A comunidade discursiva, segundo o autor, deve ser pensada como grupos que (re)produzem discursos e que permitem perceber o funcionamento desses discursos pela própria constituição do grupo que os fazem circular.

Com a finalidade de discutir a prática discursiva das revistas, com base nos postulados de Maingueneau (1997), espera-se encontrar, por meio do trabalho de análise, formações

¹⁵ Segundo Maingueneau (2008b), “há unidades que poderiam ser chamadas de unidades *territoriais*, que correspondem a espaços já ‘pré-delineados’ pelas práticas verbais. Pode-se tratar de *tipos de discurso* relacionados a certos setores de atividade da sociedade: discurso administrativo, publicitário, político etc., com todas as subdivisões que quisermos. [...] Em análise do discurso, recorreremos igualmente às unidades que poderíamos chamar de *transversas*, no sentido em que elas atravessam textos de múltiplos gêneros do discurso”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16-17, grifos do autor)

discursivas atravessadas e comunidades discursivas híbridas, que sustentam representações sobre o trabalho do profissional docente e sua profissão. É importante ressaltar, nesse contexto, que as comunidades que (re)produzem discursos não são mediadoras transparentes, mas constitutivamente opacas, assim como os discursos, pois não estão delimitadas de maneira estanque, mas são atravessadas por outras comunidades discursivas que reproduzem discursos tão cindidos quanto os grupos que os (re)produz. Os modos de organização dos sujeitos e de seus discursos devem ser considerados constitutivamente relacionados e heterogêneos, considerando-se que uma formação discursiva pressupõe e torna possível a constituição de um grupo ao qual está associada. Essas representações, ancoradas em imagens positivas e negativas do profissional docente, podem ser constituintes de uma FD do professor ideal e da comunidade que faz circular essa formação discursiva, aspectos que serão discutidos no capítulo de análise desta tese.

Além dos conceitos já citados, o de trabalho será abordado nesta tese como um de seus pilares, por a constituição discursiva do trabalho do profissional docente na cena midiática ser objeto de estudo desta pesquisa. A interdisciplinaridade que os estudos do discurso permitem aparecerá, mais uma vez, para a discussão desse conceito, que nesta tese será ancorado nos postulados das Ciências Humanas, em especial, nos estudos historiográficos. A ancoragem teórica será nos postulados de Michel de Certeau (1982, 1998), em que o autor faz um percurso no qual descreve o trabalho do historiador, fazendo reflexões sobre o fazer historiográfico.

Esse olhar empreendido pelo autor sobre os usos e as práticas cotidianas, característica que define os postulados teóricos de Certeau (1982, 1998), permite reflexões importantes que abrem espaço para novas possibilidades analíticas acerca da constituição do trabalho. Quando discute o fazer do historiador, o autor descreve processos, movimentos sociais e culturais que podem ser sistematizados e pensados por meio da escrita dessa história construída não apenas por documentos, mas por movimentos que definem uma “instituição do saber” (MAINGUENEAU, 2008a), isto é, cada “disciplina” determinaria uma lei e um grupo que segue essa lei, por meio dos discursos sobre o trabalho e sobre o fazer do profissional docente, com base no que Certeau (1982, 1998) discute acerca da escrita da história pelo historiador.

Pensar nesse percurso do autor é refletir sobre a constituição do trabalho como uma prática que se realiza socialmente. Dessa maneira, reitera-se a pertinência de ancorar o conceito de trabalho em Certeau (1982), pois esse autor lança olhar sobre as relações de trabalho e as práticas sociais, o que se coaduna com o olhar empreendido nesta tese, ao

discutir os discursos por meio de seu funcionamento social. Dessa maneira, ao discutir a Escrita da História, assim como a Invenção do Cotidiano, o autor coloca no centro da discussão o trabalho do historiador e as práticas sociais que são colocadas em funcionamento para que a história seja escrita.

Certeau (1982, 1998), ao discutir as maneiras pelas quais os sujeitos apropriam-se ou subvertem aquilo que lhes tenta controlar, moldar, produzir, fomenta a discussão sobre o trabalho e sobre o sujeito que (re)produz discursos sobre o trabalho, buscando compreender o papel de centralidade desse sujeito que coloca em funcionamento o fazer acadêmico, como é o caso do historiador estudado pelo autor. Importante perceber que havia o interesse em compreender o que há de singular naquilo que, cotidianamente, os sujeitos produzem, em especial, a discussão do autor abre espaço para pensar o profissional docente como uma prática do cotidiano em sociedade. Mostra-se, portanto, uma discussão produtiva quando se pensa na constituição do trabalho do professor em outra cena que não a escolar, mas a midiática.

Os modelos impostos nas práticas cotidianas, bem como maneiras de subvertê-los também são discutidos pelo autor, compreendendo-se essa subversão como movimento natural que emerge das próprias práticas cotidianas, já que ele pensa a “arte de fazer” como um movimento que permite singularidades que somente a presença subjetiva permite emergir. Assim, o autor permite um olhar que naturaliza o profissional como agente de seu fazer profissional e isso permite perceber o trabalho do professor de maneira mais ampla, que extrapola a educação escolar e mesmo essa instituição constituída fisicamente, com muros, salas e cadeiras, mas procurando pensar o trabalho do professor ultrapassando essas fronteiras, permitindo evidenciar as apropriações que são feitas desses saberes quando eles são postos em operação, dentro ou fora dos limites da instituição escolar.

No próximo capítulo serão discutidos os conceitos que norteiam a pesquisa realizada nesta tese, objetivando compreender como esses conceitos se apresentam de maneira fundamental para empreender uma discussão interdisciplinar e que reflita sobre o funcionamento da prática híbrida mobilizada nas revistas especializadas para o público docente.

CAPÍTULO II

PRÁTICA DISCURSIVA EM REVISTAS ESPECIALIZADAS: INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO DOCENTE

O conceito de prática discursiva estudado neste capítulo servirá de base para o trabalho de pesquisa empreendido para o desenvolvimento desta tese. A relevância em discutir as revistas especializadas ao público docente como prática discursiva está em compreender o funcionamento discursivo implicado para legitimar as orientações oferecidas para a condução das atividades dos docentes em um espaço midiático que se apresenta como espaço de formação profissional. Com o objetivo de discutir esse conceito que sustenta essa tese de doutorado, faz-se necessário se apoiar nos postulados de Foucault (1987) e Maingueneau (1997, 2008a)¹⁶, autores que servirão de aporte teórico para poder-se falar em prática discursiva. Além destes, os postulados de Certeau (1982, 1998) também servirão para fomentar a discussão sobre a centralidade das práticas discursivas nos contextos de trabalho, por meio de seus estudos sobre o trabalho do historiador.

Assim, com base nos três autores como pilares teóricos desse capítulo, alguns aspectos do conceito de prática serão discutidos, a saber: a noção fundante desse conceito, com base nos postulados de Foucault (1987); a indissociabilidade entre as dimensões social e textual para a noção de prática discursiva, com base nos postulados de Maingueneau (1997, 2008a); e a abordagem sobre as relações de trabalho, com base nos estudos de Certeau (1982, 1998).

¹⁶ Para a discussão do conceito de prática discursiva, servirá de aporte teórico os postulados de Foucault e Maingueneau. Em Foucault, esse conceito foi postulado em seu livro *Arqueologia do Saber*, cuja primeira edição data de 1969 e tornou-se um marco na bibliografia do filósofo. Para este trabalho, a edição utilizada será a de 1987. O mesmo conceito foi postulado por Maingueneau em diversos trabalhos, entre os quais o livro *Gênese dos discursos*. A edição desta obra utilizada neste trabalho de pesquisa será a de 2008, mas sua primeira edição foi publicada em 1984.

2.1 Prática Discursiva: uma noção fundante

Em sua obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (1987) discute diversos conceitos, entre os quais o de prática discursiva. Nesta seção, será abordado esse conceito, trazendo para a discussão as noções de formação discursiva, sujeito e enunciado, com o objetivo de compreender como a prática discursiva funciona, segundo os postulados teóricos de Foucault (1987). Para iniciar a discussão acerca desse conceito, faz-se necessário trazer as palavras do autor:

O discurso, pelo menos tal como é analisado pela arqueologia, isto é, no nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão. (FOUCAULT, 1987, p. 193)

O autor considera o discurso, no método arqueológico, uma categoria que transcende a materialidade textual. Não se trata da representação de um sujeito que toma a palavra e expressa suas ideias. Trata-se de considerá-lo como prática situada no limite entre o textual e o social, nem um nem outro, mas a coexistência de ambos. As formas próprias de encadeamento e sucessão às quais se refere o autor permitem pensar o funcionamento discursivo por meio de regras que lhe são próprias e que fazem emergir, na materialidade dos textos, relações estabelecidas socialmente. Assim, o autor discute a noção de discurso como prática, trazendo à luz os elementos constitutivos dessa prática: o sujeito que assume uma posição para enunciar e uma formação discursiva, elemento que emerge pela materialidade textual. O autor enfatiza que não se pode

confundi-la [a prática discursiva] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1987, p. 136, grifo do autor)

Foucault (1987), ao falar de prática discursiva, o faz por meio do estabelecimento de relações que são mobilizadas em determinado tempo e em determinado espaço. Para o autor, quando se fala de prática discursiva, ela não está relacionada às habilidades do sujeito que enuncia, à capacidade individual (ou racional) de alguém que toma a palavra em determinado contexto, mas permite pensar que há uma ordem anterior, que determina o aparecimento dos enunciados. O autor inaugura uma maneira de analisar discursos, embora seu objetivo não

fosse um estudo discursivo, fazendo emergir a reflexão sobre as relações estabelecidas entre sujeitos, instituições, poderes instituídos. Por meio de um método que concebe regras de funcionamento dos discursos como prática, ele introduz um postulado importante para a análise de discursos. A prática discursiva, segundo o autor, está relacionada ao sistema de formação¹⁷ dos discursos, sistemas que estão na fronteira dos discursos, na qual são definidas as regras específicas que fazem com que a prática discursiva exista como tal. Lecourt (1996) afirma que

A categoria de “prática discursiva”, proposta por Foucault, é o indício dessa inovação teórica, no fundo materialista, que consiste em não aceitar nenhum “discurso” fora do sistema de relações materiais que o estruturam e constituem. Essa nova categoria estabelece uma linha divisória entre a *ArcheologieduSavoir* *LesMots et lesChoses*. Mas é preciso evitar mal-entendidos: por “prática” não se entende a atividade de um sujeito, e sim a existência objetiva e material de certas regras às quais o sujeito tem que obedecer quando participa do “discurso”. (LECOURT, 1996, p. 51, grifos do autor)

Lecourt (1996) cita as regras que aparecem nos postulados de Foucault (1987), regras que não só motivam o aparecimento de uma FD e, por consequência, de uma prática discursiva, mas também regras que impõem ao sujeito mecanismos de funcionamento e relações que se estabelecem discursivamente, fazendo com que o sujeito que enuncia assuma uma posição-sujeito. Nota-se, assim, que existe um sistema de formação dos discursos e que esse sistema de formação faz emergir as relações que se estabelecem entre elementos de naturezas diversas, tais como instituições, sujeitos, poderes. Segundo Foucault (1987),

Conjunto de regras para uma prática discursiva, o sistema de formação não é estranho ao tempo. Não reúne tudo que pode aparecer, através de uma série secular de enunciados, em um ponto inicial que seria, ao mesmo tempo, começo, origem, fundamento, sistema de axiomas, e a partir do qual as peripécias da história real só se desenrolariam de maneira inteiramente necessária. O que ele delineia é o sistema de regras que teve de ser colocado em prática para que tal objeto se transformasse, tal enunciação nova aparecesse, tal conceito se elaborasse, metamorfoseado ou importado, tal estratégia fosse modificada – sem deixar de pertencer a esse mesmo discurso. (FOUCAULT, 1987, p. 82)

Pensar nesse sistema de formação possibilita refletir sobre as relações que são construídas na prática discursiva das revistas especializadas, por meio das regras que fazem com que os sujeitos que incorporam os discursos que circulam nessas publicações enunciem da maneira como enunciam e não como outra qualquer. Nesse sentido, importa refletir sobre relações que são constituídas entre os elementos apontados pelo autor (instituições, técnicas,

¹⁷Segundo Foucault (1987, p. 80-81), quando se fala de um sistema de formação, não se compreende somente a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos), mas seu relacionamento – sob uma forma bem determinada – estabelecido pela prática discursiva.

grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos) e que podem ser recuperadas na materialidade dos textos veiculados nesse tipo de publicação.

Essas relações estabelecidas pelo sistema de formação dos discursos não são internas nem externas ao discurso, mas estão no seu limite. É compreendendo essas relações que se pode compreender o discurso como prática. As regras sobre as quais o autor fala não são da ordem da imposição, mas da construção histórica de relações discursivas estabelecidas no dizer de uma formação discursiva. Da mesma maneira, as regras anônimas que são descritas por Foucault (1987) não estão relacionadas ao sujeito psicológico, mas ao discurso que emerge na enunciação. Assim, ao falar de prática discursiva, segundo esse autor, não se pode perder de vista a importância da história, pois as regras que são estabelecidas anonimamente para que uma prática discursiva possa ocorrer não podem ser consideradas como alheias ao tempo. O estabelecimento dessas regras ocorre em determinado tempo e esse é um elemento que se apresenta como importante nos postulados de Foucault (1987). Quando fala de história, o autor não se refere à cronologia de aparecimento de enunciados, mas às relações que se estabelecem em um tempo determinado para que a prática discursiva apareça, uma historicidade que permite pensar o funcionamento de uma cadeia discursiva.

Não importa saber se uma série de enunciados é origem ou fundamento de um discurso, mas importa saber qual sistema de formação é possível notar, por meio das regras anônimas que essa série de enunciados mobiliza para que a prática discursiva funcione como tal. A história citada pelo autor aparece como um elemento que contribui para o estabelecimento das regras anônimas sobre as quais ele discute. Na história está inscrito o processo pelo qual um objeto se transforma, uma enunciação aparece, um conceito é elaborado. Esse percurso pode ser recuperado por meio da história que não é delimitada pelo tempo que levou para ser construída, mas pelas relações discursivas que se estabeleceram ao longo dessa construção.

Pensando no conceito discutido por Foucault (1987) em relação ao objeto de pesquisa desta tese, é possível refletir que a prática discursiva nas revistas especializadas pode oferecer a possibilidade de pensar o trabalho do professor, por meio das relações que se estabelecem nessas publicações, buscando compreender e analisar como o sistema de formação dos discursos sobre o trabalho docente emergem nessas revistas e que posições os sujeitos ocupam nessas publicações para enunciar. Esse sistema de formações será analisado por meio das relações que sujeitos, instituições, poderes envolvidos aparecem nas publicações.

A concepção de que há um sistema de formações implica considerar que esses sistemas permitem pensar a prática discursiva por meio dos movimentos de dispersão, já que essa dispersão possibilita a reflexão sobre a descontinuidade do sujeito que enuncia, um sujeito no qual não se discute a intenção ou consciência. Assim, é possível empreender um estudo sobre a noção de prática discursiva, trazendo para a discussão a noção de formação discursiva que, segundo Foucault (1987), obedece a regras de dispersão e regularidade para que seja descrita em um determinado número de enunciados.

Para Foucault (1987), o discurso não deve ser considerado de maneira homogênea, já que existem regularidades entre as formações discursivas, mas existem também dispersões, ou seja, não se pode falar em “discurso pedagógico”, por exemplo, sem considerá-lo em sua dispersão, sem considerar as relações que foram construindo esse discurso ao longo do tempo, para assim chegar a regularidades observáveis. É imperativo pensar nas relações que permitem a emergência de uma formação discursiva, pois são essas relações que oferecem a possibilidade de pensar as regularidades e os movimentos de dispersão que determinam o aparecimento de uma FD. Os movimentos de regularidade e dispersão são, para Foucault (1987), o que constituem uma FD e o que nos permite estabelecer limites para essa FD, embora esses limites não possam ser delimitados cartesianamente, de maneira objetiva, mas podem ser estabelecidos por meio das relações que são construídas pela materialidade dos enunciados. Segundo Foucault (1987),

Não se trata de fazer seu levantamento exaustivo, de estabelecer os traços que podem ter em comum, de tentar classificá-los, de medir-lhes a coerência interna ou testar sua compatibilidade mútua; não se toma como objeto de análise a arquitetura conceitual de um texto isolado, de uma obra individual ou de uma ciência em um dado momento. Colocamo-nos na retaguarda em relação a esse jogo conceitual manifesto; e tentamos determinar segundo que esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais. (FOUCAULT, 1987, p. 66-67)

Foucault (1987) esclarece que seu objetivo, ao postular o conceito de FD, não é criar listas de enunciados, muito menos comparar seus traços comuns, mas colocá-los em relação uns com os outros. Somente assim será possível analisar discursos e constituírem-se discussões acerca da importância dessa análise para determinado campo de pesquisa. Dessa maneira, interessa refletir, nessa pesquisa, sobre as relações estabelecidas entre os discursos

sobre o trabalho do professor nas revistas especializadas para o público docente, objetivando discutir essa prática discursiva fronteiriça, que é constituída na cena midiática.

O problema de classificar, padronizar elementos, sujeitos, instituições oferece, segundo o autor, a dificuldade de parte daquela materialidade só fazer sentido dentro de um conjunto de elementos que vêm a priori, ou seja, a materialidade só funcionaria dentro de uma cadeia simbólica que conferiria sentido ao que se diz no momento. No entanto, Foucault (1987) esclarece que analisar discursos dessa maneira deixa de lado as continuidades irrefletidas dos discursos que se pretende analisar, pode deixar passar a complexidade dos discursos, pela necessidade de classificá-los ou padronizá-los em continuidades que estão dadas em uma primeira análise.

Pode parecer paradoxal refletir sobre as palavras de Foucault (1987) que afirma ser a FD concebida por movimentos de dispersão e regularidade, ao mesmo tempo que afirma que as classificações não são suficientes para analisar discursos. No entanto, o autor oferece a possibilidade de refletir sobre discursos de maneira complexa, permitindo notar que as regularidades sobre as quais trata não estão no nível da classificação, mas das relações estabelecidas entre sujeitos que enunciam, relações de poder que são legitimadas na materialidade da enunciação e não apenas por classificações que reduzem os discursos à materialidade textual ou modos de dizer dos sujeitos que enunciam. Esses aspectos podem ser importantes para analisar discursos, mas isoladamente não são suficientes para considerar o aparecimento de uma FD.

Dessa maneira, a prática discursiva nas revistas especializadas é construída com base nas relações, que implicam relações de poder, que conferem a essas publicações a legitimidade de lugar de discussão sobre o trabalho do professor. São essas relações de poder que deslocam o docente para o lugar de consumidor, pois as revistas inscrevem seu lugar de autoridade sobre o trabalho docente, por meio da veiculação de matérias jornalísticas ou depoimentos que digam ao professor como agir em sala de aula. Assim, é importante analisar como as relações se estabelecem para a construção da prática discursiva nas revistas, sem o interesse de criar listas de enunciados, mas com a finalidade de pensar as relações que ocorrem para que um suporte que circula na cena midiática assuma a posição de autoridade para falar sobre a profissão, criando imagens do profissional e “verdades” sobre o seu fazer profissional.

As revistas especializadas inscrevem seu lugar de poder, de autoridade, para enunciarem sobre o trabalho do professor e (re)produzir imagens desse profissional e de sua

profissão, por meio de seu modo de enunciação, que permite emergir a prática híbrida que qual circulam dizeres da academia, da mídia e do mercado. Essas publicações oferecem a possibilidade de pensar a prática discursiva e como ela aparece na relação com outras práticas que Foucault (1987) classifica como não discursivas¹⁸, pois ajuda na construção de imagens sobre o trabalho docente, imagens que são (re)produzidas discursivamente, mas que deixam emergir relações econômicas, políticas, pedagógicas no trabalho desse profissional.

Importa notar não apenas o que há de regular na FD, mas conceber que o movimento de dispersão é tão importante para a construção de uma FD, que o autor os coloca como imprescindíveis para se considerar que há, de fato, o aparecimento dessa FD apontada pelo analista. Quando se analisam discursos, embora se conceba um já-dito, eles devem ser considerados como um “jamaís-dito” (FOUCAULT, 1987), algo que guarda em sua essência o novo que somente a materialidade do acontecimento pode oferecer. Nesse sentido, a classificação pura e simples por traços específicos ou por tipos institucionalizados, como discurso pedagógico ou discurso literário, não bastam para compreender e analisar aspectos tão complexos como são aqueles que definem uma FD. Segundo o autor,

[...] uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar. (FOUCAULT, 1987, p. 50)

Nota-se que o autor fala em conjunto semelhante, que aponta para o que há em comum, mas fala também em exclusão, muito mais do que aproximação, o que parece apontar para uma direção diferente daquela que se constrói, quando se quer estabelecer relações entre elementos. A maneira mais corriqueira de se padronizar algo é buscar o que há de comum entre suas partes, para assim estabelecer uma classificação que permita dizer que se está falando da mesma coisa. O que Foucault (1987) propõe é o avesso disso, um gesto que analise regularidades, mas dispersões também, encontrando relações entre os discursos que não se restrinjam àquilo que está dado a priori, mas que enseje novas enunciações. Assim como fala em regras anônimas, Foucault (1987) também fala dispersão anônima, que é assim considerada porque é determinada por aquelas regras anônimas sobre as quais o autor discute, reproduzidas socialmente e não individualmente. O movimento de dispersão anônima permite refletir sobre o processo de análise do discurso como algo semelhante ao fazer arqueológico,

¹⁸O autor se refere, em sua teoria, a práticas pedagógicas, políticas, econômicas, cotidianas. Essas práticas ele nomeia de práticas não discursivas. (FOUCAULT, 1987, p. 75).

no qual se buscam partes de um mesmo “corpo discursivo”, partes da enunciação que se constitui ao buscar vestígios de regularidade, com base em esquemas de sentido, que

[...] permitem descrever não as leis de construção interna dos conceitos, não sua gênese progressiva e individual no espírito de um homem, mas sua dispersão anônima através de textos, livros e obras; dispersão que caracteriza um tipo de discurso e que define, entre os conceitos, formas de dedução, de derivação, de coerência, e também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento etc. (FOUCAULT, 1987, p. 66)

A gradação descrita pelo autor (dedução, derivação, coerência, incompatibilidade, entrecruzamento, substituição, exclusão, alteração recíproca e deslocamento) remete ao trabalho arqueológico, que busca encontrar um corpo inteiro e que o faz por meio da reconstituição de suas partes e pela busca constante (e incerta) de vestígios que ajudem a construir um fóssil. E esse fóssil não será mais aquilo que foi em vida, pois sua composição já foi modificada, já não pode mais ser chamado de corpo, pois sua estrutura não é mais a mesma. Da mesma maneira ocorre com os discursos, pois a maneira como eles serão encontrados na materialidade da enunciação ajudará a construir regularidades, mas nunca representará exatamente a profundidade de uma formação discursiva, porque o discurso como objeto de pesquisa sempre trará uma característica marcante: a opacidade, sobre a qual o autor trata quando fala sobre o método arqueológico:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. (FOUCAULT, 1987, p. 159, grifos do autor)

Dessa maneira, é importante considerar a noção de formação discursiva, levando em conta que ela é formada por enunciados diversificados, mas que obedecem a regras da prática discursiva na qual estão inseridos. Essas FD podem ser enunciadas por diferentes posições sujeito, mas será possível perceber regularidades que são próprias da formação discursiva em que esta posição-sujeito se inscreve. Ao afirmar que o discurso não deve ser concebido como *documento*, o autor possibilita pensar no discurso como algo complexo, opaco e não como a representação do pensamento de um sujeito que toma a palavra e enuncia conscientemente. Para compreender o conceito de FD, é necessário compreender que a linguagem não é transparente, mas opaca e essa opacidade, que não é apenas da linguagem, mas dos discursos, permite pensar no movimento de dispersão, naquilo que faz com que uma formação discursiva seja constitutivamente heterogênea, atravessada por outras formações discursivas.

Nota-se, dessa maneira, que a noção de formação discursiva, segundo os postulados de Foucault (1987), deve ser considerada em termos de prática discursiva em meio a outras práticas que se estabelecem socialmente, respeitando a configuração de saberes de uma época, saberes que estão imbricados às relações de poder, estabelecidas naquele momento específico. A discussão acerca das práticas não discursivas permite refletir sobre elementos importantes que Foucault (1987) afirma que são as relações sociais envolvidas nas práticas discursivas e que essas práticas não discursivas apontam para o caráter histórico e social dos discursos. Por considerar os aspectos sociais, Foucault (1987) traz à luz, além da formação discursiva, o sujeito que assume uma posição para enunciar no interior dessa FD. Mas que sujeito é esse que Foucault (1987) discute? Qual sua importância para este trabalho de pesquisa? Esses questionamentos ajudam a compreender as vozes discursivas que circulam nessa cena de enunciação.

Quando se pensa em sujeito, nos estudos da linguagem, muitas abordagens são possíveis e muitas noções já foram postuladas, algumas apontando para a consciência de um sujeito que enuncia, outras que dizem respeito à constituição de um sujeito por meio de seus atos de fala, outras, ainda, que concebem um sujeito que representa uma comunidade linguística, por meio da maneira como enuncia, pelas escolhas lexicais que direcionam seu modo de falar/escrever. Foucault (1987) se distancia de todas essas abordagens que concebem o sujeito como indivíduo, com particularidades de alguém que toma a palavra. Nos postulados do autor, o sujeito não pode ser concebido como uno, fechado, já que se constitui em um contexto¹⁹sócio-histórico, ele só existe em convergência com outros sujeitos e outros discursos, que o levam a incorporar aquelas formações discursivas nas quais se inscreve. O sujeito discutido pelo autor está sempre relacionado àquilo que ele chama de modalidade de enunciação, que

[...] em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. (FOUCAULT, 1987, p. 61, grifos do autor)

¹⁹Para Foucault (1987, p. 112), “a relação contextual não é a mesma entre uma frase e as que a envolvem, caso se trate de um romance ou de um tratado de física; não será a mesma entre uma formulação e o meio objetivo, caso se trate de uma conversa ou de um relatório de experiência. É sobre uma relação mais geral entre as formulações, sobre toda uma rede verbal que o efeito de contexto pode ser determinado”.

O autor fala em posições ocupadas e é importante notar que essas posições estão relacionadas às relações estabelecidas discursivamente, aos lugares e ao status que esse sujeito ocupa para enunciar. Há um distanciamento da noção de sujeito como indivíduo, quando o autor afirma que as modalidades de enunciação não remetem à “função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão”, então, o sujeito também se constitui, para Foucault (1987), por meio de movimentos de dispersão, que recupera o conceito de prática discursiva, no sentido que a prática discursiva determina as modalidades de enunciação e essas modalidades constituem a posição sujeito. Para o autor, a identidade do sujeito é concebida em um campo heterogêneo e os efeitos de sentido se realizam na materialidade dos enunciados, mas não são determinados somente pela tomada da palavra por alguém que fala ou escreve. Em Foucault (1987), a noção de sujeito está sempre relacionada aos modos de enunciar e, para o autor, os enunciados sempre pertencerão a uma formação discursiva, dessa maneira, a noção de enunciado é importante para perceber como os dois outros conceitos colocam a prática discursiva em funcionamento. Para ele, ao examinar o enunciado,

[...] o que se descobriu foi uma função que se apoia em conjuntos de signos, que não se identifica nem com a “aceitabilidade” gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se realizar, um referencial (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização). (FOUCAULT, 1987, p. 133, grifos do autor)

Ao discutir a profundidade do enunciado, Foucault (1987) propõe refletir sobre o aparecimento daquele enunciado e não outro naquela enunciação. Quais são as relações estabelecidas entre enunciados, que motivam o aparecimento de uma maneira de enunciar e não outra? Interessa discutir quais são as regras anônimas que motivam o singular enunciado que vem à tona no momento em que o sujeito enuncia. Quais relações entre sujeitos, enunciados, instituições, poderes se estabelecem e criam regras próprias e anônimas que levam a uma enunciação singular?

Além disso, o autor aponta quatro aspectos para aquilo que concebe como a constituição de um enunciado, a saber: **um referencial**, que é o lugar no qual podem ser estabelecidas correlações que colocam em funcionamento a prática, por meio da constituição de uma cadeia de sentidos que se constrói. É esse referencial que define as possibilidades de aparecimento e de apagamento e que confere ao enunciado o estatuto de poder aparecer

naquela enunciação; **um sujeito**, uma posição que pode ser ocupada por diferentes indivíduos, mas que não é criada por eles e nem depende deles para existir. O sujeito do enunciado, por ser uma posição, não depende de um sujeito específico que pode dizê-lo, mas requer a existência da posição-sujeito, que qualquer indivíduo poderá ocupar ao enunciar; **um campo associado**, noção que permite compreender que um enunciado, na prática discursiva, sempre está em relação a outros enunciados, ele nunca será neutro, mas sempre estará relacionado a outros. O domínio de coexistência ao qual se refere o autor permite pensar a relação entre discurso e história de uma outra maneira, pois o enunciado, para ser concebido como tal, não é colocado em uma cadeia temporal, cronológica, mas em um domínio de coexistência, que considera o tempo e o espaço dentro de um sistema que permite perceber as relações que existem entre os enunciados; **uma materialidade**, que é uma característica essencial do enunciado, um suporte material, que não deve ser considerado de maneira arbitrária, mas levando em consideração que essa materialidade está relacionada a um conjunto complexo de relações que permitem ao enunciado ser repetido e, portanto, fazer emergir as regularidades de uma formação discursiva.

A constituição do enunciado nos postulados de Foucault (1987) lança luz sobre duas noções fundamentais para o conceito prática discursiva: a noção de formação discursiva, já que os enunciados sempre funcionarão como elementos de pertencimento a essas FD, e a noção de sujeito, uma posição assumida para a inscrição em uma FD. Percebe-se, assim, que as noções discutidas por Foucault (1987) ajudam a construir o conceito de prática discursiva, sempre pensando nas relações estabelecidas entre sujeitos, enunciados, instituições. Maingueneau (1997, 2008a) promove um deslocamento dos postulados de Foucault (1987), oferecendo a possibilidade de pensar a prática discursiva, por meio da compreensão dos processos sociais colocados em funcionamento pela comunidade discursiva que faz circular formações discursivas e legimam (re)produção de uma prática discursiva.

2.2 Prática Discursiva: a indissociabilidade entre as dimensões social e textual dos discursos

Maingueneau (1997) aborda a noção de prática discursiva apontando para a indissociabilidade entre o domínio social e o textual, apresentando esses dois aspectos como faces constitutivas dessa noção. O autor reformula a noção de Foucault (1987), pois, para Maingueneau (1997), a prática discursiva ocorre quando se considera a instância textual e a instância social da semântica global. Enquanto Foucault (1987) considera a prática discursiva como o limite dos discursos, nem seu interior, nem seu exterior, Maingueneau (1997) concebe a prática como um e outro, um todo que não é cindido como um lugar limítrofe.

Para este trabalho de pesquisa, o conceito de prática discursiva postulado pelos dois autores servirá de ancoragem teórica para a análise da prática nas revistas especializadas para professores, com a finalidade de compreender como essa prática se constitui, por meio da maneira como o trabalho do professor aparece nessas publicações. Na seção anterior foi realizada uma discussão sobre o conceito de prática discursiva postulado por Foucault (1987) e para compreender esse conceito, segundo os postulados de Maingueneau (1997, 2008a), serão discutidas as noções de formação discursiva e de comunidade discursiva, trazendo para a discussão as noções de semântica global, heterogeneidades e de interdiscurso.

Ressalta-se, assim, que os postulados dos dois autores direcionarão as escolhas metodológicas de análise a serem adotadas neste trabalho de pesquisa. Importante ressaltar que Maingueneau (1997), ao considerar os dois aspectos constituintes da prática discursiva (formação discursiva e comunidade discursiva), não o faz considerando-os como partes distintas, mas compreende que a prática discursiva é constitutivamente textual e social. Segundo este autor,

Ao afirmar que uma formação discursiva possui uma vertente social imediata, não se pretende que esta se desenvolva a margem do resto da sociedade. Se esta rearticulação é realizada, a noção de “formação discursiva”, a partir de então, parece insuficiente para designar as duas vertentes da atividade discursiva. Como o termo “instituição discursiva” apresenta o inconveniente de privilegiar os aparelhos e de poder referir unicamente ao aspecto enunciativo, falaremos de prática discursiva para designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso. (MAINGUENEAU, 1997, p. 56, grifos do autor)

A dimensão social das práticas discursivas é importante para os dois autores, ainda que as filiações teóricas de ambos tenham especificidades. Rocha (2014), reiterando o conceito proposto por Maingueneau (1997, 2008a), afirma que

[...] a prática discursiva traduz a indissociabilidade constitutiva que se verifica entre uma dada produção de textos e a constituição de grupos que, por um lado, produzem esses textos e, por outro, são a seu turno também por eles produzidos. (ROCHA, 2014, p. 628)

A indissociabilidade a qual Rocha (2014) se refere deixa clara a relação que Maingueneau (1997) faz entre o textual e o social, e por serem indissociáveis, esses dois aspectos compõem a prática discursiva, sem que possam ser consideradas de maneira desarticulada, pois sua associação é constitutiva. Assim, é imprescindível discutir as noções de formação discursiva e de comunidade discursiva, para compreender a prática discursiva com base nesses dois elementos constitutivos, segundo Maingueneau (1997, 2008a). O autor inicia sua incursão sobre a noção de formação discursiva em seu livro *Gênese dos Discursos*, por meio da noção de semântica global. Essa noção diz respeito às possibilidades de dizeres de uma formação discursiva, considerando que alguns dizeres são permitidos e outros não, com base na semântica global de determinada FD. O autor afirma que “para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita uma identidade” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 16). Sobre essa noção, Fossey (2006) afirma que

Segundo hipótese de Maingueneau (2005), a organização dos elementos coercitivos de um discurso decorre de uma **semântica global**: um conjunto de regras – poucas e mais ou menos simples – que rege todas as dimensões do discurso e que funciona como uma rede de restrições. Este autor propõe que tanto a produção quanto a circulação dos discursos de uma determinada conjuntura estão organizadas de acordo com sistemas de **restrições semânticas** próprios de cada *posicionamento discursivo*. Entende-se por *posicionamento*, neste contexto, um lugar de produção discursiva específica que engloba tanto as operações das quais deriva certa identidade enunciativa quanto a própria identidade. (FOSSEY, 2006, p. 93, grifos do autor)

Maingueneau (2008a), em seu estudo sobre formação discursiva, fala de um conjunto de regras, o que aproxima seus postulados dos postulados de Foucault (1987). Maingueneau (2008a), no entanto, nomeia essas regras como sistema de restrições semânticas. Para o autor, essas regras regem aquilo que pode ser dito e o que não pode não ser dito quando o sujeito incorpora e (re)produz os saberes e dizeres de uma formação discursiva. É importante compreender esse sistema de restrições semânticas, pois esclarece sobre posicionamentos discursivos que os sujeitos podem assumir ao se analisar os dados da pesquisa. Dessa maneira, considerar que existem regras que regem os saberes de uma FD auxilia na análise dos discursos que são mobilizados nas revistas especializadas para os docentes e que servirão de fonte para este trabalho de pesquisa. Esse postulado de Maingueneau (2008a) permite pensar a prática discursiva, considerando-se a dimensão linguística dessa prática, pois os

dados de uma pesquisa que analisa discursos será a materialidade na qual esses discursos se manifestam. Para Baronas e Manenti (2009),

Este conceito [semântica global] possibilita compreender os elementos que atuam em diversas dimensões de um discurso (*vocabulário, tema, dêixis, enunciador, modo de enunciação*). É importante dizer que a proposta do autor sobre essa questão não consiste em distinguir os aspectos fundamentais dos aspectos superficiais que constituem os domínios de uma formação discursiva, mas sim apreender a significância discursiva em seu todo. (BARONAS; MANENTI, 2009, p. 67-68, grifos dos autores)

Segundo as palavras dos autores, é possível compreender que Maingueneau (2008a) amplia discussão empreendida por Foucault (1987) acerca da noção de formação discursiva, já que Maingueneau (2008a) considera aspectos que estão relacionados diretamente à materialidade linguística, embora seja importante ressaltar que Foucault (1987) trata da materialidade para discutir a noção de enunciado, conforme discutido na seção anterior. Ao postular a noção de semântica global, Maingueneau (2008a) lança luz sobre aspectos não abordados explicitamente nos postulados foucaultianos.

A noção de dêixis discursiva aparece na citação de Baronas e Manenti (2009), ao discutirem a semântica global postulada por Maingueneau (1997, 2008a). Segundo Maingueneau (1997), a noção de dêixis discursiva constitui-se de três instâncias: o locutor (e seu destinatário), a cronografia (tempo ideológico) e a topografia (espaço ideológico), elementos que constroem a cenografia de uma cena de enunciação. Os elementos dêiticos de tempo, espaço e pessoa não estão no discurso como uma referência pontual, mas aparecem como traço discursivo importante para perceber os efeitos de sentido gerados na enunciação. Para Maingueneau (1997, p. 41), a dêixis discursiva “possui a mesma função [da dêixis da língua], mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação.”.

Sobre o enunciador, Maingueneau (2008a) afirma que cada discurso define o estatuto que o enunciador assumirá ao inserir-se em uma cena de enunciação. É possível fazer uma aproximação entre a noção de enunciador em Maingueneau (2008a) e aquilo que Foucault (1987) concebe como sujeito, na medida em que as duas noções são posições assumidas para (re)produzir os dizeres de uma formação discursiva. O movimento que define esse papel importante na enunciação define também aquele que Maingueneau (1997) chama de destinatário²⁰, ele também nomeia como destinatário discursivo (MAINGUENEAU, 1997),

²⁰ Importante ressaltar que a terminologia *destinatário*, utilizada por Maingueneau (2008a), não deve ser confundida com aquela utilizada por Roman Jakobson, quando postulou a teoria das funções da linguagem. Martelotta (2008) faz um breve estudo sobre a teoria jakobsoniana e afirma que “para que o destinatário possa

noção que está relacionada à dêixis discursiva. Dessa forma, há um sistema de restrições que define os papéis na enunciação, quando um sujeito (re)produz os saberes de uma FD.

De maneira importante, também aparece o modo de enunciação, que obedece ao sistema de restrições semânticas de uma formação discursiva. Esse modo de enunciação é considerado por Maingueneau (2008a) como uma voz que é própria da formação discursiva, não a voz de um sujeito, mas uma voz do discurso e essa voz restringe os modos de enunciar, ao filiar-se a uma formação discursiva. Essa voz gera um corpo discursivo que, segundo Maingueneau (2008a), constrói uma corporalidade e essa corporalidade está relacionada à maneira de “habitar”, o lugar que o enunciador assume para enunciar em acordo com uma formação discursiva.

Outro aspecto dos postulados de Maingueneau que se faz necessário para uma melhor reflexão sobre as formações discursivas são as heterogeneidades, noção postulada por Authier-Revuz (1990)²¹ e que está relacionada à de interdiscurso²². A noção de heterogeneidade, com base nos postulados da autora, possibilita também a Maingueneau (1997) discutir como as relações discursivas se constituem de maneira atravessada pelo “exterior” dos discursos, que, o autor esclarece, é assim considerado indevidamente, pois para ele esse exterior é constitutivo dos discursos e, sendo dessa maneira, não pode ser concebido como “de fora” do discurso, mas deve ser compreendido como parte integrante das formações discursivas. Para o autor,

As formações discursivas não possuem duas dimensões — por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior — mas *é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior.* (MAINGUENEAU, 1997, p. 75, grifos do autor)

compreender a mensagem, precisa conhecer um conjunto de informações que vai desde elementos relacionados ao momento da produção dessa mensagem até dados referentes ao conhecimento do assunto em pauta” (p. 33). Embora haja uma aproximação das noções, por considerar a enunciação, nota-se, por meio da citação, que essa acepção de destinatário não condiz com a discussão proposta por Maingueneau (2008a), já que, para este autor, o que importa são os efeitos de sentido mobilizados no interior de uma formação discursiva.

²¹ Segundo a autora: “heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso apresentam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos, não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição. Não se trata de assimilar um ao outro, nem de imaginar um relacionamento simples, de imagem, de tradução, nem de projeção de um no outro; essa relação de correspondência direta é interdita tanto porque ela faria supor uma transparência do dizer em suas condições reais de existência quanto pela irredutibilidade manifesta das duas heterogeneidades” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32)

²² Maingueneau (2008, p. 31, grifos do autor) afirma que a sua “própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” e fomenta a discussão ao afirmar que, para seu propósito de discutir esse conceito, seria “[...] preciso tornar menos grosseiro este termo muito vago e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*”.

As palavras do autor demonstram que delimitar duas dimensões (interior e exterior às formações discursivas) não é tarefa fácil, já que as relações construídas discursivamente são constitutivamente linguísticas e sociais e, embora sejam dimensões que os estudos da linguagem sempre colocaram em polos separados, para os estudos em Análise do Discurso, deve-se considerar essas duas dimensões como partes constituintes das formações discursivas, pois somente assim será possível analisar o aparecimento de uma FD. Para o autor, considerar a heterogeneidade, é refletir sobre a maneira como “interior” e “exterior” dos discursos estão em relação constitutiva, pois é essa relação que demonstra o funcionamento discursivo.

Maingueneau (1997) esclarece que as maneiras de mostrar o outro nos discursos, não devem ser consideradas por si mesmas, pois o que está em discussão é o aparecimento dessas outras vozes no funcionamento discursivo. A heterogeneidade mostrada é um mecanismo da língua, de que o sujeito que enuncia lança mão, como se criasse uma ilusão de que o outro só está inscrito em seu discurso no momento em que ele “permite” seu aparecimento. Fala-se em ilusão porque a presença do outro nos discursos é constitutiva e não é o sujeito que determina seu aparecimento, mas o funcionamento discursivo implicado na enunciação. É o que ocorre, por exemplo, com as citações, uma das marcas de heterogeneidade mostrada. Segundo o autor,

O sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação. (MAINGUENEAU, 1997, p. 86)

As palavras do autor apontam para o lugar teórico em que ele se situa para falar dessa heterogeneidade discursiva. No caso da heterogeneidade mostrada, é a dimensão discursiva que define o modo de enunciação, por meio de um sistema de restrições semânticas que regulam o aparecimento de outras vozes no discurso relatado, pois mesmo quando há a “permissão” do outro nos discursos, ela não é dada pelo sujeito, mas constituída discursivamente, com base nas relações estabelecidas na enunciação. Quanto à heterogeneidade constitutiva, Maingueneau (2008a) afirma que está relacionada ao interdiscurso. Segundo ele, essa heterogeneidade

[...] não deixa marcas visíveis: as palavras os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que elas não podem ser apreendidas por uma abordagem linguística *stricto sensu*. Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31, grifo do autor)

Dessa maneira, a heterogeneidade é constitutiva dos discursos, mesmo que ela não seja evidente na superfície textual. Analisar discursos é compreender que aquilo que aparece como

dado de uma pesquisa é um espaço de dizer, mas ele recupera o sistema de restrições semânticas que define não apenas os dizeres, mas os lugares discursivos, o que deixa claro que os sujeitos não são fonte do seu discurso, pois as formações discursivas que emergem da enunciação respeitam regras, que Foucault (1987) chama de regras anônimas e que Maingueneau (2008a) postula, em seus estudos, como sistema de restrições semânticas.

Nota-se, dessa forma, que os discursos não são constituídos de maneira homogênea, embora sejam definidos por regras que restringem dizeres. Essas regras não os tornam iguais em todos os lugares que aparecem, pois não há fronteiras bem delimitadas entre as formações discursivas. Assim, os sujeitos que enunciam são atravessados por diversas FD e a enunciação é o lugar de aparecimento dessas FD. Esse lugar de acontecimento é que confere o caráter heterogêneo dos discursos, heterogeneidade que é constitutiva, pois deixa aparecer as relações interdiscursivas, a presença do Mesmo e do Outro²³.

O estudo sobre as heterogeneidades suscita trazer para a discussão a noção de interdiscurso, para a qual Maingueneau (2008a) aciona um tripé (universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo), por considerar que a noção de interdiscurso, proposta até então, levava à imprecisão conceitual. O autor propõe essa tríade com a finalidade de oferecer um método de análise que possibilite pensar as FD de maneira mais organizada, dependendo do objetivo de pesquisa a ser alcançado. Esse recorte teórico postulado pelo autor permite refletir sobre a análise de discursos com base em parâmetros bem delineados, embora os estudos do discurso estejam sempre lidando com fronteiras pouco rígidas. Por essa razão, essas noções também serão discutidas nesse capítulo. Sobre esses três aspectos, Maingueneau (2008a) afirma que

Chamaremos de “universo discursivo” o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Esse universo discursivo representa necessariamente um conjunto finito, mesmo que ele não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os “campos discursivos”. Por este último termo, é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. “Concorrência” deve ser entendida de maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc.[...] Não é possível, pois, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo. É-se então conduzido a isolar, no campo, *espaços discursivos*, isto é,

²³ Segundo Possenti (2003, p. 264), “o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso nem um conjunto de citações. [...] Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. O Outro é o que faz sistematicamente falta a um discurso, é aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.”

subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 33-35, grifos do autor)

O que o autor considera universo discursivo é bastante amplo e ele mesmo reconhece que para o analista torna-se de pouca utilidade, já que não é, de modo geral, objetivo do analista delimitar fronteiras tão amplas dos discursos que analisa. Esse universo torna-se praticamente impossível de delimitar por ser o conjunto de todos os discursos que circulam socialmente, por isso a impossibilidade de pensar em empreender um estudo no qual sejam analisadas as relações entre todos esses discursos.

O campo discursivo, juntamente com o espaço discursivo, são as categorias mais produtivas para o trabalho em análise do discurso, pois elas direcionam o *corpus* das pesquisas. Para o campo discursivo, Maingueneau (2008a) levou em consideração aquilo que chamou de conjunto de formações discursivas em concorrência, esclarecendo que essa concorrência não se relaciona apenas ao confronto, mas às alianças também. Essa compreensão de concorrência faz emergir o atravessamento dos discursos, sua heterogeneidade, que é constitutiva de seu aparecimento. Quanto ao espaço discursivo, afirmou que deveria ser determinado pelo próprio analista, segundo os propósitos de sua pesquisa.

Essa divisão metodológica postulada por Maingueneau (2008a) é importante para direcionar os caminhos das pesquisas que se situam nos domínios da AD. Importante ressaltar que o autor já aponta para a importância de o analista considerar as formações discursivas não pelo seu conteúdo, pois não está se buscando fronteiras, unidades territoriais, mas relações que podem emergir das enunciações. É o julgamento do analista que deverá determinar as relações importantes para que se possa analisar os discursos de maneira produtiva para a pesquisa empreendida.

Segundo essas categorias de análise, produtivas para esta pesquisa, considerar-se-á como campo discursivo as formações discursivas relacionadas à educação escolar, incluindo a produção, circulação e recepção de documentos oficiais, textos sobre ensino que circulam na imprensa e aqueles produzidos e consumidos nos ambientes escolares, tais como informativos que circulam nas escolas, livros didáticos, documentos produzidos nas diretorias, secretarias das escolas, produção de professores e alunos enfim, uma infinidade que aponta o horizonte da pesquisa, mas que é de difícil apreensão, em termos metodológicos. O andamento da pesquisa tem mostrado que, nas revistas especializadas, há o funcionamento de uma prática discursiva híbrida, na qual há convergência de três campos: acadêmico, midiático e mercadológico e a confluência entre esses três campos é constitutiva dessa prática mobilizada

nessas publicações. Como espaço discursivo, pode-se considerar as formações discursivas sobre o trabalho do professor, que circulam nas revistas especializadas, isto é, as relações pertinentes para serem estudadas neste trabalho de pesquisa, que estão nesse lugar específico: a cena midiática.

Após discutir a noção de formação discursiva, faz-se necessário refletir sobre o outro aspecto considerado por Maingueneau (1997, 2008a), quando postula a noção de prática discursiva. Esse outro aspecto é a comunidade discursiva, que é imprescindível para compreender a noção postulada pelo autor. Segundo ele, essa comunidade diz respeito ao grupo que (re)produz a formação discursiva, mas esse grupo não deve ser considerado de maneira restritiva, pois ele não está relacionada somente a “(instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

Para este trabalho de pesquisa, interessa perceber como a comunidade discursiva implicada no trabalho docente e de produção midiática se constitui nas revistas. Além disso, interessa investigar quais formações discursivas sustentam essa apresentação e como esse suporte midiático se propõe como instância de formação para o profissional do magistério. Discutir a comunidade discursiva que produz e faz circular as revistas especializadas para o público docente implica considerá-la como parte de uma semântica global, já discutida nesse capítulo. Segundo Mussalim (2009),

A noção de semântica global estrutura-se sobre esse postulado da existência de uma zona de regularidade semântica a partir da qual todos os planos da discursividade – e aqui poderemos considerar como constitutivos desses planos discursivos, desde o léxico, os processos gramaticais, até o modo de enunciação e de organização da comunidade que enuncia o discurso – estão submetidos ao mesmo sistema de restrições globais. Esse sistema de restrições é concebido como um filtro que fixa os critérios que, em uma formação discursiva determinada, distinguem o que é possível ou não de ser enunciado do interior daquela formação. (MUSSALIM, 2009, p. 63)

Com base no que autora afirma, a comunidade discursiva deve ser considerada como parte constituinte da discursividade, é possível considerar que a comunidade discursiva é constituinte dos discursos e não pode ser considerada fora desse lugar, isto é, essa comunidade não é exterior ao discurso, ela “não existe senão pela e na enunciação dos textos que elas produzem e fazem circular” (MAINGUENEAU, 2000, p. 8).

Segundo Maingueneau (2000, p. 8), falar de “‘comunidade discursiva’ é afirmar que, por um movimento de envolvimento recíproco, a comunidade é cimentada por discursos que são, no entanto, o produto desta própria comunidade discursiva”. Dessa maneira, é importante pensar a noção de comunidade discursiva por meio de um movimento dialógico e

constitutivo, pois não se pode pensar a comunidade discursiva deslocada da formação discursiva, já que, para Maingueneau (1997, 2008a), a prática discursiva precisará desses dois constituintes para se estabelecer.

Pensar na constituição dessa prática discursiva no espaço midiático é pensar também nos limites desse espaço, que são tão opacos quanto o do próprio discurso. Quando se pensa no alcance das redes que se constroem na mídia, percebe-se a dificuldade de limitar os sujeitos que (re)produzem discursos e os discursos que são reproduzidos nessa cena. Assim, quando se investiga a comunidade discursiva que produz e é produto das formações discursivas que circulam nas revistas especializadas, é necessário ter a cautela de pensar nos vestígios que podem emergir da enunciação, pois a apreensão dos discursos e dos sujeitos que estão nessa cena não são facilmente apreendidos. A comunidade discursiva que consome e faz consumir as publicações especializadas para o público docente é composta por diversos profissionais que estão nessa cena e que (re)produzem as formações discursivas do espaço discursivo delimitado para a pesquisa. Maingueneau (1997) afirma que

é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica. Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que *a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e a outra, a linguagem. (MAINGUENEAU, 1997, p. 55, grifos do autor.)

Pretende-se, segundo os postulados do autor, investigar a face social do discurso, que forma a comunidade discursiva neste trabalho de pesquisa. Assim, os diversos profissionais que fazem parte do processo de produção e circulação das revistas especializadas, juntamente com o público que consome as revistas formam uma comunidade discursiva: profissionais de diversas áreas, que fazem as publicações irem para o mercado, matérias que mostram as mazelas da educação e, ao mesmo tempo, destacam um professor que, apesar de todas as adversidades, consegue superar suas dificuldades, além do público consumidor. Jornalistas, pedagogos, professores, todos aparecem como autoridades que podem dizer o que dizem sobre o fazer do professor em sala de aula, (re)produzindo discursos legitimados pela comunidade discursiva que produz e consome esses textos. Certeau (1982) trata da criação de coletividade que, nas revistas especializadas, se constitui pelo alcance da cena midiática. Segundo o autor,

O estatuto dos indivíduos que têm – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante depende de uma “agregação” que classifica o “eu” do escritor no “nós” de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico. Este discurso – e o grupo que o produz – faz o historiador, mesmo que a ideologia atomista de uma profissão “liberal” mantenha a ficção do sujeito

autor e deixe acreditar que a pesquisa individual constrói a história. (CERTEAU, 1982, p. 72)

Certeau (1982) discute acerca da profissão do historiador e da constituição do estudo historiográfico²⁴ e serve de aporte teórico para este trabalho de pesquisa, quando trata do estabelecimento de alguém que seja considerado apto a falar de determinado saber. No caso desta pesquisa, o grupo que aparece na cena midiática falando do trabalho do professor também é legitimado para estar no lugar que está. A criação de um consenso acerca do que se fala sobre o trabalho do professor, mesmo quando o profissional que assina a matéria não é docente, possibilita perceber que o lugar de autoridade para dizer o que diz se estabelece nas revistas especializadas de maneira bastante efetiva. Maingueneau (1997) trata da noção de autoridade, questionando o que seria adequado para tal noção:

O que é afinal “autoridade” em matéria de discussão, senão o nome de um ausente? Se a autoridade invocada estivesse presente, expor-se-ia a discussão, anulando-se como tal. O valor de autoridade ligado a toda enunciação (“é verdade, porque eu o digo”) e geralmente insuficiente e cada formação discursiva deve apelar a autoridade pertinente, considerando sua posição. (MAINGUENEAU, 1997, p. 86, grifos do autor).

No espaço midiático, esse *nome de um ausente*, citado pelo autor, pode aparecer como uma marca que enuncia, que diz ao professor como proceder, na (re)produção de verdades que não serão contestadas. Maingueneau (1997, p. 33) trata dessa autoridade como o lugar que o sujeito assume ao enunciar e afirma que “se ela [instância enunciativa] submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar”, o que demonstra que o sujeito que compõe a comunidade discursiva implicada no trabalho docente ao tomar a palavra, obedecendo às regras dessa instância de enunciação, é legitimado pelas publicações para dizer o que diz, assim torna-se produto e (re)produtor das formações discursivas que são mobilizadas nessas publicações. A constituição de uma autoridade também está relacionada à legitimação das relações de poder, que confere a essa autoridade o lugar que ocupa socialmente. Certeau (1982) discute a noção de autoridade, do ponto de vista dos estudos da História e, para este autor,

Duas tarefas se impõem, particularmente importantes, do ponto de vista da historiografia, a qual vão transformar através de juristas e de “politistas”. De um lado o poder deve se legitimar, simulando acrescentar à força que o efetiva uma autoridade que o torna crível. De outro lado, a relação entre um “querer fazer história” (um sujeito da operação política) e o “meio ambiente” sob o qual se recorta

²⁴ Segundo Certeau (1982), “a historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer *como* se os articulasse”. (CERTEAU, 1982, p. 11, grifos do autor).

um poder de decisão e de ação pede uma análise das variáveis colocadas em jogo por toda intervenção que modifica esta relação de forças, uma arte de manipular a complexidade em fração de objetivos e, portanto, um cálculo das relações possíveis entre um querer (aquele do príncipe) e um quadro (os dados de uma situação). (CERTEAU, 1982, p. 18, grifos do autor)

O que Certeau (1982) discute é o trabalho do historiador e como esse profissional, por meio dos saberes que (re)produz em seu meio acadêmico, torna-se uma autoridade para dizer o que diz sobre o saber historiográfico. Esse poder ao qual o autor se refere pode ser comparado àquele que os profissionais que enunciam nas revistas especializadas visam ao tomar a palavra nessas publicações. Ao enunciar nas revistas, os professores assumem o lugar de autoridade em relações aos seus pares, já que tem sua posição validada por essas publicações para dizer o que dizem, juntando a isso a força ideológica da mídia, o que legitima e perpetua a autoridade dos profissionais que assumem o lugar de enunciadore nessas revistas.

Refletir sobre a prática discursiva nas revistas especializadas é pensar em como o trabalho do professor aparece e o porquê de essas publicações serem legitimadas como espaços de formação para um profissional que alcança o título de professor em um lugar diferente (academia) daquele em que as publicações circulam (mídia). Assim, é imperativo discutir a constituição dessa prática discursiva do ponto de vista da constituição e legitimação do trabalho do profissional docente em publicações especializadas. As relações de trabalho se constituem socialmente e as representações dos profissionais também são reproduzidas socialmente e discursivamente.

Essa constituição do trabalho do professor será discutida, com base nos postulados de Certeau (1982, 1998), que realiza um percurso no qual descreve o trabalho do historiador, fazendo reflexões sobre o fazer historiográfico. Esse olhar empreendido pelo autor sobre os usos e as práticas cotidianas permite reflexões importantes que abrem espaço para novas possibilidades analíticas acerca da constituição do trabalho. Dessa maneira, reitera-se a pertinência de ancorar o conceito de trabalho em Certeau (1982), pois esse autor lança olhar sobre as relações de trabalho e as práticas sociais, o que se coaduna com o olhar empreendido nesta tese, ao discutir a constituição da prática discursiva em publicações especializadas, lançando um olhar sobre a maneira como o trabalho do professor aparece nessas publicações.

2.3 Prática Discursiva: uma visada sobre as relações de trabalho

Para compreender a prática discursiva nas revistas especializadas, é fundamental a discussão sobre o trabalho do professor e como esse trabalho aparece nessas publicações. Certeau (1982) empreende um estudo sobre o trabalho do historiador e a construção da historiografia como área do conhecimento legítimo para pensar os estudos históricos. Assim, os postulados desse autor servirão de ancoragem para pensar o trabalho como uma prática²⁵ que envolve sentidos e esses sentidos emergem nos discursos que circulam sobre a profissão. Embora não empreenda estudos sobre o discurso, Certeau (1982) trata de maneira recorrente dessa noção e afirma:

O discurso destinado a dizer *o outro* permanece seu *discurso* e o espelho de sua operação. Inversamente, quando ele retorna às suas práticas e lhes examina os postulados para renová-las, o historiador descobre nelas imposições que se originaram bem antes do seu presente e que remontam a organizações anteriores, das quais, seu trabalho é o sintoma e não a fonte. (CERTEAU, 1982, p. 45, grifos do autor)

Esse conceito é pensado em seu funcionamento. Nota-se que o autor se refere ao discurso relacionado ao trabalho do historiador, que remonta no presente, ou seja, na materialidade de uma memória, a organizações anteriores que não são a fonte dos discursos, mas que permitem sua emergência. Importante notar a imagem que o autor constrói, ao falar de discurso, como um jogo de espelhos, no qual o sujeito, ao falar do outro, fala de si, retomando a noção de sujeito em Foucault (1987), na qual os sujeitos assumem posições e enunciam segundo as regras da formação discursiva em que estão inscritos.

Certeau (1982) desenvolve seus postulados discutindo o trabalho do historiador para realizar a pesquisa historiográfica. Esta exige do pesquisador a percepção das relações entre um lugar, determinado na proposta de pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados nas análises e a elaboração de um texto, que implica em diálogos com a literatura produzida pelo grupo de estudo ao qual o projeto de pesquisa está institucionalmente vinculado. Nota-se que há uma aproximação teórica com os postulados de prática discursiva postulados por Maingueneau (1997, 2008a), no que diz respeito ao estabelecimento dessa prática pelo funcionamento que se realiza discursivamente. Assim, Maingueneau (2008b), ao conceber como a metodologia para o estudo sobre as unidades não-tópicas (FD), sobre as quais os

²⁵A noção de prática postulada por Certeau (1982) está relacionada à noção de praticar algo, realizar uma ação. Segundo ele, “fazer história é uma prática” (p. 77), no sentido de que o historiador, ao realizar seu trabalho, realiza uma prática.

limites da pesquisa serão determinados pelo próprio pesquisador, segundo os propósitos da pesquisa a ser empreendida, se aproxima dos postulados de Certeau (1982), que trata do lugar e dos procedimentos adotados pelos historiadores.

Da mesma maneira, quando Certeau (1982) considera um grupo específico que produz o fazer historiográfico, há uma aproximação teórica com o que Maingueneau (2008a) concebe como comunidade discursiva. Ressalta-se que, ao postular estudos sobre a comunidade discursiva, Maingueneau (2008a) não restringe o grupo que produz e reproduz as formações discursivas como grupos específicos tão bem delineados, como faz Certeau (1982), no entanto, essa aproximação teórica entre os dois autores permite pensar o funcionamento dos discursos como uma construção social, que legitima práticas discursivas por meio das relações que são estabelecidas na materialidade dos discursos.

Nesses grupos citados por Certeau (1982), pesquisadores produzem e publicam um tipo específico de saber, que é partilhado por seus pares com uma linguagem própria. Esse saber partilhado e mesmo a linguagem utilizada por esse grupo remete ao que ocorre nas publicações especializadas no trabalho do professor, que visam veicular a prescrição ao trabalho que o docente deve realizar. Dessa maneira, os modos de enunciar nessa prática discursiva híbrida se legitimam também pelo saber partilhado entre os pares (professores), embora as revistas sejam um material que pode ser consumido por qualquer pessoa, independente da profissão, assim como pela linguagem específica, que inscreve o profissional docente como o público-alvo para essas revistas.

De certa maneira, Certeau (1982) considera que o grupo que produz um saber define o que é permitido e o que é proibido nos espaços em que esse saber circula. Isso se coaduna com o fato de muitas dessas publicações levarem para suas páginas autores renomados na área para discutirem sobre ensino, bem como o professor “anônimo”, que pode aparecer como exemplo a ser seguido, por ser um profissional “nota 10”. Dessa maneira, as ideias produzidas nos grupos de pesquisa acadêmica, juntamente como a reprodução de verdades que a cena midiático-jornalística visa legitimar, controlam os saberes que circulam na sociedade, o que implica também em “formatar” ideologicamente esta mesma sociedade. Segundo Certeau (1982),

Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho. Não “recebido” pelo grupo, o livro [de história] cairá na categoria de “vulgarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como “historiográfico”. Ser-lhe-á necessário o ser “acreditado” para aceder à enunciação historiográfica. (CERTEAU, 1982, p. 72, grifos do autor)

As leis que Certeau (1982) se refere são leis estabelecidas pelo grupo e, portanto, pelo trabalho que esse grupo realiza e pelo qual se constitui como grupo/comunidade. Por meio da legitimação desses pares que são criadas verdades sobre as profissões, pois são essas comunidades que (re)produzem discursos que tornam possível dizer aquilo que se diz. No que diz respeito às revistas especializadas, há a legitimação pelo discurso científico para que essas publicações sejam consideradas especializadas. Para tanto, muitos profissionais que representam o fazer científico sobre as diversas áreas do conhecimento publicam nessas revistas, o que ajuda a validar o lugar dessas publicações no mercado consumidor e no espaço acadêmico.

O autor, ao discutir o trabalho do historiador para desenvolver a pesquisa historiográfica, permite refletir sobre a legitimação do trabalho do profissional docente, já que a constituição de imagens dos profissionais também passa por essa construção social, veiculada nas páginas das revistas. Quando o autor trata do “recebimento” de um material didático pelos pares acadêmicos, é possível notar que essa mesma recepção também é esperada pelos profissionais docentes. Se não fosse assim, não se justificaria a necessidade de haver materiais de consumo que ensinassem aos professores como fazer seus planos de aula, por exemplo. Dessa maneira, essa necessidade de aprovação pelo grupo também ocorre na constituição do trabalho do professor.

Assim, pensar na prática discursiva nas revistas especializadas é pensar nos saberes que circulam na sociedade sobre o que é ser um bom professor, sobre o que é uma boa aula. Saberes que são veiculados e legitimados nas páginas das revistas, criando modelos e imagens da profissão e do profissional docente, representações da prática do trabalho docente. A prática discursiva nas revistas oferece a possibilidade de pensar uma microssociedade que coexiste por meio do funcionamento discursivo que (re)produz. Segundo Certeau (1998),

Como acontece no caso de depilar uma perna ou pintar os cílios, de cortar ou pintar os cabelos, essa atividade de extração ou de acréscimo remete a um *código*. Mantém os corpos submetidos a uma norma. Deste ponto de vista, até as roupas podem passar por instrumentos, graças aos quais uma lei social se assegura dos corpos e de seus membros, regula-os e os exerce por mudanças de moda como em manobras militares. O automóvel como um espartilho, também os molda e os conforma a um modelo postural. É um instrumento ortopédico e ortoprático. Os alimentos selecionados por tradições e vendidos nos mercados de uma sociedade modelam os corpos igualmente a nutrição; [...] os óculos, o cigarro, os sapatos etc. refazem, à sua maneira, o “retrato” físico...onde se acha o limite da maquinaria pela qual uma sociedade se representa por gente viva e dela faz suas representações? Onde é que para o aparelho disciplinar que desloca e corrige, acrescenta ou tira nesses corpos, maleáveis sob a instrumentação de um sem-número de leis? Na verdade, eles só se

tornam corpos graças à sua conformação a esses códigos. (CERTEAU, 1998, p. 240, grifos do autor)

Reiterando a citação do autor, é possível colocar na mesma esteira dos instrumentos que remetem a um código, os discursos que circulam em uma sociedade, pois eles também circulam com base em regras anônimas (FOUCAULT, 1987) que regem seu funcionamento e seu aparecimento. A descrição do cotidiano realizada pelo autor permite refletir sobre as relações de trabalho que se estabelecem em uma sociedade. Fruto de uma construção social, o trabalho é uma construção social e cultural, que estabelece normas que dizem como os profissionais devem realizar suas atividades laborais. As práticas cotidianas podem ser consideradas, com base nas palavras do autor, como “maneiras de fazer” pelas quais os sujeitos constroem o espaço social por meio dos sentidos que atribui a esse espaço.

Quando Certeau (1998) considera aspectos cotidianos da sociedade urbana como instrumentos que legitimam os corpos como tais, pode-se considerar que as revistas especializadas também legitimam as representações sobre o trabalho do professor e, por consequência, do profissional que está em sala de aula. Assim, as revistas constituem-se instrumentos que dizem como os profissionais devem ser e, por meio dos discursos que veiculam, criam leis de como agir e como fazer profissionalmente.

Concebida dessa maneira, a prática discursiva é legitimada por regras anônimas, permanentemente (re)criadas, que permitem o aparecimento de posições-sujeito, ou como afirma Certeau (1998), corpos que são direcionados e até mesmo construídos socialmente com base naquilo que enunciam. O lugar ocupado pelos sujeitos, a posição que esse sujeito assume (FOUCAULT, 1987) cria uma sensação de verdade. A prática discursiva nas revistas, constituída em um lugar fronteiro (acadêmico, midiático e mercadológico) legitima a representação de verdades sobre a profissão docente, cria leis e corpos que obedecem aos saberes dessas leis. Certeau (1998) faz uma analogia entre o ato de caminhar e a enunciação, em que afirma serem esses dois movimentos considerados semelhantes pela construção que o autor propõe acerca das duas ações. Para ele,

O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). O ato de caminhar parece, portanto, encontrar

uma primeira definição como espaço de enunciação. (CERTEAU, 1998, p. 177, grifos do autor)

A noção de enunciação postulada pelos estudos do discurso é diferente da descrita pelo autor, que se refere à enunciação como “alocução”, no entanto, importa ressaltar que a analogia feita por ele aponta para a constituição de sujeito, que está no centro da atribuição de sentidos ao caminhar ou ao enunciar, o que aproxima a posição desse sujeito àquela postulada por Foucault (1987), na qual o sujeito constrói sentidos socialmente e discursivamente, coloca o sujeito em uma dada posição como agente do processo que é posto em funcionamento, seja caminhar ou enunciar.

Em ambos os casos (caminhar e enunciar), a presença do sujeito, que atribui sentido e que está no centro dessas constituições, é o que interessa para este trabalho de pesquisa. A construção arquitetônica a qual o autor se refere não se torna um espaço até que um sujeito o considere como tal, sem o sujeito, essa construção é apenas um lugar. Considerando-se esse olhar do autor, pode-se entender o espaço como a prática do lugar, ou seja, como os sujeitos o transformam a partir da maneira como ocupam, vivenciam esse espaço. O lugar só passa a ser espaço a partir de uma construção de sentidos que são atribuídos àquelas estruturas arquitetônicas.

Da mesma maneira, para que haja uma prática discursiva, é necessário que haja uma dimensão linguística e outra social (MAINGUENEAU, 2008a) e essa prática só será considerada como tal quando sujeitos constituírem sentidos aos discursos que circulam. Assim como são os passos que moldam os lugares, são também os sujeitos que geram os efeitos de sentido, por meio das camadas simbólicas que emergem discursivamente e criam uma rede de significados que determinam as posições que o sujeito assume quando se inscreve em uma formação discursiva.

As revistas, nesse sentido, só poderão ser consideradas como espaços de formação para o profissional docente, se assim a comunidade que consumirá essas publicações as considerar como tal. Essas publicações podem ser consideradas como espaço simbólico, no qual são construídos sentidos, por meio das representações do trabalho do professor. Certeau (1982) afirma que

Cada vez mais o trabalho se articula com base em equipes, líderes, meios financeiros e, portanto, também pela mediação de créditos, fundamentados nos privilégios que proximidades sociais ou políticas proporcionam a tal ou qual estudo. E, igualmente, organizado por uma profissão que tem suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicossocial. Apesar das tentativas feitas para romper as fronteiras, está instalado no círculo da escrita: nesta história que se escreve, abriga prioritariamente aqueles que escreveram, de maneira tal que a obra

de história reforçasse uma tautologia sócio-cultural entre seus autores (letrados), seus objetos (livros, manuscritos, etc.) e seu público (cultivado). Este trabalho está ligado a um ensino, logo, às flutuações de uma clientela; às pressões que esta exerce ao se expandir; aos reflexos de defesa, de autoridade ou de recuo que a evolução e os movimentos dos estudantes provocam entre os mestres; à introdução da cultura de massa numa universidade massificada que deixa de ser um pequeno lugar de trocas entre pesquisa e pedagogia. O professor é empurrado para a vulgarização, destinada ao “grande público” (estudante ou não), enquanto que o especialista se exila dos circuitos de consumo. A produção histórica se encontra partilhada entre a obra *literária* de quem “constitui autoridade” e o esoterismo *científico* de quem “faz pesquisa”... Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. (CERTEAU, 1982, p. 72/73, grifos do autor)

O autor faz uma descrição sobre essa construção social que é o trabalho, descrito como uma atividade operacional, que objetiva a geração de capital, mas que também gera relações sociais, assim como há a criação de hierarquias, que deixam emergir as relações de poder que são estabelecidas com base nas relações de trabalho. As normas que determinam as relações de trabalho e que são citadas por Certeau (1982) determinam também as representações de imagens dos profissionais que exercem o seu trabalho cotidianamente. Essas normas podem não ser ensinadas institucionalmente, mas são socialmente legitimadas e suas representações impactam no fazer dos profissionais.

Ballico (2006) faz um paralelo entre o discurso jornalístico e a história do tempo presente e essa aproximação parece ser produtiva para se compreender o funcionamento discursivo mobilizado nas revistas especializadas. Para realizar o paralelo, a autora aproxima a prática jornalística à prática da escrita da história. Para tanto, a autora afirma que

A operação jornalística é uma prática regida por princípios característicos de determinada época e de determinado lugar: tem instrumentos e padrões específicos de procedimento e conduta na obtenção e no tratamento das informações. A escrita jornalística, por sua vez, também obedece determinados parâmetros: nos termos de Certeau, ‘a construção de uma escrita (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem (...) [que] conduz a uma prática de texto’, sendo que essas duas dimensões, prática e texto, são reguladas por princípios diferentes. Assim, ‘enquanto a prática é interminável’, continua o autor, ‘o texto deve ter um fim’; enquanto a prática ‘é aguçada pela falta’, a escrita é ‘plena – preenche ou oblitera as lacunas [daquela]’; enquanto a prática mergulha no presente imediato dos fatos do cotidiano, mas localiza-se livremente entre diferentes pontos temporais, o texto, em geral obedece a uma ordem cronológica. (BALLOCO, 2006, p. 93, grifos da autora)

A escrita jornalística, segundo a autora, está imersa numa operação que respeita demandas próprias da época e do lugar. No entanto, essa escrita coloca em funcionamento uma prática e um texto, em que a primeira é interminável e o segundo é limitado por questões cronológicas, em especial. Considerando os estudos do discurso, é possível aproximar o que a

autora postula como prática da escrita jornalística com a dimensão social dos discursos a que se refere Maingueneau (1997, 2008a), a dimensão que se considera como interminável é aquela que concebe elementos sociais para abordar determinado tema e apagar outros. Importa pensar a escrita jornalística como uma prática social por se considerar que os mídiuns pesquisados nesta tese não são apenas suportes de veiculação de informações, mas lugares de (re)produção discursiva e de imagens sobre os profissionais docentes, da mesma maneira, a escrita desses mídiuns não é apenas uma representação da realidade, mas também uma refração de discursos que colocam em funcionamento a prática discursiva mobilizada nesse tipo de publicação direcionada aos professores.

Com base na discussão empreendida neste capítulo, foi possível perceber que a noção de prática discursiva é central para este trabalho de pesquisa, pois oferece a possibilidade de pensar as relações estabelecidas discursivamente com base em aspectos diversos (discursivos e não discursivos). Esse conceito-chave para este trabalho de pesquisa fundamenta o olhar lançado para as revistas especializadas como objeto de pesquisa, na medida em que permite refletir sobre o trabalho do professor nessas publicações como uma prática social, considerando que os discursos colocam em funcionamento uma prática híbrida (re)produzida por uma comunidade discursiva igualmente híbrida. A prática discursiva de fronteira constituída nessas revistas envolve relações de poder, instituições, formações discursivas, sujeitos e modos de enunciar, que permitem delinear os campos convergentes que são mobilizados para colocar essa prática em funcionamento.

Além disso, a Análise do Discurso sempre permite ao pesquisador empreender uma perspectiva interdisciplinar, que possibilite novos olhares sobre o funcionamento discursivo, por isso, interessa pensar as relações que envolvem a constituição do trabalho docente, com base em um aporte teórico diversificado, vindo da filosofia com Foucault (1987) e a noção fundante de prática discursiva, dos estudos do discurso, por meio dos postulados de Maingueneau (1997, 2008a) e da História, com os estudos de Certeau (1982, 1998), o que enriquece a discussão e que permite lançar luz sobre outras maneiras de analisar os discursos.

CAPÍTULO III

REVISTAS PARA PROFESSORES: VOZES DE UMA PRÁTICA DISCURSIVA

O presente capítulo objetiva apresentar a fonte de pesquisa desta tese, com a finalidade de defender sua relevância como objeto de investigação científica. Para cumprir tal finalidade, discorre-se sobre o surgimento das revistas especializadas para professores, apresentando-se as informações sobre a primeira revista direcionada ao público docente. Essas informações servirão de base para o debate sobre essas publicações, inicialmente como instrumentos de controle do Estado sobre o trabalho docente. Além disso, far-se-á uma discussão sobre o lugar de fronteira no qual as revistas se situam, segundo o olhar empreendido nesta tese, o campo acadêmico, o campo midiático e o campo mercadológico.

As revistas especializadas se apresentam, na atualidade, como produto a ser consumido, representante do mercado de periódicos, que tem se consolidado ao longo dos anos. Tais revistas são, preferencialmente, inclinadas a veicular conteúdos relativos a experiências práticas das profissões, se propondo a oferecer, aos profissionais, o “como fazer” em sua profissão. Essas publicações, como produto a ser consumido, utilizam estratégias específicas de *marketing* para alcançar o público profissional: propagandas específicas para esses profissionais nas páginas das revistas, matérias que orientam os profissionais no cotidiano do trabalho, chamadas de capa que despertem o interesse do seu público-alvo. Estratégias que em nada diferem daquelas utilizadas pelas demais publicações que se apresentam como entretenimento, por exemplo. Assim, esses periódicos apresentam-se como material de consumo que se propõe a ser fonte de (in)formação para os profissionais que buscam conhecimentos e encontram, nas páginas dessas revistas, produtos e serviços oferecidos especificamente para o desempenho de seu trabalho.

3.2 Revistas especializadas: a que servem?

Segundo Baptista e Abreu (2010), algumas publicações surgiram no Brasil do século XIX, com a finalidade de alcançar os profissionais. Como exemplo desse tipo de publicação, é pertinente citar os Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura, impresso lançado em 1822

(...) cuja proposta editorial foi de abranger os vários campos do conhecimento humano, atendendo aos interesses dos bacharéis de direito, engenheiros, médicos, cientistas e outros profissionais liberais que começavam a atuar no país que acabava de se tornar independente do domínio português. (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 3)

O momento histórico brasileiro (pós-independência) e a formação de alguns profissionais, que apareciam com maior visibilidade na sociedade de então, construíram um cenário pelo qual se via a oportunidade de desenvolvimento de uma sociedade que ainda estava se constituindo com identidade brasileira, e não mais com traços identitários de uma colônia portuguesa. A constituição dessa identidade nacional passava pelo fomento aos profissionais que se formavam em território nacional. Nesse sentido, Baptista e Abreu (2010) ilustram o objetivo dos Anais Fluminenses, que era o de dar visibilidade para o trabalho dos profissionais (do Direito, das Engenharias, da Medicina, das Ciências e de outras áreas de atuação profissional) por meio daquilo que era publicado.

Ainda no século XIX, outra publicação ganhou destaque: O Propagador das Ciências Médicas. No fragmento abaixo, Baptista e Abreu (2010) afirmam que, com a finalidade de

(...) difundir informações científicas, nasce a primeira publicação segmentada por tema no Brasil: O Propagador das Ciências Médicas, lançada em 1827 pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, com assuntos totalmente voltados aos médicos. (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 3)

Esse tipo de publicação garantiu o surgimento desse segmento que tinha profissionais como público-alvo e inaugurou uma nova maneira de veiculação de (in)formação para esse público, por meio da periodicidade do material publicado. Os profissionais da medicina formaram o principal público leitor e consumidor desse tipo setORIZADO de revista. Eles tinham na publicação sua fonte de informação e discussão sobre a profissão.

Mais tarde, após a Proclamação da República, foi regulamentado o *Pedagogium*²⁶ da Capital Federal, por meio do Decreto nº 980, de 8 de novembro de 1890, no qual consta a

²⁶Sob inspiração de Rui Barbosa, o Decreto nº 980, de 1890, instituiu, no Rio de Janeiro, o *Pedagogium*, centro de produção de conhecimento e estímulo para as realizações educacionais. Essa instituição previa o funcionamento de um Museu Pedagógico, de gabinetes e laboratórios para o estudo de ciências físicas e história

criação da primeira revista pedagógica, direcionada ao trabalho do professor. A criação da Revista Pedagógica²⁷ é enunciada no artigo 52, do referido decreto, segundo o qual, caberia a ela publicar

[...] os actos officiaes relativos à instrucção primaria e secundaria, as conferencias e licções dos cursos do pedagogium, memorias de pedagogia, especialmente pratica de autores nacionaes e estrangeiros, juízos criticos sobre os methodos e processos de ensino, todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional. (BRASIL, 1890, decreto 980, art. 52)

É possível perceber que, naquele momento histórico, o nascimento do segmento de revistas pedagógicas já demonstrava a necessidade de se instituir o caráter profissionalizante desses periódicos. O artigo 52, do decreto nº 980, deixa claro que havia uma preocupação com o “progresso do professorado nacional”, determinando o público ao qual se destina em consonância com o objetivo da revista que era o de prescrever aos professores, por meio da veiculação de “todas as informações de reconhecida utilidade” para esses profissionais, com base nos métodos utilizados nos cursos do Pedagogium. Esse é um dado importante, porque revela o fato de que as revistas para professores, especializadas em veicular conteúdos de interesse pedagógico, surgiram como material que se propunha a auxiliar na formação do professor.

O artigo 52, do Decreto nº 980, aponta para a maneira como a publicação seria constituída, modelo que, ainda na atualidade, pode ser visto nas revistas especializadas, com base em apontamentos prescritivos que colocavam o professor no lugar de quem precisava estar em constante atualização, embora o discurso da formação continuada tenha ganhado força mais tarde, com a publicação de leis e de outros documentos oficiais específicos. Já é possível notar o oferecimento de “lições” aos professores, indício do caráter prescritivo da revista que estava sendo implementada na época. Os efeitos de sentido gerados pela maneira como o discurso era mobilizado permite pensar na maneira como essa publicação surgiu no cenário pós-independência: como um mecanismo que servia aos interesses do Estado, em que havia a necessidade de se construir uma identidade nacional, que servia para direcionar o trabalho do professor, por meio da prescrição de atividades que privilegiassem temas e

natural, a publicação da Revista Pedagógica, cursos e conferências para a formação de professores públicos e particulares, entre outras atividades. [...] O Pedagogium teve seu caráter alterado para um “centro de cultura superior aberto ao público”, funcionando durante mais de quinze anos. [...] Em 1919, por Decreto Municipal, o Pedagogium encerrou suas atividades. (WAENY; AZEVEDO, 2009)

²⁷Segundo Fernandes (2013, p. 3), “a Revista era composta por seções que variaram ao longo de sua existência [...]. As mais constantes foram: *Parte Official*, onde eram apresentados decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos etc.; *Pedagogia*, onde eram publicadas memórias de pedagogia; *Chronica do Exterior*, dedicada ao que se passava fora do país (notícias sobre publicações, modelos de escolas, projetos de lei, estatísticas, programas, despesas com ensino, congressos, etc.); e ainda a *Chronica do Interior*, na qual eram publicadas notícias relativas a acontecimentos ocorridos no próprio país”.

autores nacionais. Assim, a revista servia como instrumento de legitimação do poder do Estado sobre a classe docente.

A regulação do trabalho do professor sempre ocorreu e é possível citar, em especial, o período de ditadura militar ocorrido no Brasil, no qual houve um acirramento das relações sociais e um controle mais efetivo do Estado nas escolas. Apple (1989) enriquece a discussão, ao afirmar que

As escolas são também agentes no processo de criação e recriação de uma cultura dominante eficaz. Elas ensinam normas, valores, disposições e uma cultura, que contribuem para a hegemonia ideológica de grupos dominantes. (APPLE, 1989, p. 58)

Não se pode perder de vista que cabe ao Estado a implementação de políticas públicas, leis, etc. e isso tem interferência nos métodos de ensino adotados. No período de ditadura militar, havia a obrigatoriedade de matérias específicas, como Educação, Moral e Cívica²⁸, na qual era ministrado o conteúdo que interessava ao governo ditador, isso recupera o que defende Apple (1989) quando pontua que as escolas são agentes de criação e recriação de uma cultura dominante eficaz, isto é, nas escolas daquele período histórico, havia um controle que servia, entre outras coisas, à legitimação do regime político vigente. Esse cenário que o país viveu durante a ditadura militar demonstra que o exercício do trabalho do professor sempre foi um lugar de (re)produção de ideologias e de construções simbólicas que não se restringem a compartilhamento de conhecimentos sistematizados, por isso, pode interessar ao Estado intervir no contexto educacional e, por conseguinte, no trabalho docente. Para esta tese, importa pensar na revista do *Pedagogium* como um mecanismo de controle, que ajudava a reproduzir aquilo que era determinado pelo Estado, já que essa revista, que prescrevia aos docentes maneiras de agir, servia também como mecanismo de controle do Estado sobre o ensino ministrado.

Assim, é possível pensar em como a (re)produção de poderes se consolida discursivamente: os interesses estatais que serviam àqueles que governavam o país recém-independente estavam patentes, esses interesses eram normatizados na legislação da época, como o Decreto nº 980. Dessa maneira, quando a revista do *Pedagogium* aparece para direcionar o trabalho do professor, torna-se um instrumento de controle e de mobilização de

²⁸ Filgueiras (2006,p. 3377-3378) afirma que “os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada – da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar”.

poder do Estado sobre a profissão. Foucault (2005) discute o exercício do poder nas sociedades e afirma que

[...] não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-a-vis* do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 2005, p. 35)

Foucault (2005) deixa clara a relação que considera pertinente pensar entre poder e indivíduo. Como o autor não considera o sujeito por suas características individuais, mas como resultado de um meio social, assim também concebe a relação desse indivíduo com o poder, deixando claro que considera que esse indivíduo não é apenas o alvo do poder, mas também seu efeito. Pensando nessa relação traçada pelo autor, é possível considerar que a revista especializada do *Pedagogium*, por meio dos discursos que fazia circular, tinha a classe docente como o efeito do poder que o Estado reproduzia discursivamente.

Para Foucault (2005), não se deve pensar no estabelecimento do poder em sociedade sob a perspectiva da ideologia, mas sobre como ele mobiliza espaços de dominação e, por consequência, de sujeição. Pensando dessa maneira, é possível conceber o poder como aquilo que move indivíduos (que são efeito e intermediários desse poder) a agirem de determinada maneira e seu agir reproduz também o efeito e a intermediação desse poder. Assim, professores, ao consumirem a revista que fazia circular o poder do Estado sobre a profissão docente, tinham seus comportamentos como resultado desse poder.

O exercício do poder também se estabelece pela (re)produção de verdades. Foucault (1995) relaciona poder e verdade, considerando que a noção de verdade depende do exercício de poder que a mobiliza, ou seja, o estabelecimento da verdade está relacionado aos discursos que os mecanismos de poder acolhem e fazem funcionar como verdadeiros. O que é verdadeiro e o que é falso em uma sociedade, segundo Foucault (1995, p. 12), está relacionado àqueles “que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. Mais uma vez o sujeito é colocado, nos postulados do autor, como alguém que age discursivamente e que, por isso, (re)produz efeitos de verdade e de poder. A revista do *Pedagogium* (re)produzia verdades sobre a profissão docente, fazendo emergir as relações de poder implicadas discursivamente naquilo que era publicado.

Partindo dessa leitura, o fato de a revista do *Pedagogium* ter surgido por iniciativa do Estado importa por esta ser uma instituição que (re)produz poder e controle, a normatização

que serve para regulamentar como a revista deveria funcionar demonstra o controle que é mecanismo próprio de modelos estatais. Quando se concebe que o indivíduo é efeito e intermediário do poder, coloca-se o próprio profissional docente como alguém que (re)produz os dizeres que a revista faz circular. Assim, o professor não pode ser considerado como assujeitado às relações de poder estabelecidas, mas é sujeito que coloca em exercício esse poder, por meio dos discursos que (re)produz e por meio da resistência que ocorre a toda forma de poder estabelecida. A revista surge, nesse sentido, como mecanismo que serve ao Estado e que deixa patente as relações de poder que se estabelecem não apenas nela mesma, mas a partir dela também. Segundo essa perspectiva, pode-se pensar na revista como um instrumento que serve para (re)produzir o poder do Estado, também para criar e (re)produzir imagens da profissão docente, baseada no poder de dominação e sujeição que os discursos fazem circular.

Ao afirmar-se, no artigo 52, do decreto nº 980, que a revista forneceria “todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional”, emerge o efeito de sentido da regulação, por meio do qual deixa inscrito que essa seria uma fonte legitimada para o professor. O uso do pronome indefinido *todas* na materialidade do texto produzido pela revista aponta para o esgotamento de outras possibilidades, isto é, a revista diz de si própria, ao considerar-se o bastante para que a classe docente pudesse chegar ao progresso esperado. No caso da Revista Pedagógica do Pedagogium, o apelo mercadológico não existia, pois a revista era “distribuída gratuitamente aos professores públicos primários e secundários, à imprensa e aos estabelecimentos públicos de instrução nacionaes e estrangeiros” (BRASIL, 1890, decreto nº 980, art. 54). A distribuição gratuita dos exemplares demonstra que o Estado tinha interesse que essa publicação circulasse, isto é, indicia uma maneira de inserir as concepções que o Estado considerava pertinentes para o trabalho do professor.

A distribuição gratuita é um dos traços que diferencia a revista em questão daquelas que são veiculadas no mercado atual, além do fato de as revistas atuais não serem mais de instituições estatais, embora o poder do Estado esteja inscrito quando, em periódicos especializados da atualidade, são convocados, por exemplo, resultados de exames aplicados pelo Estado, como Prova Brasil ou Enem e, desses resultados, surgem planos de aula ou metodologia “que funcionam” para que os professores utilizem em suas salas de aula. Além disso, o poder do Estado emerge na mobilização de discussões de políticas públicas veiculadas e legitimadas pelas empresas que mantêm as publicações especializadas, conforme

discussão empreendida no primeiro capítulo desta tese. Nota-se, dessa maneira, que o poder do Estado circula nessas publicações de maneira ainda bastante efetiva, embora haja uma sutileza para essa inscrição, que é escamoteada pela manutenção desse mercado por empresas “sem fins lucrativos” ou que “não apoiam nenhum partido político”, conforme descrição do *site* da Fundação Lemann. Apple (1989) pontua que

O estado não necessita simplesmente controlar o que ocorre; ele necessita também de consentimento. Sem esse consentimento, ele perde legitimidade no processo. Aqui, portanto, está o paradoxo. Ao intervir diretamente, o próprio estado é visto como culpado pela crise estrutural geral. Uma vez que não pode controlar um número suficiente de variáveis [...] ele perde parte de sua legitimidade. Isso cria uma crise bastante real. Enquanto o estado deve intervir cada vez mais nas políticas produtivas e distributivas da economia e tornar-se mais ativo em todas as áreas sociais, ele deve, às vezes, recuar dessa intervenção ativa na educação para preservar sua legitimidade. Dadas essas funções e pressões contraditórias e esses paradoxos, como irá o estado lidar com isso? Ele pode gerar consentimento e legitimidade através da expansão do mercado das relações sociais capitalistas e de consumo individual e regulado, então, esse mercado para assegurar que a função de acumulação seja realizada. Esse é um elemento importante para compreendermos o papel de muitas reformas estatais. (APPLE, 1989, p. 135-136)

Os postulados do autor direcionam o olhar para a maneira como o Estado busca aquilo que ele nomeia como consentimento, para garantir sua legitimidade social. Por essa perspectiva, é possível compreender que a primeira revista especializada surgiu como um instrumento diretamente ligado ao Estado e sua legitimidade era garantida por meio de documentos oficiais, como o decreto já citado. Ao passo que nos dias atuais, o consentimento que garante a legitimidade do Estado também pode ser mobilizado pela linguagem opaca dos mídiuns, que colocam em funcionamento representações, discursos e interesses econômicos e estatais. Assim, as revistas especializadas movimentam uma prática híbrida, com saberes da mídia, do mercado e da academia, mas também é um lugar de emergência de uma fronteira que vem do Estado, que aparece de maneira espraída, embora não se possa desconsiderar sua importância.

A revista do *Pedagogium* também apresentava, por meio daquilo que publicava, seu caráter prescritivo, o que pode ser ratificado no trecho que segue e cumpre o propósito de uma revista pedagógica produzida e distribuída por agentes do Estado:

A aversão que em geral os alumnos manifestam pelo estudo de nossa historia pátria é consequencia muito natural do methodo empregado e que consistia em fazer decorar os nomes de soberanos e governadores portuguezes e datas de somenos importancia. Escolha o professor os factos mais notáveis da nossa historia e reserve uma parte do curso para o estudo criterioso dos homens e das cousas da actualidade. No presente regimen politico o cidadão deve estar habilitado para julgar por si os acontecimentos contemporaneos, exercendo livre e conscientemente o papel de

agente do engrandecimento nacional. (Revista Pedagógica do Pedagogium, 1893, p. 63)

O excerto é uma transcrição da Revista Pedagógica de 1893, e a prescrição de como o professor deveria agir em sala de aula aparece fundamentada por um argumento de crítica ao método anterior adotado (baseado na memorização de datas e de nomes de soberanos portugueses) que, pela descrição, remete ao procedimento de ensino praticado quando o Brasil ainda respondia como colônia de Portugal. A construção argumentativa funcionou como uma maneira de distinguir o momento no qual a revista era veiculada daquele em que o país estava submetido ao domínio português, o que reitera o caráter declaradamente político da publicação, reflexo do momento pelo qual o país passava, sobretudo, pela busca de uma identidade nacional, por meio do ensino praticado nas escolas da época.

Nota-se que os argumentos tecem críticas ao método de ensino utilizado anteriormente e elas aparecem como fundamento para o estabelecimento do que se concebia (na ocasião do lançamento da revista do Pedagogium) como metodologia ideal para servir de base aos professores utilizarem em sala de aula. Os argumentos apresentados, sobre o porquê do desinteresse dos alunos, demonstram que havia um objetivo de valorização da pátria recém-independente da metrópole portuguesa, mas importa mais ainda perceber que já havia um perfil prescritivo nessa publicação, que oferecia, ao professor que consumisse a revista, uma maneira de agir em sua sala de aula para que os alunos ficassem mais interessados no conteúdo abordado.

No trecho “escolha o professor os factos mais notáveis da nossa historia e reserve uma parte do curso para o estudo criterioso dos homens e das cousas da actualidade”, o uso do imperativo dos verbos escolher e reservar demonstra a prescrição aos professores para os quais a publicação era direcionada e o caráter controlador da revista. Observa-se que a ordem denotada pelo uso do modo imperativo permite perceber, na materialidade do texto, o modelo a ser seguido pelos professores, prescrição que servia de instrumento de controle sobre a metodologia utilizada, o que permite inferir que a prescrição servia para controlar os métodos, mas também servia para regular as maneiras de agir do professor. Ressalta-se que a publicação não circulava apenas no ambiente escolar, mas era também distribuída para a imprensa, o que reforça a (re)produção de imagens do profissional docente, já que aqueles que seguissem as orientações da revista poderiam ser considerados profissionais ideais para o exercício da profissão.

Se a primeira publicação para professores surge como um instrumento ligado ao Estado, nos dias atuais, a mobilização dessas publicações está na cena midiática na qual elas

estão inseridas. Atualmente essas revistas não estão mais regulamentadas por documentos oficiais, como ocorreu com a revista vinculada ao Museu Pedagogium, no entanto discussões sobre “memórias de pedagogia” ou “juízos críticos sobre os métodos e processos de ensino” podem ser vistos nos modelos atuais sob outros títulos, o que reitera que a mobilização de verdades e poderes se realiza nos modelos atuais. Na atualidade, as publicações para professores respondem a um mercado consolidado, revelando o perfil mercadológico que essas revistas assumiram. O mercado se abriu e se expandiu, resultado de que essas revistas especializadas são, de alguma maneira, validadas pelos profissionais que têm consumido essas revistas e reiterado o lugar dessas publicações no mercado atual.

Embora o perfil das publicações tenha sofrido mudanças, a maneira de enunciar ainda guarda semelhanças com aquele visto na revista do Pedagogium, já que o caráter prescritivo desses periódicos persiste, ainda hoje, e a construção discursiva acerca do trabalho docente se estabelece com a legitimação desse produto de consumo. Para esta tese, é importante discutir como a cena midiática (re)produz saberes sobre a profissão e o profissional docente, fazendo emergir relações de poder entre posições-sujeitos. A consolidação desses saberes, bem como suas transformações, são asseguradas pela ampla divulgação de modelos impostos socialmente por processos de imitação.

Para Gregolin (2007, p. 16), “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”, assim, reconhecendo essa construção de formas simbólicas, é que pode-se discutir que as revistas para professores da atualidade oferecem uma representação sobre a profissão docente, por circularem em um campo no qual a realidade é mediada por um sistema complexo, que é o midiático, no qual as relações de poder são constituídas de maneira opaca. Problemas que são denunciados nas revistas, a oferta de modelos e metodologias, todos esses elementos estão a serviço da (re)produção de formas simbólicas de ser e agir que dizem aos professores como eles devem ser tornam esse profissional intermediário do poder (re)produzido (FOUCAULT, 2005).

3.3 Adentrando um terreno de fronteira: academia, mídia e mercado

Para este trabalho, importa notar as relações que se estabelecem nesse campo híbrido, em que se articulam academia, mídia e mercado, discutindo-se como os discursos que circulam nessa confluência entre campos implicam posições relativas ao trabalho do professor. Para compreender a constituição do que está se chamando de terreno de fronteira, far-se-á um percurso que irá discutir os três campos que convergem para a formação dessa fronteira, academia, mídia e mercado, com base em postulados teóricos que vêm desses diversos campos e que permitirão empreender uma discussão mais aprofundada sobre a interface dos três campos com os estudos do discurso. Dessa maneira, será possível discutir a prática discursiva das revistas de maneira mais produtiva, compreendendo como se constitui essa prática híbrida.

Essa fronteira é formada pelos seguintes campos: **acadêmico**, que faz emergir a discussão sobre a formação do profissional docente e contribui para discutir como as publicações especializadas se propõem a ser instância de formação para o professor; **mediático**, que permite pensar essas revistas submersas em um ambiente complexo que é a mídia, em que são (re)produzidas relações de poder e efeitos de verdade sobre a profissão e sobre o profissional; e **mercadológico**, já que os periódicos especializados utilizam mecanismos de atração para a compra das revistas, como estratégias de *marketing*, propaganda, etc., que visam levar o profissional docente ao consumo do produto oferecido.

Vale ressaltar que não se considera que os três campos fronteirios sejam estanques ou que haja limites bem definidos nas relações interdiscursivas que nesse espaço de confluência se constituem. Por considerar o caráter cindido e atravessado da prática discursiva de produção, circulação e recepção das revistas especializadas para o público docente, os traços da materialidade discursiva serão considerados por sua heterogeneidade, pelo funcionamento que permite pensar a conjugação desses três campos discursivos, capaz de configurar uma nova prática discursiva.

3.2.1 O campo acadêmico: as vozes das ciências

As instituições acadêmicas são, historicamente, lugares legitimados pelas sociedades de formação para os profissionais. É o lugar no qual os estudantes adquirem um diploma para, conforme as convenções da sociedade atual, estar oficialmente habilitados para o exercício da profissão. Assim, os professores, ao passar por um curso de licenciatura, são considerados aptos a exercer o magistério. Segundo Gimenez e Bonacelli (2013),

[...] é na Idade Média que encontramos a gênese da universidade, criada para ser a guardiã e transmissora do conhecimento já existente e que atendia a demandas individuais, sem se preocupar com o seu entorno, com o seu papel na sociedade, nem com os serviços que poderia prestar-lhe. A universidade nasce elitista e se apresenta ora de caráter público ou privado, ora ligada à Igreja ou ao Estado, ora preocupada com uma formação moral e intelectual do indivíduo ou oferecendo treinamento especializado para um ofício, ora preocupada com desenvolvimento máximo da ciência. Essa instituição passou por inúmeras transformações ao longo dos séculos, assim como o próprio contexto econômico, político e social. Portanto, não era de se esperar que a universidade passasse incólume pelas drásticas alterações ocorridas na sociedade. Também, não se pode esperar que a universidade não continue evoluindo e não responda às novas demandas que têm sido criadas. (GIMENEZ; BONACELLI, 2013, p. 10)

Nota-se nas palavras das autoras a constituição da universidade como instituição legitimada de produção do saber científico. De acordo com a afirmação das autoras, a universidade surge elitista e, de certa maneira, ainda se mantém assim, pois o acesso a esta instituição ainda é mais restrito aos mais pobres e excluídos. As funções desempenhadas pela universidade ao longo dos séculos apresentam-se como um dado importante, pois demonstra como essas instituições não são, desde o seu surgimento, somente lugares de (re)produção de saberes científicos, mas sua inserção social faz com que a formação dos profissionais passe pela influência de outras instituições (Estado, Igreja), embora haja uma pretensa autonomia das universidades em relação a outras instituições. No entanto, os discursos que circulam socialmente não se restringem a lugares específicos, pois estão dispersos e são (re)produzidos nos mais diversos movimentos sociais e assim também ocorre com a formação profissional docente, que se constitui de maneira diversa e plural, construída também discursivamente.

No Brasil, o desenvolvimento das ideias pedagógicas respeitou uma cronologia que foi discutida por Saviani (2007)²⁹, segundo a qual a reforma no modelo de ensino promovido por Benjamim Constant (1890) serviu para criar um novo paradigma educacional, diferente

²⁹ O autor empreende um percurso que discute as ideias pedagógicas desde o período do Brasil colônia, no entanto o recorte feito para este trabalho de pesquisa compreende o período do início do Brasil república, 1890, em que foi criado o *Pedagogium* e, com ele, a primeira revista especializada para professores.

daquele praticado no Brasil colônia, ainda implantado e direcionado pelas escolas jesuíticas. De caráter mais humanista, característica das políticas de Constant, adotou-se uma reforma educacional que tinha os princípios positivistas como seu aporte. A partir desse momento, começou a ser implantado um ensino enciclopédico, seriado, obrigatório e gratuito. Segundo Gadotti (2003),

Quase até o final do século XIX, nosso pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval. Foi graças ao pensamento iluminista trazido da Europa por intelectuais e estudantes de formação laica, positivista, liberal, que a teoria da educação brasileira pôde dar alguns passos, embora tímidos. (GADOTTI, 2003, p. 230)

Conforme o que o autor afirma, as mudanças nos modelos pedagógicos no Brasil ocorreram de maneira gradativa e os resultados dessas mudanças foram ocorrendo de forma tímida. No período entre 1932 –1969 foram relacionadas perspectivas pedagógicas com aquelas que estavam relacionadas à industrialização e à urbanização, como Fordismo e o Keynesianismo. Antes desse período, no entanto, em 1924 foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação), que tinha uma perspectiva liberal e propunha a reconstrução da sociedade por meio da educação. Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 27 escritores, no qual defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita, além da educação integral, que era uma das principais propostas do Manifesto, que também defendia a criação do Plano Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação, entre outras reivindicações. O manifesto trouxe uma concepção sobre o papel do educador:

[...] um educador pode bem ser um filósofo e deve ter sua filosofia de educação; mas, trabalhando cientificamente nesse terreno, ele deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação quanto também dos meios de realizá-los. O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está e se passa além da janela de seu laboratório. Mas o educador, como o sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devem estender-se além de seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, “o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social”, e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização. (Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, 1932)

Nota-se que o lugar do educador no manifesto engloba não apenas habilidades pedagógicas, mas descreve esse profissional como aquele que deve compreender seu lugar social e o sistema do qual faz parte. É adotada uma concepção de educação mais ampla que a escolarização, considerando fatores sociais e sendo a escola um desses lugares, mas não o

único lugar de produção de conhecimento e de *civilização*. O manifesto lança luz sobre a necessidade de o educador ter uma formação mais ampla e plural, o que se coaduna com muitos estudos empreendidos nos dias atuais, embora a concepção do manifesto ainda seja uma primeira incursão nessa concepção de ensino e formação. Não se pode deixar de considerar que o manifesto foi apresentado em um momento em que se buscava estabilidade de uma república recente e que muitas demandas apresentadas objetivavam o ajuste entre aqueles modelos praticados no Brasil colônia e as novas concepções de educação, com a reflexão sobre o papel de gestores, alunos e professores (e sua formação).

A década de 1930 foi de muita efervescência de mudanças sociais que estavam relacionadas à consolidação do Brasil como república, em especial, no contexto pós-guerra. Nesse contexto, duas constituições foram promulgadas, a de 1934 e a de 1937, em que a primeira faz menção à criação de um Conselho Nacional de Educação, que teria como objetivo “elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais” (CF, art. 152, 1934). Esse conselho não é mencionado na constituição de 1937, que tinha um caráter mais próximo da ideologia fascista e que, portanto, privilegiava dar poderes ao presidente da república e aos setores econômicos, foi um documento, portanto, que não tinha como foco principal os aspectos relacionados à educação. Dando continuidade a essa cronologia dos anos 30, Gadotti (2003) descreve:

Outro grande acontecimento da década de 30 para a teoria educacional foi a fundação, em 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), realizando um antigo sonho de Benjamin Constant que havia criado em 1890 o *Pedagogium*. (GADOTTI, 2003, 232, grifo do autor)

Relacionadas ao Fordismo e ao Keynesianismo, a industrialização e a urbanização possibilitaram pensar também um modelo de educação que se aproximava das concepções reproduzidas na indústria, por meio de uma lógica atrelada à do sistema fordista de produção, que tinha como objetivo a produção em massa para um consumo também em massa. Dessa maneira, a escola passou a ter a configuração das salas de aula com um professor, a quem era delegado o poder de transmitir conhecimento por ser considerado detentor do conhecimento que os alunos, em tese, não detinham, o método empregado era, de maneira semelhante como era na indústria, o da repetição, com a crença de que esse modelo de decoração e repetição poderia levar a resultados satisfatórios. Esse modelo pedagógico tornou-se tradicional e resquícios de sua aplicação ainda podem ser vistos nos modelos atuais,

embora tenha havido muitas reformulações na maneira de conceber o ensino. Nota-se, por meio da descrição desse modelo, como alguns discursos que ainda nos dias atuais circulam se tornam recorrentes com base em movimentos históricos e sociais. Vê-se, por exemplo, como os lugares dos atores que compõem a sala de aula ainda são legitimados na atualidade: o professor ainda convive com a imagem de autoridade em sala de aula e detentor de conhecimento e alunos ainda têm um papel mais passivo nesse cenário. Vale ressaltar que já existem muitos estudos e muitas teorias que concebem outros modelos, com maior participação dos alunos e interação entre professor e alunos, no entanto, nota-se também como os discursos interferem na maneira de agir e pensar socialmente, pois esse modelo que se aproxima das concepções fordistas ainda aparecem no ensino, mesmo depois de anos de sua substituição por outros modelos de educação.

Entre 1947 e 1961, um novo modelo foi implementado, chamado de Escola Nova, na qual havia uma visão filosófica que pautava o fazer pedagógico na atividade da criança, considerando o aluno como centro do processo educativo. Adotando-se essa perspectiva, passou a ser considerado um aspecto que antes não era levado em consideração: a vivência que o aluno já tinha, sendo considerado o aspecto social. Esse modelo de ensino deslocava não apenas o aluno, por considerar sua iniciativa diante do conhecimento, mas também o papel do professor, que passou a ser considerado mediador e não mais transmissor de conhecimentos sistematizados. Em primeira instância, a Escola Nova propunha uma perspectiva pedagógica na qual se considerava a qualidade do conhecimento e não apenas sua quantidade. Segundo Gadotti (2003),

A teoria e a prática escolanovistas se disseminaram em muitas partes do mundo, fruto certamente de uma renovação geral que valorizava a autoformação e a atividade espontânea da criança. A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. O desenvolvimento da *sociologia da educação* e da *psicologia educacional* também contribuiu para essa renovação da escola. (GADOTTI, 2003, p. 142, grifos do autor)

O desenvolvimento das teorias que fundamentaram os princípios pedagógicos da Escola Nova contou com nomes como Maria Montessori e Jean Piaget, que desenvolveram estudos sobre o desenvolvimento das crianças em situação de aprendizagem, por meio de métodos que privilegiavam a autonomia no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, os preceitos escolanovistas também sofreram críticas, por seu caráter majoritariamente baseado nos métodos. Gadotti (2003) discute esses aspectos e afirma que

O respeito à criança apregoado pela Escola Nova equivale muitas vezes a *renunciar à direção educativa*, a apontar as influências com as quais a burguesia impregna

todo o social, sobretudo hoje, quando ela domina, nos países capitalistas, os mais poderosos meios de comunicação, de informação e de formação da mentalidade popular. Educar não é ser omissivo, ser indiferente, ser neutro diante da sociedade atual. Deixar a criança à educação espontânea da sociedade é também deixá-la ao autoritarismo de uma sociedade nada espontânea. (GADOTTI, 2003, p. 148, grifos do autor)

O autor trata do papel do professor nesse contexto, que é algo que interessa a esse trabalho de pesquisa, compreender como esses modelos de ensino ajudam na construção de imagens e representações docentes que aparecem, nos dias atuais, nas revistas especializadas. Dessa forma, tinha-se um modelo centrado no professor, chamado em muitos estudos de modelo tradicional, que é contestado e superado por um outro modelo que coloca o aluno no centro das práticas pedagógicas. Enquanto no modelo tradicional o professor centralizava todas as atenções e era o detentor de conhecimentos, no modelo escolanovista, é proposto que ele seja coadjuvante, já que os estudos apontavam para a autonomia da criança no processo de ensino-aprendizagem. Importa perceber que essas construções e deslocamentos do papel do docente implicam o aparecimento de discursos que circulam nas revistas, sobre como o professor deve ser e agir em seu fazer profissional.

Em 20 de dezembro 1961 foi promulgada a Lei nº 4024 (Lei de Diretrizes e Bases), que determinou diretrizes para a educação nacional e que definiu alguns aspectos relacionados ao ensino. Até a promulgação da primeira LDB, o sistema educacional brasileiro era centralizado, estados e municípios seguiam o mesmo modelo. Depois da lei, houve mais autonomia de estados e municípios e uma descentralização das decisões do MEC. Sobre a formação dos profissionais docentes, a lei determinou o seguinte:

Da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

- a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginasial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginasial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário.

[...]

Art. 59. A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica. (Lei de Diretrizes e Bases, 1961)

A criação de escolas normais está estabelecida na lei, que habilitaria profissionais ao exercício do magistério para o ensino primário e, para o ensino médio, regulamentou-se a exigência de nível superior. Em plena ditadura militar, a educação no Brasil, em 1971, se vê diante de uma nova LDB, que apresenta alguns aspectos diferentes daquela lei de 1961, entre os quais pode-se citar o ensino obrigatório dos sete aos 14 anos e uma proposta de currículo comum para a educação básica e uma parte específica, diversificada em função das diferenças regionais. Além desses aspectos, pode-se citar também a exigência para o exercício do magistério na educação básica, que segundo a nova lei ficava estabelecido que:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

A habilitação específica em nível de ensino médio (escolas normais) fica restrita ao que se nomeia nos dias atuais de ensino fundamental menor e, a partir do fundamental maior, a exigência passou a ser de nível superior, assim como as licenciaturas plenas possibilitavam o exercício do magistério em todos os níveis da educação básica. Essa habilitação para o exercício do magistério foi modificada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional promulgada em 1996, que implementou uma reforma na educação brasileira no final do século XX. A formação dos profissionais da educação básica foi uma das prioridades da nova lei, que destinou um capítulo específico para tratar do assunto. A formação docente é um aspecto que interessa, pois demonstra como esse profissional tem sido considerado nessas leis de diretrizes e bases: a primeira abre espaço para as escolas normais e habilita profissionais nessas escolas para ministrar o ensino em todo o nível fundamental, chamado de primário. Uma década depois, para ministrar aulas para o ensino de nível médio, chamado de 2º grau, era necessário nível superior, enquanto a lei mais recente lança a exigência de que, para os níveis fundamental e médio, o profissional seja habilitado em universidades de licenciatura ou pedagogia, o que demonstra uma mudança de perspectiva e de representação do profissional docente, que passa a ter como exigência para o exercício profissional o diploma obtido em instituições de ensino superior.

Entre as duas últimas leis (1971 e 1996) surgem três das quatro publicações especializadas que servem de fonte para esta pesquisa: a Revista do Professor, em 1985, a Nova Escola, em 1986, e a Presença Pedagógica, em 1995. A criação das revistas é, portanto, ocorre em um momento de efervescência, pelo momento histórico da democracia recém-

estabelecida pós-ditadura até a promulgação da LDB que está em vigor até os dias atuais, o que demonstra um momento de muitas discussões que culminam na criação de uma lei que regulamentou as diretrizes da educação nacional. A revista Educação, criada em 1997, também é lançada em um período de muitas discussões, com a lei recém-criada e o lançamento, por exemplo, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no mesmo ano de lançamento da revista. O contexto histórico fomenta as discussões e valida as revistas também como lugares de debate sobre novas diretrizes, sobre formação de professores, especialmente após a mudança da habilitação para o exercício da profissão.

Com a finalidade de compreender o campo acadêmico como uma das fronteiras que constituem a prática discursiva das revistas especializadas para os professores, é necessário refletir sobre a formação desse profissional que está em sala de aula e que se torna consumidor dessas revistas. A formação dos professores tem suscitado muitos estudos que se debruçam sobre a constituição dos saberes desse profissional que aprende para ensinar. Muito se discute sobre a dicotomia teoria e prática nas instituições acadêmicas e essas discussões serão consideradas nesta tese, objetivando perceber como essa polarização nos cursos de formação de professores pode impactar em sua maneira de agir no fazer profissional. Oliveira (2006) afirma que

A relação teoria e prática surge nos debates acadêmicos, na pesquisa, mesmo no cotidiano, como tema recorrente, embora, um olhar mais atento faça perceber que aos conceitos de teoria e prática nem sempre são atribuídos os mesmos sentidos. Ao nível do senso comum, muitas vezes, a prática coincide com a experiência obtida em um dado campo de atividade, ou mesmo como técnicas, como um fazer em si (OLIVEIRA, 1998), que, associada à idéia de ação, ganha uma dimensão positivamente valorada. Ao sentido de “teoria”, o senso comum, geralmente, faz acrescer a idéia de “abstração”, de um pensar autônomo, descolado da realidade ou da “prática”, como dizem alguns. (OLIVEIRA, 2006, p. 101, grifos da autora)

A autora indica que parece ser consenso colocar conhecimentos teóricos e prática profissional em lugares distintos, inclusive ressalta que a reprodução dessa dicotomia acaba atribuindo juízo de valor acerca do que é conhecimento teórico e o que é conhecimento prático. À prática tende-se considerar como do lugar do efetivo exercício do trabalho, que se relaciona à experiência e que, não raras vezes, está relacionada ao “saber fazer”. O lugar da teoria ainda tem sido restrito aos cursos de formação e aos livros e pesquisas que discutem o ensino, mas estão, aparentemente, distantes daquilo que o exercício do magistério é em sala de aula.

A discussão suscita alguns questionamentos: é possível pensar a formação dos professores de maneira polarizada? Em que momento o sujeito se torna professor? Os

questionamentos servem de pano de fundo para refletir sobre o processo de formação do profissional docente e enriquece a discussão proposta nesta tese acerca da inserção das revistas especializadas para o público docente, um produto de consumo, veiculado na cena midiática, mas que tem se proposto a servir ao professor como instância de formação.

A constituição dos cursos de formação de professores têm legitimado a dicotomia entre teoria e prática, pela estrutura desses cursos, que têm formato “3+1”, isto é, 3 anos são dedicados a teorias sobre aspectos diversos da formação e 1 ano é destinado à prática, que fica restrita ao momento destinado aos estágios que os discentes fazem e, por vezes, oferecem apenas a possibilidade de observar a prática de outros profissionais que já estão em sala de aula, sem que haja, de fato, discussões sobre a formação prática do professor que está em formação, reservando a avaliação do estágio a um relatório sobre as observações realizadas. Ressalta-se que esse formato tem sido amplamente discutido e combatido nas prescrições mais atualizadas sobre a estrutura curricular dos cursos de formação de professores. Sobre a polarização entre teoria e prática, Tardif (2000) afirma que

Os cursos de formação para o magistério são globalmente idealizados segundo um modelo aplicacionista do conhecimento: os alunos passam um certo número de anos a assistir às aulas baseadas em disciplinas e constituídas de conhecimentos proposicionais. Em seguida, ou durante essas aulas, eles vão estagiar para “aplicarem” esses conhecimentos. Enfim, quando a formação termina, eles começam a trabalhar sozinhos, aprendendo seu ofício na prática e constatando, na maioria das vezes, que esses conhecimentos proposicionais não se aplicam bem na ação cotidiana (Wideenet *al.*, 1998). Esse modelo aplicacionista não é somente ideológico e epistemológico, é também um modelo institucionalizado através de todo o sistema de práticas e de carreiras universitárias. (TARDIF, 2000, p. 18, grifos do autor)

O que o autor aponta como problema no modelo de cursos de formação se refere ao aplicacionismo da teoria, uma maneira equivocada de perceber como a formação ocorre. Segundo o autor, o processo de formação é muito mais amplo do que o modelo citado permite pensar. Em outro estudo, o autor afirma que a “relação entre os saberes e o trabalho docente não pode ser pensada segundo o modelo aplicacionista da racionalidade técnica” (TARDIF, 2014, p. 65), justamente porque não se deve pensar o trabalho do professor como a aplicação de teorias apresentadas nos cursos de formação para o magistério, como se teoria e prática estivessem em lugares estanques, em compartimentos separados, mas é necessário refletir sobre um processo que ocorre em sociedade, de maneira mais ampla, e não em uma instrumentalização de teorias na realização do trabalho docente em sala de aula. A formação dos professores, sob a perspectiva de processo social, leva em consideração diversos aspectos que fazem com que sujeitos em formação se tornem professores. Para o autor, desde a

experiência como aluno até a história de vida do professor podem ser consideradas partes de sua formação, considerada como um processo social e não apenas institucionalizado.

Essa relação entre teoria e prática reforça as discussões que foram bastante efervescentes na década de 90, o que se pode observar pelas mudanças educacionais ocorridas nesse período, em que as orientações defendidas eram de que a educação passava a adquirir características da lógica do mercado, exigindo, portanto, que eficácia, eficiência, efetividade e produtividade passem a ser considerados como conceitos indispensáveis na busca por uma educação de qualidade. Nessa esteira, identificam-se processos de regulação, mobilizados pela efetivação do poder do Estado nesse contexto, já que a educação passa por processos de avaliação também, como se podem citar, nos dias atuais, os exames como a Prova Brasil, que avaliam desempenho de escolas e, de maneira transversal, de professores e gestores. Nessa perspectiva, o exemplo dos exames demonstra como a formação de professores, a partir da década de 90, passou a ser alinhada e como o Estado passou a utilizar os resultados desses exames como um mecanismo de regulação sobre as escolas e, conseqüentemente, sobre os professores, já que, para alcançar as notas mínimas nos *rankings* estabelecidos por esse tipo de exame, esses profissionais passaram a ser avaliados de maneira indireta e a responsabilidade pela qualidade da educação passou a ser considerada responsabilidade exclusiva de professores.

Diante desse contexto, as reformas educacionais ocorridas nessa década objetivavam conciliar as diretrizes internacionais com as demandas do cenário político brasileiro, época de políticas neoliberais implementadas com bastante intensidade. Dessa maneira, a busca pelo processo formativo começou a se desenhar como capacitação ou treinamento, sendo um dos objetivos da educação garantir que alunos pudessem alcançar boas notas nos processos avaliativos que realizam o ranqueamento de escolas, por exemplo. Assim, não bastava apenas relacionar bem a teoria e a prática, tornou-se necessário formar professores para o alcance dos bons índices. Nesse contexto, relacionar bem teoria e prática significava alcançar bons índices nos exames nacionais e internacionais. Logo, o docente se viu pressionado a buscar alternativas que os ajudassem nesse processo, entre as quais as revistas especializadas podem ser citadas como um lugar que se propõe a ser instância de formação para os professores, por meio das discussões de temas atuais sobre a profissão que empreende e dos conteúdos que possam interessar aos professores, tais como exemplos de professores “nota 10”, planos de aula e outros produtos que possam interessar aos docentes. Nesse contexto, as revistas podem se consolidar como lugar de formação ao profissional docente. O texto que segue demonstra

como as revistas constroem a imagem de um produto especializado em temas atuais, que se apresenta como atrativo aos professores:

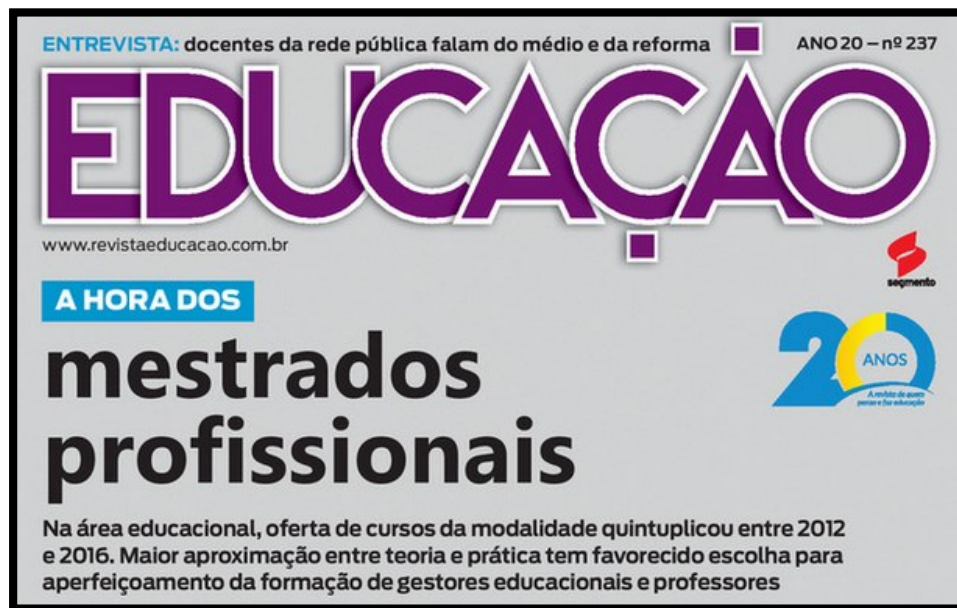


Imagem 2 – Revista Educação, nº 237, março de 2017

A capa da revista traz uma manchete sobre mestrados profissionais e oferece informações sobre o crescimento desse tipo de curso na atualidade, em especial, entre os anos de 2012 e 2016. Os cursos de mestrado profissional têm legislação específica³⁰ e sua natureza é também específica: são cursos mais direcionados para o mercado de trabalho, cuja finalidade visa desenvolver pesquisas de intervenção, que tenham aplicação direta no trabalho do profissional formado. Dessa maneira, quando a revista estampa sua capa com uma discussão atual sobre o trabalho do professor, sobre sua “profissionalização”, deixa emergir os discursos que são mobilizados pela (re)produção da dicotomia teoria/prática, pois ao falar dos cursos de mestrado profissional e de *sua hora*, conforme a manchete, mostra-se ao professor um *caminho* de formação que privilegia sua prática profissional, já que esses cursos, segundo a publicação, oferecem “maior aproximação entre teoria e prática”, o que retoma o discurso de que nas universidades ainda há um privilégio da teoria e a prática está distante dos saberes reproduzidos nessas instituições. Postula-se a hipótese de que é um traço discursivo que contribui para a manutenção desses periódicos no mercado, já que as revistas também se propõem a oferecer modelos de “como fazer” para os docentes.

Para este trabalho de pesquisa, esse é um dado importante, pois demonstra como os discursos acerca dessa dicotomia podem legitimar a necessidade de o professor consumir as

³⁰Regulamentado pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017, e pela Portaria CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017.

revistas, pois demonstra como esses periódicos abordam temas atuais sobre a profissão, além disso, essas publicações se propõem a adotar um caráter pragmático da profissão, com a veiculação, por exemplo, de cursos de formação, de planos de aula e metodologias que “dão certo”, tudo com a finalidade de oferecer aos professores instrumentos para utilização em sala de aula.

Tardif (2014) empreende uma discussão na qual trata do pluralismo de saberes pela qual passa a formação do professor, que se constrói de maneira heterogênea, por meio de saberes mobilizados de diversos lugares. Pensar a formação de maneira plural implica refletir sobre essa formação como um sistema complexo, como um processo educacional inserido em um contexto socio-histórico mais amplo. As revistas especializadas estão inseridas nesse processo por se proporem a ser instância de formação e o que se problematiza nesta tese é a maneira como essas publicações se inserem nesse lugar. Esses periódicos sustentam seu lugar no mercado e na formação dos professores por meio da veiculação de receitas sobre como esse profissional deve realizar seu trabalho, o que se aproxima daquilo que Tardif (2000) chama de modelo aplicacionista, em que modelos são oferecidos para mobilizar no cotidiano escolar aquilo que foi aprendido nas universidades.

Assim, ao discutir a formação de professores em sua pluralidade, abre-se a discussão para pensar que os saberes mobilizados na formação de um profissional não se restringem àquilo que é proposto no currículo das universidades, bem como a prática não se relaciona à aplicação dessa teoria no cotidiano da sala de aula. Sobre essa noção de pluralidade na formação, Eckert-Hoff (2008) afirma que

O sujeito que se constitui, pois, pela dispersão e pela multiplicidade de discursos e, ao enunciar, o faz ocupando várias posições, que marcam a sua heterogeneidade, logo, compreendemos a formação do professor como um processo múltiplo, não-linear, com uma pluralidade de vozes, de práticas e de saberes acumulados em todo percurso histórico-social-ideológico do sujeito. É mister lembrar que tal formação se desenvolve pelos deslocamentos, num constante movimento de identificações que constitui a subjetividade heterogênea do discurso, do sujeito e abarca sua formação. (ECKERT-HOFF, 2008, p. 43)

A autora empreende uma discussão pertinente que permite pensar a formação do professor do ponto de vista histórico, social e ideológico. É válido pensar, portanto, em como outras instâncias da sociedade podem formar o profissional docente, seja pela sua legitimação institucional, por meio de normas específicas que regulamentam a profissão, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou os Parâmetros Curriculares Nacionais, seja pela abertura para que publicações que se propõem a ser instância de formação encontrem espaço para se legitimar como material de consumo direcionado aos professores. O percurso de

formação de professores, pensado sob o ponto de vista da complexidade que esse processo demanda, também permite refletir sobre como o sujeito se torna profissional, já que a aquisição de um diploma não basta para que esse profissional em formação esteja apto a desempenhar seu trabalho. A inserção desse profissional no mercado de trabalho, por meio do efetivo trabalho em sala de aula, também é parte de formação desse professor, que se habitua a ouvir e a (re)produzir em sua prática cotidiana que deve estar em formação contínua.

A pluralidade de vozes que Eckert-Hoff (2008) aborda permite discutir a formação dos professores de maneira mais ampla, considerando não apenas sua formação institucional, que o torna habilitado para exercer a profissão, mas como um processo múltiplo que se realiza socialmente, por meio dos processos que tornam a formação um sistema complexo que também se constitui pelos discursos que circulam sobre o trabalho do professor e sobre esse sujeito que está em sala de aula. Nesse sentido, a prática mobilizada nas revistas convoca discursos sobre a formação dos professores e esses discursos aparecem nas publicações especializadas de maneira recorrente e esses periódicos, que se propõem a ser instância de formação para esse profissional, acabam sendo lugares de circulação dos discursos que constroem imagens e representações da profissão e dos profissionais docentes, (re)produzindo crenças sobre o que é ser um profissional bem ou mal formado.

3.2.2 O campo midiático-jornalístico: as vozes das “verdades”³¹

Com a finalidade de discutir o campo midiático, considerado uma das fronteiras da prática discursiva das revistas especializadas para o público docente, apresenta-se a necessidade de compreender como esse campo se constitui, já que essa constituição oferecerá elementos para a discussão sobre essa prática discursiva. Para iniciar a discussão sobre esse campo, um conceito de mídia ajuda a compreender essa prática, na qual o trabalho do professor serve à reprodução de imagens por meio dos discursos que faz circular. Lima (2004) afirma que mídia pode ser entendida

³¹Há um discurso recorrente que afirma que o jornalismo tem um compromisso com a verdade e com a imparcialidade. No entanto, ressalta-se que, para esta tese, a mídia está sendo considerada como um sistema complexo, que reproduz efeitos de verdade e não verdades absolutas e inquestionáveis. Charadeau (2010, p. 269) afirma que “a verdade de um acontecimento relatado pela televisão é marcada por um paradoxo: o que é visto é interpretado num desejo de autenticidade, pois é necessário que se possa supor que existe realidade e que esta salte diante de nossos olhos de tempos em tempos (é por isso que se crê mais facilmente na singularidade do fato e no caso de copresença entre o acontecimento e o olhar de uma câmera em tomada direta, ou em tomada direta diferida), mas ao mesmo tempo sabe-se que essa realidade é posta em cena por uma máquina de informar para tentar nos tocar (pela repetição da exibição do acontecimento que tem o efeito paradoxal de desrealizá-lo)”.

como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação *mediatizada*. Esse é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e constitui-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação *mediatizada* são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de “massa”. (LIMA, 2004, p. 50, grifos do autor)

O conceito discutido por Lima (2004) aponta para a amplitude do que se concebe como mídia, que é considerada pelo autor como uma instituição, que mobiliza aparatos tecnológicos e essa tecnologia está a serviço da comunicação humana. Segundo o que o autor discute, há uma padronização dos conteúdos, que pode ser relacionada às demandas do mercado que fazem circular e vender os produtos midiáticos. O estudo empreendido por Lima (2004) descreve mídia como o conjunto de empresas que utilizam recursos tecnológicos para comunicar às massas. É um conceito postulado na área da comunicação e a perspectiva adotada pelo autor permite uma compreensão sobre como a cena midiática é concebida. Vale refletir sobre o que o autor aponta como características da comunicação *mediatizada*: unidirecionalidade e produção centralizada, em que esses aspectos apontam para o jogo de interesses que é mobilizado nessa cena, que responde às demandas de um mercado consumidor. Por meio dos mídiuns, são mobilizados discursos, que (re)produzem modelos, homogeneizando maneiras de pensar e agir nas sociedades atuais, o que contribui com a naturalização de crenças, papéis sociais e relações de poder.

Esse conceito de mídia suscita compreender de que maneira as teorias foram sendo construídas, estudos que vêm da área da comunicação e que, portanto, oferecem a possibilidade de pensar a mídia com base nos postulados dessa área do conhecimento, para depois fazer uma incursão sobre a interface mídia e discurso, com a finalidade de realizar um breve percurso sobre as teorias da comunicação. Também será discutido o paradigma comunicativo informacional, com o objetivo de compreender como esse modelo de comunicação, considerado paradigma dominante por algum tempo, foi essencial para conseguir demarcar o campo de estudo da comunicação. O paradigma informacional entende a comunicação como um modelo transmissivo, que se baseia na ideia de uma cadeia linear na qual a mensagem do emissor é enviada ao receptor, gerando alguma reação. Segundo Wolf (1999),

Embora “todo o processo de comunicação entre seres humanos pressuponha um sistema de significação como condição necessária” (Eco, 1975, 19), na communication research, o modelo informacional foi, durante muito tempo, o verdadeiro paradigma dominante, raramente posto em questão e o mais frequentemente utilizado; e nisso, tradição empírica e pesquisa crítica andaram a par e passo. (WOLF, 1999, p. 118, grifos do autor)

Esse modelo firma suas bases em diversas áreas do conhecimento, concebendo a comunicação de maneira mais bem delineada, considerando a existência de emissores e receptores, o que se aproxima da teoria linguística de Jakobson, na qual esse autor postula as funções da linguagem e a presença de emissores, receptores e mensagens. Pensar o paradigma informacional dessa perspectiva é considerar um sistema que não considera sua complexidade, já que se ampara na concepção de que existem elementos fixos que constituem esse sistema de comunicação. De maneira importante, a teoria jakobsiana contribuiu para a constituição desse paradigma, que foi considerado dominante e era pouco questionado. Sobre a relação entre o paradigma informacional e a teoria de Jakobson, Wolf (1999) afirma:

A assunção do modelo informacional pela linguística jakobsiana desempenhou um papel muito importante nesse “alargamento”; houve um “alinhamento” da terminologia linguística jakobsiana à teoria matemática da comunicação. [...] Quando definem a informação seletiva de uma mensagem como o número mínimo de decisões binárias que permitem que o receptor reconstrua aquilo que deve extrair da mensagem, a partir dos dados que tem já à sua disposição, enunciam uma fórmula realista perfeitamente aplicável ao papel dos sinais distintivos na comunicação linguística (Jakobson, 1961, 66). Embora sem reduzir a linguística à teoria matemática da comunicação, Jakobson propõe uma integração em um caminho paralelo para as duas disciplinas, individualizando numerosos pontos de contato como, por exemplo, a abordagem linguística do problema da informação semântica e a definição de informação de Shannon: “aquilo que se mantém constante através de todas as operações reversíveis de codificação ou de tradução”, em suma, “a categoria de equivalências de todas estas traduções” (Jakobson, 1961, 74). A leitura que Jakobson faz da teoria da informação, generalizando-a, atenua-lhe a especificidade: desse fato resulta um modelo comunicativo que foca o modo como a informação se propaga segundo um código comum e uniforme, dentro da relação funcional emissão/recepção, reduzindo a recepção ao sentido literal da mensagem (Jacques, 1982). A atividade comunicativa é representada como transmissão de um conteúdo semântico fixo entre dois polos, também eles definidos, encarregados de codificar e decodificar o conteúdo, segundo as restrições de um código igualmente fixo. A legitimação e difusão proporcionadas pela linguística jakobsiana à versão “moderada” da teoria informacional constituíram, indubitavelmente, um dos motivos do seu “êxito” como teoria comunicativa adequada e bastante indiscutida. (WOLF, 1999, p. 120, grifos do autor)

O paradigma informacional concebe a comunicação como uma fórmula que, contendo os elementos necessários para sua resolução, alcança os resultados esperados. Nesse sentido, a teoria jakobsiana se coaduna com a teoria da comunicação, pois Jakobson também concebe a linguagem como o encontro de elementos que constituem o sistema de comunicação pela linguagem, fazendo com que a presença desses elementos construa os fenômenos da linguagem. A teoria jakobsiana, nos estudos da linguagem, fundamenta muitas pesquisas, mas

sua abrangência torna-se restritiva quando não se adota uma perspectiva de linguagem como acontecimento social, que é muito mais ampla do que uma mensagem transmitida de um emissor a um receptor.

A linguagem como interação é a perspectiva que se adota nesta tese. Essa concepção de linguagem está de acordo com o modelo relacional da mídia³². Embora tenha sido pouco questionado durante anos, o paradigma informacional foi superado por outros que concebiam a comunicação de maneira mais ampla, levando-se em consideração que os elementos antes apontados como estáticos poderiam assumir posições flutuantes, distintas e que a assunção dessas posições também pode impactar na maneira como a comunicação se constitui. Outra teoria da comunicação que comporá o percurso aqui empreendido é aquela postulada pela Escola de Frankfurt, que teve Theodor Adorno e Max Horkheimer como principais representantes, entre outros autores. Adorno e Horkheimer defendiam que a mídia funcionava como um instrumento de manipulação inserido na sociedade. Segundo eles,

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 57)

Com base na perspectiva marxista na qual os autores se apoiavam, esses pesquisadores afirmavam ser a mídia um lugar de manipulação da sociedade na qual está inserida e seu produto era considerado por eles como cultura de massa, pois o que direcionava a permanência ou saída de algum produto do mercado midiático era o lucro gerado e não sua importância social. Eles defendiam que obras do cinema e do rádio já não poderiam mais ser tratadas como arte, mas como produtos de um mercado consumidor, que estava a serviço de colocar em circulação bens de consumo e que colocavam em movimento o pensamento marxista de exploração dos trabalhadores, por meio da ideologia reproduzida. A linguagem carregada em terminologias marxistas, como burguesia, capital, liberalismo, dão o tom dos postulados dos autores que discutem a cultura de massa e a indústria de massa, colocando os aparelhos midiáticos como movimentadores dessa indústria que coloca o homem no lugar de

³² França (2016, p. 158) empreende uma discussão acerca da comunicação pela perspectiva relacional e afirma que “a comunicação é um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela. Nesta concepção, a comunicação não é reduzida a uma dinâmica de transmissão, mas é entendida como interação – ação reciprocamente referenciada, estabelecida pela mediação do simbólico, da linguagem.”

produtor e consumidor dos produtos de consumo, assim como a mídia cria produtos a serem consumidos, independente de serem filmes ou sabão em pó.

Nota-se, nas palavras dos autores, a relação entre a manipulação realizada pela mídia e a ideologia que eles consideram que essa indústria faz circular. Na Escola de Frankfurt, a (re)produção de poder e dominação por meio da ideologia ocupa papel central. Para os autores, a ideologia tem grande importância nas formas de comunicação das sociedades modernas e esse movimento ideológico aparece nos postulados dos frankfurtianos como proposital para interpelar os consumidores a adquirirem produtos e bens. A mídia é apontada pelos autores como agente de uma perda da sensibilidade cultural, que é colocada em prática pela veiculação da ideologia imposta pela classe dominante, por meio da manipulação que entrava na casa das pessoas pelas empresas de comunicação.

Para os autores, os meios de comunicação de massa, que são propriedades de grandes empresas, possuem um interesse primeiro que é a obtenção de lucros. Depois desse interesse, há uma necessidade da manutenção do sistema econômico vigente que permite a essas empresas continuar gerando lucro. Constrói-se, dessa maneira, um ciclo que está muito mais relacionado aos interesses capitalistas do que à produção cultural (como poderia ser o objetivo de alguns mídiuns como o cinema e o rádio) ou a veiculação de notícias (como os jornais e as revistas, por exemplo). Sobre a constituição da indústria de massa, os autores pontuam que

A dependência em que se encontra a mais poderosa sociedade radiofônica em face da indústria elétrica, ou a do cinema relativamente aos bancos, caracteriza a esfera inteira, cujos setores individuais por sua vez se interpenetram numa confusa trama econômica. Tudo está tão estreitamente justaposto que a concentração do espírito atinge um volume tal que lhe permite passar por cima da linha de demarcação entre as diferentes firmas e setores técnicos. A unidade implacável da indústria cultural atesta a unidade em formação da política. As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. (ADORNO;HORKHEIMER, 1985, p. 58)

A descrição feita pelos autores coloca os mídiuns em uma cadeia industrial a serviço de interesses econômicos, muito mais do que à veiculação de bens ou produtos pela qualidade

de seu conteúdo. Ao mesmo tempo em que eles apontam uma “confusa trama econômica”, falam de uma “unidade implacável”, isso demonstra a complexidade do processo descrito, que os autores defendem estar a serviço de um objetivo comum: o lucro. Essa “unidade implacável” da indústria cultural³³, citada pelos autores, remete ao jogo de interesses que, segundo eles, essa indústria coloca em funcionamento, interesses que visam sempre à geração de lucro com os produtos vendidos.

A mídia, nesse contexto, aparece como um instrumento de manutenção de poder, que tem canal direto com o consumidor e que responde às demandas econômicas e políticas das grandes empresas que detém seu monopólio. Nessavisão, os autores relegam aos consumidores o papel de alienação, em que são apontados como “material estatístico” que servem apenas para fazer funcionar a engrenagem da indústria, eles são a massa que gera lucro, mas são também os manipulados que acabam aderindo ao sistema por sua alienação ao que está ocorrendo de fato. A perspectiva adotada por Adorno e Horkheimer (1985) coloca em xeque a capacidade de enfrentamento daquilo que eles chamam de massa, ou seja, os consumidores da indústria que criticam. Eles entendem que as pesquisas setoriais, que geram e veiculam as estatísticas sobre as quais se referiam, e os mídiuns servem de instrumentos de manutenção do sistema criado pela indústria de consumo, por intermédio da reprodução de modelos e valores sociais legitimados pela ideologia reproduzida.

O paradigma postulado pelos representantes da escola frankfurtiana³⁴ mais recentemente foi considerado determinista e trazia radicalidade em relação às noções de manipulação e subalternidade, por meio da reprodução dessa relação consumidor/alienação. Na contramão desse paradigma, Jesús Martín-Barbero publicou um livro que objetivava discutir questões culturais e a influência da mídia na sociedade de uma maneira deslocada daquela postulada pela Escola de Frankfurt. O determinismo frankfurtiano foi duramente combatido por Martín-Barbero, que propôs um estudo teórico e histórico da invenção de manifestações culturais populares e do que se poderia considerar cultura de massa, assim

³³ Segundo Wolf (1999, p. 84, grifos do autor), o termo “indústria cultural” foi utilizado pela primeira vez por Horkheimer e Adorno na *Dialética do Iluminismo* (texto iniciado em 1942 e publicado em 1947), no qual se descreve a “transformação do progressocultural no seu contrário, a partir de análises de fenômenos sociais característicos da sociedade americana, entre os anos 30 e os anos 40. Nas notas anteriores à edição definitiva da *Dialética do Iluminismo*, empregava-se o termo ‘cultura de massa’”. A expressão foi substituída por “indústria cultural” para osuprimir, e desde o início a interpretação corrente é a de que se trate de uma cultura que nasce espontaneamente das próprias massas, de uma forma contemporânea de arte popular.

³⁴ Importante ressaltar que a escola de Frankfurt teve outros representantes, além de Adorno e Horkheimer, como Walter Benjamin, no entanto o recorte teórico realizado cumpre o objetivo de demonstrar como as linhas de pensamento sobre a presença da mídia na sociedade foram sendo construídas ao longo do tempo.

como discutiu as interrelações entre eles. Amparado nos postulados teóricos de Antônio Gramsci acerca do conceito de hegemonia, Martín-Barbero (1997) afirma que

Pensar a indústria cultural, a cultura de massa, a partir da hegemonia, implica uma dupla ruptura: com o positivismo tecnologicista, que reduz a comunicação a *um problema de meios*, e com o etnocentrismo culturalista, que assimila a cultura de massa ao problema da *degradação da cultura*. Essa dupla ruptura ressitua os problemas no espaço das relações entre práticas culturais e movimentos sociais, isto é, no espaço *histórico* dos deslocamentos da legitimidade social que conduzem da imposição da submissão à busca do consenso. E assim já não resulta tão desconcertante descobrir que a constituição histórica do massivo, mais que à degradação da cultura pelos meios, acha-se ligada ao longo e lento processo de gestação do mercado, do Estado e da cultura nacionais, e aos dispositivos que nesse processo fizeram a memória popular entrar em cumplicidade com o imaginário de massa. (MARTÍN-BARBERO, 1997, 124-125, grifos do autor)

O autor esclarece que, para pensar a indústria cultural e a cultura de massa tomando por base a hegemonia gramsciana, é necessário refletir sobre a ruptura que esse olhar empreende, no que diz respeito a deslocar o que se concebe como comunicação e como cultura. Redimensionar esses dois aspectos é necessário para pensar que a indústria cultural se estabelece pela força hegemônica, mas que a comunicação, por meio de seus mídiuns, não é apenas a tecnologia a serviço da indústria e que a cultura considerada de massa não deveria ser relacionada à degradação da cultura, como propunham os frankfurtianos.

Nos postulados de Adorno e Horkheimer (1985) havia uma tendência de tornar menos importante aquilo que consideravam cultura de massa, como se as manifestações culturais midiáticas tivessem menor valor cultural que aquelas mantidas fora da mídia. Importante notar como autores ligados à Escola de Frankfurt reconheciam a influência da mídia na sociedade, mesmo que fizessem isso com a finalidade única de defender que essa influência era exclusivamente negativa, relegando aos mídiuns o valor de instrumentos que estavam a serviço da indústria para gerar lucro às grandes empresas e aprisionar os consumidores em ideologias que consideravam submetidas aos ideais liberais.

Assim, o que Martín-Barbero (1997) propõe é um deslocamento de olhar para perceber que, embora haja elementos de dominação na indústria, o consumidor dessa indústria não é somente um elemento alienado que sofre influência, mas este sujeito está inserido em uma cadeia que, segundo o autor, é o processo de gestação do mercado. O autor não descarta que existam manifestações culturais que sirvam como instâncias de alienação, mas para ele há separação entre as manifestações alienantes e aquelas genuinamente constituídas como representações da cultura popular. É essa separação que Martín-Barbero discute, buscando amparo para seus postulados em argumentos teóricos e históricos. Para o autor,

nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 107, grifos do autor)

Os postulados de Martín-Barbero são importantes para que se possa refletir a passagem dos meios às mediações, isto é, passar de uma análise em que os mídiuns são simples meios que veiculam produtos para realizar a alienação em um público passivo, que apenas consome, sem refletir ou resistir sobre a ideologiaa ele imposta, para possibilitar pensar um modelo de análise no qual a hegemonia é o instrumento que transforma, por seus mecanismos de existência no mercado, o sentido do trabalho, do consumo e da vida da comunidade.

Com base no que o autor defende, é possível refletir que não se pode fazer uma avaliação da influência da mídia em uma sociedade adotando uma perspectiva determinista, que considere aspectos tão estanques quanto pensar que todo consumidor é alienado ou que todas as posições de subalternidade são de submissão. Martín-Barbero (1997) oferece a possibilidade de pensar as nuances sociais que se apresentam para a discussão sobre o papel da mídia em uma sociedade, refletindo sobre as mediações que os mídiuns empreendem. A relação entre mídia e seu público, segundo o autor, não deve ser pensada simplesmente de maneira passiva e consumidora, pois torna a discussão simplista, já que esse tipo de conclusão é gerado de maneira totalizante, fora do contexto no qual emergem.

Dessa maneira, os estudos realizados por Martín-Barbero servem de ancoragem teórica para outros estudos sobre mídia e, em âmbito brasileiro, Sodré (2013) enriquece a discussão sobre a inser o da média na sociedade atual, considerando os impactos da informa o em tempo real que se vive na atualidade. Segundo o autor:

[...] a média (“meios” e “hipermeios”) implica uma nova qualifica o da vida, um *biosvirtual*. Sua especificidade, em face das formas de vida tradicionais, consiste na cria o de uma eticidade (costume, conduta, cogni o, sensorialismo) estetizante e vicária, uma espécie de “terceira” natureza.   maneira do “anjo”, mensageiro de um poder simultâneo, instantâneo e global exercido num espaço etéreo, as tecnologias da comunica o instituem-se como “boca de Deus”: uma sintaxe universal que fetichiza a realidade e reduz a complexidade das antigas diferenças ao *unumdo* mercado. (SODRÉ, 2013, p. 11, grifos do autor)

As palavras do autor apontam para sua concep o de média, que se distancia daquela que concebe os m diuns como veículos a serviço da comunica o ou veicula o de informa es. O que Sodré (2013) defende   que a m dia coloca em funcionamento um lugar diferente de outros vividos em sociedade, uma nova “forma de vida”, que tem características próprias e essas características são condi o para sua existência e influência social. O autor

considera que esse *bios virtual* dita maneiras de pensar e agir, por meio da (re)produção de costumes, condutas, etc. Para ele, a mídia não apenas serve de mediadora entre a realidade e o espectador, mas cria uma realidade particular, que é produzida e consumida nesse ambiente.

Essa perspectiva se aproxima do modelo relacional, o que direciona para a concepção de que a vivência em sociedade é mediada pela construção de vínculos que fazem com que os sujeitos permaneçam juntos. Mesmo que essa junção não seja amigável, o convívio em sociedade permanece. A mídia, segundo ele, constrói uma relação entre indivíduos e essa relação pode ser impessoal ou não, mas é algo que liga, que une sujeitos de uma comunidade. Pensar a mídia dessa maneira é refletir sobre sua influência não no campo das ideias, das ideologias, apenas, mas como algo que interfere na dinâmica da sociedade, pois o alcance dos mídiuns constitui, na atualidade, uma forma diferente de ver e viver na sociedade, por meio das informações em tempo real.

Segundo o autor, “a mídia mantém com seu público um vínculo societal fingindo que é social, porque trabalha com as emoções. A mídia cria relação, e para fazer isso tem que instaurar um outro tipo de sociabilidade, uma outra regra vinculativa” (SODRÉ, 2002). O primeiro aspecto a se considerar é o que o autor chama de vínculo societal, que diz respeito ao vínculo não apenas social, mas emocional. Então, o que a mídia faz é tornar uma relação em vínculo, porque sua prática envolve sempre as emoções que são mobilizadas entre os mídiuns e seu público.

Suas palavras deixam inscrita a relação que ele faz entre as relações sociais e as emocionais, retomando a ideia de que a mídia fetichiza a realidade. Criar um fetiche sobre a realidade é muito mais do que mediar essa realidade para o público, mas é seduzir esse público a aderir à sua linguagem, aos seus procedimentos, à sua maneira de existir em sociedade. O vínculo que o autor defende existir coloca em funcionamento o papel da mídia na sociedade atual, uma nova maneira de existir em sociedade que é mediada pelos processos que a mídia dispõe. Os efeitos da influência da mídia em sociedade é, para o autor, uma construção que não ocorre apenas pelos recursos midiáticos, já que, segundo ele:

[...] a esfera midiática é hibridizante, não atua sozinha. Não basta, por exemplo, a visibilidade pura e simples de um indivíduo na mídia – a excessiva exposição de sua imagem na tevê ou nos jornais. É preciso que se apele para todo um arsenal de identificações entre a imagem e a audiência, a fim de se obter efeitos, não mais projetivos, como no caso do entretenimento clássico, e sim do reconhecimento narcísico de si mesmo no “espelho” tecnocultural. (SODRÉ, 2013, p. 34, grifo do autor)

O autor aponta para o caráter hibridizante da mídia, defendendo que ela não atua sozinha e esse modo de refletir sobre o campo midiático se coaduna com os estudos sobre mídia e discurso, pois faz emergir a noção de que esses mídiuns funcionam com sua maneira particular, mas impactam socialmente de maneiras atravessadas, como os discursos que circulam nesse lugar. Com base na analogia feita por Sodré (2013) sobre o espelho, é possível pensar que a constituição de imagens realizada na cena midiática reflete, mas também refrata a realidade, que é construída por meio de sentidos diversos e difusos, com base em um arsenal de identificações, como aponta o autor: uma imagem veiculada não é apenas uma representação, mas uma rede de sentidos mobilizados pela sua veiculação. A realidade construída na cena midiática é, portanto, refratada pelos diversos sentidos que são constituídos pelos mídiuns. A representação da imagem e de seu reflexo sugere a inserção dos efeitos de sentido que emergem, mas que se constituem não apenas nela, mas com base naquilo que é nela (re)produzido.

Nesse contexto de estudos sobre teorias da mídia, é importante que se faça uma reflexão sobre o jornalismo especializado, considerando que esse campo é necessário para esta pesquisa, que visa compreender, entre outros aspectos, como os periódicos se tornam especializados em determinado tema, assumindo um perfil direcionado para um público específico, como os professores, por exemplo. Nesse sentido, a noção de jornalismo especializado enriquece a discussão e permite refletir, de maneira mais produtiva, acerca dos discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação, objeto de estudo desta tese. Abiahy (2005) afirma que

O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados midiáticos, o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas. Nestes tempos de desintegração das ideologias e da ruptura com um projeto de modernidade que pregava a unidade, o jornalismo especializado demonstra uma mudança dos paradigmas informacionais. Na medida em que diferenças e divergências foram afrouxando os laços da coletividade, os indivíduos foram se fechando em seus interesses particulares e constatamos hoje o quanto a comunidade encontra-se dividida em nichos os mais diversos. (ABIAHY, 2005, p. 5)

Na sociedade atual, com a quantidade de informações que circulam, o jornalismo direcionado para um grupo específico assume, cada vez mais, um caráter produtivo para o mercado de periódicos e isso está relacionado à diversidade de nichos que se apresenta nos dias atuais. Assim, ser especializado tornou-se uma ferramenta dos periódicos para alcançar uma comunidade, em especial. Esse movimento que poderia parecer restringir o mercado

torna-se uma maneira de alcançar um público que pudesse estar espalhado, ao se ter uma publicação com temas e público mais amplos. A segmentação, nesse caso, está a serviço de atingir uma parcela dos consumidores que pode ter interesse naquilo que é veiculado em revistas especializadas. Periódicos que têm como público mulheres, por exemplo, já estão no mercado há um tempo e foram, durante bastante tempo, considerados como jornalismo de “variedades”. No entanto, essa especialização em um público específico aponta para uma tendência a fazer produtos que tenham um público específico e isso também cria uma classe de jornalistas especialistas em determinado tema, bem como uma equipe que se especializa em criar produtos que sejam relevantes para quem se destina os periódicos.

Quando se pensa em revistas especializadas para profissionais, é possível refletir sobre a especificidade do público, assim como essa especificidade se estende ao que circula nesse tipo de publicação. Os jornalistas que compõem a equipe editorial dessas publicações precisam, nesse sentido, ser especialistas também nos temas que fazem circular. No caso de revistas para profissionais, há um outro deslocamento da posição dos jornalistas, que precisam tornar pauta de discussão algo específico das profissões para as quais a publicação se destina, por meio de temas que mobilizem legislação que regulamenta a profissão, temas que fomentem debates atuais para os profissionais, produtos e serviços que estejam relacionados ao fazer profissional, considerando-se que o público que consumirá a revista precisa se interessar pelo produto.

Assim, cria-se um produto especializado para um público também especializado. O movimento que se cria com a inserção de uma revista especializada no mercado envolve uma mudança de perspectiva sobre como apresentar o produto, como torná-lo atrativo para aqueles que são da área, bem como mantê-lo como produto vendável, garantindo sua permanência no mercado de periódicos. Para tanto, esforços são direcionados nesse sentido, pois uma empresa resolve criar um produto para um público específico considerando todas essas variáveis, inclusive pela contratação de profissionais que trabalhem com aquele ramo de comunicação. Tavares (2009) enriquece a discussão sobre a especialização do jornalismo e afirma que

Pensar em jornalismo especializado diz respeito a ter de buscar um consenso sobre três manifestações empíricas referentes às suas especializações: 1) a especialização pode estar relacionada a meios de comunicação específicos (jornalismo televisivo, radiofônico, ciberjornalismo, etc) e 2) a temas (jornalismo econômico, ambiental, esportivo etc), ou pode estar associada 3) aos produtos resultantes da junção de ambos (jornalismo esportivo radiofônico, jornalismo cultural impresso etc.) (TAVARES, 2009, p. 115)

O conceito de jornalismo especializado postulado pelo autor esclarece sobre a natureza dos periódicos que se especializam, de alguma maneira, em tipo de comunicação ou conteúdo temático. Considerando-se as revistas que são fonte dessa pesquisa, pode-se afirmar que elas são especializadas pelos temas que abordam, pois esses temas estão sempre relacionados à profissão docente, mas de maneira importante, é possível complementar a noção de Tavares (2009), considerando-se que o público para o qual se destina o periódico é um aspecto que não pode deixar de ser considerado no jornalismo especializado, já que a equipe editorial da publicação leva em consideração abordar temas, fazer circular propagandas, criar mecanismos de atração específicos para aquele público.

Nas revistas para professores, há materiais específicos, tais como planos de aula, divulgação de metodologias e práticas docentes, em especial, por meio do gênero depoimento, muito utilizado nesse tipo de publicação, que são veiculados com a finalidade de atrair esse público e criar certa fidelidade do público com as revistas, seja pela assinatura das publicações, seja pelo acesso oferecido às revistas digitais, que também ocorrem por meio de assinatura específica para tal fim. Dessa forma, para além do tipo de comunicação (jornalismo televisivo, radiofônico, ciberjornalismo), do tema que norteia a publicação ou da junção de ambos os aspectos, o público para o qual se destina também pode ser considerado fator importante na classificação de um periódico como especializado.

Sobre a questão temática, importante para determinar a especialização, Tavares (2009) também discute os temas para o jornalismo de revistas, conceituando como determinados conteúdos temáticos podem direcionar a maneira de enunciar desse tipo de periódico. Sobre essa questão temática, Schwaa e Tavares (2009) afirmam que

[...] no jornalismo de revista, os temas podem ser vistos não apenas como conteúdos determinados por certas rotinas produtivas e de consumo, mas também como elementos de processos de extração midiática onde aspectos culturais e campos sociais se entrecruzam. Ao falar para um certo público e com ele criar certa “relação”, a revista tenta “esgotar” uma temática e “tratar” a realidade de outra forma. Algo que no contexto do jornalismo traz implicações discursivas e editoriais, e sugere um fazer jornalístico complexo, que possui operações próprias. (SCHWAA; TAVARES, 2009, p. 184, grifos dos autores)

Os autores discutem como o tema de uma publicação pode representar um ponto importante no que é veiculado. Mais do que representar conteúdos para compor os números das revistas, os temas podem e geram sentidos que dizem respeito aos periódicos, sobre seu público e interferem também na maneira como essas revistas enunciam, inclusive pelo uso da linguagem, que pode ser direcionada para o público ao qual se destina. A relação sobre a qual

os autores tratam está ligada a todos esses aspectos que permeiam o jornalismo de revista: tema, público, modo de enunciação.

Quando se trata das revistas para professores, os aspectos culturais e campos sociais citados pelos autores podem ser vistos pela (re)produção de discursos sobre o trabalho do professor, que é um profissional sobre o qual discussões são suscitadas quase diariamente. Nas publicações para professores, os temas estão sempre relacionados à profissão e à maneira como esse profissional deve realizar seu trabalho, assim, a relação constituída entre esses periódicos e os profissionais que são seu público-alvo se realiza por meio do funcionamento discursivo, das demandas editoriais e mercadológicas, mobilizadas na cena midiática. No entanto, o olhar aqui empreendido sobre essa fonte de pesquisa não está direcionado apenas para os temas abordados ou o público ao qual essas revistas se destinam, mas importa perceber como relações interdiscursivas se estabelecem, levando em consideração esses aspectos, mas também relações outras, que permitem pensar as revistas especializadas como lugares de mobilização de uma prática discursiva. Para tanto, levando-se em consideração a interface mídia e discurso, torna-se pertinente trazer para a discussão as palavras de Piovezani Filho (2004), que afirma:

A produção e a cristalização dessas representações do corpo e da língua têm se tornado cada vez mais intensas e eficientes, graças a força da mídia, que, pelo fato de consistir atualmente numa das mais fundamentais instâncias de constituição de representações imaginárias, objetiva e naturaliza o mundo, constrói e propaga uma série de “verdades”. (PIOVEZANI FILHO, 2004, p. 147-148, grifo do autor)

O autor fala da força da mídia, o que, de fato, é algo que não se pode deixar de considerar, pois as notícias em tempo real são veiculadas ao mesmo tempo em que representações de sujeitos e profissões são (re)produzidas. Trazendo a discussão para as publicações especializadas no trabalho docente, é possível afirmar, com base na citação de Piovezani Filho (2004), que a reprodução de verdades também ocorre nas páginas dessas revistas, em que há ampla divulgação sobre o que se considera necessário para ser um bom professor. De maneira bastante sistemática e com mecanismos próprios dos mídiuns, as revistas especializadas constroem imagens e representações dos professores e também da sua profissão, por meio de funcionamento discursivos que legitimam a prática discursiva dessas publicações.

As verdades, citadas por Piovezani Filho (2004), postas entre aspas pelo autor, sugerem que a construção feita pela mídia não é exatamente aquilo que está posto, mas uma representação da realidade, o que se coaduna com os postulados de Sodré (2013), pois o poder simbólico (re)produzido na mídia se realiza por meio de redes de significa o e essas redes

são tão heterogêneas quanto o próprio discurso que as coloca em funcionamento. A cena midiática, dessa maneira, conserva seus mecanismos de estabelecimento no mercado e também de manutenção nesse lugar, ao mesmo tempo que gera confluências entre as três fronteiras que constituem a prática discursiva das revistas especializadas. Esse atravessamento de fronteiras permite que as revistas possam manter sua maneira de tomar a palavra para tratar do trabalho docente.

3.2.3 O campo mercadológico: as vozes para o consumo

Para completar a tríplice fronteira que compõe o espaço discursivo no qual se constitui a produção, circulação e recepção das revistas especializadas no trabalho docente, o mercado aparece como um lugar imprescindível a ser discutido, pois não se pode negar que, na atualidade, as revistas especializadas apresentam-se como produto de um mercado bastante efervescente, que é o mercado para profissionais que buscam nessas publicações uma fonte de (in)formação acerca de temas relacionados à sua área de atuação. A tabela que segue demonstra o tempo que as revistas estão no mercado e as respectivas tiragens:

Tabela 2 – Ano de lançamento e tiragem atual das revistas pesquisadas

REVISTA	PRIMEIRO EXEMPLAR	TIRAGEM (ATUAL)
Do Professor	1985	10.000 exemplares por trimestre ³⁵
Nova Escola	1986	60.000 exemplares mensais
Presença Pedagógica	1995	10.000 exemplares por bimestre
Educação	1997	25.000 exemplares mensais

Fonte: Dados sistematizados para a pesquisa.

O tempo que estão no mercado e a tiragem dessas publicações permite notar que há a legitimação desse produto para dizer ao professor como realizar seu trabalho e essas revistas são, cada vez mais, espaços autorizados a discutir o trabalho docente, em que se nota que mesmo a Revista do Professor, que foi descontinuada em 2016, teve uma tiragem representativa até seu último número. Ressalta-se que os números dizem respeito às cópias impressas e que o acesso por meios digitais é bastante significativo e também representa a legitimação dessas publicações como material pertinente para discutir o trabalho do professor.

Com a finalidade de discutir esse campo que compõe a fronteira híbrida discutida na pesquisa, faz-se necessário convocar os postulados teóricos dos estudos econômicos, para

³⁵ A Revista do Professor foi descontinuada em 2016, no entanto, no site da revista ainda constam os dados de tiragem, inseridos no Kit Mídia da revista, que é um material direcionado a anunciantes.

compreender de que maneira o conceito de mercado pode ajudar a discussão empreendida nesta tese. Segundo Albuquerque (1986),

Um mercado é composto de vendedores e compradores de um produto. Assim, as Bolsas de Valores, feiras livres e livrarias são componentes dos mercados de ações, produtos alimentares e livros, respectivamente. Observe-se, no entanto, que o relacionamento entre compradores e vendedores poderá seguir padrões diferentes, dependendo do mercado. O mercado de produtos alimentícios, por exemplo, é caracterizado pela existência de grande número de vendedores e compradores, sendo que o preço é determinado pelo jogo da procura e da oferta dos mesmos; assim sendo, os preços são fixados por todos, simultaneamente, numa tentativa de cada qual satisfazer a seus interesses próprios. Tal situação contrasta com um mercado onde o preço é fixado unilateralmente por um único vendedor, como seria o caso de serviços telefônicos fornecidos somente pelo Governo. (ALBUQUERQUE, 1986, p. 78-79)

O conceito apresentado permite pensar o mercado como um sistema que possui regras próprias de existência, no qual são inscritos os papéis de quem produz os materiais de consumo, bem como daqueles que consumirão os produtos oferecidos. A atribuição de preços é um dos aspectos considerados por Albuquerque (1986) e esse aspecto, nas revistas especializadas que são fonte dessa pesquisa, respondem ao primeiro caso, em que o preço final do produto leva em consideração os interesses empresariais e não há uma tabela que fixe valores para cada uma das revistas. Para demonstrar um pouco do funcionamento do mercado editorial dessas publicações, será utilizado o material chamado de Kit Mídia da revista Educação, que está disponível no site do periódico, para empresas que têm o objetivo de anunciar seu produto na revista.



Imagem 3 – Circulação dos anúncios na Revista Educação³⁶

Importante notar que o kit respeita uma ordem que apresenta o produto como confiável para o investimento, por meio da demonstração de quais ambientes o anúncio pode circular (imagem 3). Chama atenção a maneira como a empresa apresenta as possibilidades de ambientes nos quais o anúncio pode circular. O substantivo *impacto* pode ser relacionado ao objetivo de atingir o consumidor por meio da circulação em diversos suportes, dessa maneira, não basta ter visibilidade, precisa-se de um diferencial, um impacto que gere vendas e, portanto, seja lucrativo aos anunciantes. Além disso, o número expressivo e em tamanho e cores destacados chamam a atenção do anunciante em potencial, que é alvo da revista, o que demonstra um mercado transversal mobilizado nas revistas: o de anunciantes de produtos direcionados, indiretamente, aos professores. Nesse sentido, a revista busca demonstrar para possíveis anunciantes os dados positivos como maneira de atrair outras empresas que possam anunciar seus produtos na publicação.

A imagem 4, a seguir, demonstra como a revista se apresenta também para um público diferente daquele que é público final (docentes e gestores) e essa apresentação precisa demonstrar aspectos positivos da publicação, além do perfil da publicação, com dados sobre público e tiragem.

³⁶ Disponível em http://websegmento.com.br/midia-kit/midiakit_educacao_2019.pdf. Acesso em 25/01/2018.

A REVISTA
MÍDIA KIT EDUCAÇÃO 2018

Referência no setor educacional, promove uma reflexão crítica sobre práticas e políticas educacionais, dimensões da educação e o lugar que cabe à escola e ao ensino formal nesse processo.

Com linguagem acessível, aborda eixos temáticos de alta pertinência para aqueles que vivem o cotidiano escolar.

- *Gestão e infraestrutura educacional*
- *Formação docente*
- *Currículo Escolar*
- *Leitura e letramento linguístico, matemático e pedagógico.*
- *Tendências e experiências nos sistemas educacionais mundiais.*
- *Sociedade, diversidade e escolarização.*
- *História e filosofia da educação.*




PÚBLICO
donos, diretores, coordenadores pedagógicos e mantenedores de escolas particulares de Educação Básica.

<p>TIRAGEM 25 mil exemplares</p> <p>CIRCULAÇÃO Nacional</p>	<p>PERIODICIDADE Mensal</p> <p>DISTRIBUIÇÃO 90% assinaturas (mailing vip e assinantes) e 10% em eventos</p>
---	---

Imagens 4 – Descrição da Revista Educação³⁷

O deslocamento de público gera efeitos de sentido que permitem pensar o mercado como um sistema complexo que mobiliza relações comerciais, mas também sociais, pela constituição de imagens de produtos e profissionais a quem interessa (ou deve interessar) o produto a ser vendido. Nesse caso, as revistas também precisam funcionar como suporte e vitrine para a vendas de outros produtos, que passam a ser veiculados nessas publicações. Assim, o perfil da revista aparece, por meio de seu público, bem como por ser “referência no setor educacional” e abordar “eixos temáticos de alta pertinência”, por exemplo. Esses são dados que aparecem no Kit Mídia ao lado do número de exemplares vendidos, em que se podem notar saberes dos campos discutidos nesta tese: acadêmico, por meio da referência e da autoridade, criada pela própria publicação, de quem pode discutir temas relativos à educação; midiático, por meio da possibilidade de circulação de produtos e informações nas páginas das revistas; e mercadológico, por meio do estabelecimento das publicações como lugar de negócios, pela veiculação de anúncios e produção de lucro. Reitera-se que a Imagem 3 é um exemplo e que os indícios discursivos encontrados também são reproduzidos nos kits para anunciantes das demais revistas analisadas. A imagem 5 demonstra os valores para os

³⁷Disponível em http://websegmento.com.br/midia-kit/midiakit_educacao_2019.pdf. Acesso em 25/01/2018.

anúncios, dependendo do lugar na revista, considerando aspectos como tamanho e localização da página:

TABELA DE PREÇOS IMPRESSO		MÍDIA KIT EDUCAÇÃO 2018
REVISTA IMPRESSA		
ESPAÇO	VALORES	FORMATO
1 Página Indeterminada	R\$ 33.000,00	20,5X27,5CM
1/2 Página	R\$ 19.800,00	20,5X14,0CM
1/3 Página Vertical	R\$ 14.850,00	7,0X27,5CM
4ª Capa	R\$ 48.400,00	20,5X27,5CM
3ª Capa	R\$ 37.950,00	20,5X27,5CM
3ª Capa com orelha	R\$ 52.800,00	27,5X27,5CM
2ª Capa	R\$ 42.680,00	20,5X27,5CM
Página Dupla	R\$ 60.500,00	41,0X27,5CM
Dupla de Abertura	R\$ 83.600,00	41,0X27,5CM
Folder de Dupla na Capa	R\$ 100.000,00	40,0X27,5CM
Cinta Vertical/Horizontal	R\$ 67.100,00	8,0X27,5CM
Encarte/Projetos Especiais	Sob Consulta	Sob Consulta

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA REVISTA
além da sangria de 5 mm, os arquivos deverão conter marca de corte + PDF fechado, mínimo de 300 dpi / CMYK.

Imagem 5 - Preços dos anúncios na revista Educação³⁸

Importante notar como os valores são dispostos no kit após a apresentação do produto e todas as vantagens as quais o cliente terá a oportunidade de usufruir, caso queira anunciar seu produto na revista. Esse dado demonstra o aspecto mercadológico, que a torna não apenas um produto de consumo, mas também um suporte de circulação mercadológica, pondo em funcionamento o mercado editorial que sustenta financeiramente sua permanência como produto de consumo para os professores. É possível perceber que a abordagem, no kit digital, se desloca e até a linguagem verbal é associada a uma programação visual com imagens, ícones, tamanhos e cores de letras diversas, tudo para chamar a atenção de um outro público para o qual o periódico se apresenta.

A apresentação do kit direcionado a assinantes demonstra de maneira pontual o funcionamento do mercado editorial, com um recorte específico na fonte de pesquisa desta tese. Os dados retirados do kit mostram como as revistas especializadas movimentam uma fatia importante do mercado e ajudam a compreender a importância de discutir o campo mercadológico como fronteira da prática discursiva mobilizada nesses periódicos. Para os propósitos desta pesquisa, é importante trazer outro aspecto desse campo, com a finalidade de

³⁸ Disponível em http://websegmento.com.br/midia-kit/midiakit_educacao_2019.pdf. Acesso em 25/01/2018.

compreender a amplitude do sistema mercadológico: o consumo. Para tanto, far-se-á uma discussão sobre a noção de consumo postulada por Baudrillard (1995). Para o autor,

[...] a ideologia do consumo, de modo análogo à da escola, desempenha bem semelhante papel (isto é, a representação que se tem da igualdade total perante a máquina elétrica de barbear ou ao automóvel – como também a que se tem da igualdade total a respeito da escrita e da leitura). Sem dúvida, toda a gente sabe hoje virtualmente ler e escrever, toda a gente tem (ou terá) a mesma máquina de lavar roupa e compra os mesmos livros de bolso. No entanto, semelhante igualdade é puramente formal: apesar de se referir ao mais concreto, é abstrata. E será em sentido contrário sobre esta base homogênea abstrata e cimentando-se na *democracia abstrata do ortógrafo ou do aparelho de TV*, que irá atuar da melhor maneira possível o verdadeiro sistema de discriminação. (BAUDRILLARD, 1995, p. 57-58, grifos do autor)

O autor faz uma analogia entre o consumo e a escola, defendendo que as ideologias mobilizadas nessas práticas convergem, já que existem discursos que circulam e que legitimam consumo e escola como pretensamente lugares de igualdade, sobre os quais todos têm a possibilidade de usufruir daquilo que se oferece a ser consumido, assim como há um discurso que diz que o ensino escolar nas sociedades modernas é comum a todos. Baudrillard (1995), então, procura desconstruir essa noção, pois em nenhum dos dois lugares há uma garantia de igualdade entre os sujeitos sociais. O que existe são interesses, políticos, sociais, econômicos, que, amparados na (re)produção de que existe igualdade de acesso (ao consumo e à escola), (re)produzem poder, desigualdade, exclusão.

Assim, os usos que dão forma social ao consumo das revistas se constroem por meio dos discursos que circulam e que reiteram a importância dessas publicações como material legítimo a ser consumido, pois oferece aos professores métodos para levar para a sala de aula, ao mesmo tempo em que é sustentado pelo discurso da necessidade de formação contínua, que encontra ecos nos documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³⁹ e em instrumentos da prática cotidiana, como jornais e revistas que se habilitam a discutir a educação e o papel do professor na sociedade.

O consumo, para Baudrillard (1995), não deve ser considerado como um espaço alicerçado e voltado para o princípio da realidade, pois sua natureza é abstrata e responde aos interesses do mercado. Não se pode considerar que se compra apenas um produto no mercado que se apresenta atualmente nas sociedades urbanas, mas compra-se um modo de viver, um estilo de vida sobre o qual estão diversas redes simbólicas que tornam aquele produto de mercado em objeto de desejo dos sujeitos que vivem em sociedade. É nesse sentido que o

³⁹Garantir-se-á formação continuada para os profissionais [...] no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, 1996, art. 62-A)

autor trata da criação de uma abstração, pois há a criação de uma realidade paralela, que funciona de instrumento para movimentar o mercado. A tabela que segue demonstra o funcionamento do mercado no qual as revistas especializadas estão inseridas, em que essas empresas se apresentam, mais uma vez, para possíveis anunciantes:

Tabela 3– Apresentação das revistas (feita pelas próprias publicações)

REVISTA	APRESENTAÇÃO PARA ANUNCIANTES⁴⁰
NOVA ESCOLA	A maior revista de Educação do Brasil. O site mais completo de recursos pedagógicos do país. Desde 1986, contribui para a melhoria do trabalho dos professores em sala de aula — da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Nossa equipe é especialista no desenvolvimento de conteúdo de Educação – brandedcontent, publieditorial, conteúdo editorial patrocinado e co-branded– nos mais diversos formatos: hotsite, pôster, encarte, projeto multiplataforma, produtos customizados, entre outros. (Disponível em https://www.anuncie.novaescola.org.br/nova-escola , acesso em 20/09/2018)
REVISTA EDUCAÇÃO	Referência no setor educacional, promove uma reflexão crítica sobre práticas e políticas educacionais, dimensões da educação e o lugar que cabe à escola e ao ensino formal nesse processo. Com linguagem acessível, aborda eixos temáticos de alta pertinência para aqueles que vivem o cotidiano escolar. (Revista Educação, Mídia Kit Educação 2018, Editora Segmento)
PRESENÇA PEDAGÓGICA	Criada há 22 anos com a missão de promover o diálogo entre a universidade e a educação básica, a revista oferece conteúdo elaborado por profissionais que são referência na arte de educar. Com tiragem atual de 10 mil exemplares, Presença Pedagógica conquistou um público cativo, superando um milhão de leitores que, além de altamente formadores de opinião, possuem considerável perfil de consumo. (Presença Pedagógica, Mídia Kit 2017, Editora do Professor)
REVISTA DO PROFESSOR	Com 30 anos de circulação nacional, a Revista do Professor compartilha reflexões, projetos, relatos e atividades para a sala de aula, que estimulam o professor a realizar trabalhos significativos e inovadores. Os textos são escritos por docentes da educação básica. Os leitores da revista são os professores da educação infantil, do ensino fundamental e médio e do curso de pedagogia. (Revista do Professor, Kit Mídia 2016, Editora do Professor)

Fonte: Dados sistematizados para a pesquisa.

O tempo que estão no mercado aparece como um dado que confere credibilidade e confiabilidade para despertar o interesse de outras empresas em investir na publicação e colocar suas marcas nas páginas do periódico. Essa relação tempo/credibilidade diz muito sobre o funcionamento do mercado, pois, considerando-se os mecanismos mercadológicos, a

⁴⁰ As apresentações que constam na tabela são aquelas que estão disponíveis no site das revistas.

manutenção da venda de um produto durante décadas permite concebê-lo como interessante para investimento. Além disso, na apresentação das revistas aparecem dados que visam demonstrar como essas publicações são de qualidade, seja pela excelência da equipe que produz a revista, seja por recursos específicos, como o tipo de linguagem utilizada no periódico. Os objetivos das revistas também aparecem na apresentação, sempre relacionados a verbos como contribuir, promover, estimular, que mobilizam imagens positivas das publicações, de periódicos que estão comprometidos com os debates atuais e com a excelência do trabalho do professor.

A internet tem grande importância nesse cenário, o que fomenta a veiculação, cada vez mais rápida, de matérias e reportagens sobre temas que estão em evidência, mas também faz circular a imagem positiva da revista como produto de qualidade a ser consumido. Nas páginas virtuais das revistas são veiculados materiais específicos para esse ambiente, o que demonstra a demanda do mercado de oferecimento de novidades a todo momento, o que deixa emergir a preocupação das empresas que veiculam as revistas em se manterem no mercado, por meio de mecanismos de *marketing*, propagandas, veiculação de cursos de pós-graduação, etc., tudo para o professor que consome as revistas. Essa inserção das revistas na internet demonstra o funcionamento das redes de significação, na medida em que a revista procura estar inserida em um contexto atual, no qual empresas e consumidores estão nesse ambiente, além de essa rede de significação permitir compreender que as revistas se apresentam para seu público, mas também para seus investidores. Esse funcionamento mercadológico, que tem os movimentos de consumo mediados pela internet, demonstra aquilo que Bauman (2008) discute sobre o imediatismo do consumo. Para o autor

[...] na vida “agorista” dos cidadãos da era consumista o motivo da pressa é, em parte, o impulso de *adquirir e juntar*. Mas o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de *descartar e substituir*. Estar sobrecarregado com uma bagagem pesada, em particular o tipo de bagagem pesada que se hesita em abandonar por apego sentimental ou um imprudente juramento de lealdade, reduziria a zero as chances de sucesso. “Não se deve chorar pelo leite derramado”, é a mensagem latente por trás de cada comercial que promete uma nova e inexplorada oportunidade de felicidade. Ou um big-bang acontece agora, neste exato momento da primeira tentativa, ou se deter nesse ponto particular não faz mais sentido e é uma boa hora de deixá-lo para trás e ir até um outro. (BAUMAN, 2008, p. 50-51, grifos do autor)

A discussão do autor sobre o imediatismo do consumismo se coaduna com aquilo que é possível ver no mercado atual, pela velocidade com que produtos e bens de serviços são oferecidos, uma sucessão de lançamentos que estão a serviço de alimentar um mercado consumidor cada vez mais efervescente. A inserção das revistas na internet demonstra essa

vida agorista citada por Bauman (2008), em que a oportunidade de felicidade pode estar relacionada a ser um profissional que esse tipo de publicação aponta como ideal para a profissão. Novas metodologias, maneiras de agir em sala de aula, planos de atividades, todo esse material é colocado nos sites para que professores não precisem aguardar um, dois ou três meses para estar diante de novidades para a profissão. A assinatura das revistas permite acesso a todo esse material nos sites das publicações, o que permite ver como o funcionamento mercadológico ocorre. Bauman (2008), ao tratar da vida para o consumo, discute a noção de sociedade de consumidores na qual, segundo ele,

[...] ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. A “subjetividade” do “sujeito”, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a *transformação dos consumidores em mercadorias*. (BAUMAN, 2008, p. 20, grifos do autor)

Instado, muitas vezes, entre um ser alienado que apenas responde às demandas do mercado ou um herói da modernidade (BAUMAN, 2008), nos postulados do autor, o consumidor é descrito de uma outra maneira, um lugar que coexiste entre os dois posicionamentos citados, nem apenas alienado a um sistema que o corrompe, nem herói sabedor de todos os mecanismos do mercado, mas alguém que responde à demanda mercadológica por sua inserção nesse espaço, que se constitui nas sociedades atuais como lugar de (re)produção de representações simbólicas.

O autor defende que consumidores e produtos são, em última instância, partes de um mesmo processo e essas partes formam uma sociedade que se caracteriza pelo embaçamento (BAUMAN, 2008), justamente porque as “fronteiras” são fluidas e não se pode dizer ao certo qual é o produto do mercado, pois o sujeito também só se torna consumidor, segundo ele, quando se converte em mercadoria vendável. Os consumidores são *mercadorias* quando aceitam as regras do mercado e se inserem nesse lugar de maneira a fazer sua engrenagem funcionar. Relacionando ao objeto de estudo desta tese, professores são produtos e consumidores nas revistas especializadas: consumidores por serem público-alvo desses periódicos e produto quando têm seu trabalho estampado nas revistas e servem de modelo para outros profissionais que consomem o produto. Desse modo, é possível pensar que as publicações especializadas, o trabalho do professor e o próprio profissional são produto a

serem consumidos, produtos que estão a serviço desse mercado de periódicos que permite emergir o embaçamento desse lugar sobre o qual Bauman (2008) discute.

É possível perceber, além disso, que um produto de consumo é muito mais que simplesmente algo a ser vendido, mas que seu lugar naquele espaço significa discursivamente, pois são os discursos que sustentam sua legitimação no lugar que ocupam. Sobre a constituição e validade de produtos de consumo, Certeau (1998) afirma que

Depois dos trabalhos, muitos deles notáveis, que analisaram os “bens culturais”, o sistema de sua produção, o mapa de sua distribuição e a distribuição dos consumidores nesse mapa, parece possível considerar esses bens não apenas como dados a partir dos quais se pode estabelecer os quadros estatísticos de sua circulação ou constatar os funcionamentos econômicos de sua difusão, mas também como o repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias. Sendo assim, esses fatos não são mais os dados de nossos cálculos mas o léxico de suas práticas. Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor *fabrica* com essas imagens e durante essas horas. (CERTEAU, 1998, 93, grifos do autor)

O verbo fabricar aparece para falar da relação sobre consumo em que Certeau (1998) relaciona a fabricação ao papel do consumidor, quem produz sentidos para consumir os produtos oferecidos no mercado. Essa aproximação é interessante, pois demonstra o sujeito como agente na (re)produção de sentidos e na mobilização dos efeitos de sentido. Certeau (1998), dessa maneira, elabora uma abordagem interessante sobre a construção de um produto a ser consumido, em especial, quando afirma que esses produtos estão disponíveis aos consumidores e estes é que “fabricam” imagens e representações sobre aquilo que consomem, ou seja, agem sobre o que lhes é oferecido.

É importante essa maneira de analisar os produtos de consumo, pois discute-se esses produtos do ponto de vista simbólico, com a construção de representações, que se realizam por meio dos discursos que circulam na cena midiática. Essa noção de fabricação permite uma aproximação teórica com Bauman (2008), quando este autor considera o embaçamento nas relações de consumo, já que não existem realidades transparentes, mas uma fabricação da realidade, construída pelo mercado e legitimada por seus consumidores.

O professor tem seu lugar redimensionado para o papel de consumidor, lugar que o leva a consumir produtos que estão no mercado sob a legitimação que esses produtos podem contribuir com sua formação profissional. Assim, esse lugar de consumidor assumido pelo professor atribui efeitos de sentido ao produto que está sendo vendido e “fabrica” representações sobre si e sobre sua classe, revelando o lugar discursivo que as revistas ocupam, não apenas como material de formação, não apenas como reprodutora de verdades,

por meio da cena midiática que ocupa, não apenas como um material de consumo, mas em um lugar heterogêneo e constitutivamente atravessado por discursos desses três campos, em que se constituem essas revistas. As chamadas das matérias de capa das revistas, por exemplo, são recursos que servem para despertar interesse no leitor para que as revistas sejam consumidas. Os títulos das matérias de capa desempenham papel importante na relação que a empresa estabelece com seu público, já que os títulos das matérias levam os consumidores a despertarem seu interesse por consumir a revista e a adquirirem o produto comercializado, pela construção linguística, pelo destaque dado às chamadas nas capas das revistas.

A edição de dezembro de 2017 da revista *Presença Pedagógica* serve de exemplo para ilustrar a questão da importância dos recursos de atração para o consumidor. Na capa da publicação, há a seguinte chamada: “PIBID: formação continuada que articula teoria e prática, pesquisa e ensino para o professor da escola pública”, em que esse título retoma a discussão vinda do campo acadêmico sobre a necessidade de articulação entre teoria e prática. O título também lança luz sobre a formação continuada e essas discussões que estão presentes no cotidiano do professor funcionam como mecanismo de aproximação à realidade desse profissional com o produto a ser vendido, levando ao consumo regular da revista. Em síntese, pensar nas publicações especializadas como um produto de consumo vai além de pensar em um produto de mercado apenas, mas recupera a representatividade de um material que se constrói na fronteira e esse lugar fronteiro é condição de sua produção, circulação e recepção. As revistas encontram seu lugar na fronteira de três campos discursivos, construindo uma prática cindida e que se constitui nesse lugar tão atravessado quanto os próprios discursos que faz circular.

No próximo capítulo será realizado o trabalho de análise dos dados do *copus* com os gêneros escolhidos, com o objetivo de compreender o funcionamento da prática discursiva de fronteira que as revistas colocam em funcionamento.

CAPÍTULO IV

EDITORIAIS, CAPAS DE REVISTA, ENTREVISTAS E ARTIGOS DE PROFESSORES: VOZES DE UMA PRÁTICA DE FRONTEIRA EM ANÁLISE

No escopo desta pesquisa, compreende-se que as revistas são mídiuns pelos quais circulam textos de diversos gêneros. A escolha do gênero editorial como um dos gêneros a ser analisado para compreender o funcionamento da prática discursiva que se concretiza por meio desse mídiun está no reconhecimento de que é um lugar em que as publicações apresentam seu produto e essa voz da empresa, que emerge de maneira mais marcada pode indiciar o funcionamento da prática discursiva híbrida, por meio da maneira como a própria publicação se apresenta ao seu público. Para compor o capítulo de análise, além dos editoriais, foram escolhidas as capas das revistas, primeiro contato visual do professor com o produto destinado a ele, em que podem ser percebidas as relações construídas discursivamente na interface texto/imagem que se constrói para legitimar representações do trabalho docente. Além desses dois gêneros, os artigos assinados por professores ou entrevistas com professores também serão analisados, para compreender como o espaço dado ao aparecimento da “voz” do professor pode ajudar a compreender a prática discursiva híbrida mobilizada nas revistas. Espera-se encontrar, nas análises realizadas, a maneira como as empresas se apresentam para seu público, bem como os mecanismos que visam à venda desse produto, mobilizados pelos discursos sobre o trabalho docente. A escolha dos gêneros objetiva demonstrar como a prática discursiva funciona nessas revistas, por meio da formação discursiva do professor ideal e da comunidade discursiva que estabelecem relações nessa cena. Dessa maneira, considera-se que será possível notar, com base no modo como a revista se apresenta, nos temas abordados e na “permissão” para o aparecimento do professor nessas publicações, a (re)produção de discursos que levam o profissional docente a consumir esse produto que se propõe a ser instância de formação para esse professor.

4.1 Editoriais das revistas especializadas: uma análise discursiva

Os editoriais são o lugar no qual essas publicações fazem emergir seu perfil midiático e mercadológico, por meio do recorte realizado por seus editores, com a finalidade de despertar interesse pela leitura das matérias contidas naquele número da edição. Segundo Melo (1994),

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no editorial. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura, e eventualmente artigo. A opinião do colaborador, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural, expressa-se sob a forma de artigos. (MELO, 1994, p. 94)

Melo (1994) aponta que o gênero editorial pode se desdobrar em outros gêneros que estão a serviço de cumprir seu objetivo de externalizar o ponto de vista da empresa. Assim, é possível que a forma dos editoriais seja variada, com características de crônicas, comentários ou em forma de artigos de opinião, em que a construção argumentativa direciona para a discussão empreendida nas matérias que compõem a revista, geralmente criando uma justificativa sobre a importância de discutir aqueles temas e não outros, deixando implícitos os interesses mercadológicos e/ou midiáticos em abordar determinados temas.

Dessa maneira, analisar os discursos que dão sustentação ao que a empresa diz sobre sua publicação possibilita inferir que nesse lugar encontrar-se-ão vozes que permitem compreender como as revistas se propõem a ser instância de formação para o profissional docente, cumprindo seu objetivo de vender esse produto de mercado com base na identidade criada para esse tipo de periódico. Esse gênero ocupa sempre as primeiras páginas das revistas especializadas, para dar ao leitor o “tom” daquela edição. É possível considerá-lo também como um espaço o qual a empresa encontra para imprimir o lugar da publicação no contexto mercadológico, por meio da imagem que constrói da revista, o que justifica seu lugar de destaque no interior desses periódicos, uma espécie de direcionamento de leitura, que subordina o professor que consome a revista. Souza (2006) afirma que

[...] o editorialista é um argumentador que organiza seu texto com a nítida função de influenciar o seu leitor, conquistando-o, convencendo-o, fazendo-o agir ou pensar em uma determinada direção. O leitor, por sua vez, espera a manifestação da instituição jornalística sobre um fato de repercussão social no momento que o faça refletir e aderir, ou não, às posições defendidas no editorial. (SOUZA, 2006, p. 64)

Nota-se, por meio das palavras da autora, que o editorialista oferece um percurso de leitura que também expõe opiniões e posicionamentos das empresas que publicam seus

periódicos. O lugar destinado fisicamente ao editorial nas revistas pesquisadas reforça a hipótese de que esse gênero figura como um importante instrumento de (re)produção das posições discursivas ocupadas pelas empresas responsáveis pelas publicações. Em duas das quatro revistas analisadas nesta tese (Revista do Professor e Presença Pedagógica), os editoriais aparecem sob o título “Editorial”, na revista Educação aparecem como “Carta ao leitor” e na revista Nova Escola aparecem como “Caro Educador” e essa é uma das maneiras de a empresa apresentar o lugar no qual tomará a palavra.

Realizar a análise dos editoriais é buscar compreender o funcionamento discursivo que sustenta os efeitos de sentido gerados nesse lugar no qual a equipe das revistas especializadas assume a palavra para mostrar seu trabalho e deixa emergir imagens dos professores, por meio dos discursos que fazem circular. Pessoa (2011, s/p.) afirma que

Para fazer análise do discurso, portanto, é necessário relacionar a compreensão sobre o modo como os recursos de expressão das línguas articulam-se para a composição dos textos à compreensão sobre o modo como os sujeitos da enunciação articulam-se para agir em uma dada ordem social. A postulação de uma relação entre essas duas ordens garante o reconhecimento dos efeitos de sentido que são gerados a partir dos textos. (PESSOA, 2011, s/p.)

Com a finalidade de perceber esse funcionamento complexo que se estabelece na relação entre a materialidade linguística, a ordem social e os sujeitos da enunciação, far-se-á a análise dos editoriais das revistas, considerando-se que a articulação entre essas dimensões é constitutiva do funcionamento discursivo e que se estabelece por meio do sistema de restrições de uma semântica global (MAINGUENEAU, 2008a). Para empreender uma análise que considere essas dimensões como constitutivas da prática discursiva das revistas, o conceito de cenas de enunciação se faz imperativo para a discussão, segundo os postulados teórico-metodológicos de Dominique Maingueneau. Sobre esse conceito, o autor afirma:

O discurso pressupõe a cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. A “cena de enunciação” integra de fato três cenas, que proponho chamar de “*cena englobante*”, “*cena genérica*” e “*cenografia*”. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma “instituição discursiva”: o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, etc. (MAINGUENEAU, 2005, p.75, grifos do autor)

Nesse sentido, o autor empreende uma discussão que permite entender a constituição dessas cenas, que permite perceber lugares sociais ocupados pelos sujeitos por meio do tipo de discurso, da dimensão genérica desses discursos e da cenografia na qual a palavra é

encenada. A cena englobante é projetada pelo tipo de discurso que determina regras de formação e modos de enunciação que os sujeitos assumem para (re)produzir seus dizeres. A cena genérica coloca em funcionamento a configuração dos textos, e nessa dimensão são gerados efeitos de sentido. Não se trata, portanto, de uma dimensão que diga respeito apenas à forma, mas como os textos, por sua configuração e seu funcionamento, (re)produzem discursos, por meio das relações que estabelecem linguisticamente e socialmente. A cenografia está relacionada aos lugares sociais constituídos com base na singularidade dos textos e em marcas espaço-temporais do discurso, isto é, a dêixis discursiva⁴¹.

Dessa maneira, analisar os editoriais das revistas especializadas poderá oferecer, por meio da cena enunciativaque mobiliza o discurso jornalístico, o reconhecimento de relações que constituem a prática discursiva dessas publicações. A análise empreendida neste capítulo lançará um olhar sobre a configuração dos editoriais, buscando compreender como essa configuração gera efeitos de sentido. Também considerar-se-á a dimensão lexical nesses editoriais e como essas escolhas lexicais geram pertencimento aos discursos sobre o trabalho do professor; as vozes que emergem nesses textos, que demonstram a prática discursiva de fronteira entre academia, mídia e mercado; e as regularidades da FD do professor ideal, que será assim chamada com base nos indícios encontrados nos dados analisados.

Quando se considera a dimensão genérica dos textos que são postos a circular na prática discursiva das revistas, é importante que a configuração desses gêneros seja discutida, com a finalidade de demonstrar como essa configuração não está relacionada a modelos cristalizados, mas são organizações estruturais em relação às quais se pode pensar na maneira como essa dimensão coloca em funcionamento a articulação entre o domínio linguístico, a ordem social e os sujeitos da enunciação. Pessoa (2011), ao pontuar sobre a configuração dos textos em gêneros, afirma:

A configuração dos textos em gêneros discursivos revela o movimento de permanência, de regularidade no funcionamento discursivo. A reapropriação dos modos de dizer também é vestígio da inscrição do sujeito em um dado espaço enunciativo, que, simultaneamente, implica inúmeros outros traços reveladores de uma filiação a um certo posicionamento. O texto singular que se configura nessas condições de produção é um elemento do arquivo de uma identidade enunciativa que pode ser circunscrita a partir da análise de um conjunto de outros textos singulares, materializados em condições de produção semelhantes. (PESSOA, 2011, s/p.)

⁴¹ Segundo Maingueneau (1997, p. 41, grifos do autor), “na língua, a ‘dêixis’ define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo (EU-TU – AQUI-AGORA). O que se chama de dêixis discursiva possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Em geral, as três instâncias da dêixis discursiva não correspondente a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. Distinguir-se-á, nessa dêixis, o locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia.”

Ao analisar os editoriais objetiva-se perceber como o movimento de permanência, a que se refere a autora, se estabelece nas revistas especializadas, por meio das regularidades no funcionamento dessa prática, pois a configuração desse gênero gera efeitos de sentido que permitem pensar a cadeia discursiva que se constrói por meio desses textos. Os editoriais apresentam um modelo geral, no qual é possível listar algumas características. A primeira delas é a descrição das matérias, em especial, as matérias em destaque nas capas das revistas. Esse diálogo demonstra como a revista reafirma a importância do que destaca na manchete da capa para despertar o interesse do público pela compra das revistas. Em algumas revistas pesquisadas, a imagem da capa acompanha o editorial. Esses textos também têm, em todos os casos, um título que se relaciona à matéria de capa ou ao conjunto de matérias que compõe a revista.

A atribuição do título também pode ser considerada um elemento que chama a atenção do leitor para consultar o editorial antes de ler as matérias da publicação. Ainda do ponto de vista da organização genérica desses editoriais, aparecem fechamentos que se dirigem diretamente aos professores, que podem ser: “Boa leitura!” ou “Um grande abraço, e continue nos acompanhando”. Esses recursos mostram-se a serviço de criar uma aproximação com seu público, por meio de um tom que se assemelha a uma conversa. Esses textos, nos dados das revistas pesquisadas, são assinados pelos editores, o que pode estar relacionado à constituição do lugar de autoridade para dizer o que diz, pois esses textos são resultado de um trabalho da equipe que faz a revista, ou seja, são as pessoas que têm competência para apresentar a revista e mostrar toda sua qualidade, seja de conteúdo, seja de forma. O percurso argumentativo é, de maneira recorrente, de caráter opinativo. Nos editoriais analisados, o que aparece é a apresentação de argumentos que defendem um ponto de vista e objetivam convencer o leitor da qualidade do produto consumido.

Além disso, a imagem positiva da empresa é inscrita em alguns aspectos desse gênero: pela descrição das qualidades (editoriais ou de pessoal) da empresa; pela demonstração de que suas matérias estão sempre amparadas em pesquisas sobre educação; pela abordagem de temas da atualidade, que demonstram a preocupação das publicações com debates atuais e que despertam interesse pela compra da revista. O que se vê, nos dados da pesquisa, são os editoriais reforçando seu espaço de credibilidade das revistas, ao propor discussões que consideram interessar aos professores. Nota-se como a configuração dos editoriais (re)produz sentidos, pelas regularidades enunciativas que coloca em funcionamento. Furlanetto (2005) pontua que

[...] um texto faz parte de um conjunto discursivo associado a um arquivo, materializando-se num gênero pela correlação entre elementos e sua organização e as condições de produção. Isto significa que a organização do texto deve ser pensada em termo de constituição de sentido, e essa constituição está vinculada ao investimento em certos gêneros, o que implica o pertencimento a um arquivo e não a outro. (FURLANETTO, 2005, p. 265)

Com base nas palavras da autora, é possível compreender que as regularidades observáveis na configuração do gênero editorial importam para debruçar um olhar sobre os efeitos de sentido que são gerados. Pensar na maneira como aspectos linguísticos aparecem nos textos pertencentes a esse gênero implica pensar em como essa cadeia formada na materialidade textual importa para os discursos que são mobilizados. Assim, os editoriais funcionam como mecanismos de (re)produção de imagens de professores e da própria empresa. O dado que segue ajuda a demonstrar este funcionamento discursivo, por meio da configuração apresentada anteriormente:

[1] **Educar para um mundo melhor**

Com a primeira edição do ano, convidamos nossos leitores a refletir sobre tolerância e respeito ao próximo. Em entrevista, o professor da UnB e pesquisador Marcos Bagno afirma que a cultura e a linguagem dos alunos não podem ser alvo de ironia e deboche na escola. Para ele, discriminar alguém pelo modo como fala é discriminar a pessoa em si, como ser humano. No Rio Grande do Sul, crianças da educação infantil aprenderam, em um projeto sobre os órgãos sensoriais, a importância de se respeitarem as diferenças. A professora Jaqueline Correa Lemos mostrou à turma como vivem as pessoas que não escutam e não enxergam, e ensinou noções básicas da Língua Brasileira de Sinais e do Braille. Confira essa experiência no relato “Aprendendo com os sentidos”. Direitos da mulher, igualdade racial e orientação sexual ainda são tabu em muitos setores da nossa sociedade. Na seção Pensando Bem, Thiago José Tuna Franco aborda a responsabilidade que temos, enquanto educadores, de desconstruir nossos preconceitos e não perpetuá-los no ambiente escolar. Outros temas são abordados nesta edição. O destaque é o texto “Atividade experimental”, que relata como alunos do ensino médio de uma escola pública de Itajubá, MG, realizaram uma atividade de extração de ácidos nucleicos de vegetais, mesmo sem um laboratório de ciências na instituição. A ideia foi de Ursula Raniely Souto de Oliveira, na época aluna da graduação e bolsista do Pibid. O projeto foi desenvolvido sob orientação das professoras Andreia Arantes Borges, doutora em genética, e Silvana Martins de Castro Salles. Boa leitura! **Juliana Ângelo**, Editora-geral (REVISTA DO PROFESSOR, jan./fev./mar, 2016, edição eletrônica)

O dado demonstra um modo de enunciação que segue um padrão formal, pela organização do texto e pelas partes que constituem esse texto (título, apresentação das matérias da revista, fechamento com o desejo de boa leitura, assinatura pela editora da revista). Esse padrão é recorrente nas quatro revistas, guardando especificidades de estilo de um editor ou outro. Essa maneira de apresentar o texto permite pensar em como o professor é colocado no lugar de consumidor e esses editoriais são constituídos para despertar sua atenção. O funcionamento da prática discursiva das revistas aparece nessa organização pelo

diálogo entre os editoriais e as matérias que compõem a revista, realizando uma confluência entre o produto que está sendo vendido e validado como uma publicação que se preocupa em discutir temas pertinentes à profissão, ao mesmo tempo que legitima a escolha do percurso de matérias que compõem o número da revista.

Os editoriais funcionam como uma justificativa da pertinência em discutir os temas selecionados e isso é feito pela costura realizada pelo editor nas partes constituintes desses textos: título, descrição de matérias, fechamento, etc. Nota-se que há nuances diferentes para despertar o interesse do professor-consumidor: a capa é o primeiro contato, no qual são utilizados recursos imagéticos e linguísticos para estimular a compra do produto; os editoriais oferecem um pouco mais de discussão sobre os temas, algumas revistas dão maior atenção à matéria que estampa a capa, outras buscam mesclar com as demais matérias da edição; as matérias que compõem a revista fazem uma discussão mais aprofundada dos temas. É possível perceber, então, que os editoriais fazem parte de uma engrenagem que demonstra como mecanismos dos campos acadêmico (discussões propostas), midiático (apresentação de diversos gêneros da comunicação) e mercadológico (apresentação do material a ser vendido) convergem nessa prática das revistas, na qual os editoriais se apresentam como lugar legitimado para problematizar temas relativos à profissão docente, por meio de mecanismos de validação que conferem às revistas credibilidade para propor essa problematização e assim o fazem na maneira como a publicação se apresenta para seu público:

[2] **Brincar em tempos digitais**

Elas não largam o *tablet* ou o celular. Desde cedo, as crianças surpreendem os adultos com sua grande habilidade para lidar com os aparelhos eletrônicos. Adriana Hoffmann Fernandes, doutora em Educação e Mídia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisa a relação das crianças com as narrativas por imagem. No artigo “Cultura da infância: dos livros de imagem ao *YouTube*. Exibir-se para a câmera e falar para o público é hoje uma das brincadeiras infantis. A autora do artigo lança ao leitor perguntas instigantes: “como essa cultura do audiovisual, cada vez mais ampla, repercute na escola? Como isso afeta o trabalho do professor?” Essas e tantas outras questões nos provocam a pensar e a renovar nossas práticas. E por falar em brincar, a entrevistada desta edição é Tânia Ramos Fortuna, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ela criou e dirige o Programa de Extensão Universitária “Quem quer brincar?”. Com várias ações de formação continuada, o programa tem como objetivo formar educadores capazes de brincar e de valorizar a brincadeira. Na entrevista, Tânia diz que a abordagem lúdica do ensino e da aprendizagem nada tem a ver com descompromisso em relação à função da escola. “Pelo contrário, nada é mais sério do que a brincadeira.” Sempre atenta às questões contemporâneas, *Presença Pedagógica* publica nesta edição vários outros textos com temas que estão presentes no debate atual da educação. Aproveite! (*PRESENÇA PEDAGÓGICA*, mai./jun. 2016, edição eletrônica)

Alguns trechos entre aspas permitem perceber, no texto que compõe o *corpus* da pesquisa, a heterogeneidade mostrada⁴², por meio da qual o editor valida suas palavras amparado naquilo que outros sujeitos, no caso, os pesquisadores sobre o tema, disseram. Isso oferece à publicação um espaço legitimado para discutir, pois não são apenas descritos os artigos que serão publicados na edição, mas as palavras daqueles que escrevem já estão expostas para servir de amparo para aquilo que o editor diz. A voz trazida para o editorial é a do pesquisador, que é convocado para conferir legitimidade àquilo que está sendo dito, pois a autoridade desse pesquisador valida sua participação na comunidade discursiva que coloca em funcionamento a prática discursiva nas revistas. Dessa maneira, é possível perceber que os editoriais apresentam características específicas desse gênero, que encenam a fala de uma comunidade discursiva híbrida. Vozes⁴³ que vêm dos campos discursivos que compõem a prática discursiva nas revistas, isto é, academia, mídia e mercado.

O movimento de confluência entre as vozes mobilizadas é aquele que demonstra que a voz do pesquisador legitima a revista para produzir matérias sobre o trabalho docente, já que a equipe que faz a revista precisa dessa legitimação para tratar do trabalho do professor, sua competência para produzir esse material não seria suficiente para tratar de temas específicos da profissão. Por outro lado, é essa equipe que torna a revista um produto atraente para o consumo, pois é especializada em fazer isso. Vê-se, portanto, que as vozes permitem perceber as relações que tornam confluentes a fronteira entre os três campos discursivos. Ao final do dado, o que emerge é a apresentação da própria revista sobre seu papel nesse mercado de produtos especializados para professores, em que a jornalista que assina o editorial afirma que a publicação é “sempre atenta às questões contemporâneas”, isto valida a revista como instância de discussão sobre a profissão e sobre os professores, que, ao consumir revistas, podem manter-se atualizados das discussões que estão em evidência nesse contexto, reiterando que “Presença Pedagógica publica nesta edição vários outros textos com temas que estão presentes no debate atual da educação.”

⁴² Segundo Authier-revuz (1990, p. 29), “o fragmento designado como um outro é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática: de estatuto complexo, o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que, pelas marcas, que neste caso não são redundantes, é remetido ao **exterior** do discurso”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29, grifo da autora)

⁴³ Maingueneau (2013, p. 165-166) discute as diversas vozes que aparecem nos textos jornalísticos. Para o autor, “[...] a responsabilidade pelas palavras e pelos pensamentos expressos não pode ser atribuída apenas ao locutor jornalista: o texto muda constantemente de plano de enunciação. Essa instabilidade é característica de gêneros jornalísticos como o editorial ou a crônica, nos quais o autor intervém em um debate. Porém, ao invés de assumir diretamente uma posição, ele prefere encenar um conjunto de vozes das quais ele se distancia ou com as quais ele é solidário mais ou menos discretamente.”

Após isso, há o verbo aproveitar no imperativo, que direciona a leitura do professor, por meio da chamada que se faz como um mecanismo de aproximação com o leitor, o que recupera a organização padrão citada anteriormente. A validação da publicação como lugar confiável para discutir temas da atualidade e relacionados ao trabalho do professor é um mecanismo comum nos editoriais das revistas pesquisadas, que cria uma imagem positiva da empresa que faz circular a publicação e da própria revista que se coloca como instância de discussão e de formação para o profissional docente.

Nota-se como a comunidade discursiva necessária à produção deste produto de consumo é constitutivamente híbrida, assim como são híbridos os saberes para a sua produção, circulação e recepção. A revista não é só um produto midiático e mercadológico, ela precisa também afirmar o seu perfil acadêmico, uma revista que faz circular o conhecimento necessário à formação do profissional docente e os editoriais demonstram esses feixes de relações. Para interessar ao seu público, é necessário que esse profissional encontre na revista: (i) informação consistente, baseada em pesquisas que vêm das universidades, validadas por pesquisadores que são autoridades para dizer o que dizem e que demonstram ter vivência e experiência prática na implementação das metodologias que apresentam (ii) conteúdo relevante, por meio de discussões de temas que interessem aos profissionais e pareçam necessários à realização do trabalho do docente. O dado que segue é mais um exemplo do aparecimento dessas diversas vozes no editorial:

[3] **Educar para a cidadania**

A primeira entrevista de Presença Pedagógica em 1995, com o título “Crítico, radical e otimista”, foi com o brilhante filósofo, educador e intelectual Paulo Freire. À época ele afirmava que “só pode ser ‘bom professor’ o cidadão que tem clareza política e competência científica, que conhece a história do País e as raízes autoritárias da sociedade brasileira”. Defensor da educação dos oprimidos, ele fez questão de deixar claro seu profundo respeito pelo educando e por sua formação. Dois anos depois da publicação, Paulo Freire faleceu. Em 2012 o Ministério da Educação publicou a Lei n. 12612, reconhecendo-o como patrono da educação brasileira. Em maio de 2017, completaram-se 20 anos de uma perda irreparável à educação do nosso País. Nesta edição trazemos o artigo “20 anos sem Paulo Freire: a busca por uma escola democrática”, assinado por Guilherme Fernandes da Cruz, que retoma a visão democrática de educação defendida por Freire, a qual compreende educador e educando como sujeitos da própria intervenção. Ampliamos a reflexão com o artigo “Educação, política e cidadania”, de Arlen Nunes de Souza. Na seção Presença Infantil, Liana Garcia Castro apresenta no artigo “Espaço de direito das crianças” aspectos relativos ao espaço físico de creches e escolas de educação infantil regulamentados nos documentos oficiais. Seu olhar está voltado para a legislação vigente, em conformidade com os direitos das crianças dessa faixa etária. Na seção Educação do Campo, o artigo “A água que educa” trata de um programa de captação da água da chuva que visa a proporcionar acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para atender a escolas do campo no semiárido brasileiro. Esses e outros textos que apresentamos reiteram o compromisso de Presença Pedagógica em favorecer o diálogo entre teoria e prática, universidade e educação

básica, contribuindo para a formação do educador crítico e político. Princípio esse que é fundamental à formação democrática e cidadã, defendida por Paulo Freire. Boa leitura! **Juliana Valéria de Abreu**, Editora-geral. (PRESENÇA PEDAGÓGICA, jul./ago. 2017, edição eletrônica)

As vozes dos mídiuns aparecem quando se aponta, no editorial, o tempo que a revista está no mercado, demonstrando que desde a sua primeira edição já havia uma preocupação com a discussão de temas importantes para a profissão, trazendo autoridades no assunto para tratar desses temas. A presença do educador na revista legitima o lugar da publicação como instância de discussão sobre o trabalho docente e faz emergir a voz da academia, por meio da presença do professor na discussão e pela utilização das palavras do próprio autor sobre o que seria ser um bom professor, heterogeneidade mostrada na dimensão linguística, mecanismo bastante utilizado nos editoriais, que ajuda a validar a publicação para dizer o que diz.

As vozes do mercado aparecem como um mecanismo de autopromoção da revista, que se apresenta como uma publicação que contribui para “a formação do educador crítico e político”. Os mecanismos que aparecem no dado são recorrentes nos editoriais que compõem o *corpus* da pesquisa: vozes dos mídiuns, que emergem da validação da publicação como especializada em tratar de temas relativos ao trabalho do professor; vozes da academia, também pelos temas abordados e pelos especialistas que são levados a falar nas páginas das revistas; vozes do mercado, por meio da legitimação dessas publicações como produtos de qualidade, que despertam o interesse para sua compra. E, embora as vozes vindas da academia sejam aquelas marcadas na superfície, essa marcação silencia que os saberes acadêmicos, nesse ambiente, são relegados ao lugar que as próprias publicações permitem que ocupem. Paradoxalmente, a marcação deixa inscrita uma assimetria, legitimada pelo lugar bem demarcado que as revistas determinam para que os saberes da academia apareçam. As vozes demonstram o movimento de aproximação e distanciamento da fronteira constituída para o funcionamento dessa prática híbrida e assimétrica, permitindo compreender que a confluência entre os três campos gera um movimento que é condição de existência dessa prática, já que é essa confluência que faz com que indícios discursivos emergjam na enunciação da maneira como acontecem nas revistas pesquisadas.

Ainda considerando a configuração da cena genérica, é importante ressaltar que ao lado modelo apresentado, comum aos editoriais de maneira recorrente, há um modo de enunciar que aparece nos dados da pesquisa com menor frequência. A configuração desses editoriais se apresenta da seguinte forma: (a) utilização da primeira pessoa (do singular e do plural); (b) apresentação de uma narrativa, que geralmente descreve uma história de vida do

editor ou de membros da equipe de editoria; (c) linguagem interativa, que direciona para o tom menos formal e mais conversacional. Importante observar que esses editoriais mantêm a configuração apresentada como padrão, mas têm nas três características listadas um dado de singularidade, que também permite perceber a constituição da fronteira discursiva que a prática das revistas mobiliza. O dado que segue é um exemplo dessa configuração singular:

[4] **De professor para professor**

NOVA ESCOLA quer construir milhares de planos de aula junto com você. Vamos nessa?

Leandro Begouci, Diretor editorial e de produtos

Um dia, a professora paulistana Debora Garofalo se candidatou a escrever sobre tecnologia para o site de NOVA ESCOLA. A mensagem dela para mim era clara e honesta: adoro os textos de vocês, mas eles não conversam com a minha realidade. Ela me mandou alguns exemplos, que me fizeram pensar não apenas no conteúdo que fazemos mas também no como fazemos. Afinal, esse é o melhor tipo de crítica que você pode receber. Uma grande profissional se dispõe a ajudar. E ela explica essa ajuda não com um ataque, mas com uma avaliação baseada em evidências. Desde então, Debora se tornou colaboradora assídua do site e seus textos vêm sendo um sucesso entre os educadores. NOVA ESCOLA existe para garantir o prazer em ensinar e o prazer em aprender. Ao longo da nossa história, nunca quisemos fazer algo impositivo. Queríamos construir, junto com os professores, soluções efetivas para a sala de aula. Porém, existe uma longa distância entre o querer e o fazer. E, em muitos momentos, nós não fizemos. O caso de Debora, em tecnologia, é um exemplo. Mas não é suficiente. Era preciso ir mais longe, arriscar mais. Era preciso agir. Por isso, com o apoio da Fundação Lemann e do Google.org, NOVA ESCOLA vai produzir milhares de planos de aula, gratuitos, de alta qualidade, alinhados à Base Nacional Comum Curricular. Havia vários caminhos para fazer isso. Mas, honrando os nossos princípios, nós queremos fazer isso com você. Você será a autora ou o autor. Os primeiros planos serão de Matemática. Mais adiante virão as outras disciplinas. Cada aprovado no processo seletivo receberá formação específica e gratuita para fazer os textos e receberá uma remuneração pelo seu trabalho. Para se candidatar, basta entrar em novaescola.org.br/inscricoes. Vem com a gente nessa jornada. É a chance de fazermos algo grande e poderoso pela Educação brasileira. E juntos! Eu sempre coloco meu e-mail aqui, para dialogar com você – se você não anotou, vai de novo: leandro@novaescola.org.br. Nesta edição, tenho uma novidade para contar. O texto sobre formação de coordenadoras, que você lerá mais adiante, foi sugestão de uma das nossas leitoras. Foi por causa de um educador, de uma educadora como você que nós descobrimos essa iniciativa. E, semanas atrás, fizemos um texto para o site sobre orações em sala de aula, por causa de dúvidas que vocês me enviaram por e-mail. Eu não tenho o prazer de ser professor, como vocês. Mas tenho muita sorte em conviver com tantos educadores comprometidos com seus alunos – e dispostos a fazer com que NOVA ESCOLA, cada vez mais, seja a casa dos educadores. Dúvidas? Críticas? Sugestões? Não preciso dizer, né? Elas são muito bem-vindas! Grande abraço. (REVISTA NOVA ESCOLA, jun./jul. de 2017, edição eletrônica)

A configuração que o dado apresenta ocorre, em especial, na Revista Nova Escola, que é, entre as revistas selecionadas para esta pesquisa, a de maior circulação, assim como seu alcance em diversos mídiuns ocorre de maneira bastante efetiva. Dessa maneira, não se pode perder de vista que a singularidade em sua configuração gera efeitos de sentido importantes para a mobilização de discursos sobre o trabalho do professor. Para construir um percurso

argumentativo que aproxime a revista e seu público, em muitos casos, adota-se um tom confessional, no qual o editor traz histórias de sua vida para reforçar o que está sendo dito, o que gera uma aproximação entre aquele profissional que assina o editorial com o professor, que consumirá a revista. No dado, esse tom confessional vem por meio do “reconhecimento” de que muitas vezes a revista não alcança resultados satisfatórios, por isso resolveu ouvir os professores. Importante ressaltar que o percurso construído pelo editor valida a revista como um lugar que está aberto a discussões sobre o seu trabalho e sobre aquilo que publica, válida, portanto, o perfil positivo dessa publicação, que se torna um produto mais atraente a ser consumido.

O uso da primeira pessoa dá um tom menos formal, além disso, também é um mecanismo de aproximação com o consumidor, assim, é inscrito o lugar da revista, como quem se importa com seu público e com aquilo que ele tem a dizer, bem como inscreve o lugar do professor, como consumidor de um produto que se propõe a ouvi-lo, isso legitima a revista a tratar do trabalho do professor, pois a publicação se propõe a ser um lugar de diálogo e não de “imposição”, segundo o editor que assina o dado da pesquisa. O modo de enunciação da revista importa para demonstrar que essa aproximação que se estabelece pelo tom interativo permite perceber como o funcionamento discursivo ocorre e como essa configuração mobiliza a comunidade discursiva híbrida dessa prática: vozes da academia, pela convocação de professores especialistas que são autorizados a falar do trabalho do professor, como pode ser visto no dado da pesquisa, em que uma “grande profissional se dispõe a ajudar”; da mídia, por meio do efeito de verdade que se cria no editorial, gerando a sensação de que a revista promove uma mediação entre o professor e seu trabalho; e do mercado, por meio da aproximação com o público por meio da linguagem e pela (re)produção de uma imagem positiva da revista, que convoca os leitores a *construir* a revista junto com a equipe editorial, valorizando o lugar destinado ao consumidor, que pode participar efetivamente do produto que consumirá.

Outro aspecto que será considerado como categoria de análise para esta cena genérica é o plano lexical, signos de pertencimento que demonstram como as escolhas lexicais ajudam a demonstrar o funcionamento discursivo da prática híbrida das revistas. Segundo Maingueneau (2008a),

[...] além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81, grifo do autor.)

É o que se vê nos dados do *corpus* da pesquisa, termos que aparecem e que inscrevem os enunciadores e os discursos que eles (re)produzem nos campos discursivos investigados. Substantivos, adjetivos e verbos aparecem de maneira recorrente nos dados analisados, fazendo emergir a prescrição, com base no aparecimento desses termos, que tomam, segundo os postulados de Maingueneau (2008a), estatuto de pertencimento aos discursos mobilizados nas revistas sobre o trabalho do professor.

Para nomear o profissional docente aparecem dois substantivos: professor, educador, ao lado de alguns adjetivos que visam qualificar esses profissionais. O aparecimento do adjetivo nos textos dos editoriais demonstra a construção de imagens acerca do profissional docente. É importante dizer que quando se trata de substantivos e adjetivos, não se está considerando a classe gramatical, mas a enunciação que emerge e que utiliza mecanismos da língua para se estabelecer e (re)produzir discursos que dizem sobre a profissão e sobre o fazer docente:

[5] **Para ir rápido, vá sozinho. Para ir longe, vamos juntos**

Os professores são eternos. Eles vêem os alunos, transformam a vida deles e mudam o mundo

A influência de um professor me lembra uma matrioska. Nessas bonecas russas, uma está dentro da outra, da maior até a menor. Quanto mais você abre, mais descobre outro alguém. Educar também é isso. É saber que você vai estar na vida de outra pessoa, para sempre. Pode ser uma influência grande, média, pequena. Não importa. O professor estará sempre lá. Se não fosse a Abadias, este texto nunca teria sido escrito. Sem a Denize, eu ainda estaria brigando com os sujeitos e predicados. O Sidnei me ensinou o prazer de educar e de pensar por mim mesmo. Algumas vezes, não nos damos conta de quanto de nós foi criado por um professor. Mas basta pensar um pouquinho e aquela lousa verde vai aparecer na memória. O professor é eterno. Todas as profissões mudam o mundo, mas só o educador continua transformando o planeta mesmo quando seu trabalho já terminou. A influência dele se multiplica em cada pessoa, por gerações. Um professor que nos vê, que acredita em nós, tem um grande impacto nas nossas vidas. É por isso que duas reportagens desta edição falam sobre enxergar o aluno que está escondido, acreditar em quem está desanimado. São histórias de professores inesquecíveis. Afinal, os educadores têm uma missão pública. Eles abrem as portas para outras pessoas inventarem as próprias vidas. Quando isso é bem feito, o resultado é espetacular. E também é por isso que esses homens e essas mulheres têm uma carreira, e devem ser valorizados como profissionais sérios e competentes que são, assim como em qualquer outro lugar. É profissionalismo com paixão. [...] Um velho ditado africano diz que, para ir rápido, é melhor ir sozinho. Para ir longe, é melhor ir acompanhado. NOVA ESCOLA e GESTÃO ESCOLAR existem para estar junto com os professores em prol de uma Educação de excelência para todos e todas. Queremos ir muito longe, juntos, com você. E durante a minha caminhada particular, que começa nesta edição, já dei uma sorte grande. A equipe que Maggi formou é excelente, como você já sabe. Ao mesmo tempo, ganhei outras pessoas sensacionais para seguir pelo caminho, como o Raniery Aranha, diretor de operações e responsável por fazer esta revista chegar às suas mãos. Obrigado pela companhia. Espero que o nosso diálogo não se esgote nestas cartas enviadas a cada edição. A casa está aberta. Queremos sempre conversar. Ao lado de pessoas como você, vamos dar nossa contribuição para melhorar o mundo. (REVISTA NOVA ESCOLA, abr. 2016, edição eletrônica)

Os substantivos professor e educador aparecem como sinônimos, no dado [5], mas é importante ressaltar que, em alguns casos, os efeitos de sentido gerados são diferentes: educador aparece nos dados da pesquisa como o profissional desejável, que tem atitudes apropriadas, o que ocorre também na maioria das vezes em que o substantivo professor aparece, no entanto, quando o termo é educador, a imagem construída será positiva, ao passo que quando há referência a alguma imagem negativa, ela está relacionada ao substantivo professor. Um exemplo disso ocorre no dado, em que o editor afirma que “Um professor **que** nos vê, **que** acredita em nós, tem um grande impacto nas nossas vidas”, em que o uso do pronome relativo indicia a construção de uma imagem positiva, daquele profissional que marca a vida de seus alunos, ao mesmo tempo que há a construção negativa do profissional que não age da mesma maneira.

A (re)produção de imagens do professor se realiza também pela utilização de adjetivos, que qualificam esses profissionais. Nos dados da pesquisa, aparecem adjetivos como *comprometidos*, *criativos*, *bom*, *melhor*, *inesquecível*, conforme o dado [5]. Esses adjetivos funcionam como mecanismos de sustentação da imagem positiva do professor. Não se pode perder de vista que os docentes são o público-alvo da revista, assim, a imagem positiva não é apenas do profissional, mas do consumidor desse tipo de publicação, dessa maneira, interessa para a empresa estabelecer empatia com seu público. A utilização de adjetivos valida o lugar do professor idealizado e o seu contrário aparecerá com menos frequência, mas estará inscrito, pois ao dizer como é ser um professor “inesquecível”, também reafirma-se que aqueles que não procedem conforme o modelo apresentado não serão lembrados por um bom trabalho realizado.

Vale também fazer uma ressalva sobre a utilização do pronome “você”, que aparece de maneira recorrente nos editoriais. Esse pronome, que pode funcionar como um canal de comunicação entre a revista e seu público, cria uma interatividade com o público a que se destina. De modo geral, esse pronome aparece nos editoriais como um chamamento direto àqueles que consomem as revistas. A recorrência desse pronome indicia como a publicação busca meios de aproximação com seu público, por meio do caráter interativo que o pronome mobiliza como indício de uma das especialidades da mídia, que é se propor a estabelecer uma mediação entre produto e consumidor. Nota-se, dessa maneira, que as escolhas lexicais colocam em funcionamento a prática híbrida das revistas, por meio do modo de enunciação dessas classes gramaticais, que geram efeitos de sentido específicos dessa prática. Além dos

substantivos, adjetivos e pronomes, é importante refletir sobre as ações que os verbos mobilizam.

Nas revistas que serviram de fonte para a pesquisa, os verbos permitem perceber como o trabalho do professor é descrito nessas publicações. De modo geral, há a sustentação de uma argumentação prescritiva, que direciona o professor para práticas que ele tem que adotar em seu fazer como profissional. Alguns verbos aparecem com maior frequência (dever, precisar, caber) e podem ser considerados indício dos discursos sobre o trabalho docente, pela sua recorrência nas diversas revistas analisadas, bem como pela sustentação que oferecem ao discurso em questão, já que apontam o que o professor “deve” fazer, o que “cabe” ao professor no contexto escolar e o que o professor “precisa” fazer para ser um bom profissional. Vê-se como esses verbos colocam em funcionamento a prescrição sobre o trabalho do professor, por meio de modelos e padrões que fazem circular. Quando se pensa que essas publicações especializadas se propõem a ser instância de formação acadêmica para o profissional docente, pensa-se também em uma maneira de enunciar, que pode ser exemplificada no dado que segue:

[6] **Por trás da emoção**

A cena é recorrente no mundo audiovisual. O depoente começa a falar de sua trajetória, de todos os percalços que teve de vencer. A lembrança dos momentos difíceis, invariavelmente, mareja os olhos, faz a fala soluçar. A câmera, moto-contínuo, vai se aproximando num *zoom* lento até alcançar os olhos, com o enquadramento bem fechado, como se quisesse frisar a lágrima com uma lente grande angular. Tudo isso se repetiu algumas vezes nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, no mês passado. Poliana Okamoto, medalhista de bronze na maratona aquática, Rafaela Silva, ouro no judô, e Sérgio Dutra Santos, o Serginho do vôlei masculino, também medalhista de ouro, foram alguns dos atletas que caíram no choro ante as câmaras ao rememorar dores físicas, sofrimentos e privações diversas vividas para conquistarem seus objetivos. Para além do roteiro dramático tão ao gosto das TVs, o exemplo desses atletas, que tiveram de lidar com a realidade, estar frente a frente com suas limitações, internas e externas, errar e aprender com seus erros, corrigir-se permanentemente, tem muito a dialogar com uma face da educação que anda obscurecida. Afinal, para chegar aonde chegaram, eles precisaram desenvolver um enorme senso de autodisciplina, a capacidade de melhorar seu desempenho por meio da dedicação permanente, esquecendo da autopiedade tão em voga nos dias de hoje. Autodisciplina está desvalorizada pelo fato de ser confundida com disciplina, por sua vez confundida com autoritarismo, mais um emaranhado pertencente ao “legado” dos nossos 21 anos de ditadura. Ela, aliada à possibilidade – e à capacidade – de errar e aprender com os próprios erros, como mostra a matéria de capa desta edição, são elementos-chave para retomarmos uma dimensão forte da educação. Aos professores, além do incontornável domínio de seus objetos de estudo, cabe também ajudar os alunos a descobrir o que pode motivá-los a conquistar esse senso de disciplina que só parecemos invejar quando vemos lágrimas em close na TV. Rubem Barros, editor. (REVISTA EDUCAÇÃO, set. de 2016, edição eletrônica)

Vê-se no dado da pesquisa a narrativa de fatos de superação, que são acionados pelo uso de verbos como “vencer”, “lidar”, “melhorar”. O uso dos verbos coloca em

funcionamento o discurso prescritivo, que utiliza a narrativa com histórias de atletas para relacionar com o contexto educacional. Os fatos narrados servem de pano de fundo para a divulgação da matéria de capa e o direcionamento sobre o trabalho do professor, que deve superar todos os obstáculos da profissão para chegar a lugares de destaque, como um pódio representado pela presença de atletas olímpicos. O editorial é construído com a finalidade de dizer aos professores como superar dificuldades no contexto escolar. Dessa maneira, importa perceber como o discurso prescritivo funciona e como os verbos utilizados mobilizam ações que os professores devem realizar em sua prática em sala de aula.

O verbo *caber* aparece em muitos editoriais, conforme é possível ver no dado, como maneira de as publicações especializadas dizerem ao professor como ele deve fazer. O funcionamento discursivo mobilizado pelo verbo permite perceber como as revistas direcionam posturas diretamente relacionadas ao trabalho do professor, que deve “ajudar” e “motivar” os alunos, posturas que aparecem como desejáveis nos dados da pesquisa de maneira recorrente. Percebe-se, dessa maneira, que os editoriais funcionam como mecanismos que validam o modo de enunciação das revistas, que servem também a “ensinar” aos professores como fazer, por meio da prescrição de posturas e metodologias. Os problemas da “face da educação que anda obscurecida” não são descritos nem discutidos, o que emerge é como o professor deve agir diante dos problemas que não são descritos, pois as responsabilidades estão nas mãos dos docentes. A escolha dos verbos como maneira de mobilizar ações que os professores devem realizar permite perceber como essas ações sustentam o percurso argumentativo-discursivo construído nas revistas e que emergem nos editoriais. Não se pode perder de vista que a publicação é um produto a ser consumido e que abordar o “heroísmo” de professores que têm uma carreira considerada de sucesso, admitindo suas dificuldades e superando as adversidades, aproxima o modelo exposto daquele profissional que consome a revista e que ainda precisa chegar a ser um professor idealizado.

Os aspectos abordados permitem pensar em uma formação discursiva que será chamada de FD do professor ideal, que apresenta algumas regularidades (FOUCAULT, 1987) sobre as quais far-se-á uma discussão. Essa FD faz emergir dizeres que prescrevem modelos, maneiras de fazer, imagens de um profissional que, em muitos casos, parecem inatingíveis, pois constroem uma imagem de perfeição de um profissional que supera todos os problemas com suas atitudes e por sua vocação pessoal de ir de encontro aos problemas enfrentados na profissão, (re)produzindo a imagem de um professor que supera todos os desafios da profissão com seu esforço pessoal.

A imagem positiva criada, de um professor idealizado, faz emergir também seu avesso, que será chamado neste trabalho de professor recusado, isto é, aquele que aparece para ser criticado. Sua inscrição nessa formação discursiva ocorre, em muitos casos, pelo seu apagamento, ou seja, o modelo de professor ideal aparece como desejável e seu avesso (professor recusado) é aquele profissional que não alcança as características de professor ideal. É importante perceber que esse é um discurso arraigado, por sua reprodução exaustiva, desde muito tempo, que remete a uma figura docente construída com base na noção de que o professor é um profissional vocacionado, com características que não dizem respeito apenas a competências pedagógicas ou acadêmicas, mas subjetivas, como aquele que demonstra amor pela profissão, por exemplo, e age para provar isso. O lugar discursivo no qual o professor figura é bastante diversificado e este sujeito-professor está cindido por essas imagens contrastantes, mas constituintes:

[7] **Tempo de reinventar**

A curiosidade mobilizou as turminhas da educação infantil do Colégio Magno/ Mágico de Oz, em São Paulo, SP, para entender o conceito de tempo. Em um projeto repleto de atividades variadas, as crianças observaram o tempo necessário para o preparo de barrinhas de cereal e para o amadurecimento de bananas. Além disso, pesquisaram sobre relógios e fizeram um banco de palavras relacionadas ao tema, como “cedo”, “tarde”, “manhã”, “noite” etc. Na Escola Municipal Doutor Nelson Paim Terra, em Canoas, RS, os alunos do 8º e 9º anos, usaram as câmeras fotográficas de seus celulares no “Projeto Olhares”. A professora Rosana Fachel de Medeiros explica que a proposta foi usar a linguagem fotográfica para captar as belezas da natureza e também os problemas ambientais da comunidade. Para despertar o encantamento pela matemática e desenvolver a consciência ambiental, a professora Daniela Mendes Vieira da Silva criou o Laboratório Sustentável de Matemática (LSM), no Colégio Estadual Hebe Camargo, no Rio de Janeiro, RJ. Com materiais recicláveis doados pela comunidade escolar, os estudantes do ensino médio aprendem a utilizar a função exponencial para analisar, por exemplo, o aumento do número de veículos nas ruas e o crescimento de uma colônia de fungos. Em “O Romantismo no bordado”, a professora Adriana Cristina Furtado da Silva Idalino relata como apresentou o livro *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, de forma interessante e atrativa para duas turmas do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Elias de Freitas Trajano de Souza, em Porto Grande, AP. Criando conexões entre literatura, cinema e trabalhos manuais, ela conseguiu envolver os adolescentes no estudo do Romantismo. Os projetos pedagógicos publicados nesta edição revelam a criatividade dos professores e mostram que é sempre tempo de reinventar as formas de ensinar. Boa leitura! **Rosângela Guerra**, Editora-geral. (REVISTA DO PROFESSOR, jul./ago./set. 2015, edição eletrônica)

No dado, vê-se que há a descrição de diversos projetos, sem que se toque, em momento algum, nas demandas negativas da implementação dessas atividades. Seja pelo atendimento a uma demanda dos alunos (curiosidade) ou por meio do aproveitamento de materiais recicláveis para *encantar* os alunos com operações matemáticas, os professores

descritos são exemplos de profissionais que merecem estar na revista por adotarem métodos que vão de encontro a qualquer dificuldade. Os problemas aparecem nos editoriais como maneira de sustentar a imagem criada de professor ideal, o movimento que se cria é aquele que aponta o problema, mas o que é destacado é como o professor deve agir diante dele.

Dessa maneira, não há registro de discussão de problemas com aprofundamento, com a finalidade de perceber que os problemas da prática do professor são, na maioria dos casos, fruto de um sistema educacional composto por demandas que não estão relacionadas apenas àquilo que ocorre na sala de aula. Não se considera que, em muitos casos, o que aparece no fazer cotidiano do professor é um sintoma e não a causa do problema, portanto, o professor não tem como resolver, embora seja apontado pelas revistas como o centro de resoluções de problemas. O dado que segue enriquece a discussão:

[8] **Poesia e ciência contra a picuinha de todo dia**

Ainda não viramos hippies por aqui. Mas alguns versos, com planejamento, ajudam a repensar nossa escola

LEANDRO BEGUOCI, Diretor editorial e de conteúdo

[...] A picuinha é um bichinho que nunca precisa caçar. Ao menor sinal, há um monte de gente disposta a alimentá-lo. Porém, não basta se indignar. É preciso olhar para o problema da convivência entre alunos, professores e pais como uma ciência. Tem menos charme, é verdade – o drama também é um jeito de dar emoção às nossas vidas. Mas fazer isso ainda é a melhor maneira de cumprir nossa missão. Para isso, você precisa chegar às raízes dos desentendimentos, indo além dos comportamentos individuais. No caso dos alunos, vale investigar por que alguns são desatentos, por que outros são indisciplinados e por que poucos estão engajados. Então, elabore propostas de intervenção – até os melhores alunos precisam de planos para avançar. No caso dos colegas, o princípio é o mesmo. O que motiva alguns, o que desmotiva outros e quais são os fatores que agregam ou desagregam o corpo docente? [...] Pode parecer mais trabalho – e é. Essas ações consomem energia a curto prazo. Porém, economizam paciência e tempo a médio prazo. Afinal, só um masoquista acorda com vontade de sofrer. E não, não nos esquecemos das famílias. O caso delas é mais complicado porque o convívio não é direto. Mas você pode criar espaços para entendê-las, como reuniões e festas. Também pode perguntar diretamente aos pais como eles gostariam de colaborar. O próximo passo é criar um plano de relacionamento – que pode ser feito com outros colegas e com a equipe gestora. Por fim, é honesto dizer. Nem tudo está a seu alcance. A escola está na sociedade e vive situações fora do controle dela, como em zonas de conflito. De todo modo, é preciso estudar a sua escola também e se perguntar, com método, o que cabe a ela. Você vai perceber que o seu papel, dentro dessa instituição, é muito maior do que pensava – e a sua capacidade de influenciar positivamente a mudança, com outras pessoas, também. Vamos quebrar esse ciclo negativo? Se tiver ideias ou exemplos, me escreva no leandro@novaescola.org.br, Grande abraço. (REVISTA NOVA ESCOLA, dez. de 2017, edição eletrônica)

O dado ajuda a demonstrar o funcionamento da FD do professor ideal, por meio da regularidade que aponta a responsabilidade do professor e sua individualização no ambiente de trabalho, as soluções para os problemas estão sob a responsabilidade desse profissional,

que parece trabalhar sozinho, isolado. A cadeia discursiva que se forma é aquela que apaga os demais profissionais que trabalham na escola, assim como os demais atores desse cenário também aparecem passivamente, como se estivessem a mercê das decisões tomadas pelo único responsável por mudar o que não funciona: o professor. A formação discursiva também mobiliza saberes que apagam o professor como um profissional que faz parte de uma engrenagem social, de um sistema educacional, um trabalhador que está submetido às demandas desse sistema, que não depende dele. A centralidade do papel do professor nessa cena enunciativa mobiliza os saberes dessa formação discursiva que mobiliza vozes híbridas ao criar um modelo de professor que deve adotar atitudes apontadas pelas revistas para ser um professor ideal.

O dado serve de exemplo para perceber esse movimento: fala-se de um problema, lista-se os atores que podem estar envolvidos no problema e prescreve-se ao professor como agir diante dessa situação, inclusive com a sugestão de posturas práticas que devem ser adotadas para solucionar o que é apontado como problema no editorial em questão. O feixe de relações que emerge é aquele que coloca o professor no centro por ser esse o profissional para o qual a revista se destina e, ao destinar toda a responsabilidade ao docente, a publicação reforça seu lugar de produto de consumo, por meio das discussões que empreende e do modo de enunciação, que diz ao professor-consumidor como ele deve agir. Essas marcas ajudam a compreender a prática discursiva dessas publicações, por meio de prescrições e exemplos de profissionais que demonstram receitas de “como se faz”. A formação discursiva, dessa maneira, se estabelece por um jogo de repartições, que inscreve no discurso tanto o bom professor quanto seu avesso, como partes constituintes e até complementares de uma formação discursiva que legitima a revista especializada como fonte de prescrição para o profissional que consome esse tipo de publicação. Outro dado serve de exemplo para demonstrar as regularidades da FD do professor ideal:

[9] **“Espírito de Strzeminski”**

O próximo mês de outubro marca o primeiro ano do aniversário da morte de Andrzej Wajda (1926-2016), maior expoente do cinema polonês. Conhecido internacionalmente desde sua trilogia sobre os escombros do pós-guerra na Polônia, composta pelos filmes *Geração* (1954, estreia de Roman Polanski como ator), *O canal* (1957) e, especialmente, *Cinzas e diamantes* (1958), Wajda aumentou sua notoriedade com *O homem de mármore* (1977) e *O homem de ferro* (1981), já nos tempos do Solidariedade e do líder sindical Lech Walesa. Agora, deixa como última relíquia *Afterimage* (2016), sobre o artista e professor polonês Wladyslaw Strzeminski, espécie de homenagem que o ajudou a olhar-se no espelho. Pintor de vanguarda e um dos fundadores do Museu de Arte Moderna da Polônia, em Lodz, Strzeminski, assim como Wajda, não abriu mão de sua liberdade como artista. E por isso pagou caro. Nos primeiros tempos de

domínio soviético, ele era uma das figuras de referência da Escola de Belas Artes de Lodz. Era carismático, exigente e estava sempre disponível para seus alunos, ou ao menos para aqueles com gana para descobrir o que o mundo pictórico revela ou pode revelar. *Afterimage*, ou a última imagem que remanesce na nossa retina após a visão de um objeto ou paisagem, e que ali é transformada com a significação que lhe dermos, era o ponto de partida de seu diálogo com os alunos.

Mas a cultura oficial preferia que se ensinasse os padrões fixos e rígidos do realismo socialista, em que os dilemas do homem se diluíam ante o imperativo ideológico. Strzeminski, como Wajda, não se curvou. Expulso da universidade, continuou a dar aulas aos estudantes que, como ele, ousaram enfrentar os burocratas ocos do partido. Assim como ontem, a Polônia hoje anda para trás depois de anos de evolução em diversas áreas, principalmente a educação. Neste universo, não só lá como mundo afora, muita gente parece querer livrar-se dos Strzeminski que ainda resistem nas salas de aula. Avaliações padronizadas acompanhadas de prescrições pomenorizadas, uso de inteligência artificial e de novas tecnologias têm sido, muitas vezes (não sempre e não por todos), apenas um recurso para esvaziar a carreira docente. E não para auxiliar os professores a renovarem suas práticas, como muitas vezes proclama uma retórica pouco crível. Se os professores quiserem efetivamente ser respeitados – por eles próprios e pelos alunos – precisam também imbuir-se desse “Espírito de Strzeminski”. Não basta esperar pelo reconhecimento de fora e reclamar que ele não vem. É necessário acreditar no que fazem, no rigor que o conhecimento exige, naquilo que sabem que podem dar aos alunos. Caso contrário, serão vistos como incômodos apêndices. **Rubem Barros, editor** (REVISTA EDUCAÇÃO, set. de 2017, edição eletrônica)

O dado da pesquisa é escrito com base em uma narrativa sobre um professor que enfrenta grandes dificuldades na profissão, aquele que enfrenta até o Estado para dar aos seus alunos o que se considera, na narração, o melhor ensino possível e esse professor é descrito como um profissional que carrega uma tríade de adjetivos (carismático, exigente, disponível), isto é, um professor ideal. A imagem criada, de um professor que se assemelha a um herói, está a serviço de dizer aos professores como eles, que consomem as revistas, devem ser no exercício do seu trabalho. A narrativa cria uma imagem do professor e suas metodologias, que é relacionada com os professores da atualidade e do cenário que se tem no país. Importa dizer que a narrativa permite perceber o funcionamento do discurso que coloca o professor como único responsável pela resolução de problemas no seu trabalho. O título do editorial é retomado no final do texto, com a finalidade de mostrar que o exemplo do professor descrito é de um profissional idealizado, que serve de modelo para aqueles que consomem as revistas.

A analogia criada no dado mostra aquilo que é recorrente nos editoriais das revistas: a responsabilidade de resolver os problemas no contexto escolar é do professor e, para cumprir essa tarefa, é necessário que haja um profissional ideal, aquele que não se abate diante dos problemas, mas pensa em soluções (e as coloca em prática), tudo a serviço de ser um bom profissional. Não raras vezes ver-se-á, nos dados da pesquisa, o aparecimento de características como desejáveis para o profissional docente, como a atribuição de um poder

subjetivo ou a voz que deve ecoar dentro da sala de aula. Essas características, muitas vezes inatingíveis, validam a imagem de um profissional que é descrito nas revistas especializadas como um profissional ideal, que serve de modelo para os professores que consomem as revistas.

A FD do professor ideal se constitui por saberes que atribuem características aos professores que servem como exemplo, assim como se constrói também a imagem negativa, que é o avesso do professor ideal, ou seja, o professor recusado. Ressalta-se, nesse sentido, a amplitude de responsabilidade conferida ao profissional que está em sala de aula, na medida em que é individualizado para superar os problemas que se apresentam no exercício do seu trabalho. Nota-se assim que o professor ideal aparece como uma possibilidade para todos os profissionais que estiverem disponíveis para sê-lo, pois a revista apresenta a maneira de ser um profissional ideal, modelos são veiculados em todas as edições das revistas analisadas. O professor recusado, por sua vez, está inscrito pelo seu apagamento, reiterando a bipartição do lugar do professor: todos têm o poder de ser professores ideais e as revistas se propõem a ser o lugar no qual esses profissionais terão o direcionamento para ser ideais, por meio do conteúdo que veiculam e da maneira como “ensinam” ao professor como fazer seu trabalho.

O jogo de imagens permite à revista um diálogo com o professor-consumidor, pois a imagem criada dos profissionais é idealizada, portanto, inatingível, assim, a proposição da revista de prescrever soluções justifica suas vendas para aqueles professores recusados, que, no final das contas, são todos os professores que consomem as revistas, já que problemas e dificuldades na realização do trabalho docente todos enfrentam. Dessa maneira, o professor idealizado é uma imagem, mas o professor recusado é real, porque é ele que “precisa” da revista para se tornar um professor ideal. Essa é uma característica do campo midiático: oferecer ao consumidor produtos ideais, que alcancem resultados extraordinários.

Os aspectos apontados, resultados das análises dos editoriais, estão imbricados e permitem perceber a prática discursiva mobilizada nas revistas, já que os discursos não são estanques e ocorrem em um feixe de relações. Nesse sentido, é imperativo analisar como esses aspectos estão em relação para colocar em funcionamento os discursos sobre o trabalho docente e sobre sua formação. Isso mostra que os discursos se estruturam por meio da historicidade, das memórias do dizer, em que os efeitos de sentido gerados remetem ao trabalho do professor e a uma concepção de profissional idealizado, que serve de sustentáculo para a (re)produção da FD do professor ideal (e seu avesso), por meio da validação das revistas como instância de formação para o docente, que se realiza pela venda desse produto

de consumo, como lugar legítimo para discutir o trabalho do professor. Esse feixe de relações também poderá ser analisado nas capas de revista, gênero que será estudado no próximo subcapítulo.

4.2 Imagens, palavras, discursos: a constituição do trabalho docente nas capas de revista.

As capas de revista, gênero que reúne elementos verbais e não-verbais, oferecem a possibilidade de pensar no funcionamento discursivo mobilizado quando essas duas linguagens convergem e fazem com que discursos sobre o trabalho do professor emerjam. Em primeira instância, as capas de revista são o contato imediato entre a publicação e seu público e, portanto, a escolha do que estará nesse lugar respeita lógicas do mercado no qual a publicação está inserida, por meio daquilo que veicula. No caso das revistas especializadas para professores, títulos, temas e imagens estão a serviço de vender um produto que é para consumo, mas que se propõe também a ser de formação para professores. Esse lugar constituído pelas capas se estabelece como lugar de (re)produção de sentidos, que coloca em funcionamento discursos sobre o trabalho docente e sobre a formação dos professores. Pensando nesse lugar de (re)produção de discursos, os postulados de Maingueneau (1997) ajudam a compreender esse processo, por meio daquilo que o autor chama de eficácia do discurso, sobre a qual ele afirma:

O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem “ideias” que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada em uma “maneira de ser”, o imaginário de um vivido. Note-se, aliás, que esta concepção de eficácia discursiva é constantemente integrada pelos textos publicitários, que mostram de forma paroxística aquilo que provavelmente constitui a tentativa de toda formação discursiva: convencer consiste em atestar o que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo. (MAINGUENEAU, 1997, p. 48-49, grifos do autor)

Relacionando as palavras de Maingueneau (1997) com a fonte de pesquisa, é possível compreender que as capas de revista não estão apenas a serviço da venda do produto de consumo em que essas publicações se constituem. Os discursos que circulam nessas capas (re)produzem sentidos sobre os profissionais e sobre a profissão, bem como imagens a eles correlatas, que entram numa cadeia discursiva que sustenta a permanência dessas publicações no mercado de periódicos. Nesse sentido, para analisar as capas de revista, propõe-se que o olhar lançado seja sempre ampliado para os elementos verbais e para os não-verbais, demonstrando-se que os discursos são mobilizados pela materialidade linguística, mas também por construções históricas e sociais que imagens colocam em funcionamento. Para compreender esse gênero, no presente subcapítulo será proposto um percurso pelos elementos que compõem as capas de revista, com a finalidade de refletir como esses elementos se

relacionam para reproduzir discursos sobre o trabalho docente e sobre a formação desse profissional.

Considerar que as capas estão a serviço apenas do alcance desse público e à venda das revistas seria minimizar o funcionamento discursivo que esse gênero movimenta. As capas fazem parte de uma atividade discursiva mobilizada nas revistas, por meio dos temas que aborda, da maneira como esses temas são apresentados, das imagens que são escolhidas para compor, juntamente com os elementos textuais, o que permite perceber como a prática discursiva mobilizada nas revistas pode ser notada nesse primeiro contato com os professores para quem esses periódicos são direcionados. Charaudeau (2010), ao discutir imagens fixas ou animadas nos mídiuns, pontua que

[...] não é possível escapar à impressão de transparência da imagem (principalmente quando se trata de transmissão ao vivo da televisão). A imagem nos traria a realidade tal como ela existe, em sua autenticidade: essa mulher que estou vendo e que está chorando a morte de seu filho: é verdade; esses cadáveres mostrados numa carnificina: é verdade (o caso de Timisoara); essa criança palestina que morre sob minhas vistas: é verdade; esses soldados israelenses que são defenestrados: é verdade. Pode-se contestar essa transparência, mas é difícil ir de encontro à crença popular de que somos todos cúmplices: a imagem reproduz fielmente a realidade. Mas a imagem produz igualmente um efeito de *evocação*. Ela desperta, em nossa memória pessoal e coletiva, lembranças de experiências passadas sob a forma de outras imagens: tal imagem de reféns de uma guerrilha no fundo da floresta tropical despertará em mim imagens de outras capturas de reféns, que testemunhei diretamente ou não; tal imagem de pessoas de peito raquítico por detrás de arames farpados despertará em mim a lembrança de campos de concentração nazistas, mesmo que eu não os tenha visto diretamente; uma outra imagem de populações caminhando em estradas me remeterá a outras imagens de êxodo e de exílio. Esse poder de evocação da imagem vem perturbar seu efeito de transparência, pois interpretamos e sentimos a imagem, ao mesmo tempo, através da maneira pela qual ela nos é mostrada e através de nossa própria história individual ou coletiva. (CHARAUDEAU, 2010, p. 255, grifo do autor)

Embora o autor esteja discutindo imagens fixas ou animadas (aquelas veiculadas na mídia televisiva, por exemplo), sua discussão permite compreender como a mobilização das imagens constrói efeitos de verdade nos mídiuns, recuperando dizeres legitimados socialmente, como aquele que mobiliza a crença de que “uma imagem vale mais que mil palavras”. Contudo, os efeitos de verdade são mobilizados nos mídiuns como condição de sua permanência, já que a legitimação de um mídiun como confiável passa pela credibilidade que estabelece com seu público e essa relação não pode ser negligenciada, pois a escolha das imagens que estamparão as capas de revistas objetivam gerar impacto e interesse para que seu público-alvo consuma a publicação. Os efeitos de verdade mobilizados nas capas de revistas especializadas se relacionam à ilusão de transparência que as imagens constroem e à

capacidade de evocação, que leva o público a associar imagens com outras imagens formadas e (re)produzidas socialmente, conforme aponta Charaudeau (2010). Esses dois efeitos sustentam discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação, enquanto promovem o silenciamento de outros discursos sobre a profissão.

Com a finalidade de pontuar o estilo de cada uma das quatro publicações que servem de fonte para esta pesquisa, será realizada uma breve descrição da capa de cada revista, considerando-se elementos que aparecem nas capas, disposição desses elementos, para que a discussão seja realizada concebendo-se a prática discursiva das revistas, mas também notando-se aquilo que pode indiciar a lógica editorial pela maneira como os elementos são dispostos, bem como a sua escolha para compor as capas desse tipo de periódico direcionado aos professores.

As capas da revista Nova Escola têm, de modo geral, muitas informações, cores e elementos linguísticos: o nome da publicação aparece, na maioria das capas, sob uma faixa vermelha, as imagens são sempre de página inteira e se relacionam à chamada principal, mas essa chamada, na maioria das capas, vem acompanhada de outras chamadas menores. A Revista Educação também traz o nome em destaque, embora as cores das letras do título variem de acordo com os demais elementos da capa. Há uma manchete maior com uma explicação mais extensa sobre a referida matéria na capa, que já situa o leitor acerca do que será tratado. Nessa revista sempre há, acima do título, uma citação de alguém que foi entrevistado, uma frase pinçada da fala de uma autoridade em algum assunto relacionado à gestão educacional.

Na revista Presença Pedagógica, além do título da publicação, há um subtítulo (Diálogo entre universidade e educação básica para a formação do professor). É uma publicação que privilegia fotografias e, na maioria dos números pesquisados, há rostos de pessoas na capa da revista, enquanto as chamadas para as matérias não aparecem de maneira tão destacada. O mesmo estilo é reproduzido na Revista do Professor, que, além do título da publicação, utiliza um subtítulo (Para compartilhar reflexões, projetos e atividades de sala de aula), no entanto, neste periódico, o estilo adotado é de figuras, imagens em desenho que dividem espaço com as chamadas das matérias, remetendo a uma ludicidade própria da publicação. É possível perceber que esses subtítulos ajudam a construir o objetivo dessas publicações, o que serve como elemento para legitimá-las como lugares de (in)formação para os professores.

Tabela4 – Capas das quatro publicações pesquisadas

[10]	Revista Nova Escola, nº 290, de março de 2016	Revista Educação, nº 229, de maio de 2016	Revista Presença Pedagógica, nº 129, de mar./abr. de 2016	Revista do Professor, nº 122, de abr./mai./jun. de 2015
				

Fonte: Dados sistematizados para a pesquisa.

Nas capas também é possível ter acesso aos sites das revistas, que vêm logo abaixo do nome do periódico, fazendo uma ponte entre a revista impressa e o conteúdo disponibilizado no site. Do ponto de vista formal, é possível notar elementos que aparecem no jornalismo de revista: o nome destacado, a indicação de número de edição e o mês (ou meses) da edição, editora, etc. Além disso, com exceção da Revista do Professor, as demais apresentam os sites em suas capas, sempre próximos aos nomes das publicações.

A escolha de uma imagem para estampar uma capa de revista não é aleatória, ela sempre está relacionada àquilo que a publicação deseja suscitar no consumidor. Quando se trata de fotografia, até o ângulo escolhido pelo fotógrafo gera efeitos de sentido, pois é um olhar sobre um dado fato, mas é também a mobilização de saberes sociais que constroem sentidos e esses elementos podem levar o consumidor a tirar conclusões com base naquilo que é retratado, além disso, uma foto pode passar por uma série de ajustes antes de ir para uma capa de revista, um recorte, uma iluminação, uma edição que responda às demandas daquele periódico.

Importa pensar em como as capas de revista permitem discutir os sentidos imbricados e reproduzidos na relação entre texto e imagem, que podem ser vistos nesse gênero de maneira bastante efetiva. Imagens e textos, nesse sentido, significam e constroem sentidos, o que para este estudo interessa, por se considerar que imagens (aquelas estampadas nas capas de revista), juntamente com os textos que aparecem nessas capas, geram efeitos de sentido e mobilizam a prática discursiva das revistas especializadas para profissionais docentes. White (2006), em um livro direcionado a *designers*, a diretores de arte e a editores, afirma:

Desenhar capas não é um processo artístico. Nesse mercado acirradamente competitivo, cada publicação deve deixar sua marca, e a capa incorpora essa característica e ostenta esse sentido de identidade. A capa deve ter sangue-frio e ser comercial, primeiro e acima de tudo. Ela não só é a página mais vital por ser uma vitrine que representa “você”, mas também porque tem outras funções essenciais e inter-relacionadas. (WHITE, 2006, p. 185, grifo do autor)

As especificidades de cada revista, descritas anteriormente, podem estar relacionadas àquilo que o livro direcionado aos editores e *designers* (WHITE, 2006) aponta como importante: a criação de uma identidade da publicação, que possa ser vista, recuperada e (re)produzida já nas capas desse tipo de periódico. A construção da identidade de uma marca se estabelece no mercado, entre outras coisas, pela credibilidade que o produto vai adquirindo ao longo dos anos. Assim, a legitimação das revistas como um produto sólido e consolidado para a venda ocorre também pelo tempo que esse produto está no mercado.

A identidade que as publicações objetivam imprimir por meio de suas capas pode ser vista nos periódicos que servem de fonte para essa pesquisa. As imagens veiculadas nas capas das revistas especializadas estão sempre relacionadas à veiculação de discursos que legitimam essas revistas como lugares de (in)formação para professores e as capas são o primeiro contato com esse público docente, para o qual esse tipo de publicação é direcionada. O autor, que oferece ensinamentos aos profissionais, continua falando sobre as capas:

Tente descobrir o *que torna sua publicação especial e trabalhe em cima disso*. Use o pensamento racional dos negócios para definir o que é único e por isso merecedor de ênfase. Aja conscientemente ao classificar o que é importante. Cada decisão envolve concessões e tem custos ocultos, e o resultado provavelmente terá pouco a ver com “gostar” ou não em termos estéticos. É claro que você quer que a capa – e você – façam uma bela figura, mas a boa aparência é uma consideração secundária. Bons designers sabem como cumprir as exigências do negócio e ao mesmo tempo obter um resultado favorável em termos de aparência. (WHITE, 2006, p. 185, grifos do autor)

As orientações do livro são claras e chamam a atenção pelo tom prescritivo adotado: “faça dessa maneira, para alcançar tais resultados”, o que pode ser percebido pelo uso dos verbos no modo imperativo. Importante perceber como a atenção à capa é considerada essencial na constituição dos mídiuns como objeto de consumo. O *design* que a capa apresenta, juntamente com a chamada da matéria (e de matérias secundárias também) são instrumentos utilizados pela equipe de edição da publicação para criar e ampliar a capacidade de venda de um periódico junto ao seu público-alvo. O que demonstra como o mercado editorial funciona, já que não se pode perder de vista que a equipe editorial trabalha para criar elementos que mantenham a identidade da revista, que façam sentido no conjunto do produto, juntamente com as matérias da revista e que gerem atratividade nos consumidores para a

compra da publicação. Interessa para este estudo refletir sobre a maneira como essas orientações podem impactar nos periódicos que circulam socialmente e, em especial, naqueles que servem de fonte para esta pesquisa, já que essas orientações, para além dos aspectos formal e profissional que colocam em funcionamento, importam para construir imagens e representações sobre as próprias revistas.

Para empreender análises sobre as capas das revistas pesquisadas, far-se-á um percurso por regularidades observáveis, que permitam compreender o funcionamento da prática discursiva híbrida que essas publicações mobilizam. Uma primeira regularidade observável, traço presente na maioria das capas é a prescrição, uma das maneiras mais recorrentes de enunciação das revistas especializadas e é um indício da (re)produção da formação discursiva do professor ideal, que está presente nos editoriais e também aparece nas capas das revistas. O aparecimento dessa prescrição ocorre em 30 das 59 capas analisadas e surge de maneiras diversas, a saber: modelos de “como fazer”, oferecidos aos professores como planos de aula, metodologias que “dão certo”, bem como projetos implementados em escolas do país inteiro, elementos que podem servir de parâmetro para dizer ao professor como realizar seu trabalho em sala de aula. Além disso, a prescrição também aparece por meio do direcionamento que o professor deve adotar em sua carreira, de modo geral, sustentado pela noção de que o profissional docente precisa estar em constante formação.

O caráter prescritivo desses periódicos está presente nesse tipo de publicação desde a primeira revista, que estava vinculada ao *Pedagogium*, conforme apresentado no capítulo 3 desta tese. No entanto, a maneira de enunciar daquela publicação do final do século XIX diferencia daquelas que estão hoje no mercado de periódicos, já que, nos dias atuais, as revistas estão inseridas em um mercado consumidor e, portanto, as estratégias para a venda das revistas são diversificadas e, em muitos casos, o que se considera prescrição pode passar ao consumidor como necessidade, ou melhor, como um material que o professor precisa adquirir para melhorar sua prática cotidiana. O dado que segue demonstra o funcionamento da prescrição, traço recorrente da formação discursiva do professor ideal, que já foi analisada nos editoriais e que aparece também nas capas de revista, o que permite compreender que a prática discursiva nesse tipo de publicação funciona de maneira heterogênea e os diversos elementos que compõem esses periódicos, entre os quais os diversos gêneros que formam esses mídiuns, ajudam a (re)produzir discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação.

[11]



Imagem 10 – Revista do Professor, nº 121, jan., fev., mar. de 2015

O caráter prescritivo, indício da formação discursiva do professor ideal, pode aparecer como modelo de “faça assim” ou por meio de sugestões oferecidas aos professores. O que está na capa da Revista do Professor são sugestões de filmes, jogos, projetos, material a que só pode ter acesso quem adquirir o produto que está sendo vendido: a revista. É possível, dessa maneira, compreender que há um deslocamento, citado anteriormente, em relação à revista do Pedagogium para aquelas que circulam na atualidade, já que, naquela, a distribuição era gratuita, então, mesmo que já houvesse a prescrição, ela estava a serviço da manutenção do poder do Estado e, nos periódicos atuais, embora esse poder do Estado ainda seja presente, há um apelo mercadológico que impacta na maneira como a revista prescreve materiais e métodos para os professores, já que, agora, o professor precisa ter interesse em comprar a publicação.

No dado [11], é possível perceber como as revistas especializadas se propõem a ser instância de (in)formação para os professores, por meio de sugestões para o seu fazer cotidiano, oferecendo materiais de diversas ordens para o que o professor possa aplicar em sua sala de aula, direcionados a conteúdos e disciplinas específicos. Dessa maneira, é possível

perceber que esses mídiuns continuam sendo instrumentos de mobilização de poder, e o espaço que detém permite a (re)produção de discursos sobre o trabalho do professor, construindo e validando representações sobre esse profissional. Conforme apontado anteriormente, a prescrição aparece de diversas maneiras, como será possível refletir sobre o dado que segue:

[12]



Imagem 11 – Revista Educação, n.º 228, de abril de 2016.

O dado demonstra outro traço da prescrição, que se desenha por meio de “experiências bem-sucedidas” ou pela veiculação de projetos e escolas que se preocupam com o meio ambiente, por exemplo. O que emerge do dado é a busca que o professor-consumidor deve realizar para que suas experiências também sejam bem-sucedidas, bem como seus projetos possam estampar capas de revista como modelos para outros professores. A prescrição não é um simples traço que oferece possibilidades ao professor, ela funciona como mecanismo de atração àqueles que irão consumir as revistas, validam essas publicações como lugares de formação para o professor que ainda não é ideal, ao mesmo tempo que demonstra, por meio de resultados “concretos” que é possível o professor ao buscar se enquadrar em um modelo de

profissional idealizado continuar consumindo as revistas. As prescrições mobilizam imagens e crenças sobre a profissão, na medida em que direcionam o olhar do professor para aquilo que as revistas apontam como modelos que funcionam nas salas de aula ou na escola, enquanto promovem um silenciamento dos problemas da profissão e o porquê de muitas metodologias, projetos, tentativas dos professores não darem certo.

Assim, os periódicos especializados veiculam discursos que podem influenciar na constituição do professor como profissional que necessita de um produto de consumo que lhe ofereça receitas de como fazer, seja pela (re)produção de modelos de como ser e como agir em sala de aula, por meio de metodologias que “dão certo” ou planos de aula, seja pela tomada da palavra do próprio professor que declara que era assim (modelo não desejável) e agora é de outra maneira (modelo desejável). Dessa forma, a prescrição não está apenas nas metodologias, mas em como o professor deve ser e agir, pois os modelos não se restringem aos métodos, mas ao comportamento desse profissional que é (re)produzido nesses periódicos.

O dado [12], além de demonstrar a prescrição, permite perceber também outro traço do funcionamento da formação discursiva do professor ideal: a presença de autoridades, que permite emergir a confluência fronteira da prática discursiva mobilizada nas revistas, pois convoca a academia ao mídiun que objetiva vender seu produto. No dado, o aparecimento da autoridade surge acima do nome da revista, por meio da chamada que traz o nome do especialista e a discussão proposta: “Renato Janine Ribeiro: as questões centrais da educação brasileira”. Esse modo de aparecimento da voz de autoridade é recorrente na revista Educação, já que, em todas as edições pesquisadas, esse tipo de chamada se repete e, ao trazer em sua capa a palavra de um professor que já foi ministro da Educação em 2015, convoca a fronteira da academia para a cena, já que a presença de especialistas em educação reiteram, nesse contexto, como as revistas se apresentam para seu público, isto é, como um material que prescreve métodos, mas que inscreve seu lugar como apto a tratar do trabalho do professor, muitas vezes, por meio da palavra de um especialista. Na capa que segue, da revista Presença Pedagógica, a voz de autoridade é convocada por meio de um destaque maior a uma especialista em educação, com a exposição, na própria capa, da instituição a qual pertence, o que forja a identidade da publicação como lugar que discute o trabalho do professor porque está amparada nos saberes que vêm da academia:

[13]



Imagem 12 –Revista Presença Pedagógica, nº 128, mar/abr. de 2016.

A voz da autoridade mobilizada nas capas de revistas confere credibilidade ao que está sendo dito, bem como cria uma relação de confiabilidade entre a publicação e seu público. Assim, a recorrência de autoridades para dizer o que o professor deve fazer coloca em funcionamento a formação discursiva do professor ideal, por meio da mobilização da comunidade discursiva híbrida dessa prática, que vem dos especialistas da área da educação, da comunidade escolar, bem como da própria revista, constituída por profissionais que trabalham para veicular um produto de consumo que esteja no mercado, seja atrativo e que garanta sua permanência como produto de consumo confiável para o público docente. As revistas especializadas, nesse sentido, (re)produzem discursos que constroem representações sociais sobre o trabalho do professor. A formação de opiniões, nesse contexto, pode impactar na prática cotidiana em sala de aula, compreendendo que a escola é uma instituição social e os discursos e crenças sobre como o professor deve exercer seu trabalho e agir no seu fazer diário podem influenciar na maneira como esse profissional age em sala de aula, já que sua

prática se constitui socialmente e os periódicos especializados podem ser legitimados como fonte de (in)formação para o professor que compra essas revistas:

[14]

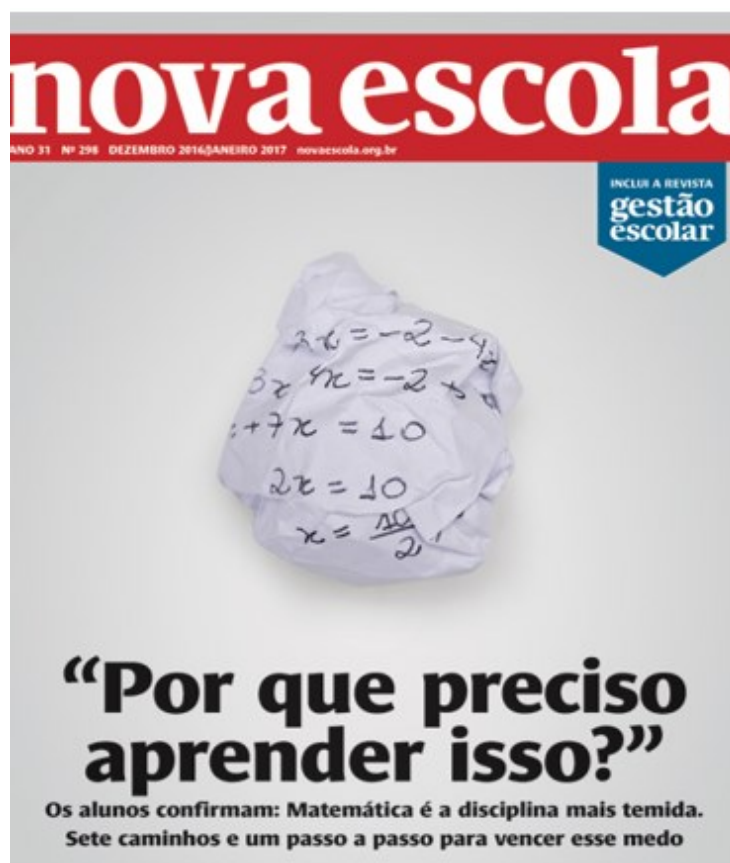


Imagem 13 –Revista Nova Escola, nº 298, dez. 2016, jan2017.

Já se falou da constituição da autoridade nas revistas especializadas, referindo-se sempre àquelas consideradas autoridades no trabalho do professor, seja por serem profissionais que discutem a educação, seja por serem professores que, ao assumirem a palavra publicamente, falam aos seus pares. A análise do dado [14], no entanto, coloca em cena uma outra voz que pode ser considerada uma autoridade nesse contexto: o aluno. O papel do aluno como agente no cenário educacional foi sendo construído ao longo dos anos em que as políticas educacionais foram apontando para essa direção, conforme discussão empreendida no capítulo 3 desta tese e interessa às revistas constituir um lugar no qual as vozes apareçam, embora não se possa perder de vista que a citação aos alunos aparece sem nenhuma referência a pesquisas ou a dados concretos, o que indicia que aquilo que é creditado aos alunos pode ser um mecanismo de atração que reafirma a revista como autoridade, pois convoca o aluno para falar do trabalho do professor. Por essa perspectiva, a revista inscreve mais o seu lugar de autoridade do que o aluno que ela sugere convocar.

A capa da revista suscita algumas reflexões. A validação daquilo que a publicação deseja veicular vem por meio do aval dos alunos, que são citados para confirmar aquilo que é dito pela revista sobre o conteúdo de matemática. Importante notar que a convocação do aluno para validar aquilo que é dito na capa da revista inscreve uma crítica ao trabalho do professor sobre a contextualização de determinado conteúdo e, portanto, inscreve também o professor recusado, aquele que é o avesso daquilo que o profissional docente deve querer ser. A bola de papel que aparece na capa da revista sugere uma rejeição dos alunos ao conteúdo de matemática. A simbologia mobilizada pela bola de papel direciona para o posicionamento de recusa que é atribuído ao aluno, mas inscreve também a recusa construída discursivamente sobre o professor não ideal (aquele que pode ser o alvo da bolinha de papel), já que para venda desse tipo de publicação importa a (re)produção de imagens de professores ideais.

A recusa dos alunos pode estar relacionada aos conteúdos (vê-se que o papel amassado tem um conteúdo de matemática), ao professor ou a qualquer outro agente ou elemento do ensino escolar, no entanto, importa refletir sobre o modo de enunciação da publicação, que coloca em funcionamento uma prática discursiva mobilizada pela formação discursiva do professor ideal, na qual há um silenciamento dos problemas da profissão e o aparecimento do aluno como ator que afronta o sistema escolar permite que a revista se isente de expor os aspectos negativos de maneira direta e utiliza a “voz” do aluno para promover esse movimento discursivo sobre a profissão. Desse modo, a publicação, ao isentar-se da crítica direta ao professor, ocupa o lugar da prescrição, por meio dos “sete caminhos e um passo a passo para vencer esse medo”, em que o medo apontado é o do aluno que teme a disciplina, embora a simbologia da bola de papel remeta mais a um comportamento de recusa e afronta do que de amedrontamento.

Ao mesmo tempo que remete a uma possível insubordinação, a imagem sugere que o aluno pode ocupar o lugar de reivindicar outros métodos, pela validação da revista, ao lançar um possível questionamento desses alunos como chamada principal da revista: “Por que preciso aprender isso?”, em que esse questionamento forja o lugar do aluno de questionador e da revista como material de consumo que se preocupa em levar para suas páginas as demandas que vêm dos diversos atores que compõem o cenário escolar. E para responder à demanda levantada pelo questionamento, a revista mostra-se ao professor como recurso pertinente para lhe dizer como reverter o quadro apresentado. A resolução vem por meio da prescrição, um modelo de como fazer, para conseguir resolver o que é apontado como problema, isto é, a revista oferece *caminhos e passo a passo* para que o professor possa

exercer seu trabalho cotidiano de maneira satisfatória, segundo o que preconiza a publicação (que é legitimada pela “voz” dos alunos).

Por meio da heterogeneidade mostrada, o periódico coloca em funcionamento a convergência das fronteiras: por promover a mediação entre a escola (representada pela “voz” do aluno) e os professores que consumirão a revista; por apresentar-se como produto de consumo atrativo, pois apresenta modos de fazer e de contornar o problema apresentado, bem como convoca outro ator da comunidade escolar a estampar a capa do periódico, fazendo emergir a fronteira da academia, por meio dos desafios da profissão. O aluno, um ser genérico e imaginado, que atende ao objetivo da revista de gerar efeitos de verdade sobre aquilo que veicula, serve de autoridade para (re)produzir discursos sobre ensino e a revista se coloca como produto que valoriza aquilo que o aluno diz e, portanto, (re)produz uma imagem positiva sobre aquilo que publica, retomando aquilo que White (2006) afirma sobre a identidade da publicação que é (re)produzida pelas capas que coloca em circulação.

A constituição da autoridade, dessa maneira, mostra-se um indício da formação discursiva do professor ideal, na medida em que essas autoridades também mobilizam a prescrição e dizem ao professor como ser para se tornar um profissional ideal. O pano de fundo sobre a questão da autoridade é que as próprias publicações especializadas se apresentam como autoridades para discutir sobre o trabalho do professor e sobre sua formação e assumem esse lugar de instância de (in)formação para veicular discursos e representações sobre o trabalho docente. Dessa maneira, nota-se que a constituição de autoridades como especialistas ou mesmo remetendo ao aluno funciona como mecanismo de validação da própria publicação como lugar legítimo no qual discussões sobre a profissão docente podem ser empreendidas e essa constituição se consolida pelo tempo de permanência que essas publicações estão no mercado (todas as revistas publicadas estão há mais de 20 anos no mercado de periódicos).

Entre as regularidades observadas que possibilitaram análises do funcionamento discursivo nas revistas, vê-se também a imagem criada para representar o professor: uma imagem humana que representa o profissional docente e que aparece nas revistas, um rosto para a profissão e parece claro que esse rosto aparecerá como aquele de alguém feliz, um profissional satisfeito por exercer a docência. Baudrillard (1995), ao tratar da sociedade de consumo, afirma que esse consumo é mobilizado pela noção de felicidade, segundo a qual,

A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para a realizar por si mesmo. Advém-lhe, socio-historicamente, do fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o *mito da Igualdade*. Toda a virulência política e sociológica, com que este mito se

encontra lastrado desde a Revolução Industrial e as Revoluções do séc. XIX, foi transferida para a Felicidade. (BAUDRILLARD, 1995, p. 47, grifo do autor)

Traçando um paralelo entre os postulados de Baudrillard (1995) e as revistas especializadas, é possível perceber que a noção de felicidade é estampada na capa dessas publicações⁴⁴ por meio daquilo que se concebe ideal para ser a imagem profissional (re)produzida nessa prática discursiva. Nas fotografias que estampam as capas, pessoas aparecem sempre sorrindo ou com semblante de satisfação. A (re)produção da felicidade mobilizada nas capas das revistas permite compreender como imagens remetem a outras imagens, a dizeres e a discursos. Nesse sentido, estampar suas capas com pessoas em situação de satisfação gera efeitos de verdade sobre a profissão docente, por meio da (re)produção de imagens que promovem um silenciamento dos problemas da profissão, por exemplo.

A projeção de profissionais felizes recupera traços discursivos que apontam o professor como profissional satisfeito por sua resignação, pela vocação para o exercício do trabalho, mesmo quando se depara com situações de difícil resolução, aquele que enfrenta qualquer adversidade que possa se apresentar no efetivo exercício da profissão. Estampar suas capas com profissionais felizes interessa às publicações especializadas porque vende, cumpre o objetivo mercadológico de tornar o produto atrativo, já que os professores que aparecem felizes criam um jogo de espelhos com aqueles que consomem as revistas, que precisam consumir as revistas para serem felizes também. A imagem que segue demonstra como a “felicidade da profissão” aparece nas capas das revistas:

⁴⁴ Das 59 capas analisadas, 25 apelam para um cenário de felicidade, satisfação no ambiente escolar. Nesse universo de 25 capas estão também cenários com desenhos representando situações do cotidiano escolar em que se nota a “felicidade” em primeiro plano. Ressalta-se que nas 34 capas restantes, apenas 3 contêm pessoas que não demonstram felicidade, nas demais, as capas são ilustradas com imagens ou desenhos sem a presença de pessoas (reais ou animadas).

[15]



Imagem 14 – Revista Nova Escola, nº 306, outubro de 2017

A felicidade discutida por Baudrillard (1995) pode ser recuperada nas capas de revistas especializadas pelas representações profissionais que (re)produzem: professores ideais que, inseridos em um mercado de trabalho, encontram soluções para resolver problemas (mesmo aqueles que não dizem respeito ao seu trabalho) e podem estampar seus rostos satisfeitos nas capas de revista. A capa elenca dez professores descritos como profissionais de coragem por “ensinar diferente”.

O substantivo coragem, em letras maiúsculas, cor e tamanho destacados, remete ao sentido da palavra, que é uma característica atribuída aos profissionais que têm sua foto na capa da revista. Ao mobilizar o substantivo relacionado à imagem, a publicação sugere um enfrentamento, ter coragem significa enfrentar e, nesse cenário, professores enfrentam a si mesmos, por meio daquilo que a revista nomeia de “ensinar diferente”. A imagem construída e (re)produzida é a de professores que estão em confronto consigo e com seus pares que ainda não têm a coragem para promover um ensino diferente e, dessa maneira, poder estampar a capa da revista. A utilização do substantivo ousadia reitera esse enfrentamento e remete à coragem, ser ousado é apresentar-se em uma publicação de circulação nacional declarando a

coragem de adotar outras metodologias. A felicidade na profissão se relaciona, nesse sentido, ao enfrentamento que o professor empreende sobre si mesmo, um profissional que enfrenta o outro pela bipartição que essa representação mobiliza: professores ideais (e felizes) enfrentam a si mesmos, porque foram ousados para “ensinar diferente”; professores ideais confrontam professores recusados (professor-consumidor), mostrando-lhes como podem ser felizes na profissão, por meio dos modelos que a revista apresenta como ideais.

As escolhas lexicais, que recuperam um traço da formação discursiva do professor ideal que aparece também nas análises de editoriais, permitem perceber o funcionamento da prática discursiva nas publicações especializadas, já que essas escolhas lexicais não são aleatórias, mas estão a serviço de causar impacto no leitor, enquanto (re)produzem efeitos de sentido sobre a profissão. (Re)produz-se, dessa maneira, o mito da felicidade na profissão, um ideal com personagens, lugares, atitudes que estão nas capas de revistas, mas que, dificilmente, tornam-se realidade no cenário real do fazer docente, embora seja esse um sustentáculo para a permanência das revistas no mercado, a noção de que se chega à felicidade na profissão quando segue os passos indicados pelo periódico.

Pensar nessas publicações como uma prática discursiva híbrida, na qual convergem saberes da academia, da mídia e do mercado é pensar que as capas de revista respondem a demandas vindas dos três lugares discursivos (academia, mídia e mercado) e que os discursos que circulam nessas capas permitem compreender o funcionamento da comunidade discursiva, conforme os postulados de Maingueneau (1997), que emerge nas capas das revistas. Baronas (2011) afirma que

[...] o trabalho do sujeito com e sobre a linguagem, mesmo sendo condição necessária para a constituição do princípio de autoria, não é suficiente, pois todo discurso para se legitimar deve se inscrever “na ordem do enunciável”, não só na ordem da língua, embora se realize nela. Ou seja, nem todos os sujeitos têm o direito de enunciar tudo o que querem, a todo momento, em todo lugar. (BARONAS, 2011, p. 78, grifo do autor)

As revistas especializadas mobilizam um modo de enunciação que, concordando com as palavras de Baronas (2011), estão na ordem do enunciável, mas, no caso dessas publicações, a “autorização” para dizer o que se diz ou para quais sujeitos será dada a palavra pública é estabelecida pelo periódico e respeita uma ordem social, pois são considerados aptos a tomar a palavra publicamente aqueles que são legitimados como autoridades no assunto. A capa, como um conjunto misto de elementos verbais e não-verbais, (re)produz imagens de professores ideais (aqueles que têm coragem para ensinar diferente e ousadia para colocar em

prática novas metodologias), bem como professores que não são ideais, pois continuam praticando o ensino que esses professores que estampam a capa da revista recusam.

Nesse contexto, a publicação se coloca como o lugar de coragem também, pois (re)produz a imagem (e as metodologias) de professores que fazem diferente e, portanto, são profissionais ideais. Tudo isso é colocado em funcionamento na “edição especial” da revista, veiculada no mês dos professores, o que contribui para a reprodução de imagens do profissional e da profissão, já que esse é um mês no qual a profissão ganha maior visibilidade, portanto mês propício para a reprodução de imagens de profissionais ideais, que resolvem sozinhos os problemas da profissão, por meio de metodologias inovadoras, que são veiculadas nesse mídiun.

O mito da felicidade, (re)produzido nas capas de revista por professores que demonstram satisfação na profissão, faz emergir a representação de profissionais que enfrentam a si mesmos e a qualquer outro obstáculo para ser felizes na profissão e os efeitos de verdade que se constroem por meio dessa felicidade (re)produzida nas capas de revista também podem ser vistos em outra regularidade da formação discursiva do professor ideal, em que esse profissional aparece único agente de mudança para qualquer contexto que se apresenta em seu trabalho, aquele que pode lutar contra qualquer situação adversa para exercer sua profissão, regularidade também apontada nas análises realizadas nos editoriais das revistas. A capa que segue demonstra como os interesses mercadológicos e midiáticos se sobrepõem às demandas da profissão, quando é possível ver que uma tragédia ocorrida em Minas Gerais, no ano de 2015, e ocasionada pelo descaso da empresa Samarco Mineração, que faz parte do Grupo Vale, funciona como mecanismo para a venda de revistas, por meio do argumento de que “a lama” possibilitou o aparecimento de um professor que enfrentou o cenário adverso e transformou sua realidade:

[16]

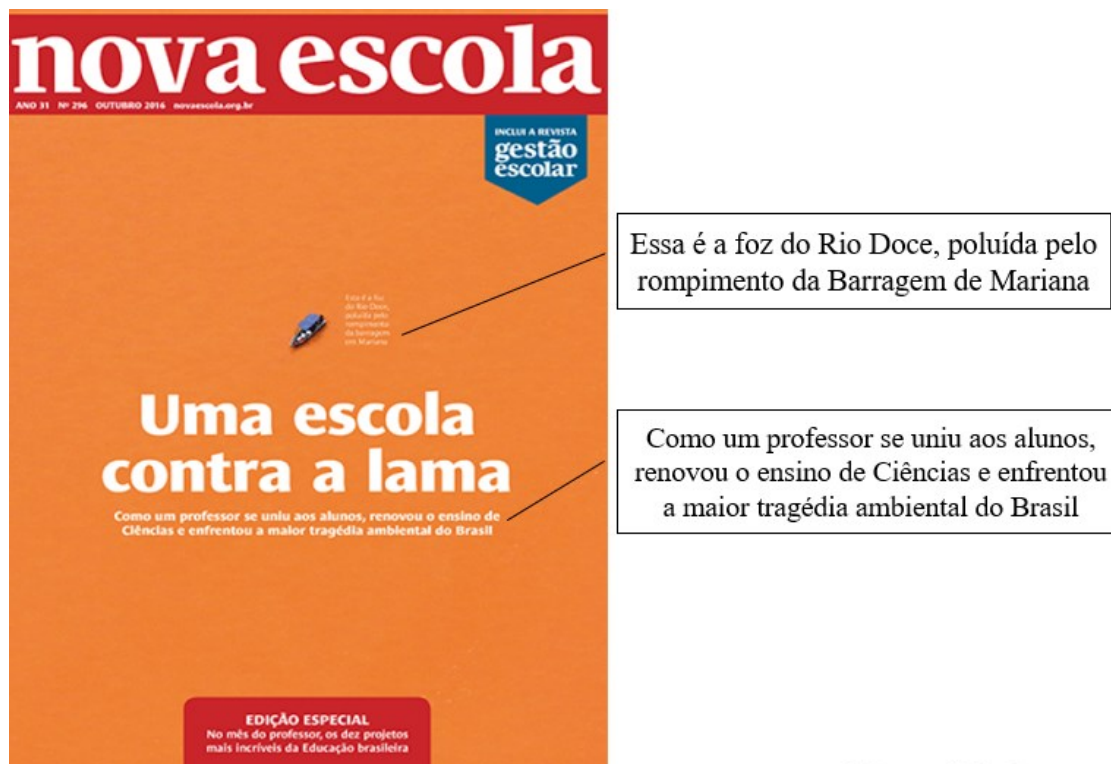


Imagem 15 – Revista Nova Escola, nº 296, de outubro de 2016

Nota-se, na capa da revista, elementos linguísticos e imagéticos que têm a finalidade de mostrar, em primeiro plano, um exemplo de superação de um professor, diante de um cenário totalmente adverso. O elemento que gera o primeiro impacto no consumidor é o “mar de lama” que ocupa toda a capa da revista, o barco que aparece na imagem demonstra a amplitude da lama que é acompanhada do texto “Essa é a foz do Rio Doce, poluída pelo rompimento da Barragem de Mariana”, isto é, além da utilização de um pequeno texto, que remete a um conhecimento partilhado em sociedade, a imagem, aliada ao texto, convoca a memória de um crime ambiental que vitimou pessoas e destruiu a natureza na região.

Percebe-se, na capa, que há um apagamento dos responsáveis pela tragédia, não são citados os culpados pelo ocorrido e, ao apontar como “tragédia ambiental”, direciona-se o olhar para a consequência, silenciando as causas. Ao descrever o fato promovendo esse deslocamento de olhar, a revista silencia que, na verdade, não ocorreu uma tragédia ambiental, mas um desastre ocasionado pela negligência de uma indústria que privilegiou interesses econômicos e vitimou pessoas, causando impactos ambientais sem precedentes e suas consequências para a natureza e para os moradores permanecerão por muitos anos. Ressalta-se que não se está questionando a capacidade do professor de enfrentar situações adversas, mas esse modo de enunciação demonstra o funcionamento da lógica do mercado, que privilegia a venda do produto, mesmo que para isso precise lançar mão de um fato com

consequências seríssimas e que se sobrepõe a outras demandas. O direcionamento para a atuação de um professor “eleito” para superar as consequências do crime ambiental sem mencionar seus responsáveis sustenta também o apagamento do sistema de ensino como um todo, já que o professor é descrito como agente único da mudança.

Nota-se que o silenciamento funciona como mecanismo de aproximação da publicação com seu público-alvo, pelo exemplo dado de um professor idealizado e pela validação da própria publicação como lugar de formação para esse profissional, pois “ensina” ao docente como enfrentar situações adversas de qualquer magnitude. A capa mostra que as revistas especializadas respondem à voracidade de um mercado que visa o lucro e que é capaz de utilizar-se de uma negligência motivada pelo descaso de uma multinacional como mecanismo para a venda de seu produto. O deslocamento do olhar para “a lama” e não para suas causas, bem como para o “professor que enfrenta a lama” respondem a uma demanda do mercado e que é mobilizada pelo trabalho da editoria das revistas, em que se pode notar que está em jogo a habilidade de vender o produto, mesmo que para isso seja necessário utilizar-se de uma falácia, já que um professor não é capaz de enfrentar as consequências de um ocorrido como esse sozinho, em especial, porque está-se falando de um crime ambiental ocasionado por interesses econômicos que nem o Estado combateu.

Ao lançar o olhar para o professor que “enfrenta a lama”, a revista (re)produz a imagem de um profissional idealizado, que combate as consequências dos problemas enfrentados em sala de aula, sem que as causas para esses problemas sejam convocadas para a discussão. Esse tipo de professor é aquele que serve de personagem para a (re)produção do mito da felicidade, discutido anteriormente. São os professores que superam qualquer obstáculo, independentemente do tamanho, como é possível ver no dado [16], que podem servir de exemplo e externalizar sua “felicidade” em ser professor, sem que os problemas da profissão sejam pontuados, discutidos e sobre eles se reflita sobre a profissão.

A capa mobiliza discursos sobre a profissão e sobre o profissional docente, trazendo saberes da formação discursiva do professor ideal, que enfrenta os problemas da profissão por um esforço individual, quando há um apagamento de que esse profissional está inserido em um contexto educacional que deixa de ser mencionado no momento em que ele é apontado como agente único da mudança. Isso pode ser demonstrado pelo contraste entre o título e o subtítulo, em que o título aponta *a escola* contra a lama, mas o subtítulo convoca o leitor a conhecer “um professor que se uniu aos alunos, renovou o ensino de ciências e enfrentou a maior tragédia ambiental do Brasil”.

A escola, dessa forma, que seria a inscrição do sistema na capa da revista, cede lugar ao professor, que é descrito como único agente da mudança. A representação idealizada do professor redimensiona o sentido da escola que aparece na manchete, pois ao (re)produzir a imagem desse professor, a escola fica restrita a esse professor e seus alunos e não mais a uma instituição de ensino, que faz parte de um sistema educacional constituído, com profissionais, métodos, políticas públicas e comunidade escolar, elementos apagados quando o professor é descrito sozinho, individualizado. Ele e seus alunos, em um cenário imaginado, “combatem” qualquer adversidade. Ao deslocar o olhar para o professor como único agente da mudança, a publicação atribui a esse profissional toda a responsabilização sobre as demandas da profissão e de fora dela, como é possível notar no dado, que utiliza um crime ambiental como mecanismo para a (re)produção de imagens de professores ideais.

O texto do subtítulo constrói uma imagem positiva do professor citado, quase de um super-herói, ao passo que coloca outros profissionais que não enfrentam situações adversas com o mesmo empenho como professores não ideais. A situação adversa apresentada, que representa o professor como super-herói, também recupera o caráter inalcançável do professor ideal, já que a situação descrita é impossível de ser alcançada, pois uma escola não tem condições de enfrentar, isoladamente, as consequências de um crime ambiental, tampouco, um professor pode enfrentar “a lama” sozinho, como afirma a capa do periódico. Emerge, no dado, uma prática comum do mercado, que é a venda do sucesso inalcançável. A lógica do mercado perpassa pelo oferecimento de produtos que promovem a felicidade imediata, seja pela aquisição de bens, produtos e serviços diversos e veicula a ilusão de que o produto ofereça caminhos para resolver problemas que não têm solução, da mesma maneira que a revista especializada propõe-se a oferecer ao professor maneira de enfrentar qualquer problema da profissão.

Vê-se que há um deslocamento tão grande de sentido, que o crime ambiental se torna argumento para que a publicação possa (re)produzir imagens de professores ideais, como se o ocorrido tivesse servido para o surgimento de histórias de superação na profissão, por meio de professores que podem estampar seus depoimentos na capa da revista. A imagem do profissional ideal aparece, no caso do dado [16], por meio de representações: pode-se relacionar o barco, que aparece sozinho no meio da lama, com o professor que é apresentado como modelo de profissional, mas que está sozinho, pois é ele, junto com seus alunos, aquele que pode enfrentar qualquer adversidade, representada pelo mar de lama que ocupa toda a capa. Importante notar também que esse professor não aparece na capa, sua imagem física não

está entre os elementos que compõem a chamada da revista, o que demonstra o funcionamento do mercado de periódicos, que privilegia imagens que causam impacto no leitor para vender seu produto.

Além dos aspectos citados, outro merece atenção nesta análise: o fato de a edição ser do mês de outubro aponta para discursos que legitimam esse como o “mês do professor”, dessa maneira, oferecer ao público um professor que supera as dificuldades gera um apagamento dos problemas enfrentados pelos profissionais docentes, pois ao que parece, as soluções dependem somente da boa vontade do professor de enfrentar aquilo que se apresenta no seu ambiente de trabalho, inclusive, um desastre com consequências ambientais gravíssimas. Na materialidade linguística e iconográfica, é possível ver também que não há, nessa capa, anúncio de outras matérias, apenas a chamada na parte inferior da capa, para “os dez projetos mais incríveis da Educação brasileira”, com texto centralizado e padrão de cores igual ao título da revista, o que demonstra que, mesmo em tamanho menor, a chamada compõe um todo que constrói a imagem do professor ideal, por meio do superlativo de superioridade do adjetivo incrível, em que se (re)produzem imagens e representações. Ressalta-se também que, no mês dedicado aos professores, tem-se uma “edição especial”, com exemplos de profissionais que estão na revista por serem destaques em sua profissão.

A individualização do professor, indício da formação do professor ideal, aparece com maior frequência nas capas da revista Nova Escola, o que é importante de ressaltar, pois essa é, entre as publicações pesquisadas, a com maior representatividade no mercado, pelos números que apresenta nas vendas e pelo tempo que está no mercado de periódicos. Ao lado disso, existe uma outra maneira de inscrição do professor, mais comum nas três outras publicações: seu apagamento. Esse outro traço da formação discursiva do professor ideal pode parecer, em princípio, o avesso da inscrição do professor-herói, no entanto, o que parece ocorrer é um movimento discursivo deslocado, mas que (re)produz efeitos de sentido semelhantes sobre o professor. Por um lado, há uma representação do profissional com características sobre-humanas, que é feliz na profissão e enfrenta sozinho as adversidades profissionais e sociais. Por outro, há um profissional apagado pelas demandas da profissão e esse lugar secundário do professor indicia como as representações desse profissional refratam a constituição do seu trabalho nas revistas especializadas. Ambas as representações (individualização e apagamento) funcionam como mecanismo para a venda de revistas. A tabela que segue contém chamadas de capa das quatro revistas pesquisadas, que podem demonstrar como existe um movimento de aparecimento/apagamento do professor. Note-se

que nas revistas Educação, Presença Pedagógica e Do Professor, o trabalho do professor está inscrito, mas esse profissional é pouco ou nunca citado, diferente da revista Nova Escola, em que há uma convocação direta ao profissional docente:

Tabela 5 – Chamadas das capas das revistas (títulos e subtítulos em destaque)

REVISTA NOVA ESCOLA	
Edição	Título/subtítulo na capa
nº 289, fevereiro de 2016	Olimpíadas na sua aula: os Jogos Rio 2016 estão chegando! Da pré-escola ao 9º ano, oito propostas campeãs.
nº 290, março de 2016	De olho na formação: Analisamos as novas licenciaturas e cursos para você aprimorar seu caminho
nº 291, abril de 2016	Há um aluno aqui. Por que não o vemos? Ele não é o melhor nem o pior. Cinco estratégias para enxergar um estudante invisível
nº 292, maio de 2016	Alfabetização sem guerra: os métodos rígidos fracassaram. Saiba o que realmente funciona para ensinar a ler e a escrever.
nº 293, jun./jul. de 2016	Ideologia: a realidade pode ser vista de várias formas. Mostra-las é o caminho para ensinar a pensar por conta própria.
nº 294, agosto de 2016	Marcos tem microcefalia. Uma família que o escolheu. E, agora, vai à escola. Aprenda com ele sobre inclusão
nº 295, setembro de 2016	Feminismo: como suas alunas estão mudando a escola
nº 296, outubro de 2016	Uma escola contra a lama: como um professor se uniu com alunos, renovou o ensino de Ciências e enfrentou a maior tragédia ambiental do Brasil
nº 297, novembro de 2016	Desate os nós da sua cabeça: Depressão, ansiedade e burnout: caminhos para prevenir, histórias para se inspirar
nº 298, dez de 2016/jan de 2017	“Por que preciso aprender isso?” os alunos confirmam: Matemática é a disciplina mais temida. Sete caminhos e um passo a passo para vencer esse medo.
nº 299, fevereiro de 2017	Inovação na educação: como usar as novidades mais promissoras em sua aula
nº 300, março de 2017	300 dias para mudar sua vida: Desmotivação. Falta de tempo. Salário baixo. Indisciplina. Conheça práticas concretas para resolver grandes problemas até o fim do ano
nº 301, abril de 2017	Discutir sem agredir: do Facebook ao vestibular, argumentar é essencial. Ensine a turma a opinar sem violência
nº 302, maio de 2017	A fé e a escola: falar sobre o tema ainda é tabu. O espaço – e o limite – da religião no ensino
nº 303, jun./jul. de 2017	O castelo de cartas da Base: a delicada construção coletiva que sobreviveu ao vendaval de dois presidentes
nº 304, agosto de 2017	Como vencer o ódio: 33 estratégias para enfrentá-lo na escola e nas redes sociais
nº 305, setembro de 2017	O aluno por trás do laudo: TDAH, ansiedade, dislexia...para além do diagnóstico, você pode ajudar todo mundo a aprender. Saiba como
nº 306, outubro de 2017	Coragem: 10 professores e a ousadia de ensinar diferente
nº 307, novembro de 2017	Por que esperamos menos dela? Alunas e alunos negros aprendem menos quando não acreditamos no potencial deles. Descubra como mudar isso
nº 308, dez de 2017/jan de 2018	Vamos reconstruir essa parceria: quatro casos reais mostram que é possível superar a tensão e aproximar pais e professores
REVISTA EDUCAÇÃO	
Edição	Título/subtítulo na capa
nº 225, janeiro de 2016	Autoridade questionada: anseio dos jovens por maior participação realça a fragilidade de modelos hierárquicos tradicionais. Cenário é oportuno para refletir sobre o caminho a ser trilhado na construção de novas formas de relacionamento entre alunos e docentes.
nº 226, fevereiro de 2016	Onde encaixar o papel da escola: em meio à velocidade dos tempos atuais, as instituições de ensino são cada vez mais cobradas pela sociedade. Mas, na maioria das vezes, não é a formação dos indivíduos que está em pauta, e sim uma visão utilitarista da educação, vista como meio de responder a problemas exteriores a ela.

nº 227, março de 2016	Burocracia: ela deveria ajudar a organizar e a dar inteligência aos processos de gestão. Mas a percepção geral é de que se trata de uma trava à criatividade, à inovação e à autonomia de docentes e gestores da educação.
nº 228, abril de 2016	Inclusão pra valer: embora esteja em ascensão nas estatísticas oficiais, a integração de alunos com deficiência em salas de aula regulares ainda precisa melhorar. Experiências bem-sucedidas mostram como é possível fazer isso.
nº 229, maio de 2016	Competências para o diretor: pesquisas indicam que o gestor escolar é um dos principais fatores de sucesso para a aprendizagem do aluno. Mas, em tempos de gestão democrática e novas demandas, é preciso redesenhar a função.
nº 230, jun./jul. de 2016	O distante lugar da leitura: apesar da meta de universalização até 2020, apenas 40% das escolas brasileiras contavam com bibliotecas até 2014. Situação é apenas um dos indícios da falta de efetividade das políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil.
nº 231, agosto de 2016	Correndo atrás das metas: dois anos depois de homologado, Plano Nacional de Educação está com seis das 20 metas e várias estratégias em atraso.
nº 232, setembro de 2016	A potência do experimentar: como o uso da tecnologia e a ideia de aprender por meio da criação de protótipos têm ajudado os alunos em seu cotejo cotidiano com os desafios do conhecimento.
nº 233, outubro de 2016	O difícil exercício da liberdade: em tempo de polarizações, a afirmação da dimensão ética da educação pode ajudar estudantes e sociedade a dar um passo além dos condicionamentos normativos, levando-os a escolhas decorrentes de reflexão mais profunda.
nº 234, novembro de 2016	[Ensino Médio] Entre trilhas e encruzilhadas: em princípio, ideia de flexibilização da etapa é bem aceita. Porém, apresentação da proposta via Medida Provisória, indefinições sobre vários aspectos e a possibilidade de provocar mais desigualdade são barreiras para sua aprovação.
nº 235, dezembro de 2016	Vinte anos de Diretrizes e Bases: mesmo após ter passado por mais de 30 alterações desde a sua sanção, a lei maior da educação ainda não foi totalmente implementada. E restam divergências sobre a necessidade de ser mais específica ou de apenas responder a grandes princípios.
nº 236, jan./fev. de 2017	O desafio do crescimento: num setor cada vez mais competitivo, escolas privadas se veem obrigadas a profissionalizar a gestão para sobreviver. Grandes investidores apostam na educação básicas como a próxima “bola da vez” para fusões e aquisições.
nº 237, março de 2017	[A hora dos] Mestrados profissionais: na área educacional, ofertas de cursos da modalidade quintuplicou entre 2012 e 2016. Maior aproximação entre teoria e prática tem favorecido escolha para aperfeiçoamento da formação de gestores educacionais e professores.
nº 238, abril de 2017	Um mar de dados à procura de sentido: comparável aos melhores do mundo, sistema de informações da educação brasileira capitaneado pelo Inep busca o caminho da transparência pública e da efetividade para a melhoria dos resultados educacionais.
nº 239, maio de 2017	Um caminho desconhecido: marcados por altos índices de reprovação, evasão e distorção idade-série, os anos finais do ensino fundamental são o ponto crítico da educação básica. Muitos dos problemas resultam da passagem do fundamental I para esta etapa, com mudanças bruscas para alunos, docentes e pais.
nº 240, jun./jul. de 2017	A base volta à cena: divulgação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular expõe divergências em relação à alfabetização e à educação infantil.
nº 241, agosto de 2017	Os caminhos para a escolha certa: na hora de contratar, colégios optam por processos mais estruturados para identificar professores com perfil adequado e diminuir a rotatividade da equipe.
nº 242, setembro de 2017	Gestão baseada na análise de dados: com a avalanche de informações disponíveis, Data Analytics e Business Intelligence têm se tornado instrumentos frequentes para uma boa gestão escolar.
nº 243, outubro de 2017	O iluminador dos caminhos: cada vez mais, o coordenador pedagógico tem adquirido um papel mais central na articulação entre formação continuada e a aprendizagem dos alunos.
nº 244, novembro de 2017	Sua excelência, o professor: pesquisa exclusiva Data Popular/Educação mostra que encontrar bons docentes é o maior desafio para gestores de escolas privadas.

nº 245, dezembro de 2017	Ensino de ciências em xeque: como fazer com que alunos construam hipóteses para interpretar o universo.
REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA	
Edição	Título/subtítulo na capa
nº 127, Jan./Fev. 2016	Escola Inclusiva: o direito de aprender
nº 128, Mar./Abr. 2016	Alfabetizar com esperança: Entrevista: Francisca Maciel, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – Ceale/FaE/UFMG
nº 129, Mai./Jun. 2016	Cultura da infância: do livro de imagem ao Youtube
nº 130, Jul./Ago. 2016	Primavera secundarista: jovens e o direito à educação
nº 131, Set./Out. 2016	Ciências para crianças
nº 132, Nov./Dez. 2016	Televisão e consumo na infância
nº 133, Jan./Fev. 2017	Cinema no ensino médio
nº 134, Mar./Abr. 2017	Edição especial: professores relatam suas inspiradoras práticas de sala de aula.
nº 135, Mai./Jun. 2017	Cidade educadora ⁴⁵ : jardins, praças, feiras e museus...todo espaço público pode ser um lugar de aprendizagem.
nº 136, Jul./Ago. 2017	Criança e espaço escolar: interações e brincadeiras vivenciadas em ambientes acolhedores, seguros e estimulantes.
nº 137, Set./Out. 2017	Edição especial: há uma década a seção “Educar o Olhar” promove a leitura de imagens, de telas de cinema, audiovisual, computador e celular.
nº 138, Nov./Dez. 2017	PIBID: formação continuada que articula teoria e prática, pesquisa e ensino para professor da escola pública
REVISTA DO PROFESSOR	
Edição	Título/subtítulo na capa
n.º 122, Jan./Fev./Mar. de 2015	Samba na creche: crianças da comunidade da Mangueira, RJ, participam de projeto sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
n.º 122, Abr./Mai./Jun. de 2015	Rádio na escola: alunos atuam como repórteres, âncoras e técnicos de áudio.
n.º 123, Jul./Ago./Set. de 2015	Romantismo no bordado: <i>A Moreninha</i> , romance de Joaquim Manoel de Macedo, inspira adolescentes em um projeto que envolve leitura, cinema e trabalhos manuais
n.º 124, out./nov./dez. de 2015	Piratas na escola: a imagem da caveira em roupas e brinquedos foi o ponto de partida para um projeto sobre cultura e consumo na infância
n.º 125, jan./fev./mar. de 2016	Atividade prática: sala de aula é transformada em laboratório e estudantes fazem extração de DNA e RNA
n.º 126, abr./mai./jun. de 2016	Estudo do universo: atividades lúdicas motivam alunos a aprender sobre o cosmos

Fonte: Dados sistematizados para a pesquisa.

A tabela demonstra como na Nova Escola há a busca de uma relação direta com o professor, por meio da maneira como a revista convoca o professor, prescrevendo modelos de como fazer. Por meio dos títulos expostos na tabela, vê-se, predominantemente, a busca direta da interação com o professor-consumidor, que é inscrito como interlocutor da publicação e essa inscrição pode ser vista na superfície textual, pelo modo de enunciação, que privilegia a utilização de pronomes possessivos (*sua sala, suas alunas, sua vida*), sempre estabelecendo contato com o público-alvo. Além disso, o pronome *você*, direcionado aos professores que consumirão a publicação, também aparece para demarcar o tom interativo empreendido,

⁴⁵ O conceito de Cidade Educadora é discutido por teóricos da Educação, entre eles, Gadotti (2006) afirma que esse conceito diz respeito à “cidade, como espaço de cultura, educando a escola e todos que circulam em seus espaços, e a escola, como palco do espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e de competências” (GADOTTI, 2006, p. 134). Nesse sentido, é possível perceber como as revistas especializadas procuram ocupar o lugar de discussão sobre temas abordados na academia. Esse movimento faz perceber as relações discursivas que fazem emergir a fronteira entre o mercado e a academia.

recuperando uma regularidade apontada na análise dos editoriais. Outro mecanismo de aproximação com o leitor é uso do imperativo (*saiba, aprenda, ensine, descubra*) que indicia a prescrição aos professores, mas também uma aproximação com o consumidor. A proximidade entre a publicação e seu público também ocorre pelo uso da primeira pessoa do plural (*vemos, esperamos*), que gera um efeito de compartilhamento, de envolvimento entre os interlocutores.

Quando se analisam as chamadas de capas das outras três revistas, nota-se que são apontados projetos, demandas do mercado de trabalho, necessidades dos alunos, mas o professor como agente no cenário educacional pouco aparece. Nessas publicações, os modos de apagamento do professor ocorrem pela sua inscrição em terceira pessoa, isto é, fala-se sobre o professor, mas não com o professor, como ocorre de maneira mais direta na Nova Escola. Além disso, os alunos podem aparecer em primeiro plano, como ocorre em “Estudo do Universo: atividades lúdicas motivam alunos a aprender sobre o cosmos”, em que se direciona o olhar para a aprendizagem, mas o professor não é mencionado. Do modo como é apresentada na capa, a motivação dos alunos vem das atividades e não dos professores que as produz, propõe e medeiam a aprendizagem. Esse movimento demonstra o funcionamento de uma prática híbrida e heterogênea, que constrói imagens difusas do professor, ao mesmo tempo que são essas imagens que sustentam os discursos sobre a profissão.

As imagens construídas, legitimadas e (re)produzidas nas revistas mostram a refração do trabalho docente, em que o professor ora aparece como único agente de mudança, ora aparece como profissional que pode ficar em segundo plano. Em ambas as inscrições, o trabalho do professor se constitui com saberes da formação discursiva do professor ideal, um professor imaginado, uma representação que (re)produz discursos sobre a profissão, mas refrata a imagem do profissional, pois é uma imagem que serve às demandas do mercado para a venda das revistas. A fragmentação da imagem do professor gera efeitos de verdade sobre seu trabalho e sobre sua formação e permite emergir a fronteira híbrida da prática discursiva das revistas especializadas: o mercado que utiliza essa imagem para vender seu produto, a mídia que gera efeitos de verdade pela mediação entre a formação do professor e esse profissional, bem como a academia, que é convocada e inscrita por meio da própria presença do professor. A capa que segue, da revista Educação, ajuda a compreender como texto e imagens convergem para colocar em funcionamento discursos sobre o trabalho do professor. Elementos que emergem, em primeiro plano, bem como aqueles que aparecem de maneira

sutil importam e ajudam a construir representações sobre o trabalho do professor e sobre sua formação:

[17]

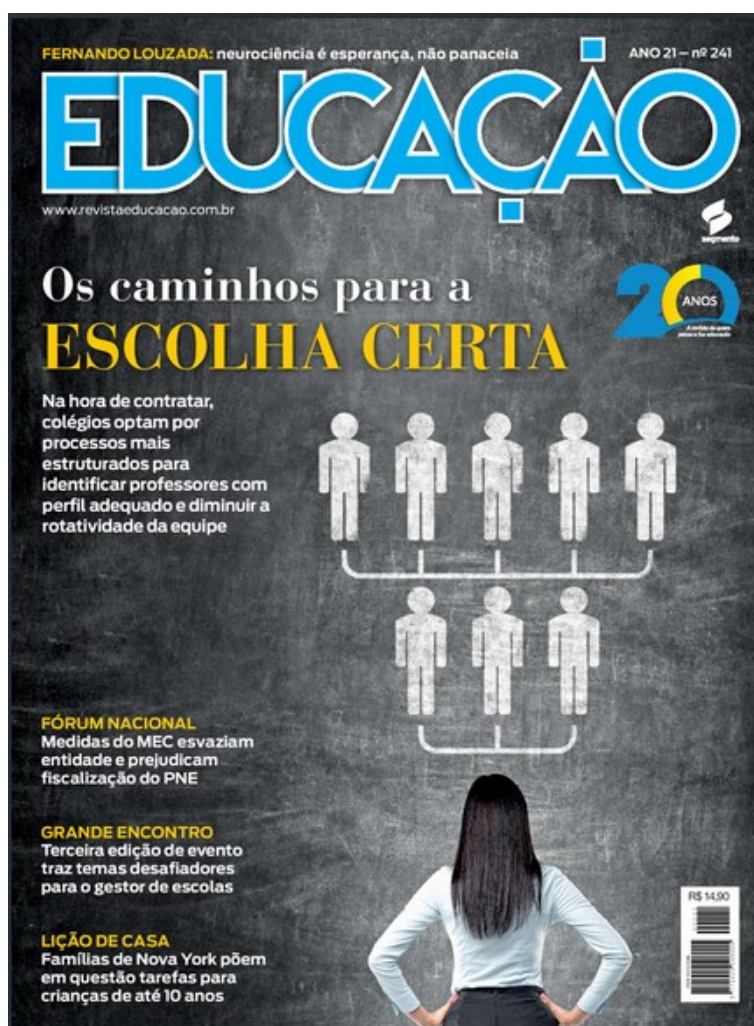


Imagem 16 – Revista Educação, nº 241, agosto 2017

Alguns elementos chamam atenção na capa: o primeiro é a imagem que serve de pano de fundo para a capa, uma lousa de sala de aula, que também ajuda a construir a identidade da revista como especializada em temas relacionados à educação, como o próprio título da revista demonstra. Esse fundo recobre toda a extensão da capa da revista e todos os demais elementos (textuais e imagéticos) estão sobre essa lousa projetada. Depois, o que se pode notar é que, além da cor escura do fundo, três cores predominam: azul, amarelo e branco, em que o amarelo ocupa os lugares em que se destaca o texto, o que demonstra uma preocupação em destacar certas informações, já que o amarelo é uma cor que facilmente atrai o olhar do consumidor, aliada ao fato de as ocorrências em amarelo estarem em caixa alta (letras maiúsculas).

Os elementos verbais aparecem na capa para reiterar a imagem de periódico especializado no trabalho docente, por meio da indicação da “escolha certa” de bons profissionais, que são citados no texto e no diagrama para o qual a mulher está olhando. Nota-se que a publicação, direcionada também a gestores, constrói imagens e representações sobre o trabalho docente, por meio da (re)produção do apagamento do professor, que é representado na capa por bonecos em um diagrama, ou seja, o professor está no cenário educacional, nesse tipo de representação, com a passividade de um perfil que deve ser adequado às demandas do mercado de trabalho, o professor é o colaborador de uma empresa e o que está no centro são as demandas dessa empresa. A figura humana apresentada na capa não é de uma professora, mas de uma profissional que realizará a seleção de professores, que estão dispostos no diagrama, simbolizados de maneira passiva na publicação.

Ocorre um deslocamento de sentido que aparece como indício da formação discursiva do professor ideal pela (re)produção de uma concepção de que professores são ideais quando têm um “perfil adequado” e se mantém na equipe, diminuindo a rotatividade, ou seja, a lógica apresentada é a da empresa e não a da participação do professor. A capa coloca em funcionamento representações de professores, por meio daquilo que se espera desse profissional, mesmo quando ele não é o agente de mudanças, quando ele é inscrito como parte do contexto, mas de maneira passiva, mesmo que o pano de fundo seja seu trabalho. No dado que segue, da revista *Presença Pedagógica*, é possível notar como o apagamento do professor também serve como sustentáculo da formação discursiva do professor ideal:

[18]



Imagem 17 – Presença Pedagógica, n.º 135, de mai./jun. de 2017

Na mesma direção da passividade que inscreve o professor no dado [17], o dado [18] ilustra como há um apagamento do professor por meio da inscrição do seu trabalho, sem mencionar esse profissional que o executa. O modo de apresentar questões que são descritas como importantes ao trabalho docente aparecem de maneira impessoal, de maneira indireta: “Cidade educadora: jardins, praças, feiras e museus...todo espaço público pode ser lugar de aprendizagem”, em que a chamada principal silencia a presença do professor e a cidade passa a ser mediadora da aprendizagem. O trabalho do professor está inscrito na metodologia proposta, indício da prescrição bastante recorrente nas revistas, bem como aparece a voz da autoridade, pela chamada em menor escala “Entrevista com Carla Viana Coscarelli: por um ensino significativo e crítico”. Nota-se, por meio desses dois traços da formação discursiva do professor ideal que o apagamento inscreve o professor recusado de maneira bastante efetiva, pois é ele que é representado como peça do mercado de trabalho, no dado [17], assim como é ele o público-alvo da prescrição, enquanto o professor ideal é representado como aquele que coloca em funcionamento metodologias inovadoras como aproveitar espaços públicos para desenvolver a aprendizagem, mesmo que não haja menção direta a esse profissional. Ademais, a chamada para a leitura da entrevista com a especialista inscreve o campo

acadêmico e demonstra como esse indício da formação discursiva do professor ideal aparece de maneira recorrente nas capas das revistas pesquisadas.

É possível refletir, dessa maneira, no modo de enunciar das revistas por meio de suas capas, em que as representações do professor colaboram para a construção e (re)produção de imagens desse profissional, que ora é instado como único responsável pela resolução dos problemas da profissão, ora sofre um processo de passividade ou seu completo apagamento, traços que confirmam que o profissional ideal é inalcançável e aparece apenas como uma maneira de produzir no público atratividade para o consumo dessas publicações, enquanto o profissional recusado, aquele que é real, é também aquele que precisa dos modelos veiculados, assim como precisa de autoridades que lhes diga como realizar o efetivo exercício do seu trabalho.

Com a finalidade de enriquecer a discussão e o trabalho de análise, artigos e/ou entrevistas serão analisados no próximo subcapítulo, para que o funcionamento discursivo seja notado em suas diversas nuances, para perceber como as vozes dos professores aparecerem quando esse profissional toma a palavra nessas publicações especializadas.

4.3 Com a palavra, os professores?

Nas revistas pesquisadas, a fala do professor é autorizada em determinados contextos, o que permite refletir sobre a prática discursiva híbrida, por meio das imagens do professor que são (re)produzidas. Ele é personagem das revistas, que aparece como modelo para seus pares e responde a uma demanda mercadológica, já discutida nas análises anteriores, em que as publicações precisam criar representações de profissionais idealizados e felizes para que o professor-consumidor se sinta atraído para a aquisição do produto. Outra imagem que sustenta o modo de existir das revistas é o professor que consome essas publicações e que é inscrito em um lugar silenciado, porque é ele o professor real, recusado, que necessita consumir a publicação para se tornar um profissional ideal, condição inalcançável, mas que ampara a venda dos periódicos. Além dessas duas imagens, emerge o professor que tem sua “voz” na revista. Da mesma maneira que o aluno “apareceu” em uma capa de revista analisada anteriormente, o professor também tem sua fala autorizada para tratar de sua profissão. No entanto, esse aparecimento é mediado e permite refletir sobre a comunidade discursiva mobilizada nessa prática discursiva, comunidade híbrida, assimétrica, em que alguns sujeitos ocupam lugar de autoridade para determinar em que lugares os outros sujeitos podem falar sobre o trabalho do professor.

O trabalho realizado pelos profissionais que fazem a revista, em especial, a editoria, é de controle, de determinação de como se pode falar e de que lugar se pode falar. Por isso, importa refletir sobre esse lugar relegado aos professores, por meio da fala autorizada em artigos e em entrevistas, dois gêneros em que se pode ver como a “voz” do professor aparece nessas publicações, já que as relações discursivas construídas permitem perceber a constituição de uma comunidade discursiva que (re)produz a formação discursiva do professor ideal, forjada na fronteira da academia, da mídia e do mercado. O formato da comunicação nas publicações especializadas favorece que a fala seja autorizada apenas para aqueles que o próprio periódico permite, sejam os jornalistas, sejam os professores que publicam artigos nessas revistas ou compartilham depoimentos, seja pelo espaço “destinado” aos leitores para escreverem sobre as publicações, seção nomeada, de modo geral, como “mensagem do leitor”, na qual há depoimentos de consumidores sobre o produto que é vendido.

Nota-se, dessa maneira, como o aparecimento das falas nessas publicações é sempre mediado pelo trabalho da editoria. Para compreender como a “voz” do professor pode

aparecer nas publicações especializadas, far-se-á uma breve descrição desse aparecimento nas revistas analisadas, levando-se em consideração o recorte temporal realizado. Na revista Nova Escola, os artigos são assinados por professores que compõem a equipe e têm colunas em diversas edições do periódico. Na parte intitulada *Reportagens* aparecem depoimentos e entrevistas com professores “reais”, em que são narradas histórias de superação ou de metodologias *que dão certo*. Na revista Educação, por ter um público mais amplo, é possível encontrar entrevistas com diversos profissionais: neurocientistas, economistas, pedagogos, professores universitários, pesquisadores de modo geral.

Para as duas outras revistas, far-se-á um detalhamento maior sobre o aparecimento da “voz” do professor, já que essas publicações se propõem a abrir espaço para que professores possam mandar seus artigos para publicação. Entre os artigos assinados por professores na seção *Artigo*, da revista Presença Pedagógica, foram listados 21 escritos, dos quais 11 são de professores da educação básica ou em coautoria com professores do magistério superior e 10 desses artigos são assinados por professores do ensino superior. Na mesma revista, há 8 entrevistas no recorte temporal realizado, das quais 5 são com professores do magistério superior, 2 são com professores da educação básica e 1 com uma pesquisadora que não está em sala de aula e desenvolve um projeto sobre *bullying*. Na Revista do Professor, há 6 entrevistas, das quais 4 são com professores do magistério superior, 1 com uma professora da educação básica e 1 com um pesquisador e autor de livros sobre infância e adolescência. Entre 5 os artigos, que estão publicados na seção *Pensando Bem*, 2 são de professores do magistério superior, 2 não indicam a área de atuação dos professores e 1 é de uma professora que atua no ensino superior e na educação básica.

Importa refletir sobre essas nuances apresentadas sobre as revistas, porque isso demonstra como funciona a comunidade discursiva híbridae assimétrica, já que é possível perceber como o professor da educação básica ainda dispõe de espaço bem delimitado pelos próprios periódicos para assumir um lugar de fala nessas publicações. Embora defendam o argumento da interatividade, as revistas abrem pouco espaço para que professores da educação básica tenham destaque. Para esse profissional continua reservado o lugar de consumidor, o professor recusado que necessita da revista para realizar seu trabalho efetivamente. Portanto, nessa comunidade discursiva, a assimetria emerge quando alguns ditam as normas, enquanto outros se submetem à ordem estabelecida.

Antes de realizar a análise das regularidades observáveis em escritos de professores e em entrevistas feitas com esses profissionais, será lançado um olhar para o modo como as

publicações especializadas convocam os professores para que escrevam em suas páginas, por meio de mecanismos próprios dos mídiuns, que objetivam despertar o interesse dos docentes para assinar artigos nesses periódicos:

[19] **Escreva artigos para**


Presença pedagógica

Nas páginas da revista há espaço aberto para o diálogo entre a universidade e a educação básica. Teorias e pesquisas acadêmicas se articulam com práticas de ensino.

Compartilhe pesquisas, reflexões, experiências e projetos pedagógicos com professores de todo o País.

Os textos podem ser enviados para revista@presencapedagogica.com.br

Normas para envio de artigos no site www.editoradoprofessor.com.br



Escreva artigos para Presença Pedagógica

- Veja as normas para envio de artigos: www.editoradoprofessor.com.br
- Os textos devem ser inéditos e favorecer o diálogo entre a universidade e a educação básica.
- Os artigos devem ser enviados por e-mail com os dados dos autores (nome, telefone e endereço).
- Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.
- Presença Pedagógica não emite parecer sobre os textos que recebe.
- Após a publicação, é proibida a reprodução dos textos sem a prévia autorização da Revista.
- Contato da redação: revista@presencapedagogica.com.br (31) 3214.0901

Imagem 18 – Revista Presença Pedagógica, nº 138, Nov/Dez de 2017

O dado mostra a chamada para os professores publicarem artigos na revista, o que demonstra dois aspectos que interessam a essa pesquisa: a abertura do espaço para professores e o perfil mercadológico da revista. Vê-se que o espaço reservado a escritos de professores é controlado pelos aspectos editoriais e pelas normas propostas pela própria revista. O controle citado vem da disponibilização do endereço para consulta das normas e das ressalvas feitas para a publicação, entre as quais, pode-se ver: “os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores ou Presença Pedagógica não emite parecer sobre os textos que recebe”. A revista coloca-se em um lugar de isenção, pois não se responsabiliza pelo que o professor escreve. Adota, portanto, um procedimento comum às publicações impressas, isto é, um efeito de verdade sobre a imparcialidade dos mídiuns.

Ao mesmo tempo, o movimento que mobiliza a isenção da revista demonstra a assimetria na relação entre a editoria e o professor, já que o profissional docente não é autoridade reconhecida pela revista para falar sobre seu próprio trabalho, seus escritos são

tratados como produto, como algo sobre o que a revista delibera, o trabalho da editoria determina se os textos de docentes serão veiculados ou não. Dessa maneira, o professor é sempre tratado como elemento externo ao universo midiático e isso demonstra como a comunidade discursiva mobilizada nessa prática é assimétrica, pois é a revista que atua sobre o professor (mais uma vez) e não o inverso, mesmo quando o objetivo é tratar do trabalho docente.

O próximo item da lista também demonstra como a revista detém o controle sobre aquilo que é publicado, onde lê-se: “após a publicação, é proibida a reprodução dos textos sem a prévia autorização da Revista”. Pode-se perceber que a publicação tem a posse dos escritos dos professores, embora se isente daquilo que está sendo veiculado e assinado pelos docentes. Nesse caso, o artigo é dos professores para que assumam as responsabilidades sobre o que dizem, mas ao enviar para a publicação, o escrito se torna produto e, como tal, pertence a quem veicula e dá publicidade a ele.

No mesmo dado é possível notar o perfil mercadológico da revista que promove uma propaganda da própria publicação. Ao lado da chamada para artigos, há capas e o interior do periódico, demonstrando que esse é um lugar atrativo para que professores queiram veicular seus artigos. É um dado que permite perceber a confluência entre as fronteiras que mobilizam a prática discursiva desse tipo de publicação. Recupera-se saberes do campo midiático, pela possibilidade de circulação da voz do professor, que é consumidor da revista, mas vê a possibilidade de publicar também sobre sua profissão. Nessa confluência também aparece o campo acadêmico, por meio da proposição de que seja estabelecido um “diálogo entre a universidade e a educação básica”, conforme se vê no dado [19], pela divulgação de pesquisas acadêmicas nas páginas de uma publicação que é um produto de consumo, além da presença do profissional docente na revista (da educação básica e do magistério superior), que recupera a possibilidade de reconhecimento pela classe docente.

Outra maneira de aparecimento dos professores nas publicações especializadas mobiliza indícios do discurso prescritivo, que é bastante (re)produzido nesse tipo de publicação, nas quais são oferecidos planos de aula, por exemplo, para que os docentes utilizem no exercício do seu trabalho diário. O dado que segue mostra como as revistas utilizam informações que incentivam que professores “façam parte” da equipe que produz e faz circular esse tipo de publicação:

[20]

De professor para professor

No Time de Autores NOVA ESCOLA, são dezenas de pessoas e um objetivo: produzir material de qualidade sobre prática docente e formação

Patrick Cassimiro
Raissa Pascoal

Não é fácil reunir 185 cabeças com experiências distintas de escola e dispostas a passar quatro dias discutindo sobre ensino, aprendizagem e Matemática. Foi o que aconteceu durante a primeira Virada de Autores em novembro, que deu início à produção dos planos de aula de NOVA ESCOLA. "Reunimos educadores atuantes na Educação Básica porque acreditamos que é importante que ocupem o lugar de direito deles: o de quem entende de sala de aula", afirma Juliana Cavalcante, gerente desse projeto.

Agora, os autores produzirão 1.500 planos de aula sobre Matemática (*disponíveis a partir de janeiro em novaescola.org.br/plansodeaula*). "Além de atividades, teremos guias de intervenções e outros materiais complementares", conta Ana Lígia Scachetti, gerente pedagógica dos planos de aula.

No próximo ano, o Time vai crescer. Em janeiro, professores do Ensino Fundamental de Ciências e Inglês poderão se inscrever em novaescola.org.br/inscricoes e as inscrições para as demais disciplinas acontecerão ao longo de 2018.

Imagem 19 – Revista Nova Escola, nº 308, dezembro de 2017.

No dado, aspectos na materialidade linguística chamam atenção, como as escolhas lexicais que geram efeitos de sentido na prática discursiva mobilizada nas revistas. Em primeiro plano, o título, que busca uma aproximação entre o professor que aparece na revista com aquele que consome o produto oferecido. Isto é, o endereçamento não é para qualquer professor, mas para aquele que consumirá a revista, é para ele que a publicação precisa ser atrativa, por isso a convocação direta a ele. Cria-se um ambiente em que quem fala aos professores consumidores são seus pares que fazem parte da produção da publicação, o que gera um apagamento sobre o trabalho da editoria, pelo efeito de verdade sobre a interatividade e sobre a relação entre pares, *de professor, para professor*.

A fórmula, já utilizada em editorial da mesma revista (dado [14]), constrói uma sensação de que a relação é direta, quando ela é mediada. No subtítulo, os professores passam a ser *autores* e formam um *time*, tais escolhas lexicais geram sentido de união e atribuem ao profissional docente uma importância que valida a revista como lugar de valorização de profissionais. Isso é reiterado na materialidade textual, que emerge na fala da coordenadora do projeto: “reunimos educadores atuantes na Educação Básica porque acreditamos que é importante que ocupem o lugar de direito deles: o de quem entende de sala de aula”. Ou seja, para a constituição das imagens do professor (re)produzidas nas revistas, o lugar desse profissional é estampando nas capas de periódicos especializados, atuando sob a batuta da editoria na elaboração de material a ser consumido pelos seus pares.

O efeito de sentido gerado é o de que a publicação funciona como um lugar de reparo da desvalorização sofrida socialmente pelos docentes. No entanto, esse “lugar” apontado pela revista também gera efeitos de sentido e coloca o professor como instrumentador de conteúdos, já que está se falando na chamada de produção de planos de aula. Não se falou em discussão sobre a educação, não se falou em políticas públicas para a Educação Básica (já que os professores que compõem o *time* vêm desse campo), falou-se apenas da parte instrumental da profissão, que é a aplicação de conteúdos, por meio de receitas prontas, que serão veiculadas pela revista como tábua de salvação para que professores possam desenvolver seu trabalho de maneira produtiva, como se o trabalho docente estivesse restrito a isso. Os efeitos de sentido gerados recuperam saberes dos discursos sobre a formação docente e a dicotomia entre teoria e prática, discutida no capítulo 3 desta tese. Assim, as revistas se apresentam como o lugar que oferece soluções “práticas” ao professor realizar seu trabalho, por meio dos planos de aula, o que ganha força quando se considera que o efetivo exercício da profissão tem um caráter aplicacionista, deixando em segundo plano a importância dos saberes teóricos. Ressalta-se que os planos de aula são parte importante no efetivo exercício do trabalho docente, mas como resultado de uma experiência singular. Parte integrante do dado anterior, o gráfico que segue enriquece o trabalho de análise:

[21]

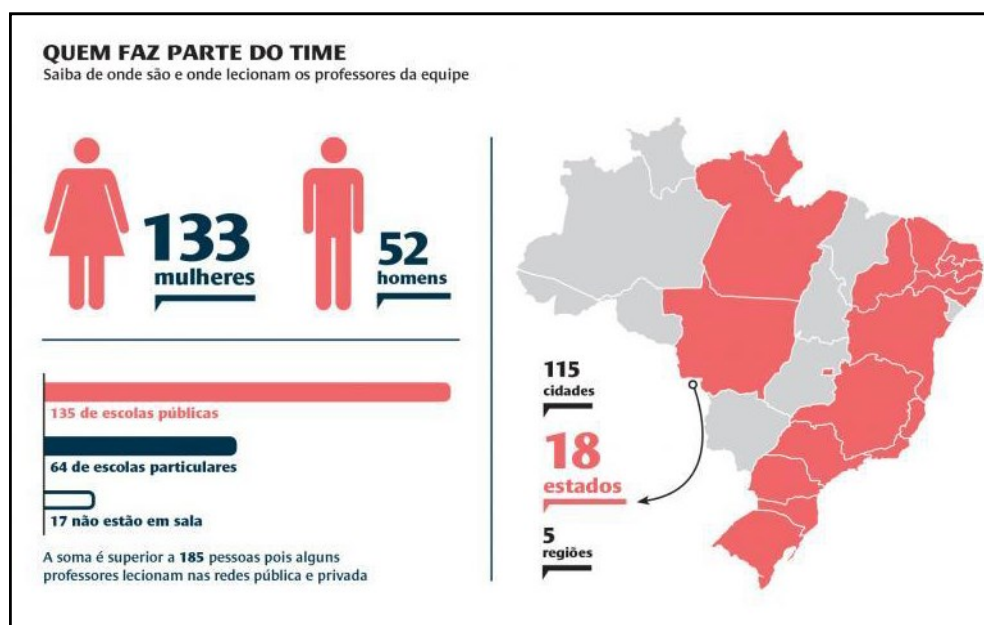


Imagem 20 – Revista Nova Escola, nº 308, dezembro de 2017.

Expor o *time*, formado por professores que escrevem na publicação, coloca em funcionamento imagens dos professores que têm seu nome estampado nas revistas, bem como da própria publicação. Sobre o profissional docente, cria-se uma imagem positiva de

autoridade que pode e assume o lugar de enunciador para falar aos seus pares que consumirão a publicação. Sobre a revista, cria-se também uma imagem positiva, de empresa que investe no produto que vende e isso pode ser demonstrado pela “preocupação” externalizada pelo cuidado na seleção do time que compõe a revista. A (re)produção da imagem positiva da empresa e dos profissionais está diretamente relacionada a um movimento mercadológico que gera vendas e, portanto, lucro à empresa que veicula esse tipo de publicação. Ter professores que escrevem para professores reitera a proposição da revista como instância de formação, por permitir perceber como os profissionais que são público-alvo são também produtos a serem comercializados nesse tipo de mídiun.

O gráfico do dado [21] demonstra como alguns aspectos devem ter destaque, entre os quais, podem ser citados: a questão do gênero, pela exposição de que a maioria do *time* é composta por mulheres; além disso, o destaque para a escola pública, de onde vem a maioria dos professores listados. Os dados destacados ajudam a sustentar a imagem positiva da revista, que recupera discursos que dizem da importância da mulher no mercado de trabalho, bem como dizeres de formações discursivas que tratam da desvalorização dos professores de escolas públicas. A revista valida, portanto, o lugar de reparo às demandas negativas que são reproduzidas em sociedade como questões que desqualificam os contextos de trabalho.

Professores são atores autorizados socialmente para discutir sobre problemas e propor soluções (mesmo que essas soluções estejam relacionadas a mostrar exemplos pontuais de metodologias que deram certo em suas salas de aula) e é dessa autoridade legitimada socialmente que as publicações especializadas se apropriam para dizer aos professores que consomem as revistas como deve ser seu trabalho no efetivo exercício da profissão, seja pela proposição de métodos “nota 10”, descrito nos depoimentos dos professores que estão nas revistas, seja pelos planos de aula que a revista Nova Escola, mais especificamente, veicula e utiliza como mecanismo atrativo para a compra da revista.

Falou-se da convocação das revistas para que os professores escrevam em suas páginas e façam parte do seu *time*. Agora, falar-se-á das entrevistas e dos artigos, gêneros nos quais, nessas publicações, os professores assumem o lugar de enunciar sobre sua profissão. Nas entrevistas, professores são colocados no lugar de entrevistados, o que confere a esses profissionais a autoridade para falar sobre a profissão, pois está ali para responder por uma classe profissional e para dizer a essa classe como se deve realizar o efetivo exercício do seu trabalho. Assim, o que se vê nas páginas das revistas especializadas são professores que têm renome na área e que são convidados para falar sobre a profissão pela visibilidade que têm.

Ter professores renomados em suas entrevistas confere à revista prestígio de uma empresa que se preocupa em trazer o “melhor” para o seu público, assim como se torna atrativa para a venda, já que os professores que consomem as revistas também legitimam esses profissionais como autoridades quando o assunto é docência. Sobre o gênero entrevista, com um recorte para entrevista com especialistas, Charadeau (2010) afirma

aentrevista de especialista (ou de *expertise*), que se define por um propósito técnico concernente a diversos aspectos da vida social, econômica e científica. Um especialista, sábio, experto, geralmente desconhecido do grande público (a não ser que se trate de um *habitué*), cuja competência seja reconhecida ou suposta, é convidado para responder a questões técnicas, esclarecer um problema, orientar o debate público sobre o tema tratado, sabendo que deve simplificar sua explicação para torná-la acessível a não especialistas. (CHARADEAU, 2010, p. 215, grifado autor)

Embora o autor esteja tratando de entrevistas televisionadas ou radiofônicas, alguns aspectos podem ser considerados para discutir o tipo de entrevista que está sendo analisada neste trabalho de pesquisa. Um aspecto que chama atenção em relação à citação é aquilo que aproxima uma entrevista televisionada ou radiofônica de uma entrevista impressa: a presença de um especialista que assume o lugar de autoridade para responder sobre determinado assunto. Dessa maneira, em um produto de consumo com o perfil especializado no trabalho docente, os profissionais que são convidados para ser entrevistados são aqueles que já publicaram estudos sobre educação escolar, sobre ensino sistematizado, sobre formação de professores, sobre sala de aula, etc. Em entrevistas impressas, como as que estão sendo analisadas nesta tese, a (re)produção de sentidos é mobilizada desde a apresentação daquele que será entrevistado, como é possível ver no dado que segue:

[22] **Em defesa da PROFISSÃO DOCENTE**

ANTÓNIO NÓVOA, reitor honorário da Universidade de Lisboa, diz que diminuir o espaço de autonomia docente cria apenas soluções paliativas. No longo prazo, o caminho é investir na formação inicial e continuada.

Rubem Barros

O professor português António Manoel Seixas Sampaio da Nóvoa, ou simplesmente António Nóvoa, como é conhecido em suas aparições pelo Brasil, é uma personalidade de curiosidade intelectual incessante. Aos 62 anos, mantém atividade contínua dedicada à educação, mas não só. É professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, da qual é também reitor honorário, depois de atuar como reitor executivo por duas gestões, numa das quais foi um dos responsáveis pela fusão da Universidade de Lisboa (tida como a “Clássica”) à Universidade Técnica de Lisboa, com a perspectiva de unir diferentes dimensões do conhecimento. Em 2014, foi professor visitante da Universidade de Brasília (UnB). E no ano passado foi candidato independente às eleições presidenciais portuguesas, angariando apoios à esquerda do eleitorado. Sua profissão de fé, no entanto, é a defesa intransigente das necessidades de formação docente – inicial e continuada – e da constituição de uma identidade profissional que possa assegurar aos professores referências de atuação mais claras. Seu contato com o tema não vem de hoje. Seu doutorado em ciências da educação, defendido em 1986 junto à Universidade de Genebra, versava sobre a história do processo de profissionalização da atividade docente em Portugal,

entre os séculos 18 e 20. Nóvoa fez ainda um segundo doutoramento, na Universidade Paris-Sorbonne, em história moderna e contemporânea. (REVISTA EDUCAÇÃO, nº 239, maio de 2017, edição eletrônica)

O título da entrevista já apresenta elementos que merecem discussão: a construção da imagem de um professor/entrevistado que não apenas se preocupa com sua profissão, mas a defende, o que é reforçado pela utilização das letras maiúsculas para citar em defesa de que o professor está (profissão docente). Essa construção de uma imagem positiva do entrevistado, que começa no título da entrevista, reitera também o lugar da revista como espaço para discussão da profissão de maneira produtiva e atualizada em relação a estudos desenvolvidos acerca da profissão docente. O nome do entrevistado também é destacado em letras maiúsculas, seguido de seu vasto currículo e experiência na área de atuação sobre a qual irá responder (“seu contato com o tema não vem de hoje”), recursos que ajudam a tornar a matéria atrativa para o professor-consumidor e que garantem a legitimidade necessária para estar na revista, pois gera efeito de verdade, de veracidade, próprio da cena midiática, que valida a autoridade daquele profissional que concede a entrevista, para assumir a palavra publicamente e falar sobre a profissão para os seus pares.

Ainda na apresentação feita pela revista sobre o entrevistado, o sintagma *profissão de fé* chama a atenção, pois remete a uma concepção quase sacerdotal dos profissionais que escolhem esse caminho. Essa escolha lexical não é aleatória, pois ela mobiliza saberes da formação discursiva do professor ideal, que é vocacionado para a profissão e que deve confirmar publicamente sua *profissão de fé*. A maneira como o professor aparece anunciado nas revistas é um aspecto que merece atenção, pois é um movimento discursivo que desloca o professor para o lugar de autoridade, mas também de produto. O professor convidado a ser entrevistado assume o lugar de autoridade e de modelo e essa imagem heterogênea que sustenta discursos também heterogêneos sobre o profissional docente. O anúncio de uma entrevista precisa ser atrativo para que os professores-consumidores se interessem pelo produto e isso pode ser visto no dado a seguir:

[23] O mestre e os mestres

No aniversário de NOVA ESCOLA, Cortella e três professores como você debatem o desafio de ensinar com propósito nos dias de hoje



Imagem 21 – Revista Nova Escola, nº 300, de março de 2017.

O dado [23] mostra uma maneira diferente de apresentar uma entrevista. O dado, da revista Nova Escola, nomeia de “debate”, embora a estrutura da matéria seja em tópicos, nos quais os professores da educação básica perguntam ao professor Mário Sérgio Cortella. Importa refletir sobre o dado no que ele remete à (re)produção de imagens de professores ideais, o que começa a ser (re)produzido pelo título *O mestre e os mestres*, deixando patente a diferença entre o professor Mário Sérgio Cortella (que estampa a capa da mesma edição) e os três professores da educação básica. O que se vê é a imagem de professores felizes, recuperando a discussão empreendida na análise das capas das revistas. É possível compreender também que há um deslocamento semântico no título, quando *o mestre*, ou seja, aquele que ensina, responde *aos mestres*, representações de professores reais, que precisam de alguém que lhe diga como agir. A utilização do singular e do plural remetem à constituição de imagens do professor ideal (inalcançável) e dos professores reais.

Nesse contexto, os ensinamentos que o professor ideal pode (re)produzir estão direcionados aos professores recusados, que precisam das publicações especializadas para serem mestres também. Na entrevista, os três professores da educação básica fazem perguntas ao professor Sérgio Cortella e importa refletir sobre essa configuração que demonstra a voz da autoridade em oposição à voz de quem “aprende” com os ensinamentos do *mestre*. Mais do que olhar para as perguntas e respostas que foram veiculadas, é importante analisar que a

apresentação dos professores (re)produz a formação discursiva do professor ideal, representado pelo professor que tem maior visibilidade midiática, enquanto os professores da educação básica representam os professores que consumirão as revistas, profissionais que precisam “ouvir” autoridades que lhe diga como proceder diante dos desafios da profissão.

As entrevistas possibilitam refletir sobre a constituição da autoridade nas revistas especializadas. O professor não é uma autoridade por falar publicamente de sua profissão, mas porque o periódico o constitui como tal, o que retoma os postulados de Certeau (1982), quando o autor afirma que existem leis estabelecidas por determinados grupos sociais. O autor refere-se à constituição do trabalho do historiador e seus pares também historiadores, mas apresenta-se pertinente fazer essa relação com a comunidade discursiva aqui discutida, pois Certeau (1982) afirma que o trabalho que esse grupo realiza o constitui como grupo/comunidade e isso tem uma aproximação com a constituição da comunidade discursiva híbrida formada por profissionais de diversas áreas que funciona na prática mobilizada nas revistas especializadas. Por meio dessa comunidade híbrida e assimétrica ocorre a legitimação de verdades sobre as profissões, como a construção de autoridades, por exemplo, o que é validado por essas comunidades que (re)produzem discursos que tornam possível dizer aquilo que se diz publicamente sobre o trabalho do professor. A construção e legitimação da autoridade, nesse sentido, também passa pelo controle do trabalho da editoria e deixa patente, mais uma vez, a assimetria da comunidade discursiva que mobiliza a prática discursiva nas revistas.

Para além de ser uma característica das entrevistas analisadas, a configuração dos dados mostra como funcionam os discursos: ao assumir a palavra publicamente, professores também mobilizam a heterogeneidade discursiva e (re)produzem juízo de valor sobre o trabalho docente e sobre a formação desses profissionais, o que demonstra que esses discursos demonstram o intrincamento entre textos e lugares sociais (MAINGUENEAU, 2007), que emerge nos dados como regularidades (FOUCAULT, 1987) observáveis.

Outro gênero no qual os professores aparecem nas publicações especializadas de maneira mais direta são os artigos que esses profissionais assinam. Entre as revistas que compõem o *corpus* dessa pesquisa, o espaço para esse tipo de aparecimento dos professores é maior na Revista do Professor e na Presença Pedagógica. O dado que segue é um artigo assinado por uma professora na Revista do Professor:

[24] **Docência: uma carreira de conquistas**

[...] em meu trabalho com formação de professores, percebo que ainda há pessoas que consideram o magistério incompatível com o sucesso. Muitos calouros dizem ter “caído de paraquedas” nos cursos, ou admitem que não sonharam ser professores. Em algumas situações, os cursos de licenciatura são escolhidos por serem uma opção de baixo custo ou, até mesmo, vistos como uma maneira de se obter um diploma de nível superior sem muito esforço. Entre os que se formam, poucos desejam seguir a carreira como professor, e alguns até iniciam a prática docente, mas desistem em pouco tempo. As razões para esse desinteresse são variadas e vão desde a baixa remuneração ao estresse a que os professores, cada vez mais, se veem submetidos em sala de aula. Isso se reflete na queda vertiginosa do número de matrículas nos cursos de licenciatura. Mas é possível aliar sucesso profissional e atividade docente. Muitas vezes, a profissão docente é comparada a um sacerdócio. Em nossa sociedade ainda é forte a ideia de que somos professores pura e simplesmente por amor à sala de aula e de que não temos ambição. No entanto, além da realização pessoal, é óbvio que estamos interessados em ser bem-sucedidos profissional e financeiramente. Tornar-se um professor de sucesso não é utopia, mas precisamos nos espelhar em outras profissões para aprender a planejar a nossa carreira. Se houve um tempo em que bastava sair da faculdade e pendurar o diploma na parede para obter sucesso profissional, hoje temos a certeza de que precisamos investir em nossa formação e buscar constante atualização. O conceito de *T-shapedknowledge* (conhecimento em forma de T) aparece como um guia nessa empreitada [...] Trazendo o *T-shapedknowledge* para a carreira docente, podemos dizer que a base do T refere-se à profundidade do conhecimento, ou seja, ao que nos torna especialistas em nossa área. [...] O professor especialista em sua área galga postos melhores, geralmente consegue trabalhar em escolas que oferecem bons salários e tem melhores condições de passar em concursos mais concorridos. Além disso, o especialista ganha respeito entre seus pares, por seu profundo conhecimento na área em que atua. [...] No caso do professor, o topo do T se traduz em conhecimento interdisciplinar e multidisciplinar, não apenas relacionada a outras disciplinas, mas também a áreas distintas. O professor pode ser especialista em literatura, mas, no topo do seu conhecimento em T, deve dominar saberes de áreas diversas, como latim, edição de vídeos, teatro, *marketing*, música, uso de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, entre outros nichos de conhecimento. [...] Também não podemos nos esquecer de que, para se ter sucesso, é preciso fazer o que se gosta e gostar do que faz. O professor de sucesso é aquele que, além de saber o conteúdo, interage bem com a turma e tem fluência para além dos muros da escola. O professor de sucesso é criativo e se reinventa a cada dia. Ele sempre tem em mente o quanto aprende enquanto ensina e carrega consigo a paixão por fazer a diferença na vida dos outros, continuamente. (REVISTA DO PROFESSOR, nº 126, abr./mai./jun. de 2016)

O dado possibilita pensar em alguns aspectos que emergem na materialidade linguística e põe em funcionamento a prática discursiva das revistas especializadas, entre os quais pode-se notar que o uso da primeira pessoa remete àquilo que esse tipo de publicação (re)produz: que os professores que assinam artigos são responsáveis por aquilo que dizem, o que recupera os dizeres da convocação feita na revista *Presença Pedagógica*, em que a revista declara que “os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores”. Além disso, imagens positivas e negativas do professor, indício da formação discursiva do professor ideal, emergem por meio da afirmação de que professores de sucesso são aqueles que adotam práticas que vão além de sua profissão, como a utilização do método apontado pela professora

como eficaz para o direcionamento da carreira dos professores que consumirão a revista. Aqueles que não adotam a prática apontada como ideal correm o risco de não alcançar sucesso na profissão e não serem professores competitivos no mercado.

Parte constituinte da semântica global (MAINGUENEAU, 2008a), a dêixis discursiva emerge nesse dado, demonstrando que essa noção ajuda a compreender o funcionamento da formação discursiva do professor ideal por movimentos de tempo e espaço que aparecem na materialidade linguística. Formada por três instâncias, a dêixis mobiliza: o locutor (e seu destinatário), a cronografia (tempo ideológico) e a topografia (espaço ideológico), elementos que constroem a cenografia de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997). Os elementos dêiticos de tempo e pessoa não estão no discurso como uma simples referência ao tempo ou às pessoas, mas aparecem como traço discursivo importante para perceber os efeitos de sentido gerados na enunciação. Nos discursos dos professores, percebe-se a dêixis discursiva que mobiliza a formação discursiva do professor ideal, legitimada por movimentos temporais que estão presentes de maneira recorrente na tomada da palavra de profissionais docentes que têm seus escritos publicados nas revistas, como é possível ver nas palavras da professora, que ao prescrever modelos de profissionais, recupera os discursos que dizem que professores eram de uma maneira (não desejável) e agora são diferentes.

A utilização do dêitico *hoje*, no dado, demonstra o funcionamento das imagens positiva e negativa, quando a professora afirma que antes bastava agir de determinada maneira e hoje não basta mais, ou seja, emerge o discurso do novo, do inovador, do desapego ao passado, que é inscrito como ultrapassado. Emerge o argumento para que os consumidores da revista possam aderir ao discurso (re)produzido socialmente de que o docente deve estar em constante formação e a publicação, por sua vez, traz a possibilidade de o professor pensar sua carreira, por meio daquilo que veicula. A noção de novidade é algo que já remete à mudança de perspectiva, que aponta para uma nova direção, diferente daquela praticada até aquele momento, o que interfere na cronografia e na topografia do discurso, pois há um espaço ideológico do trabalho do professor, que é modificado com base na postura profissional que ele passa a adotar no direcionamento de sua carreira e isso interfere no profissional que se torna, segundo a revista.

A mobilização das noções de tempo, espaço e pessoa pode ser vista, no dado, como indício de um movimento discursivo recorrente, no qual os sujeitos fazem referência a um passado e a um presente, relacionando esses dois tempos a imagens dos profissionais docentes, o passado como indício da imagem do professor recusado e o presente (ou futuro)

como uma maneira de aparecimento do professor ideal. É possível notar que as referências temporais estão inscritas para demonstrar uma mudança em seu comportamento profissional. A referência temporal ao *hoje* vem acompanhada de representações dos profissionais de antes e de hoje, o que demonstra como o tempo é ideológico, pois não mobiliza apenas uma cronologia, mas imagens e constituições diferentes do trabalho do professor.

Percebe-se, dessa maneira, que a menção ao tempo presente não é apenas uma escolha lexical, mas essa referência temporal está relacionada à formação discursiva que é construída na enunciação. A oposição entre *antes* e *hoje* emerge na materialidade linguística e mostra um movimento de inserção do sujeito que enuncia às regras da formação discursiva que incorpora, pois essas referências temporais ajudam a sustentar as regras de existência da formação discursiva do professor ideal, que é exemplificado, nesse caso, pela própria professora que toma a palavra, já que essa profissional, ao assinar o artigo, demonstra estar atualizada quanto às “novas demandas” dos professores, assim como serve de modelo para os seus pares, professores que consumirão a revista.

A construção textual é de uma receita, um modo de fazer que resulta no sucesso profissional, passos a serem seguidos que são veiculados pela revista e ganham força por ser um modelo orientado por uma professora para seus colegas de profissão. A prescrição vem acompanhada de um testemunho da professora nas páginas da revista e isso confere credibilidade ao que está sendo dito, gera efeitos de verdade, que é uma das características do campo midiático partícipe desta fronteira. Esse é um movimento discursivo interessante, pois reitera o traço individualizado do professor, apontado na análise dos editoriais, assim como nas capas de revista, demonstrando como estão sobre o docente as responsabilidades de enfrentar as dificuldades da profissão, independente dos problemas que se apresentarem.

Ao ocupar a posição-sujeito da FD do professor ideal, a professora realiza um movimento de descrever problemas da profissão, apontar para questões sociais que possam motivar (ou não) a escolha da docência como profissão. No entanto, quando se trata da resolução dos problemas, o professor volta a ser individualizado, já que as soluções dependem, exclusivamente, do esforço individual do profissional docente. Assim, ser um professor ideal está nas mãos do próprio docente e há um apagamento daqueles problemas políticos que interferem no exercício da profissão. Tanto o apagamento quanto a individualização são traços da formação discursiva do professor ideal, que (re)produz imagens da profissão e do profissional docente, regularidade que também foi analisada nas capas de revista.

O professor ideal representa também a topografia, o lugar ideológico que a cenografia permite encenar: o profissional que toma a palavra em uma publicação especializada é a representação do profissional ideal que assume o papel de único agente na resolução dos problemas que são inscritos de maneira opaca, já que não são discutidos, e o que emerge são soluções para um cenário idealizado. Bem como essa individualização gera efeitos de verdade sobre seu trabalho e representa um espaço que se constrói positivamente ou negativamente, com base, por exemplo, nas escolhas que direcionam sua carreira e em como se prepara para exercer a docência. O professor, dessa maneira, promove o apagamento da instituição escolar, demonstrando mais uma vez a individualização desse profissional, que deve resolver as questões relativas ao seu trabalho sozinho.

A dêixis discursiva, por meio das noções de enunciador, tempo ideológico e lugar ideológico, mobiliza a formação discursiva do professor ideal, pela (re)produção dessas noções que fazem emergir, por meio de artigos assinados por professores, conforme dado da pesquisa. A relação entre as práticas acadêmica e mercadológica emerge pelo lugar de mediação que as revistas assumem, entre o professor e seu trabalho. Essa noção de mediação se estabelece quando as publicações especializadas se propõem não apenas a discutir a profissão, mas a (re)produzir verdades que dizem como o professor deve agir e aquilo que pode ser atrativo para que ele consuma, o que atravessa a fronteira mercadológica, em que a tomada da palavra do próprio professor torna-se também um produto a ser vendido, já que esse profissional assume um lugar de autoridade em um ambiente diferente do lugar em que exerce efetivamente seu trabalho e assumir o lugar de enunciador (ao assinar o artigo na revista) e de co-enunciador (consumidor) torna-se um fator de atração para que outros professores tenham o interesse de comprar as revistas especializadas.

Com a configuração de um depoimento⁴⁶, o dado que segue demonstra como a formação discursiva do professor ideal, mobilizada pela dêixis discursiva, aparece na materialidade linguística de formas diversas:

- [25] **VIREI PROFESSOR E MUDEI O MUNDO**
Histórias de educadores que transformam escolas e vidas
- Rodrigo Ratier
 Alice Vasconcellos
 Anna Rachel Ferreira
- Capítulo 1: era o primeiro dia de Gabriela à frente de uma classe da rede pública. Recém-formada no magistério, a jovem professora de 18 anos vivia a ansiedade típica dos iniciantes ao cruzar a porta do 4º ano da EM Euzebio Costa Rodrigues, em Pinheiro, cidade pobre de 81 mil habitantes

⁴⁶ O dado foi selecionado para compor o trabalho de análise por veicular a “voz” do professor. Embora não seja um artigo assinado, se aproxima do gênero entrevista.

no norte do Maranhão. Entrou na sala, se apresentou, olhou de relance para a turma, pousou os olhos em Andreina e gelou. A menina era cega.

“Lembro como fiquei desesperada quando me contaram do desafio”, diz. A reação automática foi buscar auxílio com a coordenação pedagógica. Pela lei, alunos com deficiência têm direito a um cuidador em sala e atendimento especializado no contraturno. A resposta dos gestores foi outra: nenhuma assistência. Mas que Gabriela não se preocupasse, porque a menina de 9 anos já estava acostumada a ficar sentada escutando as aulas e a fazer prova oral. “Prova oral? Ela precisava ser alfabetizada junto com o resto da turma!”.

Virou ponto de honra não deixar Andreina para trás. O apoio que faltou na escola Gabriela encontrou na internet. No site da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ela conheceu o programa Braille Fácil. As noites eram dedicadas ao estudo do sistema de leitura tátil para cegos e as manhãs para ensinar Andreina. O começo foi complicado. “A menina foi bem resistente nas minhas primeiras tentativas”, relembra. “Sempre que eu perguntava, ela dizia 'não sei'. Se eu insistia, ouvia 'já disse que não sei'. Essa resistência aumentava minha angústia.”

Gabriela persistiu. Considerava um absurdo que só sua aluna cega não tivesse a oportunidade de ler e escrever por conta própria. O ano foi correndo, a resistência foi cedendo, Andreina se empolgando com o aprendizado e, em dezembro, o que era difícil aconteceu: a menina conseguia ler. Esta reportagem é uma homenagem às professoras e aos professores que não desistem.

Educadores como Gabriela, Willman e Cristina. Gente que sabe que ensinar não é fácil – ao contrário, está cada vez mais complicado, mas essas pessoas vão além da queixa. Elas valorizam um dos mais belos traços da docência – a capacidade de transformar escolas e vidas de muitas pessoas – para vencer desafios como a inclusão, a aprendizagem de todos e a indisciplina. Gente que, enfim, trilha o caminho sugerido por Paulo Freire na frase que ilustra o pôster encartado nesta edição: “Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza”.

Mais que uma missão

Mas esta não é uma reportagem que apenas celebra histórias de superação. Fazer isso seria respaldar uma concepção ultrapassada de idealismo. Por muito tempo, comparou-se a docência a uma atividade heroica, levada a cabo por mulheres e homens abnegados que lecionavam somente por amor e fé. Em poucas palavras, ensinar era uma missão, ideia que se alimenta da origem religiosa da Educação brasileira com os primeiros colégios jesuítas, no século 16.

Sobrevivendo ao berço catequista, a noção do magistério missionário atravessou centenas de anos e continuou impactando o imaginário da profissão. No século 19 e em boa parte do 20, prevaleceu a ideia de que as moças formadas pelas Escolas Normais não precisavam ser bem remuneradas – afinal, elas eram mulheres e a docência parecia uma extensão “natural” do cuidado doméstico e da educação dos filhos. Já a partir dos anos 1970, com o avanço da escola para todos, o interesse pela carreira diminuiu proporcionalmente ao encolhimento dos salários e à precarização das instituições. Com essas condições de trabalho, quem nunca ouviu que tem de ser missionário para seguir dando aulas? “Meu desafio foi incluir uma aluna cega. Me orientaram a passá-la direto. Não me conformei. Fui estudar braile para poder ensinar. No fim do ano, ela aprendeu a ler.”

“Todo mundo tem uma missão a cumprir. Mas o professor não é um caridoso, e sim um profissional”, esclarece Maria do Pilar Lacerda, diretora da Fundação SM. Assumir funções do coordenador, do diretor ou mesmo do Estado pode resolver um problema específico por um curto período, mas não transborda as paredes da sala nem representa soluções duradouras. Isso significa que precisa haver limites para o voluntarismo. (REVISTA NOVA ESCOLA, nº 291, de abril de 2016)

O dado permite pensar sobre alguns aspectos que ajudam na construção da análise realizada. O primeiro deles é a legitimação de imagens de professores construída pela utilização dos verbos do título da matéria, em que o uso do pretérito perfeito remete a mudanças pessoais e sociais, quando se afirma que o indivíduo virou professor e mudou o mundo. A cronografia da dêixis discursiva ocorre quando a professora (ideal) adquire o poder de mudar o mundo ao virar profissional e se deparar com problemas da profissão. O tempo ideológico é mobilizado pela superação da dificuldade descrita, isto é, professores podem

expor seus depoimentos nas revistas quando demonstram que eram de uma maneira em um passado descrito e que superaram as dificuldades por esforços pessoais. O que se apaga, nesse contexto, é que os problemas descritos ainda continuam no mesmo lugar, já que o “mundo” mudado pela professora foi um contexto tão específico que alcançou uma aluna em meio a uma engrenagem escolar gigantesca, silenciando o fato de que a questão da inclusão continua a ter dificuldades de implementação. Percebe-se, dessa maneira, que “mudar o mundo” serve mais a um apelo mercadológico para causar impactos no público-alvo do que, de fato, intervir numa realidade mais ampla do sistema de ensino como um todo.

A mudança mobilizada pelos verbos do título e do subtítulo se desdobram nos efeitos de sentido que permeiam o dado, em que se percebe que só foi possível a profissional mudar o mundo quando se tornou professora e isso coloca em movimento imagens de docentes que (re)produzem saberes da FD do professor ideal. Nessa direção, o poder de mudar o mundo está relacionado à profissão, o que recupera dizeres sociais sobre ser professor, sobre profissionais vocacionados e que empreendem uma carreira por amor à profissão e não apenas pelo crescimento profissional. Ser professor passa pela idealização de um lugar, pela romantização de problemas e pela resolução desses problemas por meios individuais. O trabalho do professor se constitui discursivamente de maneira tão difusa que as imagens (re)produzidas só poderiam ser legitimadas de maneira igualmente subjetivas.

Os problemas apontados são sociais envolvem políticas de inclusão, mas as soluções são individuais, pois é pelo esforço de alguém que virou professor que as questões são resolvidas. É um dado que pode se relacionar à capa analisada no subcapítulo anterior, em que o professor “enfrenta a lama” sozinho, já que a formação discursiva do professor ideal (re)produz imagens de professores inalcançáveis, porque posturas que são (re)produzidas são, simplesmente, impossíveis a qualquer profissional, um professor não enfrenta as consequências de um crime ambiental sozinho, assim como não muda o mundo por metodologias adotadas de maneira isolada. Conforme o dado, essa é uma reportagem aos professores “que não desistem”, ou seja, àqueles que estão sozinhos por conta de resolver os problemas da profissão.

Nota-se, dessa maneira, que os profissionais que têm espaço nas revistas especializadas são aqueles que se depararam com problemas, descritos como problemas sociais, mas que superaram pelos esforços que empreenderam, de maneira individualizada. É interessante notar como a publicação adota um tom de recusa ao *idealismo*, enquanto promove um apagamento da sua própria maneira de enunciar. Apresentar-se como contrária à

concepção de docência como vocação vai de encontro à maneira como as representações de professores ocorrem na própria publicação, bem como nas demais pesquisadas. Na mesma esteira, o dado que segue também demonstra um modo de enunciação diferente, em que o artigo assinado por uma professora convoca um outro olhar sobre a profissão e o professor é inscrito como vítima de uma política pública específica:

[26] **Políticas de responsabilização: a garantia de uma educação de qualidade?**

Os resultados obtidos nos testes padronizados têm sido utilizados para promover mecanismos de responsabilização dos professores. Com o argumento de que o objetivo é a da melhoria da qualidade da educação, a indústria das avaliações em larga escala ganha cada vez mais espaço, diluindo as fronteiras entre a escola e o mercado. Não se pode negar que a sociedade tem o direito de receber informações sobre o trabalho pedagógico realizado com os alunos. Mas será que o índice alcançado num exame nacional ou mesmo a posição de uma escola no ranqueamento dariam conta de desvelar algo tão complexo quanto os processos de aprendizagem dos estudantes ou a qualidade do trabalho docente? Essas questões merecem ser amplamente debatidas.

[...]

Outro ponto que precisa ser discutido é que responsabilizar individualmente o professor ou a própria escola pelos resultados insatisfatórios, sem discutir seriamente os elementos responsáveis por essa realidade, se torna um mecanismo extremamente perverso de desqualificação do trabalho docente. Por exemplo, professores têm desenvolvido sua atividade profissional em meio a muita pressão – do poder público, da sociedade civil, do mercado – e pouco diálogo. Isso tem acarretado adoecimento de inúmeros profissionais e a desistência da carreira docente como possibilidade de atuação profissional. (Presença Pedagógica, nº 131, de set./out. de 2016)

O dado ajuda a pensar sobre uma maneira diferente de enunciação, que direciona, diretamente, para uma política pública. Isso significa a inscrição de um sistema educacional no qual o professor está inserido e é essa a diferença mais patente do dado com os demais analisados nessa tese. O professor não está sozinho, ele faz parte de uma engrenagem que avalia, segundo o dado, seu trabalho por meio das avaliações em larga escala, “diluindo as fronteiras entre a escola e o mercado”. É um dado que demonstra o movimento de dispersão (FOUCAULT, 1987), por mobilizar a formação discursiva do professor ideal com dizeres que parecem excluir as regularidades observadas. No entanto, o que se vê são faces de uma mesma formação discursiva mobilizada em lugares heterogêneos.

Percebe-se, dessa maneira, que a prática discursiva mobilizada nas revistas especializadas apresenta muitas nuances, fios de um mesmo tecido discursivo, que convoca saberes de uma fronteira híbrida e esses saberes fazem emergir uma comunidade discursiva híbrida e assimétrica, em que o poder e o controle se constituem pelo silenciamento e pelo reforço de uma posição midiática, que gera efeito de verdade de imparcialidade, por aquilo que não aparece na materialidade textual, mas emerge nas relações interdiscursivas. É uma

posição-sujeito (FOUCAULT, 1987) que o professor ocupa, como sujeito da FD do professor ideal, uma posição ocupada para (re)produzir saberes dessa formação discursiva.

O dado suscita, sobretudo, refletir em como o aparecimento de uma posição que vai de encontro àquela recorrente nessas revistas demonstra o funcionamento da heterogeneidade dos discursos, mas também se relaciona a um modo de enunciação da fronteira dos mídiuns, que “abre espaço” para diversos dizeres sobre o trabalho do professor, apagando que, em um campo discursivo, esses dizeres aparecem como exceção. Dessa maneira, o movimento que se estabelece é de reiterar a mídia como mediadora, como se não houvessem interesses mobilizados em publicar esse ou aquele escrito dos docentes. No momento em que se publica um escrito de professor que vai na contramão daquilo que se diz de maneira recorrente, a publicação se inscreve como imparcial, silenciando que o pouco espaço para o aparecimento de posições contrárias legitima o apagamento dessas posições contrárias, ao que se (re)produz de maneira hegemônica.

A formação discursiva do professor ideal, dessa maneira, aparece nas revistas especializadas e torna possível os profissionais enunciarem publicamente, justamente por esse aparecimento ser mediado pelo trabalho da editoria, assim como os professores aparecem como personagens, produto e consumidores nessas publicações especializadas. O professor ideal é, ao mesmo tempo, o enunciador e seu co-enunciador. É enunciador quando o profissional toma a palavra para expor sua perspectiva sobre a profissão, com base no argumento “sou um(a) profissional de sucesso por ter adotado essa postura”, veiculada nas páginas das revistas. Esse profissional que enuncia também pode ser considerado seu próprio co-enunciador, se for observado que, quando uma revista expõe os caminhos para que o professor possa obter sucesso, com base naquilo que esse tipo de publicação direciona, (re)produz imagens de professores ideais, que serve a uma demanda mercadológica, já que a (re)produção de imagens ideais é um modo de enunciação que sustenta a venda de produtos e serviços. Dessa maneira, nota-se que as revistas especializadas veiculam imagens de profissionais que servem a um apelo mercadológico muito mais que a discussões sobre a profissão.

Nesse sentido, as análises permitem perceber o funcionamento da FD do professor ideal, que é (re)produzida nos editoriais, nas capas de revistas e nos artigos assinados por professores ou em entrevistas. As regularidades e as dispersões dessa formação discursiva permitem compreender como a fronteira de saberes dos três campos analisados (academia, mídia e mercado) colocam em funcionamento uma prática híbrida, (re)produzida por uma

comunidade discursiva também híbrida e assimétrica, já que o trabalho da editoria se sobrepõe às vozes de profissionais docentes que possam, eventualmente, aparecer nesse tipo de publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para esta tese foi um estranhamento acerca da inserção e da permanência no mercado de periódicos de um produto de consumo que trata do trabalho do professor: as revistas especializadas. Pareceu, naquele primeiro momento de escolhas da pesquisa, que havia uma cisão entre a formação do professor e o mercado consumidor direcionado a esse público, percepção que foi sendo redimensionada no percurso da pesquisa. O objetivo geral do projeto que fundamenta a pesquisa demonstra bem esse primeiro olhar: *pesquisar, em revistas direcionadas à comunidade implicada no trabalho docente, os discursos sobre o trabalho desse profissional, questionando a mídia como um lugar de formação*. Percebeu-se, ao longo da pesquisa, que os professores, nessa cena midiática, ainda estão em posição minoritária, em especial, os professores da educação básica, que são o público-alvo dessas publicações, conforme foi possível ver no capítulo de análise.

Notou-se que a cena midiática é o lugar de aparecimento de outros profissionais, como jornalistas, editores, empresários, e quando os professores têm espaço nos mídiuns de grande circulação, os profissionais docentes que aparecem são, de modo geral, aqueles que assinam colunas fixas ou aqueles que são considerados celebridades, que respondem às demandas requeridas pelo mercado consumidor que a cena midiática coloca em funcionamento, de modo geral, professores do magistério superior. Essa criação de profissionais-celebridade não ocorre naturalmente, mas demonstra um movimento próprio da maneira de existir da cena midiática, na qual são criados símbolos, modelos, exemplos e heróis momentâneos, o que garante sua própria sobrevivência, como (re)produtora de representações ao imaginário social.

O uso do verbo questionar, no objetivo geral do projeto, que parecia bastante pertinente, foi sofrendo um deslocamento ao longo da pesquisa e esse, talvez, tenha sido o primeiro deslocamento que o desenvolvimento da pesquisa ofereceu: o campo discursivo investigado está em uma fronteira, que permite pensar academia, mercado e mídia como campos distintos, mas entrelaçados. Foi possível perceber que fronteiras, no campo dos discursos, dizem mais de confluência do que de cisão.

Por compreender a perspectiva híbrida da comunidade discursiva mobilizada nessa cena, considerou-se um grupo implicado no trabalho docente e não apenas os profissionais docentes, pois a comunidade discursiva que faz circular os discursos nas revistas especializadas é entrecortada também, formada por diversos profissionais que constroem relações discursivas, criando imagens e representações do professor (ideal e recusado),

conforme foi possível ver nos dados da pesquisa. A discussão sobre o grupo que faz circular os discursos recupera um dos objetivos da tese que é *analisar as diferentes vozes que circulam na cena midiática sobre o trabalho do professor*, vozes que aparecem por meio da editoria das revistas, por meio das entrevistas, bem como pela “permissão” que as publicações oferecem para que professores assinem artigos nesses periódicos, o que permite perceber que os discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação não têm suas fronteiras delimitadas pelo profissional docente.

Sobre essa comunidade, as análises também permitiram compreender que ela é híbrida e assimétrica, já que alguns sujeitos detém o controle, inclusive, de quem pode assumir a palavra nesse lugar, o que recupera os postulados de Certeau (1982) quando trata das leis criadas por determinados grupos e a constituição de verdades sobre esse mesmo grupo. Essa comunidade discursiva mobiliza representações de professores (ideais e/ou recusados), que são sustentadas pelas imagens de profissionais idealizados e inalcançáveis ao mesmo tempo que seu avesso, o professor recusado está inscrito por seu apagamento.

Foi possível notar, nesse sentido, que a percepção dessa formação discursiva ajudou a alcançar o objetivo específico da tese de *identificar quais discursos legitimam a cena midiática como espaço de formação docente*, já que os discursos que vêm da academia, da mídia e do mercado carregam representações que interpelam o professor e podem ajudar a construir convicções e premissas e, portanto, interferir na maneira como esse profissional age no exercício da profissão. Embora a tese não tenha como objetivo discutir o efetivo exercício do trabalho do professor, indícios demonstram que o modelo de professor ideal é sustentado por ser legitimado pelos próprios professores, que consomem as revistas e esse profissional ideal é acionado por meio de exemplos e modelos que estão nas revistas e que servem de atrativo para a venda, criando uma engrenagem que impulsiona vendas e que refrata a imagem do professor, que é consumidor, produto e personagem nessas publicações.

Percebeu-se, então, que os mídiuns especializados funcionam como instância de formação quando são legitimados como tal e que constituem essa legitimação por meio dos discursos que circulam nessa cena, já que os discursos sobre o trabalho do professor constituem sujeitos e representações desses profissionais. Nota-se, dessa maneira, que a concepção de formação se amplia, com base em estudos que apontam essa formação do professor por sua pluralidade e, embora não estejam, a priori, no ambiente acadêmico, as revistas especializadas no trabalho do professor são validadas como material de apoio para o

efetivo exercício da profissão, por meio dos planos de aula, das metodologias, das experiências apresentadas, etc.

Nesse contexto, o que se notou foi que os professores, ao tomar a palavra nas publicações especializadas, aderem aos discursos veiculados pelas publicações, legitimando o discurso sobre o seu trabalho que circula nos mídiuns. Pelo perfil das publicações especializadas, esse lugar constituído e legitimado abriria, em tese, maior espaço para que o professor falasse sobre sua profissão e sobre sua formação, no entanto, não se pode perder de vista que as revistas, mesmo as especializadas, respondem aos anseios de um mercado que visa interesses para além do pedagógico e o que se pode perceber foi a assimetria no espaço dado às vozes dessa comunidade discursiva nesse tipo de publicação.

Vê-se, portanto, que as normas que determinam as relações de trabalho determinam também as representações de imagens dos profissionais que exercem o seu trabalho cotidianamente (CERTEAU, 1982). Conforme visto nas análises, essas normas não precisam ser ensinadas institucionalmente, mas podem ser legitimadas, respondendo a demandas que não estão relacionadas apenas ao trabalho do professor, mas como um produto inserido em um mercado. Certeau (1982) discute o trabalho como uma construção social, que objetiva a geração de capital, mas que também gera relações sociais. O trabalho do professor gera capital quando funciona como um produto no mercado, quando o professor também é deslocado para lugares diferentes como consumidor e também como produto a ser vendido. Pensar a construção social do trabalho docente é pensar em como se constituem as relações que se estabelecem na fronteira híbrida dessa prática e como interesses midiáticos e mercadológicos se sobrepõem às discussões acadêmicas.

Nesse sentido, grupos como professores licenciados, pedagogos e outros profissionais da área, quando figuram na cena midiática, ocupam posições-sujeito de discursos que ganham um caráter de superioridade, na medida em que esses profissionais, ao assinarem matérias e veicularem maneiras de ser um bom profissional, (re)produzem exemplos de como agir profissionalmente, pela exposição do seu próprio trabalho, pois assumem o lugar de autoridade, conferido pela própria publicação, para falar publicamente de sua profissão. Assim, os profissionais que estão nesse tipo de publicação especializada são legitimados para falar sobre o trabalho do professor e sobre sua formação, já que fazem circular os discursos sobre a atividade docente, por meio das prescrições que apontam e, dessa maneira, acabam determinando aquilo que pode e deve ser dito.

Seguindo o percurso de desafios que se impõem para uma pesquisa interdisciplinar, adotou-se um percurso teórico-metodológico que objetivou olhar o objeto da pesquisa (discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação em revistas especializadas) de maneira ampla, com a permissão da entrada de diversos olhares, o que permitiu analisar os discursos por sua dimensão social, por sua dimensão linguística e pelas relações que se estabelecem para que discursos circulem e gerem efeitos de verdade sobre a profissão docente. Assim, procurou-se olhar os discursos pelos detalhes, pelo paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) que permitiu perceber que, nas relações estabelecidas discursivamente, os indícios importam e significam, como foi possível notar, nos dados da pesquisa, que as relações de trabalho se estabelecem por uma construção social (CERTEAU, 1982), o trabalho do professor movimenta um mercado efervescente e que estratégias midiáticas e mercadológicas são colocadas em funcionamento discursivamente, o que gera efeitos de verdade sobre a profissão e leva o professor a consumir essas publicações e as legitimar como produto que discute sua profissão porque tem autoridade para tal, seja pelos temas que aborda, seja pelos anos que estão no mercado.

O percurso da pesquisa também direcionou para o redimensionamento do objetivo de *questionar os discursos sobre o professor e sobre seu trabalho, na cena midiática*. Dessa maneira, o olhar foi deslocado sobre a constituição do trabalho docente e a formação professores. O olhar sobre a cena midiática também foi deslocado, em especial, para o espaço discursivo (MAINGUENEAU, 2008a) pesquisado, que mobiliza saberes de diferentes lugares (academia, mídia, mercado) e forma uma fronteira que converge para colocar em funcionamento a prática discursiva mobilizada nos periódicos especializados para professores.

Parte da prática discursiva discutida nessa pesquisa, a formação discursiva do professor ideal foi assim denominada para mostrar o funcionamento das relações que constroem representações e imagens do trabalho do professor nas publicações especializadas. Algumas regularidades dessa FD emergiram no trabalho de análise e permitiram discutir como o trabalho do professor se constitui discursivamente: o professor que aparece nas revistas é um profissional idealizado, que demonstra felicidade na profissão e que pode resolver todos os problemas sozinho. Embora sejam considerados problemas sociais, a resolução depende sempre de esforços individualizados. A (re)produção de uma imagem de professor ideal responde a uma demanda mercadológica, já que modelos ideais são veiculados diariamente como forma de vender produtos de diversas naturezas em nossa sociedade. Professores ideais promovem a venda do produto, enquanto professores recusados são o

público-alvo, que precisa das publicações para se tornarem ideais, mesmo que esse lugar seja inalcançável.

O que se percebe é que a individualização do professor, notada nos dados do *corpus*, contribui com esse silenciamento acerca de problemas que vêm do sistema político-educacional, isto é, quando os professores assumem as responsabilidades sobre os problemas da profissão, as responsabilidades do Estado são silenciadas e não há discussões sobre a profissão por esse aspecto, já que o professor deve resolver as demandas por meio de ações que o coloquem como único responsável pelo cenário que se apresenta: se ele resolve os problemas, pode estampar as capas das revistas, como exemplo de professor nota 10; caso contrário, inscreve-se como professor recusado, como aquele que enfrenta problemas na profissão porque não interfere diretamente no contexto vivido.

Essa discussão sobre a relação com o Estado suscita pensar em outras perspectivas que podem impulsionar novas discussões futuras. A confluência com a fronteira do Estado, que foi discutida de maneira breve nesta tese, pode render discussões bastante produtivas. Essa confluência pode ser percebida por notar que os mídiuns ocupam um lugar de poder, no qual são (re)produzidas maneiras de ser e viver em sociedade. Por esse viés, as revistas especializadas também ocupam um lugar de representações da profissão, que mobiliza uma sociedade de consumo específica de profissionais docentes, o que pode implicar nas condutas adotadas por esses profissionais em seu efetivo exercício de trabalho. Com a sua lógica legitimada no próprio sistema capitalista, os mídiuns aparecem como uma força que estabelece modelos de poder e (re)produz discursos sobre o professor e sobre o Estado também.

Quando os periódicos especializados estampam suas capas com professores que discutem as avaliações em larga escala ou iniciativas que vêm do Estado, isso coloca em funcionamento o imbricamento entre as fronteiras mercadológica, midiática e do Estado. Assim como quando se vê o caminho inverso, em que organizações, como a Fundação Lemann, interferem diretamente em discussões sobre políticas educacionais, nota-se o quanto há de relação nessa cena, que conflui e mobiliza poderes que impactam na profissão docente e na formação dos professores. Dessa maneira, nota-se que o professor, deslocado para o lugar de consumidor, assume lugar nessa máquina, e pode ser considerado um dos elos dessa cadeia que se constitui discursivamente. Assim, a cena midiática gera efeitos de verdade que mobiliza poderes instituídos em sociedade e interessa ao Estado estar nesse lugar, pois os discursos enunciados, bem como aqueles que são silenciados funcionam como mecanismo de

legitimação dessa máquina estatal que impele as responsabilidades sobre os problemas da profissão ao professor e não ao sistema ao qual ele está submetido.

Desse modo, o braço do Estado aparece nos mídiuns e nas publicações especializadas, em especial, de maneira sutil, já que esse lugar é, culturalmente legitimado, como o espaço da imparcialidade, da procura e veiculação de “verdades dos fatos”, de mediação entre as notícias e o público que as consome, sendo, portanto, um ambiente no qual a máquina do Estado não deveria funcionar. No entanto, o que se percebe, por meio de indícios que demonstram o jogo de interesses que ocorre nesse lugar, é que interesses que vêm dessa engrenagem estatal aparecem de maneira fluida, mas persistente, nos mídiuns e os periódicos especializados para professores funcionam como mecanismos que servem a esses interesses, não apenas mercadológicos, não apenas midiáticos, mas também para a consolidação do poder do Estado, já que os discursos que circulam nos mídiuns validam os interesses estatais por meio de sua intervenção, ainda que sutil, mas permanente. Não se pode perder de vista que essas publicações são direcionadas a profissionais que interessam ao Estado, considerando-se que a Educação serve de sustentáculo para os governos, por conseguinte, seus profissionais também importam nesse contexto.

A perspectiva foucaultiana ampara teoricamente aquilo que se viu nos dados da pesquisa, isto é, as verdades que aparecem nas publicações especializadas vêm de lugares diferentes e (re)produzem discursos sobre o trabalho do professor e sobre sua formação. Nesse contexto, é possível depreender que o poder encontra-se no Estado e além dele (nos mídiuns, por exemplo), lugares em que as manifestações de poder e os efeitos de verdade estão entrecortados pelas decisões econômicas e políticas, instituindo uma amálgama com saberes e dizeres que vêm das fronteiras que constituem essa prática discursiva. Assim, a relação entre mídiuns e Estado é desenhada historicamente em nossa sociedade, já que os interesses de ambas as partes se cruzam, sendo o Estado o maior anunciante brasileiro (LIMA, 2004), o que potencializa o imbricamento que existe nas relações estabelecidas mercadologicamente e discursivamente na cena midiática, pensando na profissão docente como mola propulsora de qualquer governo, em especial, pela propaganda que se vê mobilizada em todos os governos, mesmo com a falta de continuidade nas políticas públicas para a educação no cenário nacional.

Ter influência nos mídiuns e, mais, ter a seu favor uma máquina de divulgação e de veiculação a seu serviço interessa ao Estado e essa relação emerge pelos temas que se veem nas revistas, pelas discussões empreendidas e por aquelas silenciadas também. Nesse sentido,

a individualização do professor, regularidade da formação discursiva do professor ideal muito presente nos dados da pesquisa, serve a esse silenciamento, conforme já foi dito, pois tangencia discussões sobre o sistema educacional, enquanto coloca a responsabilidade nas mãos dos professores, que devem procurar soluções para problemas de naturezas diversas.

Além da fronteira do Estado, outra perspectiva pode ser produtiva para discussões suscitadas nesse trabalho de pesquisa: a polêmica que se estabelece entre as faces da FD do professor ideal, por meio das imagens distorcidas que são (re)produzidas do profissional docente. A noção de simulacro (MAINGUENEAU, 2008) permite outra compreensão sobre a prática discursiva investigada nesse trabalho de pesquisa. Essa prática é constituída pela formação discursiva do professor ideal, pela comunidade discursiva igualmente híbrida e assimétrica que reproduz essa FD, constituída por professores, mas também por profissionais que colocam os mídiuns para circular e o funcionamento desse discurso está diretamente relacionado à (re)produção de representações do professor idealizado, mas também do professor recusado, exemplos do que é ideal e do que não é ideal, respectivamente.

Inscrever o Outro para criticá-lo é um recurso recorrente nos dados da pesquisa em que o professor recusado aparece como registro negativo da formação discursiva do professor ideal, mesmo que essa inscrição ocorra por seu apagamento, por ele ser recusado a partir do momento que não adota os comportamentos descritos como ideais, tais como ser um profissional vocacionado, que trabalha por amor (e é feliz na profissão, apesar de todos os problemas), bem como ser aquele docente que enfrenta qualquer problema e cria soluções para seguir na profissão. A constituição do simulacro aparece de maneiras diferentes nos dados da pesquisa, seja pela “confissão” do próprio enunciador, que se coloca como professor recusado em um passado descrito por ele mesmo como não desejável, mobilizando também a dêixis discursiva, seja por meio da comparação com outros sujeitos, educadores que estão inscritos para serem criticados (embora esse movimento ocorra por meio de seu apagamento) e essa dinâmica aparece nos gêneros analisados nesse trabalho de pesquisa: editoriais, capas das revistas e artigos/entrevistas.

Maingueneau (2008) afirma que o simulacro é uma forma de o discurso não haver-se com o Outro. Esse desencontro, que evitaria um movimento mais dialógico entre as argumentações contrárias, se inscreve no apagamento do professor que não é de sucesso, pois o modo de enunciar limita-se a dizer quem é o professor de sucesso. O “não haver-se com o outro” acaba sendo uma estratégia, que garante a integridade de cada discurso em seu espaço de circulação, em sua comunidade discursiva, como um “diálogo de surdos”

(MAINGUENEAU, 1997), em que os sujeitos disputam o mesmo espaço, mas não se compreendem a ponto de responderem sem distorcer aquilo que é dito pelo outro, pois esse é o modo de funcionamento dessa formação discursiva.

No caso das revistas especializadas, vê-se que o simulacro é constitutivo da formação discursiva do professor ideal e a mobilização da imagem distorcida do professor recusado é inscrita pelo seu apagamento, já que não se verá professores que defendam um posicionamento de professor recusado, a não ser que isso apareça em forma de depoimento em que o professor enuncia que *era assim, mas não é mais*. O que ocorre é sua inscrição para ser criticada. Importa dizer que a constituição de imagens contraditórias e distorcidas é condição para seu funcionamento, já que o professor recusado aparece como uma representação distorcida daquilo que não é desejável, mas o professor ideal também emerge como uma imagem distorcida, um profissional imaginado, cujas características se tornam inalcançáveis aos professores que consomem as revistas.

Nesse sentido, percebe-se que a cena midiática mobiliza formações discursivas que veiculam imagens do professor e da profissão, enquanto silencia outras representações, discussões sobre a profissão que poderiam ser produtivas para serem abordadas nesse ambiente, mas que ficam silenciadas pela natureza das revistas especializadas, que estão em um espaço fronteiro, no qual confluem discursos e também interesses que vêm, além da academia, da mídia e do mercado, portanto a legitimação da imagem e do papel de professor nesses mídiuns responde a demandas que visam à venda do produto e isso gera uma maneira específica de se manter no mercado, mobilizando a confluência de saberes das fronteiras que compõem essa prática.

Essas discussões sobre a fronteira do Estado e sobre a constituição da polêmica entre as faces da FD do professor ideal permitem compreender como o percurso de uma pesquisa se desdobra em discussões transversais, deixando inscrito como o trabalho de pesquisa não se esgota, mas suscita sempre novas discussões. Analisar discursos representa enfrentar desafios, inclusive, nos recortes que necessitam ser feitos, já que as relações discursivas são fluidas e suscitam olhares diversos, por vezes, sobre o mesmo *corpus*. Dessa maneira, ao se propor a problematizar os efeitos de sentido gerados nos mídiuns, com um recorte nos discursos sobre o trabalho do professor nas revistas especializadas para esse profissional, enfrentam-se grandes desafios, visto que o analista precisa criar um espaço no qual os discursos sejam analisados pelo que emerge dos dados e não pelas concepções preestabelecidas do próprio analista, por ser esta pesquisa realizada por uma professora, que também é interpelada pelos

discursos que circulam socialmente sobre a profissão e que já esteve no lugar de consumidora das revistas especializadas e dos produtos oferecidos por elas, ainda assim, procurando realizar uma leitura dos dados de maneira crítica e analítica, embora reconhecendo que lugares nos quais se fala são ocupados e discursos atravessam e formam sujeitos e profissionais, de maneira incontestável.

Além disso, foi importante perceber como a identidade do profissional docente se constitui por meio da (re)produção de discursos em que o trabalho do professor é constituído com base em certas posições que esse profissional assume nessas publicações, seja como consumidor e público-alvo, seja como produto e personagem das matérias veiculadas, seja ainda como tema dos debates que as revistas empreendem sobre o trabalho docente. Esse lugar entrecortado do analista permite afirmar, nesse movimento conclusivo desta tese, que as hipóteses iniciais, o estranhamento relatado, que deu início a essa investigação científica, foi se reformulando e, por meio de pequenas refutações e muitos reinícios, chegou-se a resultados produtivos, mas não definitivos, já que outras discussões são suscitadas e se apresentam como frutíferas para novos caminhos que a pesquisa permita percorrer.

REFERÊNCIAS

- ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da Informação**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2005.
- ADORNO, Sérgio. **O autor nos escritos de Foucault: entre o discurso e a morte**. *Jornal de Psicanálise* 45 (82), 2012, p. 113-128.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. **Microeconomia**. McGraw-Hill, São Paulo, 1986.
- APPLE, Michel W. **Educação e poder**. Tradução Maria Cristina Monteiro. Artes Médicas, Porto Alegre, 1989.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, IEL, UNICAMP, nº19, 1990.
- BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, UEPG, 2014.
- BALLOCO, Anna Elizabeth. **A escrita e o escrito: produzindo identidades, domesticando diferenças**. In.: MARIANI, Bethania. *A escrita e o escrito: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos, Claraluz, 2006.
- BAPTISTA, Íria Catarina Queróz, ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial**, 2010. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>> Acesso em 15 fev. 2017.
- BARONAS, Roberto Leiser& MANENTI, Regiana Perpétua. **Da formação discursiva à semântica global: breve análise do tema corrupção em programas de governo das eleições presidenciais 2006**. *Revista do GEL*, São Paulo, v.6, nº 1, 2009. p. 61-79
- BARONAS, Roberto Leiser. **Ensaio em Análise de Discurso: questões analítico-teóricas**. São Carlos, EdUFSCar, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Elfos Editora. Coleção Ciência e Sociedade, Rio de Janeiro, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BEVILAQUA, Raquel. **Popularização da ciência na revista Nova Escola: a comodificação do discurso sobre ensino de inglês**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 980**, de 08 de novembro de 1890. Dá novo regulamento ao Pedagogium da Capital Federal.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª edição. Editora Contexto. São Paulo, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª edição, 2ª reimpressão, Contexto, São Paulo, 2016.

ECKERT-HOFF, Beatriz. **Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação**. Mercado das Letras, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **O campo pedagógico no Brasil no final do século XIX: lugares, pessoas e instituições na construção de uma nova sociedade**. XVIII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina**. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. volume 1. p. 3375-3385.

FOSSEY, Marcela Franco. **Semântica Global e possibilidades discursivas: o discurso relatado em duas revistas e divulgação científica**. Revista Alfa, São Paulo, 2006. p. 91-112.

FOUCAULT, Michael. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24ª edição, São Paulo, Edições Loyola (leituras filosóficas), 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no College de France (1975-1976). 4ª tiragem. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro, Graal, 1995.

FRANÇA, Vera Veiga. o objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In.: MOURA, Cláudia Peixoto de, e LOPES, Maria Immacolata Vassallo de **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.

FURLANETTO, Maria Marta. *Gênero do discurso como componente do arquivo em Dominique Maingueneau*. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8ª edição. Editora Ática, São Paulo, 2003.

GADOTTI, Moacir. **A escola na cidade que educa**. Cadernos CENPEC, nº 1, v. 1, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes. BONACELLI, Maria Beatriz Machado. **Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: demandas e desafios**. Revista Tecnologia e Sociedade, volume 9, nº 18, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Vanilda Lúcia Ferreira De Macedo. **Imagens da docência de música na educação básica: uma análise de textos da revista da ABEM (1992-2013)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol. 4, nº. 11, 2007.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.

LECOURT, Dominique. *A Arqueologia e o Saber*. In.: **O Homem e o Discurso** (A Arqueologia de Michel Foucault). 2ª edição. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1996. P. 43-66.

LIMA, Venício de. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

MACEDO, Elizabeth. **Por uma Leitura Topológica das Políticas Curriculares**. Dossier Stephen J. Ball y la investigación sobre políticas educativas em América Latina, vol. 24, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **A Análise do Discurso e suas fronteiras**. Matraga, Rio de Janeiro. Vol. 14, nº 20, 2007, p. 13-37.

MAINGUENEAU, Dominique. **Analisando discursos constituintes**. Revista do GELNE Vol. 2, nº 2, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Parábola Editorial, São Paulo, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si nos discursos: a construção do ethos**. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

MARTELOTA, Mário Eduardo. *Funções da linguagem*. In.: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 31-36

MARTÍN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORATO, Maria do Socorro. **A construção da identidade do professor de língua portuguesa na imprensa: uma abordagem discursiva**. Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado, 2012.

MUSSALIM, Fernanda. **Aspectos da Semântica Discursiva do Modernismo Brasileiro: Polêmica e Interincompreensão em torno da noção de “cópia”**. Revista Alfa, São Paulo, 2009. p. 61-75.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. **Revisitando a formação de professores de língua materna: teoria, prática e construção de identidades**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 101-117, jan./abr. 2006.

ORLANDI, Eni. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em aberto, Brasília, Ano 14, nº 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

PESSOA, Fátima. **A dimensão genérica das práticas discursivas**. In: Anais do IX Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso. Belo Horizonte, 2011.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Entre Vozes, Carnes e Pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARROBARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os Domínios da Linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. P. 133-158.

PORTAL SEBRAE. **O que é uma startup?** Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-uma-startup,616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 29/09/2018.

POSSENTI, Sírio. *Ainda sobre a noção de efeito de sentido*. In.: GERGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (organizadores). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. Claraluz. São Carlos, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Observações sobre Interdiscurso**. Revista Letras, Curitiba, nº 61, Edição especial, Editora UFPR, 2003. p. 253-269

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVAH, Daniel. **Escola e Nova Escola**: faces de um velho sonho. História Educacional (online), nº 39, v. 17, Porto Alegre, 2013. pág. 79-99.

REVISTA DO PROFESSOR, Editora do Professor, edição 122, de abr./mai./jun. de 2015.

REVISTA DO PROFESSOR, Editora do Professor, volume 31, edição 124 (eletrônica), julho/agosto/setembro de 2015.

REVISTA DO PROFESSOR, Editora do Professor, volume 32, edição 125 (eletrônica), janeiro/fevereiro/março de 2016.

REVISTA DO PROFESSOR, Editora do Professor, volume 32, edição 126 (eletrônica), abril/maio/junho de 2016.

REVISTA DO PROFESSOR, Editora do Professor, edição 121, jan., fev., mar. de 2015.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 228 (eletrônica), de abril de 2016.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 229 (eletrônica), de maio de 2016.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 232 (eletrônica), setembro de 2016.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 237 (eletrônica), março de 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 239 (eletrônica), maio de 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 241 (eletrônica), agosto 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO, Editora Segmento, edição 242 (eletrônica), setembro de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 290 (eletrônica), de março de 2016.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 291 (eletrônica), abril de 2016.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 296 (eletrônica), de outubro de 2016.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 298 (eletrônica), dez. 2016, jan2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 300 (eletrônica), de março de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 303 (eletrônica), junho/julho de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 306 (eletrônica), de outubro de 2017.

REVISTA NOVA ESCOLA, Fundação Lemann, edição 308 (eletrônica), dezembro de 2017.

REVISTA PEDAGÓGICA. Revista Mensal do Pedagogium. Tomo Primeiro. Nº ?, 1893. Rio de Janeiro. Livraria Clássica de Alves & C. Exemplar incompleto.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora do Professor, edição 128, mar/abr. de 2016.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora do Professor, edição 129 (eletrônica), maio/junho de 2016.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora Dimensão, edição 131 (eletrônica), de set./out. de 2016.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora do Professor, edição 135, de mai./jun. de 2017.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora Dimensão, edição 136 (eletrônica), jul./ago de 2017.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, Editora Dimensão, edição 138 (eletrônica), novembro/dezembro de 2017.

RIPA, Roselaine. *Nova Escola – “a revista de quem educa”: a fabricação de modelos ideais do professor*. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ROCHA, Décio. **Representar e intervir:** linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, Santa Catarina, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

SCHWAA, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista.** *Galáxia*, núm. 18, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, pp. 180-193.

SODRÉ, Muniz. **A forma de vida da mídia.** *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, 2002. Entrevista concedida a Mariluce Moura.

SODRÉ, Muniz. Ethos Mediatizado. In: SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUZA, Maria Medianeira de. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial.** Recife, 2006. 288p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17ª edição. Vozes, Rio de Janeiro, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários:** Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 13. Jan/Fev/Mar/Abr 2000.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística.** *Estudos em Comunicação*, nº 5, 2009. p. 115-133

WAENY, Maria Fernanda Costa e AZEVEDO, Mônica Leopardi Bosco de. **A Psicologia Escolar e sua história,** 2009. Disponível em <http://www.crsp.org.br/memoria/educacional/artigo.aspx>

WHITE, Jan. **Edição e Design: para designers, diretores de arte e editores:** o guia clássico para ganhar leitores, São Paulo, JSN Editora, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 5ª edição. Editorial Presença, Lisboa, 1999.

ZAMARIAN, Maria Jussara. **A revista Avisa Lá e a formação de professores no campo da leitura.** Tese de Doutorado. Universidade São Francisco, Itatiba, 2016.

ZINGARELLI, Joice Eliete Boter. **A Revista Criança fala aos professores:** imagens de criança e a educação pré-escolar. Tese de Doutorado. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.